

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

DANIELLY SAMARA BESEN

**OS DESLEMBRADOS E SEUS APELOS: UMA HISTÓRIA DA PROFISSÃO
DOCENTE PELO VIÉS DO ASSOCIATIVISMO (SANTA CATARINA/BRASIL –
FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)**

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

2021

DANIELLY SAMARA BESEN

**OS DESLEMBRADOS E SEUS APELOS: UMA HISTÓRIA DA PROFISSÃO
DOCENTE PELO VIÉS DO ASSOCIATIVISMO (SANTA CATARINA/BRASIL –
FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Lucia Gaspar da Silva

FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA

2021

DANIELLY SAMARA BESEN

**OS DESLEMBRADOS E SEUS APELOS: UMA HISTÓRIA DA PROFISSÃO
DOCENTE PELO VIÉS DO ASSOCIATIVISMO
(SANTA CATARINA/BRASIL – FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: Prof.^a Dr.^a Denice Barbara Catani
Universidade de São Paulo – USP

Membro: Prof.^a Dr.^a Ana Chrystina Venancio Mignot
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Membro: Prof.^a Dr.^a Ione Ribeiro Valle
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro: Prof. Dr. Celso João Carminati
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Suplente: Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Suplente: Prof.^a Dr.^a Leonete Luzia Schmidt
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Besen , Danielly Samara

Os deslembados e seus apelos: : uma história da profissão docente pelo viés do associativismo (Santa Catarina/Brasil - final do século XIX e início do XX) / Danielly Samara Besen . -- 2021.
223 p.

Orientador: Vera Lucia Gaspar da Silva
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

1. Associativismo docente. 2. História da profissão docente. 3. Associação do Professorado Catarinense. 4. Assistência ao professorado. 5. Formação de professores. I. Gaspar da Silva, Vera Lucia. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

À Cecília e ao Bernardino

Agradecimentos

À professora Vera Lucia Gaspar da Silva, pela orientação da pesquisa. Em seu nome, a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Udesc, notadamente da Linha de História e Historiografia da Educação.

Às professoras Margarida Felgueiras, Denice Barbara Catani, Ione Ribeiro Valle e Maria Teresa Santos Cunha, pelas contribuições do exame de qualificação. Agradeço, ainda, à professora dr^a Margarida Felgueiras, por me ter aceito para o estágio sanduíche na Universidade do Porto, de que, por razões pessoais, não pude usufruir.

Às professoras Denice Barbara Catani, Ana Chrystina Venancio Mignot, Ione Ribeiro Valle e ao professor Celso João Carminati por terem aceitado o convite para a banca de defesa da tese.

À Dilce Schüeroff, pela companhia constante, pela generosidade no compartilhamento de fontes e nos percalços da pesquisa.

Aos meus queridos Rogério, Sônia, Débora, Tainara, Allan, Emerson, que fizeram juntos comigo a caminhada do doutorado.

Às mais novas integrantes da família, Cecília e Elisa, que renovam a esperança num mundo mais justo.

Ao Emerson, pelo melhor presente da minha vida: Cecília.

A história não é uma fábrica [...] Seu objetivo é reconstruir, “explicar” e “compreender” seu objeto: a história real. As teorias que os historiadores apresentam são dirigidas a esse objeto, dentro dos termos da lógica histórica, e não há cirurgia que possa transplantar teorias estrangeiras, como órgãos inalterados, para outras lógicas estáticas, conceptuais, ou vice-versa. Nosso objetivo é o conhecimento histórico; nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular no passado, tal sequência particular de causação.

Nosso conhecimento não fica (esperamos) por isto aprisionado nesse passado. Ele nos ajuda a conhecer quem somos, porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram, e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas de processo social (THOMPSON, 1981, p. 57-58).

Resumo

Objetivo da tese é apurar a existência de associações profissionais exclusivamente formadas por docentes, com sede na capital da província/estado de Santa Catarina no final do século XIX e início do século XX e analisar o contexto político de sua criação. A tese é de que seria possível localizar na província associações similares às da capital do Império, e que as associações catarinenses também desempenhariam a função de reivindicar melhoria nas condições de vida do professorado e do *status* social da profissão, além de prover aos sócios amparo assistencial, previdenciário e formativo. Para tanto, foram estabelecidos como objetivos específicos: mapear o funcionamento e o papel desempenhado pelos sócios na manutenção dessas associações, sobretudo quanto aos auxílios oferecidos aos associados, e identificar como essas associações lhes prestavam auxílio pedagógico, seja por meio da publicação de um periódico próprio, da realização de conferências pedagógicas ou, ainda, pela criação e manutenção de uma biblioteca pedagógica. A investigação limitou-se ao período acima referido, por ter sido nessa época que se identificaram os primeiros ensaios de organização de associações profissionais docentes no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. A pesquisa foi estruturada a partir de estudos da história da profissão docente, especialmente dos que auxiliam na compreensão da noção de associativismo (NÓVOA, 1991; 1987, 2006; CATANI 2003, 2011, XAVIER, 2013, 2019; FELGUEIRAS, 2008, 2016; GASPAR da SILVA, 2004). O *corpus* documental da tese é formado pelos jornais: Regeneração, Do Comércio, Conservador e O Estado, além da revista Professor, editada pela Associação do Professorado Catarinense, e de relatórios dos presidentes de províncias endereçados à Assembleia Provincial entre 1883 e 1890. As fontes auxiliam na composição de parte da história da Associação do Professorado Catarinense, associação docente criada em 1888 na capital da província e que confirmam a tese de que Santa Catarina estava em sintonia com iniciativas semelhantes de outras províncias brasileiras e de outras nações.

Palavras-chave: Associativismo docente. História da profissão docente. Associação do Professorado Catarinense. Assistência ao professorado. Formação de professores.

Abstract

The objective of the thesis is to investigate the existence of professional associations exclusively formed by teachers, based in the capital of the province/state of Santa Catarina at the end of the 19th century and beginning of the 20th century and to analyze the political context of its creation. It starts from the hypothesis that it would be possible to locate associations to those in the capital of the Empire in the province, and that the Santa Catarina similar associations would also play the role of claiming improvement in the living conditions of the teaching profession and the social status of the profession, in addition to providing assistance support to the partners, social security and training. For this purpose, specific objectives were established: to map the functioning and role played by the members in the maintenance of these associations, especially with regard to the assistance offered to members, and to identify how these associations provided them with pedagogical assistance, either through the publication of an in-house journal, the organization of pedagogical conferences or even the creation and maintenance of a pedagogical library. The investigation is restricted to the period referred to above, as it was at this time that the first essays on the organization of professional teaching associations in Brazil were identified, notably in Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul and Minas Gerais. The research was structured from studies of the history of the teaching profession, especially those that help to understand the notion of associativism (NÓVOA, 1991; 1987, 2006; CATANI 2003, 2011, XAVIER, 2013, 2019; FELGUEIRAS, 2008, 2016; GASPARD da SILVA, 2004). The documental corpus of the thesis comprises the following newspapers: *Regeneração*, *Do Comércio*, *Conservador* and *O Estado*, as well as the magazine *Professor*, edited by the Associação do Professorado Catarinense, and reports from the presidents of provinces addressed to the Assembly between 1883 and 1890. In the composition of part of the history of the Associação do Professorado Catarinense, a teaching association created in 1888 in the provincial capital and which confirm the thesis that it Santa Catarina was in tune with similar initiatives in other Brazilian provinces and other nations.

Keywords: Teaching associativism. History of the teaching profession. Santa Catarina Teachers Association. Assistance to teachers. Teacher training.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Teses e dissertações identificadas no Banco de Dados da Capes	24
Quadro 2 - Produção sobre associativismo em revistas científicas publicadas no Brasil (1981 – 2020)	26
Quadro 3 - Trabalhos sobre associativismo localizados na Biblioteca da UFSC	27
Quadro 4 - Referências sobre associativismo incorporadas à tese	30
Quadro 5 - Presidentes da província de Santa Catarina de 1883 a 1892	36
Quadro 6 - Jornais que compõem o corpus documental da pesquisa	42
Quadro 7 - Associações de socorro mútuo com sede na capital de Santa Catarina (segunda metade do século XIX e início de XX)	49
Quadro 8 - Associações docentes e em prol da instrução pública na segunda metade do século XIX e início do XX no Brasil	64
Quadro 9 - Associações docentes em Portugal no século XIX e início do XX	70
Quadro 10 – Atribuições dos cargos do conselho administrativo da Associação do Professorado Catarinense - 1888	78
Quadro 11 - Assembleias realizadas pela Associação do Professorado Catarinense entre 1889 e 1891	79
Quadro 12 - Resultado das eleições realizadas pela Associação do Professorado Catarinense entre 1888 e 1889	81
Quadro 13 – Conselho Administrativo da Associação do Professorado Catarinense de 1888 a 1890	84
Quadro 14 – Pessoas envolvidas na Associação do Professorado Catarinense e no Liceu de Artes e Ofícios com os respectivos cargos	93
Quadro 15 - Professores que lecionaram no Instituto Literário e Normal e atuaram na Associação do Professorado Catarinense	117
Quadro 16 - Professores que atuaram nas diretorias da Associação do Professorado Catarinense e lecionaram na Escola Normal Catarinense, criada em 1892	118
Quadro 17 - Livros que compunham a biblioteca da Associação do Professorado Catarinense mapeados na pesquisa	146
Quadro 18 - Parte das doações para o acervo da Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios (1889)	147
Quadro 19 - Periódicos Publicados por Associações Docentes no Brasil	149
Quadro 20 - Disciplinas oferecidas pelo Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora do Desterro, em 1883	166

Quadro 21 - Número de aulas por disciplina no Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora do Desterro – 1890	169
Quadro 22 - Número de aulas por disciplina no Liceu de Artes e Ofícios – 1891 ...	170

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Região central da Freguesia de Nossa Senhora de Desterro na segunda metade do século XIX	40
Figura 2 - Bairros de Nossa Senhora de Desterro	40
Figura 3 - Representação da Rua João Pinto	41
Figura 4 - Coluna de Lucas Boiteux, com menção da Associação do Professorado Catarinense no jornal O Estado	45
Figura 5 - Anúncio da Associação Escolar Deutscher Schulverien	54
Figura 6 - Anúncio da criação do Instituto dos Professores Públicos Primários.....	54
Figura 7 - Pedido de reajuste salarial feito pelos professores primários publicado no Jornal do Comércio	60
Figura 8 - Requerimento de aumento na quantia do valor do aluguel publicado pelos professores no Jornal do Comércio.....	61
Figura 9 - Anúncio da fundação da Liga Patriótica em Montevideo no ano de 1888.	66
Figura 10 - Anúncio da criação da Associação do Professorado Catarinense no Jornal do Comércio	71
Figura 11 - Anúncio da criação da Associação do Professorado Catarinense no jornal Conservador	72
Figura 12 - Nota da assembleia geral da Associação do Professorado Catarinense	77
Figura 13 - Nota referente à tomada de posse do Conselho da Associação do Professorado Catarinense.....	81
Figura 14 - Anúncio dos serviços médicos oferecidos aos sócios da Associação do Professorado Catarinense.....	82
Figura 15 - Nota do jornal Conservador sobre os serviços médicos oferecidos pela Associação do Professorado Catarinense	83
Figura 16 - Anúncio do Conselho Administrativo da Associação do Professorado Catarinense de 1890	83
Figura 17 - Nota referente à nomeação do cargo do diretor do Liceu de Artes e Ofícios	90
Figura 18 - Doações para a criação da Associação do Professorado Catarinense.	103
Figura 19 - Propaganda da peça de teatro promovida em prol da Associação do Professorado Catarinense no jornal Regeneração.....	105
Figura 20 - Anúncio do Jornal do Comércio sobre a peça em auxílio da Associação do Professorado Catarinense.....	105

Figura 21 - Nota de agradecimento da Diretoria da Associação do Professorado Catarinense à Sociedade Cassino Catarinense	106
Figura 22 - Valores arrecadados com a peça.....	107
Figura 23 - Convite da Associação do Professorado Catarinense para a assembleia de 4 de agosto de 1889.....	110
Figura 24 - Anúncio de missa de falecimento do professor Manoel Estevão da Silveira	111
Figura 25 - Anúncio de missa de falecimento de Manoel Marcelino Cardoso	111
Figura 26 - Anúncio de missa de falecimento de Thomaz Francisco Xavier	111
Figura 27 – Quadro de Eduardo Dias representando o Colégio dos Jesuítas	122
Figura 28 - Doação de Materiais a biblioteca da Associação	145
Figura 29 - Anúncio de livros doados à biblioteca da Associação.....	145
Figura 30 - Nota do jornal Conservador sobre o folheto Meios de Ação escrito por Léon Lapagesse.....	146
Figura 31 - Cabeçalho da revista Professor	154
Figura 32 - Rua Saldanha Marinho, em meados de 1920.....	155
Figura 33 - Nota sobre a revista Professor divulgada no jornal Conservador	156
Figura 34 – Nota referente ao primeiro número da revista Professor, no Jornal do Comércio.....	156
Figura 35 – Reprodução da primeira página da revista Professor	158
Figura 36 - Anúncio assinado pelo inspetor de higiene Fructuoso Pinto da Silva ...	163
Figura 37 – Registro da arrecadação da associação para o ajardinamento da Praça Barão da Laguna.....	164

Lista de Abreviaturas

Ande – Associação Nacional de Educação

Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Fapesc – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGSP - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política

PUC –SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação

Uerj - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Ufpe - Universidade Federal de Pernambuco

UFPeI - Universidade Federal de Pelotas

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ufsc - Universidade Federal de Santa Catarina

Ufscar - Universidade Federal de São Carlos

UNB - Universidade de Brasília

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba

Uninove - Universidade Nove de Julho

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

... OS DESLEMBRADOS.....	12
INTRODUÇÃO	16
- LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO.....	22
- FONTES DE PESQUISA.....	31
PARTE I - A ORGANIZAÇÃO DOCENTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX E A ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE	52
1.1 ASSOCIAÇÕES DOCENTES NO BRASIL E EM PORTUGAL: MODELOS PARA A ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE?	53
1.2 ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE	70
1.3 FORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE: COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E PERFIL DOS SEUS ASSOCIADOS	75
1.4 O LICEU DE ARTES E OFÍCIO E A ASSOCIAÇÃO: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM.....	91
1.5 FORMAS DE MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE: ARRECADAÇÃO, PAGAMENTO DE JOIAS E PROMOÇÃO DE FESTAS.....	103
1.6 MEIOS DE AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO: A ASSISTÊNCIA AOS PROFESSORES	108
PARTE II – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR INTERMÉDIO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	115
2.1 AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS: O PARLAMENTO DO PROFESSORADO	129
2.2 A BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE: A LUZ DA INSTRUÇÃO PARA TODO O PROFESSORADO	143
2.3 PUBLICAÇÃO DE PERIÓDICOS EDUCACIONAIS PELAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS.....	149
2.4 PROFESSOR: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE	153
2.5 COMPOSIÇÃO DA REVISTA E AULAS DE TIPOGRAFIA NO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	177
ANEXO A – Transcrição dos Artigos da Revista Professor	200
Apêndice A: Membros da Associação do Professorado Catarinense.....	206

... OS DESLEMBRADOS

O título desta tese é inspirado na expressão “classe deslemburada”, utilizada pelo professor Manoel José Pereira Frazão, em 1872, numa carta dirigida a d. Pedro II. Na carta, como pode ser observado na passagem abaixo, o professor Frazão expõe as condições do professorado da corte brasileira e cobra do imperador vencimentos proporcionais às demais categorias de funcionários públicos. O excerto na carta dirigida ao imperador d. Pedro II, que apresenta a expressão “classe deslemburada”, é o seguinte:

A classe dos professores públicos de instrução primária da corte tem sofrido com resignação evangélica a humilhação da sociedade, que parece desconhecer a influência que ela pode exercer nos futuros destinos do País. Esta resignação, senhor, durou enquanto era fundada na esperança de que os poderes do Estado cuidariam de tirá-la desse abatimento em que jaz, depois que tivessem cuidado de outras providências que lhes parecessem mais necessárias. Concluída a guerra, os professores se dispunham a dar um passo no sentido de implorar a proteção de Vossa Majestade, quando Vossa Majestade se antecipou a pronunciar a palavra INSTRUÇÃO, cedendo em favor desse elemento cardeal da sociedade algumas vantagens que lhe eram oferecidas. Agitou-se o País inteiro à influência da palavra mágica de V.M. Imperial: dir-se-ia que a lei de instrução pública ia ser reformada, e que ia cessar de haver uma classe deslemburada entre as classes de funcionários públicos. Exultaram os professores, porque a reforma da instrução pública estava na boca de todos. Entretanto esta ilusão em breve se dissipou: apareceu o projeto do Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza, e nele se viu que apenas algumas gratificações se prometiam na proporção de serviços prestados e por prestar! É impossível descrever a Vossa Majestade o profundo desgosto que se apoderou então da classe; tão profundo era, que quase tocava à indignação! (A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, p. 4).

O professor Frazão, como poderá ser visto ao longo da tese, teve uma forte atuação na corte imperial em defesa do professorado, participando da criação de associações docentes, expondo suas teses nas conferências pedagógicas¹ e participando, como redator, de impressos dedicados à causa da instrução pública. O

¹ De acordo com Carvalho (1998), Cunha (1981), Lemos (2011), as conferências pedagógicas constituem-se num espaço de debate dos grandes temas da educação. No Brasil, os primeiros eventos datam da segunda metade do século XIX, oportunidade em que a presença dos professores públicos era obrigatória. Nesses eventos, discutiam-se metodologias de ensino, práticas pedagógicas, reformas educacionais. No caso brasileiro, contavam com a presença de autoridades governamentais; entre elas, a do imperador, durante o período monárquico, e, posteriormente, do presidente da República. A segunda parte da tese aprofunda a questão e destaca tais eventos como espaço de formação de professores num contexto em que as escolas normais ou eram inexistentes ou o número de vagas era pequeno e acabava restrito aos professores da capital; assim, não se capacitava o montante de professores. Destaco, também, a tentativa de controle por parte do poder público sobre as conferências, com a escolha dos temas das teses apresentadas, regras para o debate, entre outras prescrições, o que não impedia os professores de colocarem em pauta demandas da categoria. Da mesma forma, ressalto o papel das associações profissionais, a exemplo da ABE, na promoção das conferências.

professor não esteve presente no movimento associativo de Santa Catarina, *locus* deste trabalho de doutoramento, mas sua atuação em prol dos interesses da classe é bastante inspiradora para seus pares.²

Na capital de Santa Catarina, também localizei personagens inspiradores, como o professor Balduino Antônio da Silva Cardoso, que participou da comissão de três associações profissionais criadas em Nossa Senhora do Desterro no final do século XIX, duas dedicadas exclusivamente aos docentes. Ainda, o professor Léon Eugenio Lapagesse,³ francês que construiu uma carreira em Santa Catarina, participando da constituição de associações profissionais, na produção de revistas e livros pedagógicos, além de ter atuado no movimento federalista que buscava destituir Floriano Peixoto da presidência do Brasil. Essas histórias estavam deslembadas; eram pouco conhecidas da historiografia, assim como a história da Associação do Professorado Catarinense, da qual dois professores fizeram parte.

Alguns dos apelos dos professores do final do século XIX parecem bastante atuais: ausência de materiais pedagógicos; escolas funcionando em prédios inadequados; investimento de recursos próprios na compra de utensílios. Algumas dessas denúncias foram por eles publicadas na imprensa como forma de chamar a atenção das autoridades. Se, por um lado, elas ajudam a compor um panorama da situação educacional da província/estado de Santa Catarina, por outro lado, elas indicam permanências. A questão salarial é uma pauta de reivindicação que atravessará o século XIX e o XXI, assim como a queixa pela ausência de prestígio social enfrentada pela categoria. Apesar de atualmente não se localizarem mais pedidos para o reajuste do valor repassado pelo governo para o pagamento do aluguel da casa-escola, a denúncia quanto à falta da infraestrutura, especialmente nesse momento de pandemia da Covid-19, tem sido recorrente nos discursos sindicais e pauta de reivindicação do movimento em prol da escola pública. Em 1889, as aulas

² Para conhecer aspectos da experiência profissional e da prática pedagógica do professor Manoel José Pereira Frazão, sugere-se consultar Schuler (2005; 2007); Mignot e Silva (2011); Conceição (2019). O professor Frazão, no início do período republicado, realizou uma viagem custeada pela Inspeção Geral de Instrução Primária à Itália, à Suíça, à Suécia, à Bélgica, à Inglaterra e à França. O relatório da viagem foi publicado no ano de 1893 e está disponível para consulta na biblioteca da Câmara dos Deputados através do seguinte *link*:

<<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18760>>. Acesso em: 30 set. 2020. Frazão foi também autor de livros escolares, como “Noções de Geografia do Brasil para uso da mocidade brasileira” e “Gramática Portuguesa”, adotados pelo governo imperial nas escolas brasileiras (LEMOS, 2006, p. 75).

³ Mais informações sobre a vida desses professores encontram-se no Apêndice A.

também foram suspensas na capital da província de Santa Catarina em razão da falta de condições de higiene; já em 1886, a suspensão foi em função de um surto de febre amarela, como será detalhado na segunda parte da tese. Do mesmo modo, escolas continuam sendo fechadas pelo poder público. Se, durante o século XIX, a justificativa era a ausência de alunos e professores habilitados, em 2019, a alegação foi a falta de recursos para a reforma. Foi o que aconteceu com a Escola Estadual Lauro Müller,⁴ localizada em Florianópolis, fechada pela Secretaria do Estado da Educação (SED) sob a alegação de falta de infraestrutura, apesar das audiências públicas e da manifestação da comunidade escolar em prol da reforma da escola.⁵

A busca pela melhoria da situação educacional pode ocorrer de diferentes modos. O objetivo desta tese é apurar a existência de associações profissionais, exclusivamente formadas por docentes, com sede na capital da província/estado de Santa Catarina no final do século XIX e XX (Nossa Senhora do Desterro, até 1894, e depois, Florianópolis), seu papel na melhoria das condições de vida e de trabalho do professorado e analisar o contexto político de sua criação.

Para tanto, foi estruturada da seguinte forma de acordo com os tópicos a seguir.

Na Introdução, são sistematizados o percurso teórico-metodológico da pesquisa, a identificação de trabalhos dedicados à temática do associativismo e às fontes da pesquisa que ajudam a contar parte da vida da Associação do Professorado Catarinense, com base nas ações que foram notícia na imprensa de Desterro.

Na Parte I, apresento estudos que se debruçaram sobre a organização docente no final do século XIX e início do século XX. O objetivo é contextualizar a iniciativa de Desterro em sintonia com outras províncias brasileiras. Neste sentido, a Associação do Professorado Catarinense não foi uma iniciativa isolada. Além disso, são apresentadas as formas de assistências da associação aos professores e às suas famílias.

A segunda parte é dedicada à identificação e à análise de iniciativas de auxílio pedagógico e formativo. Nela, é apresentada a revista Professor, editada pela Associação do Professorado Catarinense e impressa nas aulas de Tipografia do Liceu

⁴ A escola foi inaugurada em 1913, integrando a primeira geração de grupos escolares em Santa Catarina (GASPAR DA SILVA; GHIZONI TEIVE, 2009).

⁵ Cf. «<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/10/24/escola-centenaria-de-florianopolis-sera-fechada-pelo-governo-do-estado.ghtml>» e «www.sinte-sc.org.br/Noticia/8223/eeb-lauro-muller-assembleia-da-comunidade-escolar-diz-nao-ao-fechamento». Acesso em: 20 mar. 2021.

de Artes e Ofícios. Da mesma forma, a proposta da associação de realizar conferências pedagógicas e a manutenção de uma biblioteca pedagógica.

Por fim, as considerações finais, o anexo A, com a transcrição dos artigos publicados na revista Professor, editada pela Associação do Professorado Catarinense em 25 de agosto de 1889. Há, também, um apêndice, com informações sobre a vida de alguns dos membros das diretorias da Associação do Professorado Catarinense. A proposta desse adendo é apresentar dados que permitam visualizar quem foram seus idealizadores e como a atuação em conjunto não se restringiu à criação da associação.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese,⁶ como já anunciado, é apurar a existência de associações profissionais, exclusivamente formadas por docentes, sediadas na capital da província/estado de Santa Catarina e analisar o contexto político de sua criação. Como objetivos específicos foram elencados: mapear o funcionamento e o papel desempenhado pelos sócios na manutenção dessas associações, sobretudo quanto aos auxílios ofertados aos professores associados; identificar como essas associações prestavam auxílio pedagógico aos docentes, seja por meio da publicação de um periódico próprio, seja pela realização de conferências pedagógicas ou, ainda, pela criação e manutenção de uma biblioteca pedagógica.

Conforme já elencado pela historiografia, e detalhado ao longo da tese, havia associações criadas por professores em outras províncias brasileiras no final do século XIX, sobretudo na corte imperial. Minha tese foi de que seria possível localizar em Santa Catarina associações similares à da capital do império brasileiro, e mostrar que as associações catarinenses também desempenharam a função de reivindicar melhoria das condições de vida para o professorado e do *status* social da profissão, além de proverem amparo assistencial, previdenciário e formativo aos sócios. A investigação limitou-se aos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, período no qual se localizam os primeiros ensaios de organização de associações profissionais docentes no Brasil. Assim delimitados, para privilegiar os modos como os professores se organizavam como categoria profissional, a tese foi estruturada a partir de estudos da história da profissão docente, notadamente nos que auxiliam a compreender a noção de associativismo.

A história da profissão docente é, conforme Denice Catani (2011), uma noção aglutinadora de vários aspectos do exercício profissional do magistério. A investigação e a análise que a tomam por objeto podem ser feitas a partir de uma variedade de temas, tais como formação, saberes, instituições de ensino nas quais professores atuaram, relações com o Estado, bem como formas de organização da

⁶ Tese vinculada ao Grupo de Pesquisa Objetos da Escola, articulada com o Observatório de Práticas Escolares (OPE; Faed-Udesc) e desenvolvida ao abrigo dos projetos de pesquisa “Objetos para Consumo da Escola: O que dizem as Exposições Universais, os Museus Pedagógicos e as Leis da Obrigatoriedade Escolar” (2017-2020) e “Objetos da Escola: Por uma história material da experiência escolar (1880-1920)” (a partir de 2021), ambos com aporte financeiro da Udesc, CNPq, Fapesc e Capes e coordenados pela professora doutora Vera Lucia Gaspar da Silva.

categoria profissional. Tais dimensões, destaca a autora, só fazem sentido se forem analisadas de modo integrado.

Para António Nóvoa (1991), a gênese e o desenvolvimento da profissão estão vinculados a dois aspectos: ao fato de o ofício de ensinar se ter tornado o principal meio de subsistência daqueles que o exerciam, aliado à necessidade de uma qualificação/formação para exercê-lo. Além deste, alerta o autor, ao de os professores se haverem tornado funcionários do Estado. “A intervenção estatal vai provocar uma homogeneização, assim como uma unificação e uma hierarquização [...] no início, o que constitui estes docentes em corpo profissional é o controle do Estado, e não uma concepção corporativa do ofício” (NÓVOA, 1991, p. 121). Desse modo, para Nóvoa (1991), a constituição dos sistemas de ensino estatais, entre os séculos XVIII e XIX, foi a grande responsável pela uniformidade nos processos de seleção para ingresso na carreira e, consequentemente, por constituir uma progressiva autonomia dos docentes face a “ingerências locais”,⁷ haja vista que se tornam parte do Estado.⁸Escreve o autor:

É preciso, portanto, considerar a *funcionarização* como um projeto sustentado ao mesmo tempo pelos docentes e pelo Estado: os primeiros buscando se constituir em corpo administrativo autônomo e hierarquizado; o segundo, buscando garantir o controle da instituição escolar (NÓVOA, 1991, p. 121).

Outra questão apontada por Nóvoa, na obra intitulada “Le Temps des Professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e – XX^e siècle)”, publicada em 1987, é a constituição de um conjunto de conhecimentos e técnicas, específicos e autônomos em relação a outros campos do conhecimento, que irão compor os princípios orientadores da profissão docente. Tal arcabouço não seria mais adquirido apenas pela experiência, mas através de

⁷ Nesta pesquisa, identifiquei denúncias de perseguição política sofrida por professores na província de Santa Catarina. O professor Luiz José Cesarino da Roza, por exemplo, era vinculado ao Partido Liberal e foi exonerado para dar lugar a um docente atrelado ao Partido Conservador (Jornal Regeneração, 27 de dezembro de 1885, p. 1).

⁸ No caso, Nóvoa (1991) refere-se ao professorado português. Acrescenta: “[...] o estatuto de funcionários convém aos docentes, porque lhes assegura uma independência frente às influências locais. Mas quando o Estado cria estruturas de controle muito fechadas – como, por exemplo, os corpos de inspetores no século XIX –, os docentes vão reivindicar uma maior autonomia frente a ele. Eles tentam conjugar os privilégios de funcionários (por exemplo, a inamovibilidade) com os de trabalhadores livres. Num certo sentido, pode-se dizer que o modelo ideal dos docentes situa-se a meio caminho entre o *funcionário* e o *profissional livre* – esta é uma das razões que explica por que o modelo das profissões liberais continua, de maneira implícita ou explícita, um ponto de referência para os membros do corpo docente, embora não tenha jamais servido de base para sua organização. De resto, em sua história coletiva, os docentes não renunciaram nunca a reivindicar um regulamento menos *administrativo* (no sentido burocrático) e mais *profissional* (no sentido liberal)” (NÓVOA, 1991, p. 123 – grifos do autor).

formação prévia. Neste sentido, as escolas de formação de professores tiveram papel fundamental, por serem órgãos com domínio científico e competência técnica para habilitar os profissionais para o magistério. Outro ponto é a dimensão ética. De acordo com o autor, o exercício de uma profissão exigirá padrões de comportamento próprios da categoria. Esses valores, expressos em um código, servirão tanto para orientar a prática profissional, quanto para equalizar a conduta do professorado (NÓVOA, 1987, p. 53).

Ao analisar a história do professorado primário português, Nóvoa (1987) destaca quatro etapas no processo de profissionalização.⁹ A primeira etapa ocorre quando “determinado domínio social é ‘ocupado’ por um grupo de indivíduos” (NÓVOA, 1987, p. 54) que dedicam a maior parte do seu tempo, ou a exclusividade, ao ofício da docência a fim de obter sua subsistência. Já a segunda fase consiste na criação, pelas autoridades estatais, de um aparato legal para o exercício da profissão; seja através da criação de um “certificado”¹⁰ de habilitação, seja por intermédio da realização de concursos específicos para o ingresso no magistério. A definição desses marcos de acesso à profissão estabelecerá as habilidades necessárias à docência. Tal medida, de acordo com Nóvoa (1987, p. 55), auxiliará na delimitação do campo social da profissão docente e no monopólio da atividade, especialmente para os funcionários públicos. A terceira etapa refere-se à aquisição de treinamento especializado antes do ingresso na carreira, especialmente pelas escolas normais:

As instituições de formação têm a tarefa de transmitir conhecimentos e técnicas, mas também contribuem para a disseminação de padrões éticos e no desenvolvimento de um espírito de solidariedade entre os futuros membros do corpo profissional¹¹ (NÓVOA, 1987, p. 55).

A quarta, e última etapa, concerne à criação de associações profissionais com funções e *status* muito diferentes, dependendo de sua forma de organização. Algumas

⁹ Nóvoa (1987, p. 56) destaca que, por se tratar de uma ação coletiva, essas etapas devem ser estudadas juntas com o desenvolvimento do *status* social da profissão. Assim, questões como a origem social dos membros do magistério, se a entrada na profissão constitui uma promoção social, a que classe social pertencem os professores, que interesses/projetos apoiam, de que prestígio social usufruem e, ainda, como se caracterizam as relações de gênero dentro da profissão: tudo isso são aspectos que também repercutem no processo de profissionalização.

¹⁰ No caso de Santa Catarina, como será visto na parte II, o governo buscou alternativas para qualificar os professores antes da construção de uma Escola Normal, seja por intermédio da recomendação da leitura de compêndios pedagógicos, seja pela criação da categoria de professor-adjunto ou de aluno-mestre nas escolas de instrução primária.

¹¹ No original: *Les institutions de formation n'ont pas l'unique tâche de transmettre des connaissances et des techniques; elles contribuent aussi à la diffusion de normes éthiques et déontologiques et au développement d'un esprit de solidarité entre les futures membres du corps professionnel* (tradução livre).

terão poder sobre a definição de padrões de recrutamento para ingresso na profissão, ou o de interferir em questões disciplinares e éticas; outras vão agir como grupo de pressão sobre as ações estatais, ou ainda atuar na concessão de benefícios assistenciais (NÓVOA, 1987, p. 55). Nóvoa (2006), enfatiza que as associações profissionais, criadas desde o início do século XIX tinham, *grosso modo*, como objetivo defender os interesses socioeconômicos e profissionais dos seus membros, constituir e salvaguardar um conjunto de regras e valores próprios da profissão. Além da proteção coletiva, as associações de professores tinham como bandeira a educação como serviço público e a defesa da utilidade social do trabalho docente. De acordo com o autor, a partir do estudo dessas instituições é possível apreender uma dimensão da docência que envolve tanto seu estatuto profissional quanto a imagem social da categoria em determinado momento de sua história.

Ressalte-se ainda que, de acordo com Nóvoa (1991), o conjunto de valores e normas que serve como parâmetro de atuação profissional da categoria docente não foi elaborado no interior do grupo, mas de modo exógeno, ou seja, foi pautado por instâncias externas ao corpo docente, inicialmente pela Igreja, e, depois, pelo Estado. Segundo o autor, houve:

[...] a substituição de um corpo docente religioso por um corpo laico (ou sob o controle do Estado), sem que por isso as antigas motivações, nem as normas tenham sido substancialmente modificadas: o modelo de docente permanece muito próximo daquele do padre (NÓVOA, 1991, p. 119).

Neste sentido, destaca que a constituição de um discurso próprio se dará mediante forte controle político e ideológico, e no enfrentamento da seguinte questão: “um servidor do Estado não deve se opor ao Estado” (NÓVOA, 1991, p. 123). A partir da segunda metade do século XIX, contudo, alguns fatores passaram a contribuir para a emergência de um “ator corporativo [...] que corresponde à tomada de consciência do corpo docente de seus próprios interesses enquanto grupo profissional” (NÓVOA, 1991, p. 127). A baixa remuneração é um deles, pois “reforça a solidariedade no interior do corpo docente, assim como a emergência de uma identidade profissional” (NÓVOA, 1991, p. 126).

Continua o autor enfatizando que a emergência das primeiras associações profissionais foi possível graças a um trabalho prévio de constituição de uma mentalidade coletiva:

A criação destas associações supõe a existência prévia de um trabalho coletivo de constituição dos docentes em corpo solidário e de elaboração de

uma mentalidade e de uma ideologia comuns: é uma longa tarefa, facilitada pela instituição de um tempo e de um espaço de formação que asseguram a entrada na profissão docente (NÓVOA, 1991, p. 127).

Gaspar da Silva (2004), ao investigar aspectos da história da profissão docente do ensino primário dos estados de Santa Catarina e São Paulo, no Brasil, e em Portugal, na passagem do século XIX para o século XX, destaca que a escola era *locus* privilegiado para o aprendizado do comportamento moral e político adequado aos cidadãos. O professorado deveria educar pelo exemplo. Sua postura social e política seria o guia de conduta dos estudantes e da comunidade na qual estavam inseridos. A regulamentação da profissão, no período investigado pela autora, estava pautada nas questões morais mais do que nas questões pedagógicas. Ela menciona que, apesar de todas as formas de controle e normatização de conduta estabelecidas na legislação do ensino, os professores criaram uma autonomia e se declararam fundamentais na execução da “nobre tarefa” do magistério, contribuindo para a construção e a melhoria da sociedade. Desta maneira, criaram “um território exclusivo dos professores sobre o qual reinavam e cujo sucesso dependia inteiramente da justeza de suas próprias ações” (GASPAR da SILVA, 2004, p. 198). Neste sentido, conversas para pequenas trocas de informação durante os intervalos ou durante as conferências pedagógicas poderiam, de pouco em pouco, criar formas de resistência e fazer dos professores mais do que agentes ou reprodutores do Estado.

Margarida Felgueiras *et al.* (2016), nessa perspectiva, ao analisar o associativismo como ferramenta de desenvolvimento e estruturação das sociedades modernas, ressaltam o movimento associativo como um fenômeno de organização social e destacam que os indivíduos se reúnem motivados por objetivos comuns desde o início do século XIX.

Outro importante estudo da autora, que auxilia na compreensão do termo, é a obra “Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX”, publicada em 2008. No texto, a autora se debruçou sobre o Instituto do Professorado Oficial Primário Português, instituição de apoio socioeducativo para os filhos e as filhas de professores portugueses. Para a autora, a iniciativa insere-se num debate mais amplo do movimento associativo sobre os temas educacionais e sobre os projetos que os professores tinham para a educação. Segundo Felgueiras (2008), no início do século XX, em Portugal, a luta dos professores por melhores condições de vida passou, no seio de movimento associativo, pela organização da classe de forma

a torná-la uma força de pressão, capaz de impor na agenda política questões educativas e socioeconômicas e, de outro lado, uni-los em torno de objetivos comuns que contribuíssem para a afirmação de uma identidade socioprofissional e a elevação das suas condições materiais. Neste sentido, foram criadas instituições de apoio como montepios e associações de socorro mútuo, onde “tais iniciativas eram vistas como uma manifestação das capacidades empreendedoras da classe, um meio de sua elevação social e moral” (FELGUEIRAS, 2008, p. 39).

Libânia Xavier (2013) destaca que “o termo ‘associativismo docente’ é abrangente, pois envolve toda forma de organização coletiva dos professores na defesa de seus interesses em diversas esferas da vida social” (XAVIER, 2013, p. 59). Interessante observar que o dicionário de Pedagogia Labor, publicado em 1936, em Barcelona, adverte que não se pode falar de associações de professores antes do século XX, apesar de mencionar a possibilidade de os docentes já se organizarem em irmandades desde o século XIII. No caso, o dicionário destaca a criação da Associação Nacional do Magistério Primário em 1901, como a entidade mais forte e representativa do magistério espanhol, que tinha por objetivo emancipar política e economicamente os professores da tutela dos municípios e torná-los funcionários do Estado.

Ao analisar as contribuições da história social, Xavier (2019) aponta que as associações profissionais docentes surgem na convergência de dois fatores: no desequilíbrio das forças sociais e na vontade de mudança. Neste sentido, diz ser fundamental a análise da relação entre os movimentos docentes e a política governamental, pois, escreve:

As associações assumem papéis multidimensionais e muitas vezes ambíguos, pois, ao mesmo tempo, se opõem e participam, prestam serviços e defendem ideias, substituem o setor público em crise e exercem contrapoderes, constituindo-se em lugar de emergência e de conservação das sociabilidades e, ao mesmo tempo, acionam mecanismos de poderes e de busca de novas legitimações (XAVIER, 2019, p. 4).

De tal modo, tendo como base os referenciais supracitados, considero, nesta tese, que o termo ‘associativismo docente’ engloba um conjunto de iniciativas de professores, no que concerne à sua organização como categoria profissional, de modo mais amplo do que a criação de associações profissionais. Assim, a publicação de um requerimento no qual um professor, ou grupo de professores, cobra do Estado a ampliação do investimento em educação – como nas solicitações de reajuste de

aluguel da casa escola, ou quando um docente cobra do presidente da província de Santa Catarina ações frente às ingerências políticas locais, ou o pagamento de salários atrasados – foi interpretada como parte do movimento associativo do magistério catarinense. Contudo, será aqui privilegiada a formação de associações profissionais, tendo em vista que, por reunirem a atuação de um grupo de professores, consolidam uma ação e uma mentalidade coletiva. Além do mais, conforme os autores mencionados, as associações surgiram como espaço privilegiado de defesa dos interesses de um corpo profissional para reivindicar melhores salários e condições de trabalho, para tentar interferir na organização e estruturação dos sistemas de ensino ou, ainda, para dar assistência aos professores, além de contribuírem para “produzir e vincular as representações do grupo a respeito do seu trabalho e da sua posição no espaço social” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 96).

- LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO

O levantamento da produção sobre o associativismo docente no Brasil, realizado para elaborar esta tese, confirma o já apontado por Paula Vicentini e Rosário Lugli em 2009: passados dez anos, mantém-se um quadro que registra baixo número de trabalhos dedicados à investigação das décadas finais do século XIX e início do XX. As autoras mencionam alguns trabalhos dedicados à organização do magistério em associações de professores nos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, e na cidade do Rio de Janeiro, trabalhos que serão discutidos na primeira parte da tese. Do mesmo modo, Catani já apontava, em estudo publicado em 1995, que, apesar de se ter notícias de iniciativas da organização docente na segunda metade do século XIX, eram escassos os trabalhos que se dedicavam à questão.

O quadro 1 relaciona as teses e dissertações localizadas na base de dados da Capes que investigaram associações docentes no final do século XIX e início do século XX.¹² Nesse quadro, os dados foram organizados considerando o curso, se

¹² Apesar de não estarem no quadro 1, localizei trabalhos que investigaram associações docentes na segunda metade XX. Dissertações: “Associação do Magistério Municipal de Curitiba: origem e desenvolvimento – 1979 a 1985”, de Maria Helena Silveira, defendida no ano de 1991 na PUC –SP. Vinculados ao PPGE da Uninove, foram localizados os seguintes trabalhos: no ano de 2010, “Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-20”, de autoria de Alessandro Rubens de Matos. Três trabalhos defendidos em 2016: “Sindicalismo e Associativismo Docente Universitário na América Latina História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)”, de Luis Roberto Beserra de Paiva; “Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989)”, de Vanessa Amorim Dantas, e

mestrado ou doutorado, com indicação de autor, título do trabalho, instituição onde a pesquisa foi desenvolvida e ano de defesa. A busca foi feita a partir da palavra-chave “associativismo docente”¹³ e resultou na identificação de 11 trabalhos, datados entre 1999 e 2019, defendidos em diferentes programas de pós-graduação. Os trabalhos auxiliaram na elaboração de um panorama das associações docentes existentes no Brasil (Quadro 8) que será apresentado na Parte I. A dissertação de Elayne Lins Crisóstomo defendia, no ano de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, apresenta a organização da Associação Catarinense de Professores fundada em 1952. Mesmo estando fora dos limites temporais da tese, foi incorporada no quadro 1 por ser o único trabalho identificado no banco de dados da Capes que trata de organização docente em Santa Catarina.

“Sindicalismo e Associativismo Docente Universitário na América Latina História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)”, de Luis Roberto Beserra de Paiva. No ano de 2017, “História da Gênese e Consolidação Política da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC) - 1976 – 1985”, de autoria de Emerson Feliciano Mathias, e “História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e região (SINPROSASCO) - 1985-1992”, de Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira. No estado de São Paulo, identifiquei a dissertação de Rosário Silvana Genta Lugli, “Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores (1964-1990)”, defendida na USP em 1997. Já no estado do Rio Grande do Sul, “A Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino: uma experiência de associativismo no ensino superior”, defendida por Alcides Genero na PUCRS, em 1974, e “O Espírito, o Corpo e o Jogo: Intelectuais orgânicos coletivos na Atempa (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) e suas formulações e ações em torno das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação”, de Marco Antônio Lirio de Mello, em 2015, na UFRGS. Localizei, ainda, “Educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX”, de Edson Tenório da Silva, defendida na UFPE em 2011. “Professoras e Professores em Greve? Memória do congresso do magistério público do Paraná (1968)”, de Melissa Colbert Bello, em 2013, na UFPR. Sobre as teses mapeadas, a predominância é de estudos sobre os sindicatos do ensino superior. Identifiquei as seguintes: “Trajetória do Movimento Docente do Ensino Superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da Andes”, escrita por Alaíde Rita Donatoni e defendida na Unicamp em 1999; a “Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC – e a Educação Superior no período de 1995 a 2007”, de Luiz Silverio Silva, defendida na Unimep em 2012. No estado de São Paulo: “Os Nós do ‘Nós’: ação coletiva docente no ensino estadual paulista (1990-1997)”, de Claudia Pereira Vianna, na USP, em 1999, e, pela Uninove, dois trabalhos no ano de 2016: ‘História da Educação Brasileira e seus Personagens Invisíveis – Práticas Sindicais e Políticas do Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo – AFUSE (1978-1992)’, de Miriam Maria Bernardi Miguel e, no ano de 2019, “História concisa do sindicato dos professores do ABC (1984-1990)”, redigida por Carin Sanches de Moraes. Para finalizar, “Organização dos sindicatos do Vale do São Francisco: o sindicato como esperança de construção de profissão docente”, defendida por Josenilton Nunes Vieira na UFRN, em 2009; “Mediações e Distinções entre Associativismo e Sindicalismo de Professores Públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/SINDICATO e o SINDIUTE”, de Danusa Mendes Almeida, em 2015, na UFSCar; “O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato”, de Robson Santos Camara Silva, na UNB em 2013.

¹³ Levantamento realizado no primeiro semestre de 2017 e atualizado em março de 2021. Foram analisados, no total, resumos de 1.219 trabalhos.

Quadro 1 - Teses e dissertações identificadas no Banco de Dados da Capes

MESTRADO			
Autor	Título	Instituição	Ano de defesa
Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos	O discurso da ordem: a contribuição do campo docente na Corte Imperial	UERJ	2006
Adriana Duarte Leon	A profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940)	UFPeI	2008
Eliana de Oliveira	O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica, e associativismo dos professores públicos primários de Minas Gerais (1871-1911)	UFMG	2011
Marcelo Gomes da Silva	Por meio da resistência: processo de profissionalização docente no manifesto ao professorado de Minas (1900)	UERJ	2012
Yan Soares Santos	A Sociedade Propagadora da Instrução Pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)	UFPE	2014
Elayne Lins Crisóstomo	Um estudo histórico sobre a Associação Catarinense de Professores Criada em 1952	UFSC	2016
DOUTORADO			
Iliada Pires da Silva	A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade socioprofissional docente 1901-1910	USP	2004
Erlando da Silva Rêses	De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor	UNB	2008
Sérgio Ricardo Pereira Cardoso	Associação Sul-Riograndense de Professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)	UFPeI	2011
Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos	Professores em movimento: emergência do associativismo docente na corte imperial	UFMG	2011
Marcelo Gomes da Silva	“Operários do Pensamento”: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937) Niterói	UFF	2018

Fonte: Banco de Dados da Capes. Dados sistematizados pela autora.

No trabalho realizado, não localizei estudos que abordassem o associativismo docente em Santa Catarina relativos ao período estabelecido nesta pesquisa. Além do banco de dados da Capes, a busca foi realizada em periódicos da área da Educação, notadamente na Revista Brasileira de Educação,¹⁴ que vem sendo publicada desde 1995 pela Anped. No campo da História da Educação, optei pela Revista História da Educação,¹⁵ da Asphe, por ser a mais antiga revista especializada do campo, sendo o primeiro número datado de 1997. Realizei, ainda, buscas na

¹⁴ Edições disponíveis em: <<http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

¹⁵ Sistema de busca disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/search>>. Acesso em: 1º abr. 2021.

Revista Brasileira de História da Educação,¹⁶ editada pela Sociedade Brasileira de História da Educação, no periódico Cadernos de História da Educação,¹⁷ e na Revista História e Historiografia da Educação.¹⁸ Na busca nos periódicos, devido à baixa incidência de trabalhos, resolvi ampliar o número de descritores. Para isso, utilizei quatro palavras-chave: “sindicalismo”, “associativismo”, “associação de professores” e “associação docente”. A partir desses descritores, selecionei os que tratassem de associações docentes. Os artigos científicos foram listados no quadro 2.¹⁹ Desses, apenas o artigo de Daniel Lemos (2011) analisa o movimento de professores no século XIX no Brasil. O artigo de Urban (2016) narra, por sua vez, a história da Associação Nacional de Educação, criada em 1857 nos Estados Unidos da América. Permito-me citar um artigo escrito por mim em parceria com minha orientadora, sobre a Associação do Professorado Catarinense. Os textos de Amaral (2015), Leon (2011), Pinheiro (2015), Ascolani (2010), Leon e Amaral (2010) tratam de iniciativas da primeira metade do século XX; os artigos de Viana (1996; 2000), da segunda metade do XX.

Realizei, ainda, busca na coleção impressa das revistas da Associação Nacional de Educação (Ande).²⁰ Tal associação foi fundada em 1979, com a primeira publicação da revista em 1981. Não localizei textos que contemplassem a organização docente no final do século XIX e início do XX. Encontrei um artigo e uma entrevista

¹⁶ Busca disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/search>>. Acesso em: 4 abr. 2021.

¹⁷ Edições disponíveis em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/issue/archive>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

¹⁸ Busca disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rhhe/search>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

¹⁹ Não foram considerados os artigos que tratam de outras formas de associativismo, se não o docente. Assim, os textos de Vanessa Cerqueira Teixeira - “A devoção mercedária e o associativismo leigo no setecentos mineiro” - e de Jonas Roque Ribeiro - “Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas: associativismo negro e educação no pós-abolição”, publicados na Revista de História e Historiografia da Educação, assim como o artigo “Una Società Senza Scuola È Un Corpo Senz’Anima”: As Escolas Italianas de Pelotas/RS, Mantidas pelas Sociedades de Mútuo Socorro no Século XIX, de Renata Brião de Castro e Alberto Barausse, publicado na Revista História da Educação, não foram incorporados ao levantamento de dados da tese.

²⁰ Foram analisados os seguintes exemplares: os números 1 e 2 publicados no ano de 1981; números 3, 4 e 5 lançados em 1982; número 6 em 1983; do ano de 1984, os exemplares de número 7 e 8; número 9 de 1985; e os números 10 e 11 de 1986; e, ainda, as revistas de número 12, publicada em 1987, de número 13, editada em 1988, e de número 14 de 1989; dos anos de 1990, fazem parte do acervo o número 15 e 16 de 1990, número 17 de 1991, número 18 de 1992, número 19 de 1993 e, por fim, número 20 de 1994. Destaco que Denice Barbara Catani possui um texto nessa revista intitulado “O movimento dos professores e a organização do campo educacional em São Paulo (1890-1919)”, publicado no número 21 do ano de 1995, que integra o rol de bibliografias da tese, mas cuja edição não integrava a coleção de revistas impressas analisadas, por isso, não consta a indicação desse texto no quadro 2.

que tratam do movimento de professores no final século XX.²¹ O quadro 2, a seguir, apresenta os artigos localizados nos periódicos citados.

Quadro 2 - Produção sobre associativismo em revistas científicas publicadas no Brasil (1981 – 2020)

Revista	Autor	Título	Ano Publicação
Revista História da Educação – publicada pela Asphe	Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos	Manifesto dos professores públicos de instrução primária da Corte (1871)	2011
	Wayne Urban	A Associação Nacional de Educação dos Estados Unidos da América	2016
	Adriana Lange do Amaral	O periódico A Palavra como possibilidade de estudo da Associação Católica de Professores (Pelotas/RS 1930-1940)	2015
	Danielly Samara Besen; Vera Lucia Gaspar da Silva	Associação do Professorado Catharinense: histórias, meios de ação e composição	2020
Revista Brasileira de História da Educação – publicada SBHE	Adrián Ascolani	Las Convenciones Internacionales del Magisterio Americano de 1928 y 1930. Circulación de ideas sindicales y controversias político-pedagógicas	2010
	Ana Regina Pinheiro	Instrução do povo sob a proteção do catolicismo – militância docente e a expansão da escolarização em São Paulo	2015
	Adriana Duarte Leon; Giana Lange do Amaral	Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores: apontamentos sobre a organização do professorado nas décadas de 1930 e 1940	2010
Revista Brasileira de Educação – publicada pela Anped	Cláudia Pereira Vianna	Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente	1996
	Cláudia Pereira Vianna	Organização docente paulista: crise, identidade coletiva e relações de gênero	2000
Cadernos de História da Educação	Adriana Duarte Leon	Identidade docente coletiva, associativismo e práticas de formação nas décadas de 30 e 40 do século XX	2011
Revista da Associação Nacional de Educação (Ande) –	Maria Luisa Santos Ribeiro	Movimento de professores: as greves de 78 e 79 no Estado de São Paulo	1982

Fonte: Banco de dados da Revista História da Educação, da Revista Brasileira de História da Educação, da Revista Brasileira de Educação, dos Cadernos de História da Educação; Coleção da Revista da Associação Nacional de Educação. Dados sistematizados pela autora.

²¹ Na edição número 4, de 1982, Maria Luisa Santos Ribeiro analisa as greves de professores de 1º e 2º grau no Estado de São Paulo que marcaram o final dos anos 1970. O artigo intitulado “Movimento de professores: as greves de 78 e 79 no Estado de São Paulo” busca na opinião dos líderes grevistas as razões para a greve de 78 ter sido considerada vitoriosa, diferentemente do que ocorreu no movimento de 1979. Entre os que consideraram aspectos positivos na greve de 1979, está a vitória da chapa de oposição na diretoria da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP – e críticas à atuação do Centro do Professorado Paulista. Já a edição número 16, de 1990, traz uma entrevista com o presidente da APEOESP sobre a municipalização do ensino fundamental que estava em implantação naquele momento.

Busquei, também, nos acervos das bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), dissertações e teses que tratassem da temática desta pesquisa com o fito de identificar trabalhos não registrados no banco de dados da Capes e nas revistas científicas. Não identifiquei nenhum trabalho na biblioteca da UDESC com o descritor “associativismo”, já na biblioteca da UFSC encontrei seis trabalhos cujos dados compõem o quadro 3:

Quadro 3 - Trabalhos sobre associativismo localizados na Biblioteca da UFSC

	Autor	Título	Programa	Ano
Dissertação	Marcelo Soares de Campos	A ação política do magistério público estadual de Santa Catarina, no período de 1990 a 2000: uma reflexão sobre a atuação do SINTE	PPGE	2004
Dissertação	Ana Maria Borges de Sousa	Do espaço escolar às ruas: um olhar sobre o movimento dos trabalhadores em educação de Santa Catarina	PPGE	1994
Dissertação	José Roberto Carvalho do Nascimento	Estratégias de ação política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE/SC - e sua relação com a Central Única dos Trabalhadores - CUT - entre a década de 1980 e início dos anos 2000	PPGE	2007
Dissertação	José Batista da Rosa	Professoras e sindicato (1988-1998)	PPGSP	2001
Dissertação	João Guilherme de Souza Corrêa	Formação de trabalhadores e movimento sindical: desenvolvimento e consolidação da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008)	PPGE	2009
Dissertação	Elayne Lins Crisóstomo	Um Estudo Histórico sobre a Associação Catarinense de Professores – 1952 - 1960	PPGE	2016

Fonte: Repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Dados sistematizados pela autora.

É possível afirmar que as produções acerca das associações de professores em Santa Catarina, sobretudo a partir da análise do repositório institucional da UFSC, concentram-se na segunda metade do século XX, com destaque para a Organização dos Trabalhadores em Educação na rede oficial de ensino no Estado de Santa Catarina (Sinte – SC). O Sinte surge após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando é permitida a sindicalização dos funcionários públicos (DAROS, 1999). A legislação trabalhista criada durante o governo de Getúlio Vargas, reunida em 1943 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proibiu uma central de todos os

trabalhadores. A sindicalização do funcionalismo público era proibida, já que eram servidores do Estado (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 99). “Restava aos professores da rede pública, portanto, organizarem-se em associações que eram reguladas pelo direito privado e cuja atuação se dava no âmbito da sociedade civil” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 99). Desse modo, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc), criada em 1966, passou a ser chamada de Organização dos Trabalhadores em Educação na rede oficial de ensino no Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), no ano de 1988 (DAROS, 1999).

Outra associação, já investigada, é a Sociedade Recreativa dos Professores, criada em 1952, que passou, no ano de 1965, a ser denominada Associação Catarinense dos Professores (ACP). Esta sociedade tinha por finalidade oferecer condições de recreação, ampliando o convívio do professorado (LINS, 1995). De acordo com Daros (1999), a ACP é a mais antiga entidade ligada aos professores da rede pública estadual, mas que se caracteriza pela relação de dependência com as propostas governamentais. Crisóstomo (2016, p. 118) ressalta que a consolidação da ACP, na década de 1950, esteve atrelada a ajudas governamentais e empresariais a fim de consolidar o “grande desejo” dos associados, que era o de comprar uma sede de recreação na praia da Canasvieiras, situada na região norte da Ilha de Santa Catarina. Tal apoio teria como contrapartida a renúncia a reivindicações trabalhistas (CRISÓSTOMO, 2016, p. 115), tanto que, no Estatuto de 1953, o artigo vigésimo determina que manifestações políticas e religiosas ocorridas nas dependências da associação, como também durante as atividades promovidas pela ACP, seriam coibidas (CRISÓSTOMO, 2016, p. 104). Daros (1999) pondera, ainda, que a proximidade da ACP com o poder público pode ser observada após a promulgação do denominado Primeiro Plano Estadual de Educação (1969/1980), quando a Secretaria de Estado da Educação doa um prédio à associação a fim de hospedar professores que vinham à capital para realizar cursos de treinamento sobre os novos procedimentos didáticos e de avaliação escolar requeridos com a aprovação do plano.

No estado de Santa Catarina ocorreu, ainda de acordo com Lins (1995), a criação de outras entidades de amparo ao professorado. No ano de 1947, foi criada a Beneficência dos Professores (Bepros), que tinha por objetivo oferecer auxílio funeral e hospitalar aos professores que contribuíam mensalmente através de um desconto em seus salários. Outra instituição foi a Fundação Casa dos Professores de Santa

Catarina (Fucapro). Fundada no ano de 1951, tinha a finalidade de amparar os professores aposentados, proporcionando-lhes condições dignas de moradia.

Alguns trabalhos conhecidos do campo não foram identificados nas bases consultadas, mas compõem o referencial teórico da tese. Refiro-me especificamente à tese de Denice Barbara Catani - Educadores à meia luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo (1902-18) -, publicada em livro no ano de 2003, e à tese de Marta Maria Chagas de Carvalho - Molde nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931) -, publicada na forma de livro em 1998. No caso específico de Santa Catarina, foram inseridos os trabalhos de Luciano (2001), Gaspar da Silva (2004), Schmidt (2006) e Schmidt *et al.* (2012), que tratam da educação primária no final do século XIX, e à dissertação de Schaffrath (1999), que aborda a criação da Escola Normal Catarinense em 1892.

Inspirada nas afirmações de Umberto Eco (2016), procurei outra forma de mapear a produção sobre o associativismo no Brasil²² e em Santa Catarina. Eco (2016), na obra “Como se faz uma tese”, discorre sobre diferentes estratégias metodológicas que podem ser utilizadas na construção de um trabalho acadêmico. Sugere que, ao examinar algumas obras que tratam na temática da pesquisa, se faça um cruzamento entre as referências e, assim, traçadas as obras mais citadas. Instigada por essa técnica, localizei duas importantes referências para esta tese. A partir de uma busca no *site Google Acadêmico* com o termo associativismo, localizei o artigo de André Luiz Rosa (2017) sobre o associativismo operário em Itajaí. Após a leitura do texto e análise das referências, cheguei à dissertação de Rafaela Leuchtenberger (2009), sobre as sociedades de socorro mútuo em Florianópolis entre os anos de 1886 e 1932. A partir desse texto, encontrei referências ao trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Júnior (2004), que versa sobre as sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul no período de 1854 a 1940.

²² Além das publicações não identificadas nos bancos de dados, é importante frisar o trabalho desenvolvido pela rede Aste (Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação). A rede foi fundada em 2007 e congrega pesquisadores dedicados ao estudo da temática do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores da educação. No site da rede, estão disponíveis publicações e anais dos seminários realizados pelo grupo. Nesse material, não identifiquei qualquer trabalho com foco na organização docente em Santa Catarina. Disponível em: «<https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/>» Acesso em: 31 mar. 2021.

A tese de Adhemar da Silva Júnior (2004, p. 20) apresenta um amplo levantamento historiográfico e destaca haver sociedades de socorros mútuos em diferentes países nos cinco continentes e que, frente à dispersão do fenômeno, seria mais adequado qualificar a bibliografia existente como rarefeita e não como rara. O autor, utilizando a definição de Marcel Linden, compreende as sociedades de socorro mútuo como associações formadas de modo voluntário, com a finalidade de prover auxílio financeiro a seus membros em casos de necessidade. Outro aspecto importante destacado na tese do referido autor é a inadequação de se considerar as sociedades de auxílio mútuo como antecessoras do modelo sindical, numa análise linear que toma o mutualismo como fenômeno exclusivo do século XIX ou como uma “pré-história do movimento operário” (SILVA JÚNIOR, 2004, p. 22).

O quadro 4 sintetiza as referências que tratam de associativismo, mas que não foram localizadas no banco de dados da Capes e das revistas científicas supracitadas. Da mesma forma, a lista as referências sobre a educação primária em Santa Catarina no século XIX, essenciais para compreender o contexto de criação e as ações da Associação do Professorado Catarinense.

Quadro 4 - Referências sobre associativismo incorporadas à tese

	Autor	Título	Ano
Livros	Denice Barbara Catani	Educadores à meia luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do professorado Público de São Paulo (1902-18)	2003
	Marta Maria Chagas de Carvalho	Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)	1998
	Zenilda Nunes Lins	ACP – 40 anos	1995
	Paula Perin Vincentini; Rosário Genta Lugli	História da profissão docente no Brasil: representações em disputa	2009
	Leonete Schmidt; Rosicler Schafaschek; Rosmeri Schardong	A educação em Santa Catarina no século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época	2012
	Libânea Xavier	Associativismo docente e construção democrática	2013
	Margarida Louro Felgueiras	Para uma história social do professorado primário em Portugal no Século XX. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português	2008
	António Nóvoa	Le Temps des Professeurs – Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII ^e – XX ^e siècle)	1987
Tese/Dissertações	Adhemar Lourenço da Silva Júnior	As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)	2004
	Rafaela Leuchtenberger	O lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis, Santa Catarina (1886-1932)	2009
	Marlene dos Anjos Silva Schaffrath	A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ordenamento	1999
	Fábia Liliã Luciano	Gênese e expansão do magistério público na província de Santa Catarina nos anos de 1836-1889	2001

	Leonete Luzia Schmidt	As práticas de intervenção de João José Coutinho na educação pública de Santa Catarina 1850/1859	2006
	Maria das Dores Daros	Em busca da participação: a luta dos professores pela democratização da educação	1999
	Vera Lucia Gaspar da Silva	Sentidos da profissão docente: estudo comparado acerca dos sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX	2004
	António Nóvoa	La construction du «modele scolaire» dans l'Europe du Sud-Ouest (Espagne, France, Portugal) des années 1860 aux années 1920	2006
Artigos Científicos	André Luiz Rosa	Porto e liberdade: o surgimento das associações operárias em Itajaí (SC) no começo do século XX	2017
	Denice Barbara Catani	O movimento dos professores e a organização do campo educacional em São Paulo (1890-1919)	1995
	Daniel Cavalcanti Albuquerque Lemos	O manifesto dos professores públicos primários da corte imperial e a emergência do associativismo docente	2013
	Margarida Felgueiras; Simone Paixão Rodrigues; Eva Maria Siqueira Alves	Associativismo e educação: diálogos entre Tocqueville, Weber, Dewey e Adolfo Lima	2016
	Marcelo Gomes da Silva	A “força educativa” das associações docentes: conferências e assembleias como espaço de formação no Rio de Janeiro (1919- 1937)	2019
	António Nóvoa	Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente	1991
	Libânia Nacif Xavier	Contribuições ao estudo do associativismo docente	2019

Fonte: Dados organizados pela autora.

- FONTES DE PESQUISA

Organizar resistências exigia dos professores astúcia. Nesse sentido, busquei pistas que fornecessem dados sobre a emergência de associações de docentes em Santa Catarina. Edward Thompson (1981, p. 48) defende que, pela “lógica histórica”, a construção teórica não paira sobre as fontes; a teoria se constrói no diálogo com a empiria. A pesquisa histórica é, assim, compreendida como um processo no qual os acontecimentos estão imbricados, tendo em vista que muitos deles, separados no tempo e no espaço, revelam certa regularidade. É preciso, assim, de um *modus operandi* que apreenda essas particularidades, tendo em vista que o historiador:

[...] estabelece relações entre fenômenos que nunca poderiam ser vistos, sentidos ou experimentados pelos autores desse modo naquela época; e organiza constatações de acordo com conceitos e dentro de categorias que eram desconhecidos dos homens e mulheres cujos atos constituem o objeto de estudo (THOMPSON, 1981, p. 28).

A investigação histórica, mais do que trazer à luz novos fatos, ajuda a compreender que os acontecimentos políticos, culturais, econômicos e sociais se relacionam e que, “dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar-se-ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes” (THOMPSON, 1981, p. 58). Tal perspectiva enfatiza que homens e mulheres são racionais e refletem sobre suas ações e sobre os acontecimentos no mundo ao seu redor. As pessoas experimentam e agem sobre determinadas situações; ora, de acordo com suas obrigações familiares e de parentesco; ora, com suas normas sociais e sentimentos de pertencimento a uma cultura, ou, ainda, como necessidades e interesses individuais. Assim, homens e mulheres agem não apenas conforme uma estrutura ulterior, mas de acordo com suas “experiências” (THOMPSON, 1881, p. 16). É claro que não se pode ignorar que as pessoas vivem e pensam conforme as determinações sociais de sua época, mas, se o pensamento é vivo, conforme alerta Thompson (1981), mudanças podem ocorrer:

[... e dar] origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas gestões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981. p. 16).

Vestígios acerca daquilo que Thompson chama de “experiência modificada” foram buscados em fontes relacionadas ao tema da pesquisa, disponíveis no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, no *site* da Hemeroteca Digital Catarinense e da Hemeroteca Digital Brasileira. Outra base acessada foi a Memória Estatística do Brasil, que integra o acervo da biblioteca do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro (BMF/RJ),²³ Dentre tantas possibilidades, para a construção da presente tese, optei por eleger a imprensa periódica como fonte. Por essa razão, selecionei os seguintes jornais: Regeneração, Do Comércio, Conservador e O Estado, mais à frente detalhados. Também compõem o *corpus* documental a revista Professor, editada pela Associação do Professorado Catarinense, que será abordada na parte II da tese, e relatórios dos presidentes de província endereçados à Assembleia Provincial entre 1883 e 1890.

²³ A indicação desse *site* foi feita por Dilce Schüeroff, que desenvolveu pesquisa doutoral sobre a expansão do ensino primário em Santa Catarina na virada do século XIX para o século XX. SCHÜEROFF, Dilce. **Instruir, Medir, Difundir**: expansão da instrução pública primária catarinense (1870-1910). 2021. (Tese - Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

A escolha pelos jornais como fonte de pesquisa para a tese se deu por duas razões: primeira, por ser o veículo de divulgação dos atos oficiais no final do século XIX, mas, sobretudo, por ser o principal meio de divulgação dos acontecimentos da província/ estado de Santa Catarina. Foram, assim, lidas inicialmente as edições do jornal O Estado, por ser o jornal de maior circulação no estado, inaugurado em 1892. Como órgão do Partido Republicano Federalista, o periódico circulou até 2009, com interrupção de 1902 a 1915 (SCARAVELLI, 2016). Com a intenção de localizar alguma carta, vestígios de paralisação, reivindicação de melhores salários ou resistência dos docentes frente às políticas educacionais implantadas em Santa Catarina, iniciei a leitura de O Estado pelo ano de 1915,²⁴ pois, naquele momento, o objeto do projeto de pesquisa era investigar a organização do movimento docente apenas no início do século XX e a busca se limitou aos jornais editados em Florianópolis, conforme organização do *site* da Hemeroteca Digital Catarinense. Contudo, como será detalhado na seção “A Tese: professores catarinenses já se organizavam como categoria profissional durante o século XIX”, o jornal O Estado de 28 de julho de 1915 redimensionou os caminhos da tese, já que localizei indícios da constituição de uma associação docente no final do século XIX, com sede em Desterro.

Assim, parti para a leitura do Jornal do Comércio, digitalizado e disponível na Hemeroteca Digital Catarinense. Apesar de o impresso estar disponível a partir do ano de 1880, iniciei a leitura a partir do ano de 1888, ano de criação da Associação do Professorado Catarinense. À medida que a pesquisa avançava, senti necessidade de entender a constituição do Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora do Desterro, local que abrigou a associação. Neste sentido, utilizei a ferramenta de busca disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, localizada no *site* na Biblioteca Nacional. Tal ferramenta possibilita a busca por palavras-chaves em impressos de determinado local e período. Desse modo, cheguei aos jornais Regeneração e Conservador, que circularam em Desterro. Utilizei, além da expressão “lyceu”,²⁵ as palavras “associação” e “professorado”. Busquei, assim, informações divulgadas tanto pelo

²⁴ Li os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Catarinense até 7 de agosto de 1915, totalizando 74 exemplares. O sistema de busca no *site* permite selecionar os jornais pelo título, ou pela cidade na qual foram impressos. Naquele momento, não tinha como objeto de pesquisa investigar o século XIX, mas o período inicial do século XX; como a capital de Santa Catarina já se chamava Florianópolis, minha opção de busca foi pela cidade. Nessa seleção de pesquisa estão disponíveis para consulta as edições de O Estado a partir do ano de 1915.

²⁵ Ao longo da tese, fiz a escolha de atualizar os termos para a grafia atual da Língua Portuguesa; no processo de pesquisa, porém, utilizei a grafia da época.

Partido Liberal, caso do jornal Regeneração, como do Partido Conservador, caso do periódico Conservador.

Segundo Joana Maria Pedro (1995, p. 15), a imprensa de Desterro no século XIX caracterizava-se pela vida curta e vinculação partidária. Era, também, instrumento do poder público para a divulgação de leis, decretos e atos oficiais, haja vista a inexistência de diário oficial nos termos atuais. A sobrevivência de um periódico dependia em grande parte da vitória de um candidato, ou partido político; caso contrário, sua continuidade estaria comprometida²⁶ (PEDRO, 1995, p. 33). Ainda segundo a autora, os períodos em que os jornais brotavam “por toda parte como capim” (PEDRO, 1995, p. 34) coincidem com os períodos eleitorais mais tumultuados, com a alternância de partidos políticos. Exemplo disso, para a autora, é o ano de 1852, período de eleições para a assembleia geral da corte, quando surgem na província quatro novos jornais: A Revelação e O Conservador, defendendo os interesses do Partido Conservador, e do lado liberal, o Correio Catarinense e O Futuro (PEDRO, 1995, p. 39).

A partir de 1850, de acordo com Pedro (1995, p. 37), o público que poderia ter acesso aos jornais em Desterro aumentou em função da melhoria socioeconômica da capital da província. Além dos funcionários civis e militares, principais leitores dos jornais que circulavam na primeira metade do século XIX, tornaram-se potenciais leitores pessoas ligadas ao comércio, sobretudo da farinha de mandioca, e ao transporte de mercadorias. O porto de Desterro foi, ao longo do século XIX, o mais importante da província de Santa Catarina. A riqueza proveniente de tais atividades deu “ensejo a tentativas de constituição da sociedade local à imagem e semelhança das pessoas que ostentavam tal riqueza” (PEDRO, 1995, p. 35).

Outro aspecto, este apontado por Oswaldo Rodrigues Cabral (2004, p. 1.447), sobre a circulação dos impressos, foi o tamanho de Desterro que, segundo o autor, era pequeno, local “onde tudo se sabia” e “não havia novidade que não circulasse de boca em boca”, tornando quase desnecessária a publicação de um acontecimento de conhecimento geral. Contudo, alguns casos foram contados reiteradas vezes,

²⁶ Pedro (1995) informa que, apesar das dificuldades, alguns periódicos sobreviveram em períodos como oposição ao governo local, caso do jornal A Regeneração, fundado pelos liberais em 1868, durante a guerra do Paraguai, “quando o Imperador formou um gabinete conservador [...] o que obviamente, transportou à província a vitória dos conservadores, tanto na assembleia provincial quanto nas eleições para a câmara da corte” (PEDRO, 1995, p. 48).

conforme o interesse de cada partido político. Assim, eram estampados nas páginas dos jornais sobretudo os atos oficiais e as notícias da corte, e de outras províncias do Império.

Sobre as vinculações político-partidárias e sua interferência na sobrevivência dos impressos que circulavam em Desterro nos anos finais do século XIX, no processo de análise dos periódicos foi possível visualizar que o jornal *Regeneração*, entre 1883 a 1885, era o veículo de divulgação dos atos oficiais. Em 1885, após a eleição para a assembleia provincial, a publicação de tais atos ficará a cargo do jornal *o Conservador*. No ano de 1889, o impresso de propagação das ações oficiais passou a ser novamente o jornal *Regeneração*. Schmidt (2006, p. 44 - 45) destaca que no período imperial o cargo de presidente da província era de livre nomeação do governo central, não existindo prerequisite para investidura no cargo. Normalmente, o indicado estava vinculado ao chefe do gabinete dos ministros. O cargo funcionava como uma espécie de degrau na vida política dos filiados aos ministros e, geralmente, marcado pela alta rotatividade. O quadro 5 traz os nomes dos presidentes da província de Santa Catarina no período contemplado pela pesquisa, o tempo de permanência de cada um no cargo e sua vinculação partidária. Durante o Império, os presidentes eram nomeados por d. Pedro II via carta imperial. Após a República, o estado passou a ser governado, de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, pela Junta Governativa de 1889, instituída por meio de um decreto de Deodoro da Fonseca. Em seguida, Lauro Severiano Müller é nomeado governador do estado. No ano de 1891, em meio à disputa pelo poder entre membros do Partido Federalista e do Partido Republicano Catarinense, o estado voltou a ser governado por uma junta governativa. Entre outubro de 1893 e abril de 1894, Desterro se tornou sede do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, contrário ao governo do presidente Floriano Peixoto. Tal movimento, apoiado pelos federalistas, *grosso modo*, foi derrotado e, em 11 de outubro de 1894, Nossa Senhora do Desterro passou a se chamar Florianópolis. Cherem (2001) destaca que no intervalo de 1889 a 1894 o governo de Santa Catarina foi modificado 24 vezes, com dez governadores, dez interinos (vice-governadores e representantes legislativos), duas juntas governativas e dois interventores. Nesse ínterim, enquanto Desterro era sede do movimento federalista, o cargo foi alterado seis vezes. Nesse período, o jornal *República*, vinculado ao Partido Republicano Catarinense, deixou de circular, permanecendo em circulação o jornal *do Comércio* e *O Estado*, favoráveis aos federalistas.

Quadro 5 - Presidentes da província de Santa Catarina de 1883 a 1892

Ano	Permanência no Cargo	Nome	Filiação Partidária
1883	27 de janeiro a 28 de fevereiro (Interino)	Manoel Pinto de Lemos	Conservador
	28 de fevereiro a 29 de agosto	Teodoreto Carlos de Faria Souto	Conservador
	29 de agosto de 1883 a 9 de setembro de 1884	Francisco Luís da Gama Rosa	Liberal
1884	9 de setembro de 1884 a 22 de junho de 1885	José Lustosa da Cunha Paranaguá	Liberal
1885	22 a 28 de junho (Interino)	Manoel Pinto de Lemos	Conservador
	28 de junho a 29 de setembro de 1885	Antônio Lara da Fontoura Palmeiro	Liberal
1888	29 de setembro de 1885 a 20 de maio de 1888	Francisco José da Rocha	Conservador
	20 de maio de 1888 a 13 de fevereiro de 1889	Augusto Fausto de Sousa	
1889	13 de fevereiro a 6 de março de 1889	José Ferreira de Melo	Conservador
	6 de março a 26 de junho de 1889	Joaquim Elói de Medeiros	Conservador
	26 de junho a 19 de julho de 1889	Abdon Batista	Liberal
		Luís Alves Leite de Oliveira Belo	
	Junta Governativa de 1889 (17 de novembro de 1889 a 2 de dezembro de 1889)	João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque (Partido Republicano Catarinense) Alexandre Marcelino Bayma (Partido Federalista) Raulino Horn (Partido Republicano Catarinense)	
		Lauro Müller	Partido Republicano Catarinense
		Gustavo Richard	Republicano Catarinense
1891	28 a 29 de dezembro	Firmino Lopes Rego	Republicano Catarinense
	Junta Governativa Catarinense de 1891 (29 de dezembro a 1º de março de 1892)	Luís dos Reis Falcão Cristóvão Nunes Pires (Partido Federalista) Arthur Deocleciano de Oliveira	
1892			

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (2019); Jornal Regeneração. Dados sistematizados pela autora.

Robert Darton (2010), estudioso dos jornais como fonte para a pesquisa histórica, alerta que as notícias publicadas pelos jornais não correspondem exatamente à realidade, mas são “um artefato”, objeto construído para atingir determinada finalidade. Neste sentido, alerta que os jornais não devem ser lidos como fonte de informação, mas lidos como fonte de informação de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época que assumiam as narrativas. Segundo o autor:

Encaramos a primeira página do jornal de hoje como um espelho dos acontecimentos de ontem, mas ela é, literalmente, um diagrama montado no

início da noite anterior por diagramadores que montaram a primeira página seguindo convenções arbitrárias: matéria principal na coluna da extrema direita, matérias secundárias à esquerda, matérias de comportamento ou fatos diversos no interior do jornal ou abaixo da dobra, matérias especiais destacadas por manchetes diferenciadas. O design tipográfico orienta o leitor e molda o sentido das notícias. As notícias propriamente ditas assumem a forma de narrativas redigidas por profissionais segundo convenções aprendidas durante seu treinamento — a técnica da “pirâmide invertida”, o lead, os códigos específicos para cada tipo de fonte e assim por diante. Notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu (DARNTON, 2010, p. 36).

Tânia Regina de Luca (2005) esclarece que os impressos não são veículo de informações a par dos acontecimentos e da realidade social e política na qual estão inseridos. Nesse sentido, é preciso ultrapassar os elementos tangíveis nas páginas e analisar outros aspectos, como a relação de um determinado impresso com um grupo ou instituição política, inventariar as razões que envolveram o processo de lançamento e a forma de organização, ou seja, analisar qual a função social do impresso, a que público se destina e quais interesses busca defender.

Para tanto, a autora recomenda investigar a tiragem do jornal, suas fontes de informação ou seus colunistas, a hierarquia de seções e o que é destaque em primeira página, sobretudo ao trabalhar com periódicos do século XIX, quando o Brasil contava com altas taxas de analfabetismo, o que diminuiria o número de leitores. Nessa perspectiva, Luca (2005) aponta para a possibilidade de que a publicidade dos debates políticos se sobrepusesse à rentabilidade financeira, seja pela venda de assinaturas, de exemplares avulsos, seja de espaço para publicidade. Outras prescrições analíticas elencadas pela pesquisadora referem-se à materialidade de jornais e revistas (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, cores, imagens, divisão dos conteúdos, tamanho e disposição dos títulos e das seções), assim como às técnicas de impressão utilizadas, tendo em vista que tais processos “nada têm de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais, “[...] Historicizar a fonte requer ter em conta [...] a averiguação [...] do que foi escolhido e por quê” (LUCA, 2005, p. 132).

É importante destacar que, apesar da atenção que merecem as observações de Tânia de Luca sobre o trabalho de pesquisa que tem os jornais como fonte, algumas dessas prescrições são difíceis de se aplicar no trabalho com impressos digitalizados e disponibilizados em bancos de dados. Dentre eles, mais particularmente os aspectos relacionados à materialidade. Considero, contudo, que o trabalho com o banco de dados permitiu, através das suas ferramentas de busca,

analisar um volume maior de impressos e buscar acompanhar a publicação de um mesmo acontecimento por diferentes jornais, especialmente do caso de Nossa Senhora de Desterro, onde os periódicos apresentavam vinculação política, ao grupo liberal ou ao conservador, e as tensões e/ou interesses políticos eram notícias de primeira página. Assim, localizei as discussões ocorridas na Assembleia Provincial; os atos oficiais do governo, que, conforme já alertava Pedro (1995), priorizavam o jornal do partido a que o presidente da província era vinculado; os pedidos de professores por reajustes de salários e as acusações de perseguição política quando a imprensa denunciava abusos do partido opositor, conforme destacado na primeira parte da tese.

Desse modo, outra observação de Luca (2005) sobre o trabalho com jornais como fonte de pesquisa mostrou-se essencial. Segundo a autora, no processo de análise é importante considerar tanto o conteúdo propagado, quanto o contexto de sua produção: “Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação [...] passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (LUCA, 2005, p. 138). Em vista disso, adverte a autora, não se pode tomar o jornal como objeto puro e isolado, nem tomar uma reportagem por si mesma, uma vez que:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (LUCA, 2005, p. 140).

Constituem o *corpus* documental desta pesquisa o jornal Regeneração, que circulou de 1868 a 1901,²⁷ e desde a sua fundação esteve vinculado ao Partido Liberal (PEDRO, 1996, p. 48 – 49). O periódico teve, ao longo de sua história, diferentes formatos. Inicialmente, era diagramado no tamanho 43,5 cm x 31,5 cm; depois, passou para 38 cm x 35 cm, e, por fim, para 46 cm x 53 cm.²⁸ Em 1884, o jornal tornou-se diário, o que, na avaliação de Cabral (2004, p. 1.476) “o tornou um pouco repetitivo, pois as notícias não eram muitas à época”. Para compor este trabalho, foram selecionadas edições dos anos de 1883 a 1886 e de 1888 a 1889, todas digitalizadas

²⁷ Não foi possível precisar o ano que o jornal Regeneração deixou de circular. O último ano disponível para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira é o de 1901.

²⁸ As informações sobre as dimensões dos impressos foram extraídas dos anexos seis, sete e oito da obra de Pedro (1995).

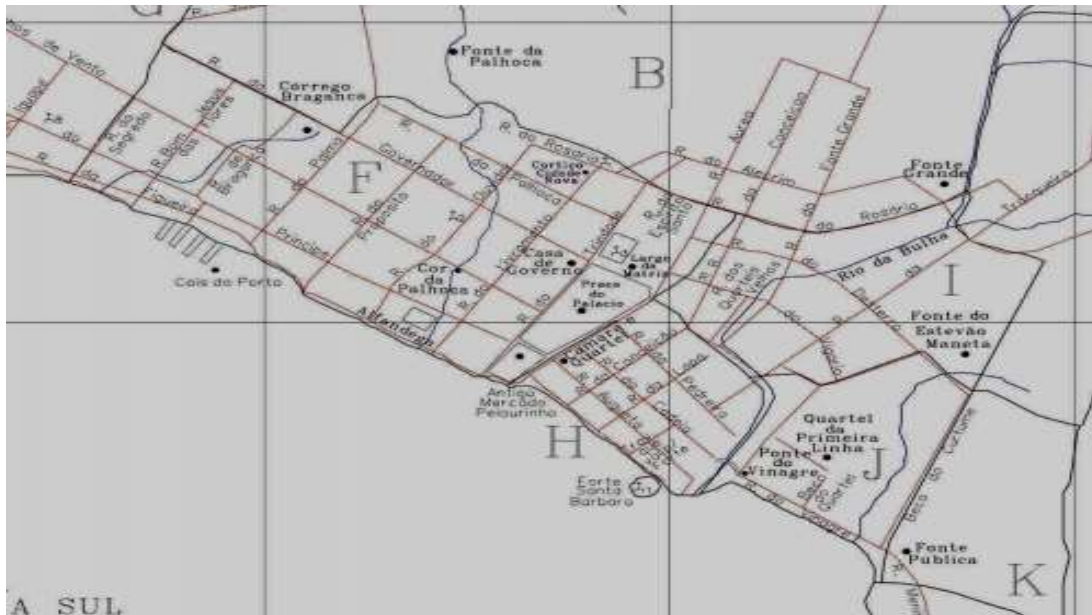
e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Esse impresso tinha como título A Regeneração; nos anos de 1883 e 1884, o nome vinha acompanhado do subtítulo “órgão democrático”. No ano de 1885, o artigo “A” é excluído do título e o subtítulo é alterado para “folha diária, noticioso, comercial e filiada às ideias liberais”. O subtítulo volta a ser modificado para “órgão do Partido Liberal” - não me foi possível precisar se no ano de 1887 ou de 1888, pois não localizei nenhuma edição do ano de 1887. A tipografia do impresso funcionou, durante boa parte do período analisado por esta pesquisa, na Rua João Pinto. Tal observação se tornou importante ao longo do percurso de construção da tese, pois é recorrente a menção “ao grupo da João Pinto” no jornal Conservador, para se referir aos integrantes do Partido Liberal.²⁹

Acerca do espaço urbano de Nossa Senhora de Desterro, no final do século XIX, a rua João Pinto (até 1874, rua Augusta), era uma rua comercial, “movimentada e cheirando a alcatrão” (VEIGA, 1990, p. 103), onde predominavam as atividades dos armadores, das ferragens e do comércio de exportação: “[...] tinha as suas casas ao lado sul com os fundos para a praia, era alcançada pelas águas, na época do ‘baixio’” (VEIGA, 1990, p. 82). Pertencia ao bairro da Pedreira, considerado por Veiga (1990, p. 84) o mais importante da ‘vila’, ponto de concentração comercial e de riquezas. Em torno da praça do Palácio (atual Praça XV de Novembro)³⁰, ficavam a casa do governador, a igreja, a casa da câmara e a cadeia. Do lado oeste da praça, ficava o bairro das figueiras; na rua do Governador (Tenente Silveira a partir de 1865) predominavam os sobrados e a moradia de autoridades (VEIGA, 1990, p. 86 e p. 501). Já na Rua dos Príncipes, localizavam-se os pequenos comércios e armazéns (VEIGA, 1990, p. 104). A população mais pobre (especialmente os escravizados) ocupava a região do bairro da Tronqueira (VEIGA, 1990, p. 124). As figuras 1 e 2 ilustram a organização do espaço urbano da Freguesia de Nossa Senhora de Desterro na segunda metade do XIX.

²⁹ Durante o ano de 1888, a tipografia mudou de endereço. Anteriormente, estava situada na Rua João Pinto, n. 29, embora em alguns exemplares se mencione o número 32. A partir de então, esteve sediada na Praça Barão da Laguna, atual Praça XV de Novembro. Essa não foi a única mudança de endereço. A oficina funcionou durante os anos de 1883 e 1884 na Rua de João Pinto, n. 32. No ano de 1885, passou a operar na esquina da Rua da Lapa com a Rua da Constituição (Jornal Regeneração, de 10 de março de 1885, p. 1); e no ano de 1886, retorna à João Pinto, n. 32 (Jornal Regeneração, de 23 de novembro de 1886, p. 1). Durante o processo de mudança, o jornal deixa de circular por alguns dias.

³⁰ De acordo com informações do *site* do IBGE, a praça recebeu diferentes denominações. Inicialmente, Largo da Matriz, Largo do Palácio, Praça Barão de Laguna e, atualmente, Praça XV de Novembro. Disponível em: « <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441168&view=detalhes> » Acesso em: 24 abr. 2021.

Figura 1 - Região central da Freguesia de Nossa Senhora de Desterro na segunda metade do século XIX



Fonte: Adaptado de Cardoso, 2008, p. 65.

Figura 2 - Bairros de Nossa Senhora de Desterro



Fonte: Veiga (1990, p. 80).

Legenda

- A – Estreito
- B – Mato Grosso
- C - Praia de Fora
- D - Figueira
- E - Tronqueira
- F - Centro de Manejo
- G - Pedreira

Figura 3 - Representação da Rua João Pinto



Fonte: Victor Meirelles. Uma rua na cidade de Desterro. 1891. Acervo Museu Nacional de Belas Artes.³¹

Outro periódico analisado na tese é o *Conservador*, cuja tipografia estava sediada na Rua do Príncipe, n. 63 (atual Conselheiro Mafra).³² Esse jornal circulou entre 1871 e 1889, como órgão do Partido Conservador, e era impresso diariamente, à tarde, no formato 53 cm x 38 cm (PEDRO, 1995, p. 92). Foram incorporadas ao presente texto edições do ano de 1885 e de 1887 a 1889.³³ Até 14 de outubro de 1885, o jornal apresentava o subtítulo “órgão do partido” e o redator chefe era J. do Rego Raposo. Não foi possível precisar se ele se afasta do cargo ou se ocorre uma alteração, visto que seu nome deixa de aparecer na epígrafe do periódico em meados de 1885. Até 1887, a gerência era ocupada por João das Oliveiras Margarida; a partir de então, foi comandada por Geraldo Ferreira Braga.

³¹ Imagem extraída de: «<https://tvbrasil.ebc.com.br/delapraca/post/victor-meirelles-vida-e-obra>» Acesso em: 15 abr. 2021.

³² No ano de 1889, a produção do jornal é interrompida por cerca de quatro dias para mudança da tipografia. O jornal volta a circular em agosto de 1889, agora com a oficina instalada no n. 23 da rua do Príncipe.

³³ Estão disponíveis *on-line* na Hemeroteca Digital Brasileira, além dessas edições do ano de 1884.

Com a instauração da República e a mudança no xadrez político, a tipografia do jornal Conservador foi adquirida por integrantes do Partido Republicano Catarinense e passou a imprimir o jornal A República.³⁴

O último jornal consultado é o Jornal do Comércio, que começou a circular em 19 de fevereiro de 1880³⁵. Era impresso de propriedade de José da Silva Cascaes, sediada na Praça Barão da Laguna, n. 14³⁶ (na figura 1, Praça do Palácio). Cascaes foi, até 1878, proprietário do jornal Regeneração e manteve-se à frente do Jornal do Comércio até 1884, quando foi adquirido por Martinho Callado e Eduardo Horn, e assume a epígrafe de “diário oficial”³⁷. Com edições diárias, era impresso no formato 48 cm x 34 cm (PEDRO, 1995, p. 93). De acordo com a autora (1995, p. 73), o novo periódico buscou uma maior autonomia frente aos partidos políticos, não dependendo de publicações dos atos oficiais. O periódico, assim, fez uso da publicação de anúncios e utilizou o recurso dos folhetins publicados em capítulos como forma de manter a fidelidade do leitor. A publicação de anúncios e folhetins não foi uma exclusividade do Jornal do Comércio, pois, tanto Regeneração quanto Conservador faziam uso de tal estratégia mercadológica. Todos os jornais analisados (Regeneração, Conservador e do Comércio) tinham um total de quatro páginas por edição; normalmente, os anúncios eram publicados nas duas últimas. Foi nessa área, inclusive, que identifiquei anúncios da Associação do Professorado Catarinense. O quadro 6 sintetiza informações referentes aos jornais que compõem o *corpus* documental da tese.

Quadro 6 - Jornais que compõem o *corpus* documental da pesquisa

Título	Período Pesquisado	Local de Consulta
Jornal do Comércio	1888 – 1894	Hemeroteca Digital Catarinense
Jornal Regeneração	1883, 1884, 1885, 1886, 1888, 1889	Hemeroteca Digital Brasileira
Jornal Conservador	1885, 1887, 1888, 1889	Hemeroteca Digital Brasileira

Fonte: Edições dos Jornais: Jornal do Comércio; Jornal Regeneração e Jornal Conservador. Dados sistematizados pela autora.

Cada periódico estava, assim, dirigido a determinado público, sobretudo quando eram noticiadas as questões político-partidárias. Mas a função social dos

³⁴ Informação disponível no *site* Memória Política de Santa Catarina (2019), na biografia de Raulino Horn.

³⁵ Jornal do Comércio, de 19 de fevereiro de 1880, p. 1.

³⁶ Jornal do Comércio, de 7 de maio de 1885, p. 1.

³⁷ Jornal do Comércio, de 8 de novembro de 1884, p. 1.

jornais não se restringia a isso. Além de serem porta-vozes dos partidos políticos e de divulgarem as decisões da corte, os jornais auxiliavam na constituição, ou na reafirmação, de parâmetros morais e civilizatórios (PEDRO, 1995). A atuação dos impressos, nesse sentido, pôde ser vislumbrada nas ações do Liceu de Artes e Ofícios na “educação da mocidade pobre”, como também nos anúncios sobre vacinação promovidos pelo estado ou nas notícias a respeito das condições sanitárias de Desterro, como poderá ser visto na parte II da tese.

Sobre os preços de comercialização dos impressos, o jornal *Regeneração*, durante o ano de 1883, era vendido por 100 réis o exemplar; a partir de 1884, o valor cai para 40 réis a unidade. O valor da assinatura semestral foi o mesmo durante o período analisado, 5\$000 para os residentes na capital e 6\$000 para os residentes em outras localidades. Já o *Conservador* manteve o mesmo valor de venda ao longo do período analisado - 40 réis o exemplar avulso. Era oferecida também a opção de assinaturas - 3\$000 por trimestre; para enviar pelo correio, o valor subia para oito mil réis. O preço unitário do *Jornal do Comércio* era o mesmo dos jornais *Conservador* e *Regeneração*: 40 réis. Diferente do valor da assinatura, aos habitantes de Desterro se oferecia a opção de assinatura trimestral pelo valor de três mil réis; já para os moradores de fora da capital, a opção fornecida pelo *Jornal do Comércio* era a assinatura semestral no valor de sete mil réis.

Para se ter algum parâmetro, o colégio particular Duarte, mantido por João Maria Duarte, tesoureiro da Associação do Professorado Catarinense, durante o ano de 1884, cobrava a mensalidade de 5 mil réis para o curso primário na forma de externato. No mesmo ano, um quilo de café era comprado por 700 réis,³⁸ enquanto o quilo do açúcar era anunciado a 420 réis.³⁹

³⁸ *Jornal do Comércio*, de 3 de janeiro de 1884, p. 1.

³⁹ *Jornal do Comércio*, de 27 de dezembro de 1884, p. 1.

A TESE: professores catarinenses já se organizavam como categoria profissional durante o século XIX.

Lucas Alexandre Boiteux⁴⁰ mantinha uma coluna no Jornal O Estado chamada “A Imprensa em Santa Catarina”. Nesse espaço se mencionam os periódicos que circularam em terras catarinense ao longo do Império e no início da República. De acordo com Joana Maria Pedro (1995, p. 87), essas colunas foram publicadas entre 21 de maio e 4 de novembro de 1915; posteriormente, foram reunidas na obra “Imprensa de Santa Catarina”, cuja cópia datilografada integra o acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina. No âmbito desta pesquisa, a coluna da edição de 28 de julho de 1915 merece destaque, tendo em vista ser o primeiro rastro, por mim localizado, da existência da Associação do Professorado Catarinense. A coluna cita a revista mensal Professor, publicada pela Associação em 1889. Nela se mencionam o corpo editorial e o texto de apresentação da revista aos sócios. A figura 4 apresenta o recorte da coluna com menção da revista e a transcrição do conteúdo da seção que trata da revista Professor:

⁴⁰ Nasceu em Santa Catarina, na cidade de Nova Trento, no ano de 1881, e faleceu em 1966, no Rio de Janeiro. Foi militar da Marinha e “autor de numerosas obras sobre a história de Santa Catarina, tendo pertencido a diversas entidades culturais como o IHGB, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o IHGSC e a Academia Catarinense de Letras. Além da história regional ele se notabilizou também como historiador de temas navais com vasta produção historiográfica. Desde 1911, passou a residir na cidade do Rio de Janeiro e na então capital federal se fez articulista constante do *Jornal do Comércio*, tendo ali publicado entre 1911 a 1959 cerca de 200 artigos principalmente sobre história naval brasileira e história de Santa Catarina” (SILVA; CUNHA, 2015, p. 557).

Figura 4 - Coluna de Lucas Boiteux, com menção da Associação do Professorado Catarinense no jornal O Estado

<p>A Imprensa em Santa Catharina</p> <p>A invenção da imprensa é o maior acontecimento da história. Sob a forma typographica o pensamento é imprecívvel, volátil, insaciável, mas indestrutível.</p> <p>Victor Hugo</p> <p>Pelo jornal deixamos de ser membros de uma cidade para ser cidadãos do mundo.</p> <p>E. Castellar</p> <p>(<i>Continuação</i>)</p> <p>XXXIV</p> <p>Em 1889, em data que desconheço, começou a circular na capital a</p> <p>[147] VESPA</p> <p>periodico de pequeno formato e de feição critica. Não consegui ver numero algum desta publicação que aqui fica assignalada sem outros detalhes.</p> <p>A 31 de Agosto de 1889 apresentava-se na arena do jornalismo desta capital o</p> <p>[148] PROFESSOR</p> <p>revista mensal da Associação do Professorado Catharinense. Imprimia-se na aula de typographia do Lyceu de Artes e Officios no formato de 32x23 centímetros.</p> <p>A comissão redactora compunha-se do dr. Luiz Augusto Crespo, dr. Paula Guimarães e Fausto Augusto Werner. Toda correspondência devia ser dirigida ao 1º secretario Leon Eugenio Lapagesse, à rua da Conceição /hoje Saldanha Marinho/ n. 22. Era distribuída gratuitamente a todos os membros da Associação.</p> <p>Vejamos o seu artigo de apresentação: «Sem embargo de tantas contrariedades, sabe hoje a lume o primeiro numero da revista pedagogica sob o título supra, — compromisso que nos impõe o § 8º do artigo 2º dos Estatutos da Associação do Professorado Catharinense. Qual a não que encalha em uma montanha de gelo, tal tem sido a alludida sociedade, encontrando como barreira a indiferença, — esse gelo que, felizmente, principia a ser derretido pela benéfica luz do sol, a qual já se vai infiltrando através do espesso ar. Além da indiferença de uns, temos também, arrostado a má vontade de outros, mas a qual é a instituição nobre e util que não</p>	<p>tem deparado com innumerables tropezos? Que diremos do Christianismo, cujo fundador foi crucificado? Não foram martyrisados os principais apóstolos? Não soffreu tantas perseguições a igreja primitiva, a ponto de se transformar em sociedade secreta, — do que é um prova o signal da cruz? Impugnada foi a imprensa, tornando-se inimigos encarniçados de Guttemberg os copistas, os proprietários de bibliothecas e os doutos, estes, por ciúmes, vendo a sciencia ao alcance do vulgo; aquelles, por verem o valor de seus livros reduzidos a decima parte; aquell'outros, por serem forçados a buscar novos meios de vida. Atacado foi o systema de Galileu, — uma das glórias do «Santo Officio», que devera, antes, ser denominado «Negro Officio». E o telegrapho electrico, que até os maiores sábios da Alemanha asseveram ser uma csusa impossivel? Pois bem! Triunphou o christianismo; triumphou a imprensa; triumpharam as theorias de Galileu; triumphou o telegrapho!</p> <p>Sirvam estas sabias lições da História, — a luz da verdade e a mestra da vida — na eloquente phrase de Cícero, para attenuar os dissabores d'aquelles que tantos esforços tem enviado em prol da utilissima «Associação do Professorado Catharinense». Eia pois, collegas, ajudai-nos; tenhamos fé, por isso mesmo que lutamos; a maior prova de que a sociedade vive, é justamente, a luta: «viver é lutar».</p> <p>Ainda não fixei a data da sua terminação.</p> <p>A 10 de Outubro de 1889 sahiu</p>	<p>[148] PROFESSOR</p> <p>Revista mensal da Associação do Professorado Catharinense. Imprimia-se na aula de Tipografia do Liceu de Artes e Offícios no formato de 32x23 centímetros.</p> <p>A comissão redatora compunha-se do dr. Luiz Augusto Crespo, dr. Paula Guimarães e Fausto Augusto Werner. Toda correspondência devia ser dirigida ao 1º secretário Léon Eugenio Lapagesse, à rua Conceição (hoje Saldanha Marinho) n. 22. Era distribuída gratuitamente a todos os membros da Associação.</p> <p>Vejamos o seu artigo de apresentação: «Sem embargos de tantas contrariedades, sabe hoje a lume o primeiro número da revista pedagógica sob o título supra, - compromisso que nos impõe o § 8do artigo 2º dos Estatutos da Associação do Professorado Catharinense. Qual a mão que encalha em uma montanha de gelo, tal tem sido a aludida sociedade, encontrando como barreira a indiferença - esse gelo que, felizmente, principia a ser derretido pela benéfica luz do sol, a qual já se vai infiltrando através do espesso ar. Além da indiferença de uns, temos também, arrostado a má vontade de outros, mas qual é a instituição nobre e útil que não tem deparado com inúmeros tropeços? Não soffreu tantas perseguições a igreja primitiva, a ponto de se transformar em sociedade secreta, - do que é uma prova o sinal da cruz? Impugnada foi a imprensa, tornando-se inimigos encarniçados de Guttemberg os copistas, os proprietários de bibliotecas e os doutos, estes, por ciúmes, vendo a ciência ao alcance do vulgo; aqueles, por verem o valor de seus livros reduzidos a décima parte; aqueles outros por serem forçados a buscar novos meios de vida. Atacado foi o sistema de Galileu, - uma das glórias do «Santo Offício», que devera, antes, ser denominado «Negro Offício». E o telégrafo elétrico, que até os maiores sábios da Alemanha asseveram ser uma causa impossível? Pois bem! Triunfou o cristianismo; triunfou a imprensa; triunfaram as teorias de Galileu; triunfou o telégrafo!</p> <p>Sirvam estas sábias lições da História, - a luz da verdade e a mestra da vida - na eloquente frase de Cícero, para atenuar os dissabores daqueles que tantos esforços tem enviado em prol da utilíssima «Associação do Professorado Catharinense». Ela pois, colegas, ajudai-nos; tenhamos fé, por isso mesmo que lutamos; a maior prova de que a sociedade vive, é justamente, a luta: «viver é lutar».</p> <p>Ainda não fixei a data de sua terminação.</p>
--	---	--

Fonte: Jornal O Estado, de 28 de julho de 1915, p. 1.⁴¹

⁴¹ Destaco que realizei a atualização ortográfica da Língua Portuguesa.

Assim, a tese de que seria possível localizar em Santa Catarina associações similares às da capital do império brasileiro se confirmou. Mais do que pistas referentes a uma atuação conjunta do professorado na perspectiva de construção de uma mentalidade – ou consciência – coletiva de pertencimento a um corpo profissional, foi possível confirmar que os professores catarinenses já se organizavam como categoria profissional durante o século XIX. A partir disso, dediquei-me à leitura dos jornais que circularam em Desterro, tendo como guias as seguintes questões: Quando foi criada essa Associação? Reunia ela somente professores primários? Qual o seu papel na melhoria das condições de trabalho do professorado? Que auxílios prestava aos sócios? Qual a relação com o poder público?

Aqui, as recomendações de Thompson (1981) mostraram-se, mais uma vez, pertinentes. Se o discurso histórico consiste no diálogo entre o conceito e a evidência, o objeto da pesquisa se modifica conforme as questões feitas às fontes. As fontes apresentam determinadas propriedades; embora se possam formular quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas. A isso o autor chama de “tribunal do recurso disciplinar”: “A interrogação e a resposta são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida como um diálogo” (THOMPSON, 1981, p. 50).

A leitura do trabalho de Leuchetenberger (2009) também confirmou a tese desta pesquisa, de que existiriam associações profissionais instituídas em Desterro no final do século XIX. Havia associações de diferentes categorias profissionais constituídas na província de Santa Catarina, como também na Corte Imperial. Houve até mesmo legislação que regulamentava sua existência. Os decretos imperiais n. 2.686 e n. 2.711, editados em 1860, e, ainda, a Lei Imperial n. 1.083, do mesmo ano, regulamentavam que qualquer associação deveria ter seu estatuto submetido à aprovação do Estado Imperial. O Decreto n. 2.686, de 10 de novembro de 1860, concedeu o prazo de 60 dias para que as sociedades anônimas que funcionavam sem autorização submetessem seus estatutos à aprovação dos presidentes de província, sob pena de serem dissolvidas. Estabeleceu, ainda, que as autoridades judiciais e administrativas, assim como as policiais, que tivessem notícias de bancos, caixas econômicas, montepios, sociedades de socorro mútuo, e toda e qualquer sociedade que funcionasse sem autorização, encaminhassem as

informações às secretarias de Estado a fim de que providências fossem tomadas. Tais providências estão inscritas no artigo 7 da Lei n. 1.083, de 1860 - aplicação de multas no valor de 100\$ até 1:000\$000. Os valores arrecadados com as multas aplicadas às sociedades que funcionavam sem autorização seriam divididos: metade, em benefício do monte de socorro do lugar mais próximo; a outra metade, entre os empregados ou pessoas que promovessem a denúncia ou dessem notícia da infração. O decreto imperial n. 2.711 prorrogou o prazo por mais quatro meses.

Depois de devidamente aprovados pelas autoridades competentes, os estatutos deveriam ser publicados nos periódicos locais de maior circulação às custas do interessado. Do mesmo modo, deveriam ser publicados os nomes dos associados e dos seus gerentes. A mesma lei fixava que as caixas econômicas, os montepios e as sociedades de socorro mútuo ficariam isentos do imposto do selo e poderiam aceitar doações. Ao remeter os documentos para aprovação do presidente da província, deveriam ser informados o nome da entidade, o local da sede, o valor da contribuição mensal, os objetivos e auxílios prestados, as atribuições dos administradores e da assembleia geral. Também deveriam estar previstas as condições de admissão e de eliminação dos sócios. O presidente da associação também seria nomeado pelo presidente da província, que poderia ratificar ou não a decisão da eleição realizada entre os sócios.

O Decreto Imperial n. 5.112, de 17 de outubro de 1872, revogava o parágrafo 5º dos artigos 29 e 32 do Decreto n. 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Assim, a nomeação do presidente das associações de montepio ou de socorros mútuos passaria a ser realizada exclusivamente pela assembleia geral dos sócios, de acordo com as regras previstas em seus estatutos. Já a Lei Imperial n. 3.150 e o Decreto Imperial n. 8.821, de 1882, revogavam a obrigatoriedade das associações de socorro mútuo de apresentarem seus estatutos à aprovação do presidente da província. Contudo, tal prática continuou pautando a ação de muitas associações, como é o caso da Associação do Professorado Catarinense, que, mesmo sendo criada após a promulgação da nova legislação, remeteu seus estatutos à apreciação do presidente de província de Santa Catarina. As associações e corporações religiosas, assim como os montepios, as caixas econômicas e as sociedades de socorros mútuos continuaram dependendo de autorização do governo para funcionar.

De acordo com Leuchetenberger (2009), as associações de socorro mútuo surgiram com o objetivo de suprir a ausência de legislação trabalhista que amparasse os trabalhadores em casos de doença ou invalidez. Neste sentido, eram responsáveis pelas funções que mais tarde seriam abarcadas pelo sistema de seguridade social, notadamente a previdência social e a assistência social. Na Desterro do final do século XIX, contavam-se associações religiosas como a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, criada em 1765, responsável pela administração do Imperial Hospital de Caridade, o único da cidade naquele momento, e fundado em 1789. Também clubes literários, como o Clube Doze de Agosto (1872), e sociedades musicais, como a Sociedade Musical Igualdade e Oportunidade.⁴²

A província de Santa Catarina possuía, no ano de 1884, uma população de 154 mil habitantes, com um imposto per capita de 2\$174 (CABRAL, 2004, p. 1497). Já a população da capital, no ano de 1885, era de pouco mais 29 mil pessoas (ALMANAQUE, 1885) e estava organizada no seguinte modo: “no centro se localizava o comércio e a administração pública, nas franjas desta área se registrava a presença de outros segmentos sociais, que habitavam cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas” (CHEREM, 2001, p. 299).

A capital da província era dividida em sete freguesias, a saber: Nossa Senhora do Desterro, Santo Antônio das Necessidades, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, São João Batista do Rio Vermelho, São Francisco de Paula de Canasvieiras, Santíssima Trindade de Traz do Morro e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. A economia era basicamente de subsistência. Existiam três fábricas (uma de sabão e velas, uma de torrar e moer café e outra, de pilar arroz)⁴³ e 27 escolas públicas.⁴⁴

⁴² Localizei essa sociedade musical no Jornal do Comércio de 13 de março de 1891.

⁴³ Cf. Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885, 1885, p. 1.303.

⁴⁴ Lecionavam, em Santo Antônio das Necessidades, Lucio Francisco da Costa, Izidoro Henrique Roque, Antônio Claudino Goulart, Maria José Pereira Serpa. Na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão existiam três escolas mistas, nas quais lecionavam João Batista de Amorim, Bemvinda Rosa do Céu e Carlota Dorothéia Callado Prates. Em São João Batista do Rio Vermelho também existiam três escolas mistas, nas quais eram professores: Manoel Marcelino Cardoso, Manoel Estevano da Silveira e Mathilde Adelaide Vieira de Aguiar. Na localidade de São Francisco de Paula de Canasvieiras, eram quatro escolas mistas e as aulas eram proferidas por Thomas F. Xavier e Candido Bened. das Neves Rocha e Francisco Manoel da Costa. Já a Santíssima Trindade de Traz do Morro era a freguesia com mais escolas primárias, sendo professores Antônio Francisco Roberto, José Cezario Brazil, Maria Amália T. Mafra, Rita Bernardina Demoro, Leopoldina Amália da Silva, Luciana Amália da Silva e Maria Engrácia Soares. Nas quatro escolas públicas de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, ministravam aulas Jeronimo Francisco Coelho Pacheco, Antônio

O quadro 7 apresenta as sociedades de socorro mútuo da capital da província no final do século XIX e início do século XX. Destaco que, no século XIX, grande parte das associações representam as principais atividades econômicas da região central de Desterro, como as de funcionários públicos e funcionários do comércio. Diferentemente, a Liga Operária Beneficente de Santa Catarina e a Associação Beneficente União dos Laboradores não estavam circunscritas a um único segmento profissional. A Liga Operária, por exemplo, desde a sua fundação, no ano de 1891, reunia professores, sapateiros, carpinteiros, alfaiates e domésticas (LEUCHETENBERGER, 2009, p. 227-228).

Quadro 7 - Associações de socorro mútuo com sede na capital de Santa Catarina (segunda metade do século XIX e início de XX)

Associação	Data de Fundação
Instituto dos Professores Públicos Primários	1877
Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio	1886
Associação do Professorado Catarinense	1888
Associação Beneficente e Recreativa dos Empregados do Comércio	1889
Sociedade Operária Beneficente/Liga Operária Beneficente de Santa Catarina	1891
Associação Industrial Catarinense	[aprox. 1891]
Associação Beneficente de Funcionários Públicos do Estado	1897
Associação Beneficente União dos Laboradores	1899
Grêmio Instrutivo e Beneficente dos Empregados no Comércio	1900
Clube dos Cocheiros	1900
União Beneficente dos Artistas	1902
Clube da Imprensa	1902
Clube dos Bolieiros	[aprox. 1902]
Caixa Beneficente dos Empregados do Distrito Telegráfico	1904
Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de Santa Catarina	1907
União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis	1910
União Gráfica Beneficente de Santa Catarina	1910/1917
União Beneficente da Fábrica de Cartucho	1914
Sociedade Protetora das Famílias dos Funcionários Públicos	1914
Associações dos Trabalhadores das Embarcações da Alfândega	1914
União Beneficente dos Padeiros	1916
Congregação dos Náuticos e Pescadores do Estado de Santa Catarina	1921
Caixa Beneficente dos Empregados do Ministério da Fazenda	1921

Lopes de Haro, José Floriano da Silva e Senem Abdon Camêu (Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil para 1885, 1885, p. 1306-1307).

Sociedade Beneficente dos Empregados Postais em Santa Catarina	1921
União Beneficente Operária	1922
Liga do Magistério Catarinense	1922
Caixa Beneficente dos Empregados da Imprensa Oficial	1923
Caixa Beneficente dos Funcionários do Tesouro do Estado	1923
União Beneficente dos <i>Chauffeurs</i> de Santa Catarina	1925

Fonte: Adaptado de Leuchetenberger (2009, p. 213), Jornal Despertador, de 6 de abril de 1977, p. 2, Jornal do Comércio, de 4 de agosto de 1888, p. 1. Dados sistematizados pela autora.

Em síntese, rastros referentes à organização do magistério, no século XIX, independente da criação de associações de classe, foram localizadas em alguns dos impressos que circularam em Desterro, como requerimentos de reajuste de vencimentos e do valor referente ao pagamento do aluguel das casas sedes de escolas, redigidos por um conjunto de professores (detalhados na Parte I). Os impressos divulgavam os atos oficiais do governo da província, por meio dos quais é possível acompanhar a vida funcional dos funcionários do estado, nomeações, transferências, aumentos de salário e jubilação, além dos acontecimentos que se destacaram no cotidiano de Desterro, como cerimônias de inauguração e notícias de criação de associações profissionais.

As disputas político-partidárias também atingiam e afligiam os professores. A notícia de transferências compulsórias para beneficiar apadrinhados políticos ilustram a pressão exercida sobre os docentes. Nesse caso, notas de professores, em repúdio à medida, foram publicadas no jornal Regeneração, ligado ao Partido Liberal. À época do ocorrido, o presidente da província, Francisco José da Rocha, era ligado ao Partido Conservador, o mesmo partido que na eleição para a assembleia provincial de 1885 havia ocupado a maioria das vagas de deputados. Mais do que uma denúncia contra uma arbitrariedade cometida contra professores, é possível que a notícia tivesse sido veiculada como plataforma política do Partido Liberal para atingir o Partido Conservador.

Entre entraves político-partidários e na busca de uma autonomia frente a ingerências locais, os docentes buscaram manter o controle da instituição escolar, como apontado por Nóvoa (1991) no processo de *funcionarização*. Nessa perspectiva, a atuação conjunta do professorado, em prol da defesa da categoria

profissional, foi identificada nos impressos que circulavam na capital da província de Santa Catarina no século XIX, como poderá ser visto no pedido de aumento de salários requeridos pelos professores, tal como havia recebido outras categorias de funcionários públicos, ou de reajuste do valor referente ao aluguel da casa-escola. Mais do que em eventos isolados, os professores da capital da província de Santa Catarina já se organizavam em associações profissionais a fim de defenderem a instrução pública e prestarem auxílio mútuo.

Na parte I, apresento estudos que se debruçaram sobre a organização do magistério no final do século XIX e início do XX, tanto no Brasil quanto em Portugal, com destaque para as associações criadas por professores em outras províncias brasileiras no final do século XIX, sobretudo na corte imperial, a fim de ratificar a tese de que Santa Catarina estava inscrita num amplo movimento associativo e que possuía associações profissionais similares às presentes na capital do Império. Além disso, busco desvelar o papel exercido pelas associações com sede em Desterro, dedicadas ao amparo assistencial aos sócios, sobretudo o do funcionamento da Associação do Professorado Catarinense, uma das que foram criadas no final do século XIX e que teve boa parte das suas ações anunciadas na imprensa. Neste sentido, serão detalhadas as regras do seu estatuto, as normas que determinavam quem poderia se tornar sócio, a comissão que a dirigia, suas eleições e assembleias, as formas de manutenção da associação e sua relação com o poder público e, ainda, a relação da associação com o Liceu de Artes e Ofícios.

PARTE I - A ORGANIZAÇÃO DOCENTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX E A ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE

O professor deve se associar.
 Associado, ele será mais instruído.
 Associado, ele ficará mais forte.
 Mais instruído e mais forte, ele será mais ouvido.
 [...] Defender os legítimos interesses da instituição popular é lutar pelos direitos, pelo futuro, pela moralidade dos filhos do povo.
 [...] Defender os interesses do magistério é defender a causa da nação. Os interesses do professor são os de todo o país que se governa em nome da opinião pública (LEITE, L. F. apud NÓVOA, 1987, p. 485-486) ⁴⁵

Esse excerto, escrito em 1867 por Luiz Felipe Leite, ilustra que o desejo de constituir associações profissionais docentes não é recente. Também é indicativo de algumas das pautas do movimento associativo português, o professorado, categoria de pessoas instruídas, forte, com direitos assegurados e a educação pública como bandeira nacional. Tais objetivos, como será constatado nesta seção, também são localizados nas associações brasileiras.

Esta parte da tese apresenta associações docentes no Brasil e em Portugal, com destaque para aquelas em funcionamento na segunda metade do século XIX. O objetivo é compreender a Associação do Professorado Catarinense como parte de um amplo movimento, localizando-a num conjunto de iniciativas em prol da organização de professores em associações profissionais. Destaco que não se trata de uma configuração homogênea, pois cada entidade tem seus próprios objetivos e modos de funcionamento. Algumas confirmam a hipótese de uma organização autônoma; outras ilustram o domínio do poder estatal sobre o corpo docente por intermédio das associações de classe. Para compreender o lugar da Associação do Professorado Catarinense nesse conjunto, além das finalidades previstas no estatuto, serão apresentados seu modo de funcionamento, o papel desempenhado pelos sócios em sua manutenção e os auxílios assistenciais oferecidos aos sócios.

⁴⁵ Tradução livre da seguinte citação: *Le professeur doit s'associer. Associé, il sera plus instruit. Associé, il sera plus fort. Plus instruit et plus fort, il sera plus écouté. [...] Défendre les intérêts légitimes de l'instituteur populaire c'est lutter pour les droits, l'avenir, la moralité des fils du peuple. [...] Défendre les intérêts du magistère cest défendre la cause de la nation. Les intérêts de l'instituteur sont ceux de tout le pays qui est gouverné au nom de l'opinion publique* (LEITE, L. F. apud NÓVOA, 1987, 1987, p. 485-486). Publicado originalmente no Boletim do Clero e do Professorado n. 308, em 20 de março de 1869.

1.1 ASSOCIAÇÕES DOCENTES NO BRASIL E EM PORTUGAL: MODELOS PARA A ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE?

Em 1874, João Thomé da Silva, presidente da província de Santa Catarina, na fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial, ressalta as ações do imperador na melhoria da instrução no Brasil. Menciona-se a criação de associações propagadoras da instrução, dentre outras, como importantes para o desenvolvimento da nação. O presidente da província pondera que Santa Catarina não poderia se distanciar das ações do imperador, tampouco das nações civilizadas. Assim, de acordo com João Thomé da Silva, era preciso incluir Santa Catarina num “movimento verdadeiramente civilizador”, de investimento em prol da instrução pública, com vistas a assegurar o progresso nacional. Destaco que antes de assumir o cargo de presidente da província, João Thomé da Silva ocupou o mesmo cargo na província do Espírito Santo (SANTA CATARINA, 1874, p. 34). Conforme registrado na sua fala, promoveu reforma semelhante naquela província.

[...] Associações propagadoras da instrução, colégios de educação popular, escolas noturnas, institutos normais, bibliotecas, conferências literárias, publicações, liceus de artes e ofícios, e outras instituições criadas no impulso daquele generoso e edificante exemplo, hoje atestam considerável desenvolvimento na instrução pública do País; sendo certo que à proporção que se tem desenvolvido e melhorado este ramo do serviço público, vai o Brasil a outros respeito prosperando, e crescendo de importância.

Quando, pois, Srs. Deputados, por toda a parte, em todas as Províncias, dá-se este movimento verdadeiramente civilizador, não há de SANTA CATARINA formar uma triste exceção, deixando-se ficar impassível e estacionária.

Nenhuma Província mais que esta precisa de cuidar da elevação de seu nível intelectual, e, para consegui-lo, cumpre que, resoluta e corajosamente, ponha-se mãos à obra, começando-se por uma reforma radical na legislação, sistema de ensino primário e secundário, o professorado (SANTA CATARINA, 1874, p. 36).

No Brasil, notadamente na corte imperial, há o registro da atuação de associações a favor da causa educacional já no início do século XIX, como é o caso da Imperial Sociedade Amantes da Instrução, fundada em 1834, que procurava disseminar a instrução elementar. Objetivo semelhante era pretendido pelo Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte, criado em 1880, que buscava acompanhar o desenvolvimento da ciência pedagógica (LEMOS, 2011).

A província de Santa Catarina também possuía, a exemplo do município da corte, associações destinadas à causa da instrução no final do século XIX. Como

registrado no requerimento despachado por Fausto Augusto Werner, diretor-geral da Instrução Pública, em 6 de outubro de 1888, aprovando os estatutos da Associação Escolar *Deutscher Schulverien* em Nossa Senhora do Desterro.⁴⁶ Além dessa, em 1877 localizei a notícia da criação do Instituto dos Professores Públicos Primários, cujo objetivo era defender os interesses da classe professoral, instigar o desenvolvimento do ensino e estimular a produção literária. Abaixo, o anúncio da criação do Instituto.

Figura 5 - Anúncio da Associação Escolar *Deutscher Schulverien*

<p>...vigarão da Cidade de S. Francisco. Fausto Augusto Werner, 2.º des- pacho. — Ao Sr. Director Geral in- terino da Instrução Publica. Ernesto Vahl, presidente da as- sociação escolar <i>Deutscher Schul- verien</i> en Desterro, pede aprova- ção dos respectivos estatutos. — Ap- prove-se. Dia 8</p>	<p>Fausto Augusto Werner, 2º despacho. — Ao Sr. Diretor Geral interino da Instrução Pública. Ernesto Vahl, presidente da associação escolar <i>Deutscher Schulverien</i> em Desterro, pede aprovação dos respectivos estatutos. — Aprove-se.</p>
---	--

Fonte: Jornal Conservador, de 13 de outubro de 1888, p. 1.

Figura 6 - Anúncio da criação do Instituto dos Professores Públicos Primários

<p>O DESPERTADOR.</p> <p>DESTERRO, 6 DE ABRIL.</p> <p>DIVERSAS OCCURENCIAS.</p> <p>Instituto dos Professores Publicos Primarios. — Installou-se nesta capital, no dia 31 do mez p. findo, uma associação sob a denominação de — <i>Instituto dos Professores Publicos Primarios de Santa Catharina</i> —, sendo seu fim pugnar pelos interesses da respectiva classe, desenvolver o estudo e o culto das letras e animar a litteratura nacional da provincia pelos meios á seu alcance.</p> <p>Forão eleitos:</p> <p>Presidente, o Sr. Benjamim Carvalho de Oliveira.</p> <p>Vice-presidente, o Sr. Luiz Alves de Souza.</p> <p>Tesoureiro, o Sr. Balduino Antonio da Silva Cardoso.</p> <p>Secretario, o Sr. Antonio Martins Vieira Sobrinho.</p> <p>Saudando sinceramente os autores de tão interessante e proveitosa instituição, desejamos que seja feliz e produza os bens que della esperamos em prol do progresso e instrução da nossa juventude.</p>	<p>O DESPERTADOR Desterro, 6 de abril DIVERSAS OCORRÊNCIAS</p> <p>Instituto dos Professores Públicos Primários — Instalou-se nesta capital, no dia 31 do mês p. findo, uma associação sob a denominação de — <i>Instituto dos Professores Públicos Primários de Santa Catarina</i> —, sendo seu fim pugnar pelos interesses da respectiva classe, desenvolver o estudo e o culto das letras e animar a literatura nacional da província pelos meios a seu alcance.</p> <p>Foram eleitos:</p> <p>Presidente, o Sr. Benjamim Carvalho de Oliveira.</p> <p>Vice-presidente, o Sr. Luiz Alves de Souza.</p> <p>Tesoureiro, o Sr. Balduino Antônio da Silva Cardoso.</p> <p>Secretário, o Sr. Antônio Martins Vieira Sobrinho.</p> <p>Saudando sinceramente os autores de tão interessante e proveitosa instituição, desejamos que seja feliz e produza os bens que dela esperamos em prol do progresso e instrução da nossa juventude.</p>
--	---

Fonte: Jornal O Despertador, de 6 de abril de 1877, p. 2.

⁴⁶ Requerimento publicado na parte oficial do jornal Conservador. Tal jornal era, à época, o veículo de publicação oficial. O requerimento foi publicado, na primeira página, em 13 de outubro de 1888, e o solicitante foi Ernesto Vahl, presidente da associação escolar. Localizei alguns anúncios da associação escolar no Jornal do Comércio, todos escritos em alemão.

O Instituto dos Professores Públicos Primários não é somente um indicativo de que Santa Catarina estava sintonizada com outras iniciativas desenvolvidas no Império. A criação do instituto ilustra que o objetivo da promoção e melhoria do ensino por intermédio de associações, almejada na fala do presidente da província de Santa Catarina à luz das ações do imperador do Brasil, poderia ser promovida pela própria classe, ao lado da defesa de seus interesses profissionais. Conforme a legislação da época, entre 1860 e 1882, os estatutos das sociedades de socorro mútuo deveriam ser aprovados pelo presidente de cada província. Neste sentido, a melhoria da instrução pode ter-se tornado expressão recorrente nos estatutos das associações profissionais a fim de serem reconhecidas pelo poder público para funcionarem. Acerca do processo de aprovação dos estatutos pelas autoridades públicas, Lemos (2006, p. 139) destaca que a Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro, criada em 1875, teve que alterar seu estatuto e incorporar nove sugestões da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado para ser reconhecida e obter ordem para funcionamento. Já o Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte, que requereu a aprovação do estatuto à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado em agosto de 1881, logo após a realização da reunião de fundação e de eleição do conselho diretor, só foi reconhecida em maio de 1882, por meio da publicação de Decreto n. 8.529, quase um ano depois da solicitação.

Ações de professores em prol da melhoria das condições de trabalho e do *status* social da profissão não se limitam à criação de associações profissionais, como já reportado no início da tese. No município da corte, Daniel Lemos (2006; 2013) destaca, no ano de 1871, a publicação do “Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte”. O documento, publicado na forma de um livro, com 21 páginas (LEMOS, 2006, p. 93), era a junção de quatro cartas, três delas dirigidas às autoridades e a última, aos concidadãos. As cartas foram redigidas por Candido Matheus de Faria Pardal, João José Moreira e Manoel José Pereira Frazão, que falavam em nome da “classe deslembada”. Sobre as cartas endereçadas às autoridades, há que se registrar que a primeira foi redigida em 1870 e dirigida ao ministro dos Negócios do Império, conselheiro Paulino José de Souza, em resposta à sua afirmação de que a causa das condições lamentáveis da instrução na corte era a falta de bons professores. A segunda, ao imperador d.

Pedro II, e a terceira, ao Legislativo. Nas cartas, os professores denunciavam a situação da classe e da instrução pública na corte, com duras críticas aos custos da construção dos chamados “palácios da instrução”, especialmente se comparados à remuneração dos professores primários, que, de acordo com os signatários, era menor do que a de outros funcionários públicos com menos escolaridade e sobre os quais não repousava o “futuro da nação”. Segundo Lemos (2006, p. 91), o manifesto de 1871 alcançou grande repercussão na imprensa. Seu impacto integra um contexto mais amplo de mudanças da sociedade imperial, como a aprovação da Lei do Ventre Livre e a publicação do manifesto do Partido Republicado, em 1870. De acordo com o autor, o documento não se limitou a apresentar denúncias; procurou também mobilizar a opinião pública e instigar a organização do professorado. Para Lemos, o manifesto:

[...] fornece possibilidades para se pensar as condições de surgimento do movimento de professores [...] estando relacionados à existência prévia de um trabalho coletivo e do entendimento, por parte dos professores, da existência de problemas comuns (2013, p. 156).

É certo que o manifesto não expressava o posicionamento de todo o corpo docente. Como pode ser visto no excerto publicado em “A Verdadeira Instrução Pública”, havia professores contrários às ações publicadas em nome dos professores públicos como se representassem um consenso da classe:

A dissidência

O nosso ilustrado colega, o Sr. Professor José Bernardes Moreira, declarou no Jornal do Comércio de 23 do corrente, sob sua assinatura, o seguinte: Declaro que não presto meu apoio aos artigos que irrefletida e inconvenientemente se publicaram em nome dos professores públicos, como também não o prestei ao tão memorado artigo intitulado Manifesto de 30 de Julho (A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, n. 2, p. 1).

Os professores na província de Santa Catarina não estavam imunes, por certo, aos problemas enfrentados pelos professores da corte, tampouco às disputas político-partidárias. Vestígios dessa natureza foram localizados na imprensa que circulava na província de Santa Catarina, caso da reportagem intitulada “Mentira Oficial”, publicada pelo Jornal Regeneração, após a eleição para a assembleia provincial de 25 de outubro de 1885. A notícia refere-se à transferência compulsória de professores para que suas vagas fossem ocupadas por apadrinhados políticos. Tal atitude era considerada pelo impresso como uma agressão às garantias da classe professoral:

Mentira Oficial

Não há mais atentatório e revoltante do que fazer do professorado público joguete da política, perseguindo os membros dessa classe tão pouco protegida, e que todas as situações têm procurado cercar de garantias.

Atualmente, os nossos adversários não poupam meios de exercer coação sobre a classe dos professores, e infelizmente o Exm. Sr. Dr. Rocha, dando ouvidos a falsas informações, intrigas e calúnias dos mandos de campanário, vai vitimando sem razão nem motivos alguns distintos professores, cujo único crime é ocuparem um lugar que os nossos adversários precisam para com ele comprarem o voto de alguns familiares do seu próprio partido!

O que acaba de se dar com os professores de S. Miguel, Garopaba e Paraty, dá a prova das vexações que estão sendo postas em prática contra essa classe de funcionários.

O digno professor do Paraty, moço sisudo e hábil, foi primeiramente vítima de queixas parvas e sem fundamento, de alguns energúmenos conservadores, que a final convencidos da improcedência de tal expediente, aproveitaram-se da eleição provincial de 25 de dezembro [sic], para engendrar contra o distinto preceptor uma acusação falsa, a fim de conseguirem pelo caráter político do fato, os perversos fins que tinham em vista.

Está na memória pública a correspondência a que se deu lugar entre a presidência e a diretoria de instrução uma celebre denúncia do juiz de paz, presidente da mesa eleitoral do Paraty, contra o dito professor.

Verificou-se agora que tudo isso não passa de uma revoltante falsidade [...] (JORNAL REGENERAÇÃO, 27 de dezembro de 1885, p. 1).⁴⁷

Na mesma edição é publicada nota de Luiz José Cesarino da Roza, professor da Vila do Paraty, um dos professores que haviam sido transferidos compulsoriamente. O docente solicita ao presidente da província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, que sua remoção para Curitiba seja revogada, pois não havia preenchido nenhum requerimento pedindo transferência. O professor alega que seu nome estava envolvido em questões eleitorais e que sua vaga era cobiçada pelos adeptos do Partido Conservador da localidade:

S. Francisco, 22 de dezembro de 85 – Li no expediente da presidência o ato de minha remoção a pedido para Curitiba, e com isto estou até abismado; pois creia que tal remoção não pedi: porém, se há na Secretaria do Palácio algum requerimento com o meu nome, pedindo remoção, desde já declaro que há ali nada menos do que uma audácia ou um crime, praticado por quem quer que seja. Falsificando-se a minha firma e iludindo-se o Exm. Sr. Dr. Presidente da Província para deste modo conseguir-se a minha remoção; pois como sabe, os conservadores do Paraty, no intuito de consegui-la, deram uma queixa de mim ao Exm. Presidente, não contentes com isto, envolveram o meu nome em uma questão eleitoral, na qual disseram que eu assaltei a ordem e tranquilidade pública, quando tudo isto não passa de uma vil calúnia que contra mim levantaram.

Agora lhe declaro que na questão da eleição de 25 de outubro eu não tomei parte em coisa alguma, apenas presenciei de minha casa, que fica em frente a sala da Câmara, todo aquele movimento de eleição, como simples observador pois nem sou eleitor nessa paróquia, ignorando até aqui a causa que levou o 1º juiz de paz a envolver o meu nome naquela questão, a não ser só para o fim de ser eu processado, como vou sê-lo.

⁴⁷ A parte final da reportagem está ilegível na edição disponível na Hemeroteca Digital Catarinense e na Hemeroteca Digital Brasileira.

Essa é a verdade dos fatos; e note-se a questão da eleição de 25 de outubro eu não fui ouvido nem tive conhecimento dela, senão quando vi nos jornais.

Agora aparece a minha remoção a pedido, sem eu pedir coisa alguma, e logo para Curitibaanos!!

Ora, isto já é muito abusar do empregado público perante o Presidente da Província.

Nesta data reclamei ao exm. Presidente providências e pedi-lhe que revogue o ato da minha remoção, visto que não pedi – Luiz José Cesarino da Roza (JORNAL REGENERAÇÃO, de 27 de dezembro de 1885, p. 2).

Apesar disso, o professor acabou sendo demitido por Francisco José da Rocha, presidente da província, ligado ao Partido Conservador, por não ter aceitado a remoção para Curitibaanos (SANTA CATARINA, 1886, p. 64).

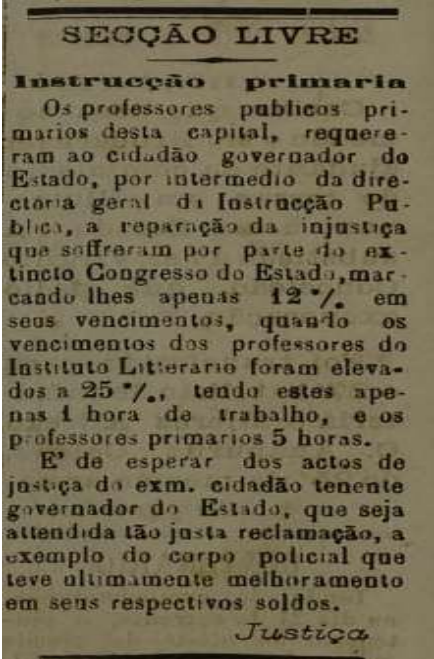
Lemos (2006), Oliveira (2011) e Silva (2012) investigaram cartas, abaixo-assinados, notas publicadas na imprensa, sob a perspectiva do associativismo e como forma de mapear a organização docente no século XIX. Lemos (2006) teve como *locus* a corte imperial; os demais autores, o estado de Minas Gerais. Nos trabalhos, há traços comuns: queixas sobre as precárias condições de trabalho; baixos salários; valor repassado para o pagamento do aluguel da casa-escola insuficiente e, por vezes, a tentativa de interferir e de colocar contramedidas anunciadas pelo poder público. Oliveira (2011, p. 113) menciona um abaixo-assinado elaborado por 20 professores do município mineiro de Piranga, que solicitavam modificações no Decreto n. 1.348, de 1900, que impediam os professores de exercer outro ofício além da docência. Já a dissertação de Marcelo Gomes da Silva (2012) investiga a publicação de um manifesto denominado “Ao Professorado de Minas”, redigido por quatro professores (José Paixão, Raymundo Tavares, Felicíssimo Mendes Ribeiro e Francisco Paixão), publicado no Jornal do Comércio da cidade de Juiz de Fora em 1900. Nele, os signatários destacam a importância do trabalho coletivo em prol da melhoria das condições materiais das escolas e da necessidade de se definir pautas comuns como um caminho para a constituição de uma associação (SILVA, 2012, p. 19). Após a publicação do documento, os professores de Juiz de Fora chegaram a organizar uma reunião a fim de criarem uma “liga pedagógica” (SILVA, 2012, p. 36).

Silva (2012) faz um alerta importante quanto à escolha do impresso para a publicação do manifesto. No caso, a escolha pelo Jornal do Comércio de Minas Gerais não teria sido aleatória, tendo em vista que os temas relacionados à instrução eram pautas recorrentes do impresso. Além disso, José Paixão, um dos

redatores do manifesto, atuava como redator no jornal (SILVA, 2012, p. 30). Dar publicidade aos problemas enfrentados no cotidiano da sala de aula e posicionar-se sobre alterações na legislação do ensino por intermédio da imprensa era uma estratégia utilizada também por professores na corte imperial. O manifesto dos professores públicos primários da corte, como já reportado, foi publicado em 1871; no ano seguinte, ele volta a ser divulgado pelo jornal *A Verdadeira Instrução Pública*, em comemoração ao aniversário da sua publicação (LEMOS, 2006, p. 98). Com base nos autores (LEMOS, 2006; SILVA, 2012), a reimpressão era uma forma não só de reafirmar os problemas enfrentados pela classe, como também exaltar a posição de autoridade daqueles que falavam em nome do professorado. A criação de documentos como porta-vozes da categoria, especialmente abaixo-assinados, como instrumentos de interlocução do professorado com autoridades governamentais foi objeto da Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos Primários da Corte, criada em 1888, que chegou a endereçar, no ano de sua fundação, uma carta à princesa Isabel sobre os baixos salários recebidos pelos professores na corte (LEMOS, 2006, p. 142).

Tais fatos não representam ações isoladas de professores na corte ou de determinada província ou estado brasileiro. Também localizei nos jornais que circulavam em Desterro nos anos finais do século XIX requerimento de professores primários que solicitavam aumento de salários e do valor correspondente ao aluguel da casa onde funcionava a escola. Na edição do *Jornal do Comércio* de 6 de abril de 1892, os professores primários questionam a diferença de aumento entre seus vencimentos e aqueles pagos aos professores do Instituto Literário. Enquanto os primeiros ganharam 12% de reajuste, os segundos foram contemplados com o acréscimo de 25%, o que não poderia, na perspectiva dos professores de primeiras letras, ser considerado justo, pois estes trabalhavam mais do que os do Instituto Literário (estabelecimento de ensino secundário), “tendo estes apenas 1 hora de trabalho diário, e os professores primários. 5 horas” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 6 de abril de 1892, p. 2). Assim, solicitavam aumento salarial e equiparação com os vencimentos dos policiais, que também haviam recebido reajuste.

Figura 7 - Pedido de reajuste salarial feito pelos professores primários publicado no Jornal do Comércio

 <p>SECÇÃO LIVRE</p> <p>Instrução primaria</p> <p>Os professores publicos primarios desta capital, requereram ao cidadão governador do Estado, por intermedio da directoria geral da Instrucção Publica, a reparação da injustiça que soffreram por parte do extinto Congresso do Estado, marcando lhes apenas 12% em seus vencimentos, quando os vencimentos dos professores do Instituto Litterario foram elevados a 25%, tendo estes apenas 1 hora de trabalho, e os professores primarios 5 horas.</p> <p>E' de esperar dos actos de justiça do exm. cidadão tenente governador do Estado, que seja attendida tão justa reclamação, a exemplo do corpo policial que teve ultimamente melhoramento em seus respectivos soldos.</p> <p><i>Justiça</i></p>	<p>SECÇÃO LIVRE</p> <p>Instrução primaria</p> <p>Os professores públicos primários desta capital, requereram ao cidadão governador do Estado, por intermédio da directoria geral da Instrução Pública, a reparação da injustiça que soffreram por parte do extinto Congresso do Estado, marcando lhes apenas 12% em seus vencimentos, quando os vencimentos dos professores do Instituto Literário foram elevados a 25%, tendo estes apenas 1 hora de trabalho, e os professores primários 5 horas.</p> <p>É de esperar dos atos de justiça do exm. cidadão tenente governador do Estado, que seja atendida tão justa reclamação, a exemplo do corpo policial que teve ultimamente melhoramento em seus respectivos soldos.</p> <p>Justiça</p>
--	---

Fonte: Jornal do Comércio, de 6 de abril de 1892, p. 2.

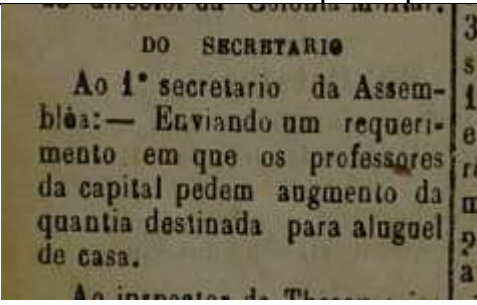
Os anos iniciais da instauração da República na capital de Santa Catarina foram marcados pelo aumento no custo de vida. Lauro Müller foi deposto do cargo de governador e o estado passou a ser administrado por uma junta governativa, marco da “Revolução Catarinense”, movimento que culminará na Revolução Federalista, que buscava destituir o marechal Floriano Peixoto da Presidência da República. A “carestia nos preços” dos alimentos, sobretudo entre os anos de 1892 e 1893, gerou manifestações por parte de associações profissionais. A Liga Operária,⁴⁸ por exemplo, remeteu ofício à junta, solicitando intervenção para redução nos preços,⁴⁹ e o preço do Jornal do Comércio é reajustado para 60 réis a unidade em função da dificuldade de se conseguir papel.⁵⁰ Acerca do movimento docente, localizei requerimentos solicitando reajuste no valor destinado ao aluguel da casa escola.

⁴⁸ Criada, em 1891, na capital de Santa Catarina (Jornal do Comércio, de 27 de janeiro de 1891, p. 1).

⁴⁹ Jornal do Comércio, de 5 de agosto de 1892, p. 1.

⁵⁰ Jornal do Comércio, de 17 de dezembro de 1893, p. 1.

Figura 8 - Requerimento de aumento na quantia do valor do aluguel publicado pelos professores no Jornal do Comércio

	<p>Do Secretário</p> <p>Ao 1º secretário da Assembleia: - Enviando um requerimento em que os professores da capital pedem aumento da quantia destinada para aluguel de escola.</p>
---	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 3 de dezembro de 1892, p. 4.

Infiro que a solicitação não tenha sido atendida, tendo em vista que em outubro de 1893 é dirigido à assembleia novo requerimento solicitando reajuste na quantia destinada ao pagamento do aluguel. Os professores cobravam do estado que cumprisse efetivamente o artigo 67 do novo regimento de 1892, o qual atribuía ao poder público a responsabilidade de arcar com o aluguel das casas onde funcionavam as escolas, mediante a assinatura de um contrato com o proprietário, enquanto não houvesse prédios próprios. Os docentes consideravam que para manter as escolas em funcionamento estavam passando por privações, já que eram os responsáveis pelo aluguel e a tabela com os valores repassados pela província não eram reajustados desde 1868. À época, de acordo com os redatores da nota, era possível alugar boas casas por pequenas quantias; contudo, passado um quarto de século, o valor – máximo – de 25 mil réis não era mais suficiente e os professores estavam retirando dos seus ordenados a diferença entre o valor fornecido pelo estado e o valor cobrado pelos proprietários. O professorado considerava, assim, que estava sendo duplamente punido pela alta nos preços, pois não recebia reajustes nos vencimentos e arcava com o excesso no valor do aluguel, o que o impedia de “apresentar-se decentemente no serviço público, a que é obrigação” (JORNAL DO COMÉRCIO, de 17 de outubro de 1893, p. 3). A imagem socioprofissional, de tal modo, parece ser acionada como um dispositivo de distinção, já que eram funcionários públicos e representantes do estado.

Seção Livre

A digna e patriótica Assembleia do Estado

Instrução Pública

Os funcionários públicos estaduais estão lutando com os mais sérios embaraços, diante da alta de todos os gêneros de primeira necessidade, especialmente os professores primários que se veem obrigados a pagar o excesso do aluguel das casas em que funcionam as escolas públicas, visto que o Estado só lhe fornece, no máximo 25\$000 réis, para o pagamento

dos aluguéis, quantias essas insuficientes na atualidade, porque foram marcadas em uma tabela antiga, organizada pelo Regulamento de 28 de abril de 1868, quando se alugavam casas muito boas, por diminutas quantias.

Desde essa data, em que se reformou a Instrução pública, foi organizada uma tabela, que infelizmente ainda está em vigor, tendo a Instrução passado por diversas reformas, sem que se alterasse a referida tabela dos aluguéis. Na atualidade, todos os gêneros têm aumentado de preço; entretanto, vigora ainda uma tabela que não satisfaz as atuais circunstâncias da época, prejudicando assim os pobres professores primários, que estão na extrema contingência de pagar aluguéis excessivos!...

Se os recursos financeiros do estado não permitem melhorar os vencimentos dos empregados estaduais, também é menos justo que se os diminua indiretamente, como acontece aos pobres professores, que estão pagando de seus exíguos ordenados o excesso de aluguel exigidos pelos proprietários!! Entendemos que o vencimento do funcionário público é a recompensa de seus serviços, que hipoteca no estado, a fim de manter-se e apresentar-se decentemente no serviço público, a que é obrigado. Deste modo, estão os pobres professores passando as maiores privações, para atenderem as despesas quotidianas, e também aos excessivos alugueis de casa para o funcionamento das escolas!...

O novo Regulamento da Instrução Pública, no artigo 67 §1º, diz que o Estado, enquanto não tiver prédios próprios, deverá obtê-lo por aluguel, tendo em vista as condições higiênicas, e até esta data estão os professores sujeitos à responsabilidade dos aluguéis de casas para escolas, quando já se deveriam ter feitos os contratos, desobrigando-os dessa penosa e grave responsabilidade.

Em nome desses infelizes, pedimos ao Exm. Presidente do Estado, diretor da Instrução Pública, e especialmente a digna e patriótica Assembleia do Estado, as providências que aconselharem nesta emergência; e estamos convictos de que SS. Ex., zelosos como são, pelo serviço público do Estado, do que tem dado as mais exuberantes provas, prestarão importante serviço a Instrução Pública, mandando abrir concorrência, no Tesouro do Estado, para o contrato de aluguel das casas em que devem funcionar as aulas primárias, em vista das terminantes disposições do artigo 67 do novíssimo Regulamento de 10 de junho do ano findo.

Assim o esperamos por ser de justiça (JORNAL DO COMÉRCIO, de 17 de outubro de 1893, p. 3).

Discussões referentes às condições de trabalho e a pressão política sofrida pelos docentes no exercício do cargo não se limitaram aos anos finais do século XIX. A reportagem publicada no jornal O Estado, considerado o impresso com maior circulação em Santa Catarina na Hemeroteca Digital Catarinense, fundado em 1892, é exemplo disso. Em quatro de junho de 1915,⁵¹ um grupo de professores escreve uma reportagem sobre seus “mesquinhos salários” e sobre a sobrecarga de trabalho em resposta aos funcionários do Tesouro,⁵² que exigiam aumento de vencimentos, justificando que os professores recebiam mais. Assinam a nota 16

⁵¹ Publicado na segunda página do jornal O Estado, de 4 de junho de 1915, sob o título “Justo Apelo”.

⁵² Reportagem publicada na primeira página do jornal O Estado, de 3 de junho de 1915, com o título “Apelo Justo”.

professores; entre eles: Antenor Cidade, Beatriz de Souza Brito, Rosa Torres de Miranda, Maria Julia Franen, Isaura L. Oliveira, Delis Regis, Maria Luiza Ozorio, Laura Callado, Iracema Adueri, Otília Miranda da Cruz, Eremetta Souza e Maria H. Medeiros.⁵³

Outro vestígio da resistência dos professores às políticas do estado foi identificado no jornal O Estado, do dia 27 de maio de 1915. A reportagem, intitulada “A Instrução Pública em Santa Catarina”, menciona professores “com má vontade”. Diz a reportagem:

O Sr. Dr. Fulvio Addocci, Secretário Geral dos Negócios do Estado, baixou a seguinte portaria:
Secretaria Geral dos Negócios do Estado, em Florianópolis 21 de maio de 1915 – Nº 1306. – Sr Inspetor Geral do Ensino – Chegando ao meu conhecimento que apesar das benéficas disposições dos §§ 2 e 5 do art. 227 e artigo 229 do regimento Interno dos Grupos Escolares, alguns professores desses estabelecimentos, por incúria, má vontade ou capricho, frustram tais disposições, que, por certo, se referem a um dos atos de maior responsabilidade entre os das atribuições que lhe são conferidas – o julgamento para as promoções, recomendo-vos expedir aos diretores dos grupos escolares, as instruções que forem necessárias para que cessem tais abusos, declarando-lhes mais que vos devem comunicar o nome dos professores que deram notas de exames – guiando-se pelas notas de outro examinador, derem notas sem que verifiquem as provas escritas ou sem arguirem os alunos, durante as provas orais, pois a esses professores será aplicada a pena prevista no artigo 154 do Regulamento – Saúde e fraternidade. (Assg.) Fulvio Aducci (O Estado, de 27 de maio de 1915, segunda página).

Os artigos mencionados no excerto referem-se ao capítulo IV do Regimento Interno dos Grupos Escolares, que trata da realização dos exames e das promoções. O artigo 227 especifica como seriam realizados os exames (SANTA CATARINA, 1914).⁵⁴ O inciso II afirma que os exames finais (de dezembro) deveriam ser feitos com toda a publicidade, sendo encaminhados convites nominais aos pais, às autoridades e à imprensa. Já o inciso V determinava que as bancas deveriam ser compostas pelo diretor, pelo professor da classe examinada e pelo professor da classe subsequente, além de mais dois examinadores externos, que poderiam ser o chefe escolar, autoridades e pessoas consideradas idôneas. O artigo 229 refere-se às médias dos exames de maio e agosto, que seriam tiradas mediante as notas do diretor, do professor da classe e do professor da classe

⁵³ Em um caso foi possível decifrar apenas o sobrenome Sanches Torres; em outro, apenas o nome Odília. Dois nomes não estão legíveis no jornal disponível no *sítio* da Hemeroteca Digital Catarinense.

⁵⁴ Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105191>> Acesso em: 21 jun. 2020.

subsequente. Pode-se inferir que, apesar de todo o controle exercido, sempre haveria margem para a ação dos sujeitos; contudo, conforme Carlo Ginzburg (2006), a singularidade apresenta contornos precisos, pela cultura do próprio tempo e da própria classe. Neste sentido, para Ginzburg (2006, p. 20), a ação dos sujeitos está condicionada a uma “jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”. A penalidade mencionada trata da instauração de processo administrativo com a suspensão dos vencimentos durante o trâmite (SANTA CATARINA, 1914b).⁵⁵

Para Catani (1995), a organização do magistério tem “raízes bastante antigas”. A autora aponta algumas iniciativas efêmeras em São Paulo, entre 1889 e 1895. A referência ao ano de 1889 está localizada na obra “O Ensino em São Paulo – Algumas Reminiscências”, de José Feliciano de Oliveira, em que é mencionada uma tentativa infecunda de agremiar o professorado paulista. Alguns professores que estiveram à frente desse movimento, fariam parte, posteriormente, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo criada em 1901. Outra iniciativa, vigente entre 1895 e 1896, e na qual também estiveram presentes profissionais que depois atuarão na mesma associação, é a do Instituto Pedagógico Paulista, que editava a revista *A Instrução Popular*. Segundo os diretores desse instituto, “sem uma associação desta ordem o professorado há de ser fraco, vítima de todos os baldões, um pupilo de outras classes e a instrução do povo será uma mentira convencional” (CENSER apud CATANI, 1995, p. 7).

Iniciativas brasileiras de organização de associações profissionais docentes, como as de associações em prol da instrução pública já mapeadas pelos trabalhos e pelas fontes localizados por esta pesquisa, reportam à segunda metade do século XIX e estão sistematizadas no quadro abaixo 8.

Quadro 8 - Associações docentes e em prol da instrução pública na segunda metade do século XIX e início do XX no Brasil

Associação	Local	Ano
Imperial Sociedade Amantes da Instrução	Rio de Janeiro	1834
Academia Pedagógica	Rio de Janeiro	1861
Instituto dos Diretores, Subdiretores e Professores	Rio de Janeiro	1871

⁵⁵ A redação do artigo 154 é a seguinte: “Nos casos de maior gravidade, não especificados neste Regulamento, haverá suspensão preventiva para instauração de processo administrativo, nos termos do art. 148, devendo a autoridade competente requisitá-la do Diretor da Instrução. § único. O funcionário suspenso, preventivamente, não receberá os vencimentos, enquanto durar a suspensão (arts. 142 e 152)” (SANTA CATARINA, 1914b, p. 43).

Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte	Rio de Janeiro	1872
Sociedade Propagadora da Instrução Pública	Pernambuco	1872
Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1875
Instituto Pedagógico	Rio de Janeiro	1877
Associação dos Professores Públicos da Corte	Rio de Janeiro	1877
Instituto dos Professores Públicos Primários	Santa Catarina	1877
Grêmio de Professores Primários	Pernambuco	1879
Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte	Rio de Janeiro	1880
Grêmio Normalístico	Bahia	1880 (aprox.)
Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1881
Casa Beneficente da Corporação docente do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1882
Associação dos Professores Particulares	Rio de Janeiro	1883
Associação Beneficente dos Professores do Magistério Público e Particular	Rio de Janeiro	1885 (aprox.)
Associação de Seguro Mútuo Escolar	Rio de Janeiro	1883
Associação Paroquial de Instrução de Beneficência	Rio de Janeiro	1885
Instituto dos Professores Primário das Alagoas	Maceió – Alagoas	1886
Comissão Permanente Executiva dos Professores Públicos Primários da Corte	Rio de Janeiro	1888
Associação Escolar Deutscher Schulveren	Santa Catarina	1888
Pedagógica Beneficente de Socorros Mútuos	Rio Grande do Sul – Porto Alegre	1891
Instituto Pedagógico Paulista	São Paulo	1895
Associação dos Professores Paroquiais Católicos Teuto-brasileiros	Rio Grande do Sul	1898
Grêmio do Professorado Baiano	Bahia	1890 (aprox.)
Associação dos Professores do Brasil	Rio de Janeiro	1900
Lehrer und Schulverein (Associação de Professores e Escolas). A partir de 1904, Deutscher Schulverein für Santa Catarina (Associação Escolar de Santa Catarina)	Santa Catarina	1900
Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	São Paulo	1901
Associação Beneficente da Educação	São Paulo	1902 [aprox.]
Associação de Auxílio Mútuo do Magistério Fluminense	Rio de Janeiro	1902
União do Magistério Mineiro	Minas Gerais	1906
Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná	Paraná	1906 [aprox.]
Associação dos Professores do Brasil	Rio de Janeiro	1909
Liga de Professores Primários	Rio de Janeiro	1912
Centro de Professores Primários Municipais	Rio de Janeiro	1915
Liga das Professoras Católicas de São Paulo	São Paulo	1919
Associação Brasileira de Professores	Rio de Janeiro	1919
Liga de Professores	Rio de Janeiro	1919
Associação de Professores do Brasil	Rio de Janeiro	1920
Liga do Magistério Catarinense	Santa Catarina	1922
Associação de Professores da Escola Normal	Rio de Janeiro	1924
Sociedade Paulista de Educação	São Paulo	s.d.*
Associação Brasileira de Educação**	Rio de Janeiro	1924
Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer (Liga Nacional de Professores Alemães-Brasileiros)***	São Paulo	1925
Confederação do Professorado Brasileiro	Rio de Janeiro	1926
Associação Brasileira de Ensino Profissional	Rio de Janeiro	1929
Federação Nacional das Sociedades de Educação		1929
Associação Sul-Riograndense de Professores	Rio Grande do Sul	1929/1930
Centro do Professorado Primário de Pernambuco (ou Associação de Professores Primários de Pernambuco)	Pernambuco	1929
Associação dos Professores Primários do Distrito Federal	Rio de Janeiro	1930

Centro do Professorado Paulista	São Paulo	1930
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais	Minas Gerais	1931
Associação de Professores Católicos – Pelotas	Rio Grande do Sul	1932
Centro do Magistério Livre de São Paulo	São Paulo	1932
Associação Cultural de Professores	São Paulo	1933
Associação Católica de Professores e Cultura Social	Rio Grande do Sul	1933
União dos Professores de Santa Maria	Rio Grande do Sul	1933
União dos Professores Públicos e Particulares do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	1933
Associação dos Professores Primários do Distrito Federal	Rio de Janeiro	1933 [aprox.]
Associação das Professoras	São Paulo	1936 [aprox.]
União dos Educadores do Brasil	Rio de Janeiro	1937

Fonte: 15 de Outubro (1886); A Escola (1877); A Escola (1880); A Escola (1900); A Escola (1906); A Reforma (1890); A Verdadeira Instrução Pública (1872); Arendt (2005); Cardoso (2011); Catani (1995; 2003); Cunha (1981); Grêmio dos Professores Primários (1883); Lemos (2011); Leon (2008); O Ensino Particular (1883), O Ensino Primário (1884); Pinheiro (2015); Rêses (2008); Santos (2014); Silva (2018); Silva Júnior (2004); Vicentini e Lugli (2009). Dados sistematizados pela autora.

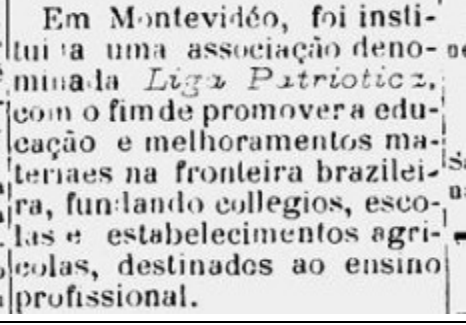
* A referência a essa entidade está na obra de Marta Carvalho (1998), que destaca ter sido ela criada antes da ABE. A autora também menciona ações do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino em 1931.

** O estatuto previa a criação de representantes locais. Os trabalhos de Leon (2008) e Cardoso (2011) abordam a criação Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação em 1926.

*** De acordo com Arendt (2005), a entidade reunia seis associações, a saber: Deutscher Schulverein von Paraná (Liga de Professores Alemães do Paraná); Deutscher Schulverein von São Paulo Paraná (Liga de Professores Alemães de São Paulo); Deutscher Schulverein von Rio de Janeiro und Espírito Santo (Liga de Professores Alemães do Rio de Janeiro e Espírito Santo); Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul (Associação de Professores Alemães-Brasileiros do Rio Grande do Sul); Deutscher Evangelischer Lehrerverein von Rio Grande do Sul (Associação dos Professores Alemães Evangélicos do Rio Grande do Sul); Verein Deutschbrasilianischer Privatlehrer von Santa Catarina (Associação de Professores Alemães-Brasileiros de Santa Catarina) fundada em 1926.

Além dessas, localizei informações sobre uma associação criada em Montevideu, capital do Uruguai, no final do século XIX, chamada Liga Patriótica, que objetivava criar estabelecimentos de ensino profissional na fronteira brasileira. Notícias referentes à organização de professores em outras nações circulavam entre os professores brasileiros.

Figura 9 - Anúncio da fundação da Liga Patriótica em Montevideo no ano de 1888

 <p>Em Montevideo, foi instituída uma associação denominada <i>Liga Patriótica</i>, com o fim de promover a educação e melhoramentos materiais na fronteira brasileira, fundando collegios, escolas e estabelecimentos agrícolas, destinados ao ensino profissional.</p>	<p>Em Montevideo, foi instituída uma associação denominada <i>Liga Patriótica</i>, com o fim de promover a educação e melhoramentos materiais na fronteira brasileira, fundando colégios, escolas e estabelecimentos agrícolas, destinados ao ensino profissional.</p>
---	--

Fonte: Jornal Conservador, de 14 de setembro de 1888, p. 2.

O professor Frazão, por exemplo, no relatório de viagem que apresentou à Diretoria de Instrução Primária em 1893, menciona a intenção de criar a “*Union professionnelle des Instituteurs et Institutrices, de l' Agglomeration bruxelloise*” pelos professores Belgas, em 1891 (FRAZÃO, 1893, p. 440). Também menciona o protesto dos professores na Inglaterra, em 1890, sobre a possibilidade de o poder público contratar professores não formados pelas escolas normais. Nas palavras de Frazão:

[...] contra a organização do ensino na Inglaterra têm protestado energicamente os professores [...] duas reuniões, havidas, uma em 1888 em Cheltenham, outra em 1889 em Birmingham. Nesta última acharam-se reunidos mais de 700 representantes de cerca de 300 associações da Inglaterra e de Galles. Achavam-se também delegados da Escócia e da Irlanda, e da Federação dos professores belgas. Quase toda a organização do ensino na Inglaterra foi por eles atacada vigorosamente. Um deles comparou a lei do ensino primário com um indicador de caminhos de ferro, em que os trens fossem distribuídos para se chocarem. O presidente, no seu discurso de abertura, declarou que reina o contrassenso em lugar do senso comum. Entre os pontos mais atacados, figuram: o sistema de pagamento segundo o resultado, as demissões arbitrárias, o sistema de contratar professores, os inspetores estranhos ao ensino, embora homens instruídos, respeitáveis, etc. Os professores querem ser funcionários do Estado. E parece que essa ideia vai ganhando terreno, tanto na Inglaterra, como na Itália. É também a maior aspiração dos professores belgas (FRAZÃO, 1893, p. 161-162).

Acerca de experiências de outras nações que auxiliam na compreensão do movimento associativo brasileiro e, particularmente, a da Associação do Professorado Catarinense, destaco, no caso português, conforme alertado por António Nóvoa, que a melhoria das condições econômicas do professorado atravessará todo o movimento associativo no final do século XIX, considerado premissa para o desenvolvimento da instrução (NÓVOA, 1987, p. 478). Este é o caso do movimento de mestres de primeiras letras de 1818, apontado pelo autor (1987, p. 477) como um dos primeiros registros de organização do corpo docente, que reivindicava melhorias salariais.⁵⁶

Ao investigar os primeiros passos do movimento associativo em Portugal, Nóvoa (1987) destaca que as associações representavam uma área de confluência de interesses. Para o autor, como já mencionado, o processo de profissionalização docente esteve imbricado pelo desenvolvimento de um conjunto de saberes teóricos

⁵⁶ Nóvoa (1987, p. 478) destaca que a organização no magistério português não estava dissociada de outras iniciativas profissionais. Assim, por exemplo, em 1835, surgiu a Sociedade de Ciências Médicas; em 1839, a Associação dos Advogados de Lisboa.

e práticos relativo ao ensino, que foram regulamentados por agentes exógenos – o Estado -, mas esteve também vinculado ao surgimento de um sentimento de pertencimento ao um corpo profissional. Tal processo, por certo, não impediu que as associações profissionais disputassem legitimidade para definir as atribuições da profissão docente.

De acordo com Nóvoa (1987, p. 486), no final do século XIX, em Portugal, foram os professores do ensino primário que mantiveram uma importante atividade associativa, impulsionados, sobretudo, pelas primeiras gerações de alunos formados nas escolas normais. Tal movimento buscava transformar a imagem do professor isolado, sem treinamento e mal remunerado pela imagem do professor profissional, treinado em estabelecimentos especializados, dotado de espírito de solidariedade e ajuda mútua. Assim é que se fundou, em 9 de junho de 1880, a Associação dos Professores de Instrução Primária de Lisboa. Esta associação tinha como objetivo defender os interesses morais e materiais dos sócios e buscava prover a melhoria do poder econômico e do prestígio social dos professores. Era presidida por Antônio Servulo da Matta, ex-aluno da escola normal de Marvila (NÓVOA, 1987, p. 487).

Em 1897, ainda, foi criada, no Porto, a Associação da Ajuda Mútua do Ensino Primário Português. Seu objetivo era a defesa dos interesses dos professores e de suas famílias em caso de doença, prisão ou morte. Tal associação conseguiu reunir cerca de 25% dos professores do ensino primário de Portugal. Esse montante não passou despercebido e o governo português, a partir da reforma de 1901, apresentará dispositivos para conter a crescente politização da profissão docente (NÓVOA, 1987, p. 491). Outra associação criada no final do século XIX foi o Grêmio do Professorado Livre Português. Formada por professores particulares, chegou a publicar uma revista, O Ensino Livre, e realizou algumas reuniões nacionais, incluindo um congresso no Porto, em 1898. Estas últimas associações não tiveram o mesmo alcance que as vinculadas do setor público (NÓVOA, 1987, p. 492).

Essas não foram as primeiras associações docentes registradas em Portugal. Para Nóvoa (1987, p. 479), foi em 1854 que surgiu a primeira associação de professores portugueses com objetivos mutualistas – chamada de Associação de Professores. Ela tinha como objetivo promover o bem-estar dos seus membros e disseminar a melhora da instrução e da escola pública. Estiveram à frente

Francisco Maria de Sousa Brandão e Luiz Filipe Leite (diretor da primeira escola normal de Lisboa). Todos os professores poderiam ingressar na associação. Em 1856, foi lançado o *Jornal da Associação dos Professores*. Ao mesmo tempo, iniciaram-se tratativas para criar uma escola normal dentro da associação, que acabou não se efetivando (NÓVOA, 1987, p. 480). A partir de 1860, as atividades da associação entraram em declínio e o jornal deixou de circular em 1862. A associação foi acusada de não cumprir com os objetivos e os professores, de continuarem sendo uma classe social desfavorecida. O último jornal impresso destaca a importância de o professorado ter um representante no parlamento, tal como as outras classes (NÓVOA, 1987, p. 483-484). Em 1863, um grupo de professores que saiu da Associação de Professores criou o *Boletim do Clero e do Professorado*, com o objetivo de defender “as duas principais classes da sociedade e as únicas sem associações representativas” (NÓVOA, 1987, p. 485). De acordo com o mesmo autor (1987), os professores justificavam a baixa remuneração pelo caráter sacerdotal da profissão; todavia, o baixo prestígio social e econômico era considerado como um desprezo da sociedade e dos poderes estatais pelos profissionais encarregados da “mais alta missão social” (NÓVOA, 1987, p. 488).

A criação de associações de professores se espalha ao longo do século XX, tanto no Brasil quanto em Portugal, com características e objetivos bastante semelhantes àqueles identificadas no século XIX, a saber: defesa da instrução e defesa de direitos. Felgueiras (2008), ao investigar o Instituto do Professorado Primário Oficial Português, destaca outra especificidade: o uso das associações de classe pelo Estado a fim de obter apoio para reformas do ensino. No caso, o instituto criado em 1916 na cidade de Lisboa tinha como função proteger e auxiliar na educação dos filhos dos professores, especialmente dos órfãos, e que viviam distantes das escolas de instrução. De acordo com a autora:

O que era um movimento espontâneo, suscitado no meio do professorado e legitimado por recurso a uma assembleia geral, com apoio tutelar da rainha, torna-se uma instituição fiscalizada pelo Governo, pela Câmara que apoia e pela Escola Normal, símbolo identitário dos professores e das boas práticas educativas. Há uma preocupação por parte da República de enquadramento das actividades docentes, dentro das finalidades do Estado (FELGUEIRAS, 2008, p. 48).

Iniciativas de organização do corpo docente português, no final do século XIX e início do século XX, estão sistematizadas no quadro 9. Elas ilustram que havia uma proximidade temporal entre as associações docentes criadas no Brasil e em

Portugal e reforçam a hipótese de que havia uma circulação de ideias sobre o associativismo docente entre diferentes países.

Quadro 9 - Associações docentes em Portugal no século XIX e início do XX

Ano de Criação	Nome
1813	Montepio Literário
1854	Associação de Professores
1868	Associação de Docentes Progresso pela Instrução
1880	Associação dos Professores de Instrução Primária de Lisboa
1897	Associação de Socorros Mútuos do Corpo Docente Primário Português
1898	Grémio do Professorado Livre Português
1904	Associação do Magistério Secundário
1907	Liga da Imprensa Pedagógica
1911	Sindicato dos Professores Primários de Portugal
1912	Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais
1915	Grémio dos Professores Primários
1916	Associação dos Professores do Liceu do Norte
1916	Instituto do Professorado Primário Oficial Português
1918	União do Professorado Primário Português
1919	Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais
1924	Associação dos Professores de Portugal
1926	Federação dos Professores dos Liceus Portugueses

Fonte Nóvoa (1987); Felgueiras (2008); Brás (2019). Dados sistematizados pela autora.

Busco, na seção seguinte, compreender como essas ideias foram operadas em Santa Catarina a partir da criação da Associação do Professorado Catarinense. Ao mesmo tempo, situo que as finalidades previstas no estatuto eram semelhantes às de outras associações docentes brasileiras criadas no período.

1.2 ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE

A Associação do Professorado Catarinense congregava professores tanto do ensino público quanto do privado, abrangendo profissionais que atuavam no ensino primário e secundário. Seu objetivo era prestar auxílio assistencial ao professorado e atuar na defesa dos interesses da classe⁵⁷. Não foi possível precisar seu tempo de duração; tampouco quantos professores se haviam filiado. Possuía uma revista chamada Professor, que começou a circular em 1889 e que, ao que as fontes localizadas e consultadas por esta pesquisa indicam, teve apenas uma edição.

A associação foi criada em 5 de agosto de 1888, em reunião realizada na sala do diretor da instrução pública⁵⁸. Conforme noticiado pelo Jornal do Comércio,

⁵⁷ Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p.1.

⁵⁸ Jornal Conservador, de 2 de agosto de 1888, p. 3; Jornal do Comércio, de 4 de agosto de 1888, p. 1.

em edição de 4 de agosto de 1888, para o ato foram convidados professores públicos e particulares, para que conhecessem a proposta da congregação e discutissem o estatuto.⁵⁹ Este foi redigido por uma comissão composta de quatro membros⁶⁰, Léon Eugenio Lapagesse, na condição de redator, João Maria Duarte, Roberto Grant⁶¹ e Luiz Alves de Souza.⁶²

A notícia da criação da associação foi divulgada nos principais jornais que circulavam na cidade de Nossa Senhora do Desterro; tanto na primeira página do Jornal do Comércio, de tendência liberal, quanto no jornal Conservador, vinculado ao Partido Conservador, conforme é possível observar nos recortes destacados a seguir:⁶³

Figura 10 - Anúncio da criação da Associação do Professorado Catarinense no Jornal do Comércio

	<p>NOTICIÁRIO</p> <p>Amanhã devem reunir-se na sala da Diretoria da Instrução Pública os professores públicos e particulares, a fim de tomarem parte na discussão dos estatutos da Associação do Professorado Catarinense e assistirem a sua instalação.</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 4 de agosto de 1888, p. 1.

⁵⁹ Jornal do Comércio, de 4 de agosto de 1888, p. 1.

⁶⁰ Anúncio publicado no jornal Conservador, edições dos dias 1, 2 e 3 de agosto de 1888.

⁶¹ Atuou como professor de Inglês no Instituto Literário e Normal (Jornal A Regeneração, de 25 de agosto de 1883, p.1)

⁶² Luiz Alves de Souza era professor de primeiras letras no Instituto Literário e Normal. Em 1883, lecionava na 2ª escola do 2º distrito da Capital (Jornal A Regeneração, de 25 de agosto de 1883, p.1). Era vice-presidente da Instituto dos Professores Públicos Primários, criado em 1877 (Jornal O Despertador, de 6 de abril de 1877, p. 2).

⁶³ O jornal Polyanthea, de 28 de abril de 1889, divulga na quarta página uma nota em agradecimento a Léon Lapagesse pela remessa dos estatutos.

Figura 11 - Anúncio da criação da Associação do Professorado Catarinense no jornal Conservador

<p>ANNUNCIOS</p> <p>Associação do Professorado Catharinense</p> <p>São convidados todos os Srs. Professores de instrução primaria e secundaria, publicos ou particulares, sem distincção de sexo, a comparecerem, domingo, 5 do corrente mez ás 12 horas do dia, na Sala da Directoria da Instrucção Publica, afim de tomarem parte na discussão dos Estatutos d'esta Associação e assistirem á installação da mesma sob a presidencia do Ilm. Sr. Dr. Director Geral da Instrucção Publica.</p> <p>Desterro, 1.º de Agosto de 1888. —</p> <p>A commissão da redacção dos Estatutos: <i>Léon Eugenio Lapagesse</i>, relator — <i>João Maria Duarte</i> — <i>Roberto Grant</i> — <i>Luiz Alves de Souza</i>.</p>	<p>ANÚNCIOS</p> <p>Associação do Professorado Catarinense</p> <p>São convidados todos os Srs. Professores de instrução primária e secundária, públicos ou particulares, sem distinção de sexo, a comparecerem, domingo, 5 do corrente mês, às 12 horas do dia, na Sala da Diretoria da Instrução Pública, a fim de tomarem parte na discussão dos Estatutos desta Associação e assistirem a instalação da mesma sob a presidência do Ilm. Sr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública.</p> <p>Desterro, 1º de Agosto de 1888. —</p> <p>A comissão da redação dos estatutos: Léon Eugenio Lapagesse, relator — João Maria Duarte — Roberto Grant — Luiz Alves de Souza.</p>
---	---

Fonte: Jornal Conservador, de 2 de agosto de 1888, p. 3.

Em 8 de agosto daquele ano, conforme as fontes da pesquisa, ocorre uma nova reunião no edifício do Ateneu Provincial, para aprovação do Estatuto.⁶⁴ Apesar de a legislação da época (Lei Imperial n.º 3.150 e Decreto Imperial n.º 8.821, de 1882) não determinar que o estatuto das sociedades profissionais fosse aprovado pelo presidente da província, a associação requereu a aprovação de Augusto Fausto de Souza, presidente da província de Santa Catarina. Na mesma oportunidade, o diretor-geral da instrução pública, Joaquim Francisco de Barros Barreto, foi considerado presidente honorário da associação. O apoio estatal à criação da associação não se restringiu à concessão do espaço para as primeiras reuniões e a homologação do estatuto. O poder público ainda encaminhou uma circular aos professores públicos da província, acompanhada do estatuto, para que os professores, sobretudo do interior, conhecessem as finalidades da associação. Tal ato pode ser visualizado na carta escrita pelo professor jubilado Thomaz Francisco Xavier e publicada por Léon Lapagesse (1º secretário da associação) no periódico Palavra em 1888, transcrita abaixo:

⁶⁴ Jornal do Comércio, de 8 de agosto de 1888, final da primeira página e início da segunda, e Jornal Conservador, de 8 de agosto de 1888, segunda página.

- Ilm. Sr. – Acusando a recepção da circular de VV. SS., datada de 24 do passado, cumpre-me o dever de responder – que tão elevada honra jamais será esquecida por este velho amigo e acanhado colega.

“Li com a máxima atenção os Estatutos que acompanharam a aludida circular e compreendi os vossos intentos com relação à classe a que pertencemos; preza a Deus que sejam eles coroados do êxito que almejais.

“Não desanimeis, corajosos deveis afrontar quaisquer incidentes que por ventura se oponham à marcha dos vossos trabalhos, até que lanceis a última pedra no monumental edifício que principiastes a construir, para que seja ele o cofre inexpugnável das imunidades a que o professorado tem incontestáveis direitos.

[...] enviar-vos um fraternal abraço como prova de minha apreciação aos relevantes serviços que estais prestando e continuareis a prestar à classe que por tantos anos lutou com acerbos contrariedades e dissensões.

“Deus seja convosco – Aos Ilms. Srs. Presidente, 1º Secretário e mais membros do Conselho da Associação do Professorado Catarinense. – o professor jubilado, Thomaz Francisco Xavier” (PALAVRA, 1888, p. 1).

Segundo o estatuto,⁶⁵ a associação teria como finalidade auxiliar a condição moral e intelectual do professorado da província e prover as garantias de seus direitos pessoais e interesses gerais da classe. Para tanto, poderia fazer uso de diferentes estratégias, tais como organizar sessões para discutir assuntos concernentes à instrução pública e ao professorado; trocar correspondências com sociedades nacionais e estrangeiras dedicadas à causa da instrução. Deveria, ainda, criar uma biblioteca pedagógica e publicar uma revista pedagógica mensal. Estava prevista, também, a realização de concursos nos quais seriam conferidos prêmios aos melhores trabalhos pedagógicos da província e a criação de uma caixa beneficente para auxílios.

Tais finalidades são semelhantes àquelas apontadas por Catani (2003) ao investigar a Associação Beneficente do Professorado Paulista. Criada em 27 de janeiro de 1901, tal associação possuía como objetivo reunir os membros do magistério público do estado de São Paulo. Além disso, deveria:

[...] proporcionar benefícios a cada um de seus membros, mas também promover a elevação moral e intelectual do professorado público do Estado, com a adoção de todas as medidas tendentes a melhorar as condições da classe (CATANI, 2003, p. 42).

A associação paulista também oferecia serviços de saúde e assistência em caso de doenças ou invalidez do sócio e aos órfãos e às viúvas; assessoria jurídica

⁶⁵ O estatuto da Associação é publicado integralmente na primeira e segunda página do jornal Conservador de 24 de agosto de 1888. Disponível em: «<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767069&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=3277>». Acesso em: 28 abr. 2021.

e uma biblioteca especializada. Mantinha, do mesmo modo, uma caixa de empréstimos e se propunha realizar conferências pedagógicas. A Revista do Ensino – periódico da associação do professorado paulista – foi publicada entre 1902 e 1918, e contou com subvenção do poder estatal em diferentes momentos.

Outros objetivos semelhantes entre a Associação do Professorado Catarinense e outras associações de professores criadas no final do século XIX foram a criação de uma biblioteca pedagógica e a divulgação de uma revista especializada. Eis o caso do Grêmio dos Professores Públicos da Corte, criado em 24 de agosto de 1881. Esse grêmio tinha como finalidade acompanhar o desenvolvimento da ciência pedagógica, prestar apoio aos sócios necessitados e criar um gabinete de leitura. Desejava, ainda, promover palestras sobre a instrução e realizar conferências pedagógicas (LEMOS, 2013, p. 163).

O Grêmio do Professorado Baiano, fundado em 29 de junho de 1890, também reunia professores de ambos os sexos e de todos os níveis de ensino. Buscava a articulação da classe, tendo como lema “um por todos e todos por um”, formando, assim, “um só corpo” (A REFORMA, 1890, p.1). Para atingir tal princípio, o grêmio baiano pretendia criar uma biblioteca pedagógica e realizar conferências a fim de aprimorar o desenvolvimento intelectual da classe. Além disso, aspirava publicar uma revista para defender os interesses do professorado e incitá-los ao cumprimento dos seus deveres profissionais. O grêmio também possuía como objetivo eleger um ou mais candidatos, entre os sócios efetivos, para representar a classe no Congresso Nacional, na Assembleia do estado e nos conselhos municipais (A REFORMA, 1890, p. 2).

Com tais intuitos compreende-se: a instrução é o alicerce dos direitos populares, o professorado tem direitos a defender – o Grêmio terá seus representantes nos parlamentos, junto ao Governo há causas nossas a advogar – teremos delegados junto ao governo: e com tudo isto precisa ser animado por uma força pujante, de ação mais demorada do que a da palavra em todas as atmosferas sociais, invadir todas as consciências, dominar todos os espíritos só há um meio – a imprensa. O grêmio, para esta explosão contínua de seu pensamento criou A Reforma, que será seu órgão legítimo na arena jornalística (A REFORMA, 1890, p. 1).

A Associação do Professorado Catarinense não estabeleceu em seu estatuto o desejo de eleger um professor como deputado provincial, apesar de Silvio

Pellico (orador da associação em 1889) ter sido deputado pelo Partido Liberal na 23ª Legislatura (de 1880 a 1881).⁶⁶

A Associação dos Professores Particulares, fundada em 1883, no Liceu de Artes e Ofícios da corte imperial, também pretendia fundar um jornal para propagar as questões relativas ao ensino e realizar conferências pedagógicas para os professores particulares divulgarem os métodos didáticos empregados em suas escolas. A associação era presidida por Alberto Brandão e tinha como vice-presidente o médico Menezes Vieira. Essa instituição almejava, ainda, criar concursos para a confecção de compêndios que seriam empregados pelos diretores da instrução, nomear uma comissão para acompanhar os exames preparatórios e ter um representante perante o poder público para realizar reformas de instrução no País (O ENSINO PARTICULAR, 1883).

As finalidades previstas no estatuto indicam uma sintonia entre as associações. No próximo item, discuto como seriam efetivados os objetivos previstos no estatuto da Associação do Professorado Catarinense, quem seriam os sócios e como o projeto foi concretizado.

1.3 FORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE: COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E PERFIL DOS SEUS ASSOCIADOS

Segundo as regras publicadas no estatuto da Associação do Professorado Catarinense, todos os professores que lecionassem na província poderiam ser sócios efetivos. Os professores públicos da província poderiam tornar-se sócios desde que cumprissem os deveres expressos no estatuto; já os particulares seriam admitidos mediante proposta escrita e assinada por um ou mais membros da associação. O estatuto não elenca quais seriam esses deveres. Deduzo que se trate do pagamento da joia e da mensalidade para se tornar sócio regular.

Além da modalidade de sócio efetivo, estavam previstas no estatuto outras formas de participação, tais como sócios correspondentes e sócios honorários. A primeira seria destinada aos interessados residentes em outras províncias e que poderiam cooperar de algum modo com a associação. Já a categoria de honorários

⁶⁶ Detalhes sobre os projetos de lei apresentados pelo deputado Silvio Pellico estão no Apêndice A.

seria destinada àqueles que, por sua instrução, posição social ou por algum serviço, pudessem contribuir para o desenvolvimento da associação. A admissão de sócios correspondentes ou honorários dependeria de proposta assinada por três membros do conselho, a ser aprovada em assembleia por dois terços dos presentes. Localizei nas fontes, a concessão do título de sócio honorário a Joaquim Francisco de Barros Barreto, Amphiloquio Nunes Pires e Luiz Augusto Crespo, diretor da instrução pública entre 1888 e 1889, e Felisberto Caldeira de Andrade, inspetor do Tesouro Provincial (PROFESSOR, 1889, p. 4).

Todos os sócios efetivos tinham direito a discutir e votar nas assembleias, bem como requerer individual ou coletivamente providências à associação. Seria eliminado o sócio que, sem justa causa, descumprisse qualquer dos deveres ou das determinações dadas pelo conselho ou pela assembleia geral. Na assembleia dos sócios, eram examinadas as propostas do conselho, analisadas as prestações de contas e debatidos assuntos gerais da associação. As assembleias ordinárias ocorriam a cada dois meses, no primeiro domingo do mês, tendo por pauta geral a discussão de teses, pareceres e providências relativas à finalidade social da associação. Inicialmente, a assembleia geral não poderia ocorrer sem pelo menos metade dos membros residentes em Desterro⁶⁷, exigência alterada em assembleia realizada no dia 5 de maio de 1889, que a redefiniu para um terço dos membros. Esse dado fornece pistas de que a associação congregava, de fato, professores que residiam fora da capital da província, mas fornece indícios, especialmente, da baixa presença dos sócios nas assembleias. Ainda na assembleia do dia 5 de maio, decidiu-se que a sede da associação seria no Liceu de Artes e Ofícios, onde se instalaria também a biblioteca.⁶⁸

⁶⁷ Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 1-2.

⁶⁸ Jornal Conversador, de 6 de maio de 1889, p. 3.

Figura 12 - Nota da assembleia geral da Associação do Professorado Catarinense

<p>ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>Com relação à reunião que teve lugar a 5 do corrente mês, na Diretoria Geral da Instrução Pública, pelo sr. Léon Lapagesse, 1.º secretário d'esta Associação, que para o conhecimento dos sócios, publicamos as resoluções seguintes, tomadas nesse dia:</p> <p>1.º - Que fôr em diante a sede da Associação será no Lyceu de Artes e Offícios, onde vai ser installada a respectiva bibliotheca.</p> <p>2.º - Que no final do art. 17, em vez de ler <i>pelo menos a metade dos membros</i>, deve-se ler <i>pelo menos um terço dos membros</i>.</p> <p>3.º - Que foi nomeada uma comissão redatora, composta dos srs. Amphiloquio Nunes Pires, director geral da Instrução Pública, dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães, lente de historia e geographia do Instituto e Fausto Augusto Werner, director de um collegio particular na capital, com o fim de ser publicado em principios de Julho um numero especial do <i>Professor</i>, revista da Associação.</p>	<p>ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>Com relação a reunião que teve lugar a 5 do corrente mês, na Diretoria Geral da Instrução Pública, pelo Sr. Léon Lapagesse, 1º secretário desta Associação que para o conhecimento dos sócios, publicamos as resoluções seguintes, tomadas nesse dia:</p> <p>1º - Que de agora em diante a sede da Associação será no Liceu de Artes e Ofícios, onde vai ser instalada a respectiva biblioteca.</p> <p>2º - Que no final do art. 17, em vez de ler pelo menos a metade dos membros, deve-se ler pelos menos um terço dos membros.</p> <p>3º - Que foi nomeada uma comissão redatora, composta dos srs. Amphiloquio Nunes Pires, diretor geral da Instrução Pública, Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães, lente de História e Geografia do Instituto e Fausto Augusto Werner, diretor de um colégio particular na capital, com o fim de ser publicado em princípios de julho um número especial do <i>Professor</i>, revista da Associação.</p>
--	---

Fonte: Jornal Conservador, de 6 de maio de 1889, p. 3.

A associação era administrada por um conselho eleito anualmente e constituído de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, tesoureiro, orador e um procurador para auxiliar o tesoureiro. Esse conselho se reuniria no primeiro domingo de cada mês e a sessão só poderia ocorrer com a presença da maioria dos membros⁶⁹. Eram atribuições do conselho, conforme o estatuto: representar a associação, resolver e fazer executar todas as suas medidas políticas e econômicas, exceto no caso de eliminação de sócios, que deveria ocorrer em assembleia geral; apresentar, no final do ano social, à assembleia geral dos sócios, um relatório dos trabalhos realizados e, ainda, convocar assembleia geral

⁶⁹ Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 1-2.

extraordinária. A primeira diretoria (ou comissão), eleita em 8 de agosto de 1888, foi composta como consta do quadro 10.

Quadro 10 – Atribuições dos cargos do conselho administrativo da Associação do Professorado Catarinense - 1888

Nome	Cargo	Atribuições
Wenceslau Bueno de Gouvêa	Presidente	Presidir as sessões do conselho e da assembleia geral; assinar com o secretário todas as representações dirigidas às autoridades e toda a correspondência da associação; rubricar os livros necessários à escrituração da Associação, bem como as contas pagas pelo tesoureiro.
José Paulo Arantes	Vice-presidente	Substituir o presidente nos seus impedimentos.
Léon Eugenio Lapagesse	1º Secretário	Matricular os sócios registrando-os em livros especiais. Escrever e assinar toda a correspondência da Associação. Dirigir convites para as sessões da Assembleia geral e extraordinária.
João Jorge de Campos	2º Secretário	Auxiliar o 1º secretário e substituí-lo em seus impedimentos.
Francisco de Paula d'Oliveira Guimarães	Orador	
João Maria Duarte	Tesoureiro	Arrecadar joias e mensalidades e pagar as despesas autorizadas pelo conselho. Realizar os depósitos na Caixa Econômica, expedir os recibos de pagamentos das mensalidades e apresentar ao conselho, ao final de cada trimestre, um balancete do estado financeiro da associação.
Balduino Antônio da Silva Cardoso	Procurador	Auxiliar o tesoureiro e substituí-lo em seus impedimentos.

Fonte: Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 1-2.

A longo da pesquisa, localizei informações sobre a realização de dez assembleias dos anos de 1889 a 1891 (Quadro 11), sendo as duas primeiras realizadas na sede da Diretoria de Instrução Pública. A partir de 7 de julho de 1889, as sessões passaram a ocorrer no Liceu de Artes e Ofícios. Os anúncios eram publicados com o título de declaração; apresentavam a pauta e, ao final, tinham data e assinatura de quem realizava a convocação. As informações referentes às assembleias realizadas durante o ano de 1889 foram publicadas com a assinatura do primeiro secretário, Léon Eugenio Lapagesse. Já os dados referentes às assembleias realizadas no ano de 1890 foram identificados através de notas do Jornal do Comércio, publicadas em primeira página. Os anúncios, diferente das notas, eram publicados em mais de uma edição, normalmente na semana que antecedia a reunião e, ao que parece, pagos pela associação para serem

divulgados. De acordo com a revista Professor, o espaço do liceu para as reuniões do conselho e para as assembleias foi oferecido em 5 de maio de 1889 por João Maria Duarte, diretor do liceu e tesoureiro da associação (PROFESSOR, 1889, p. 4). Destaco, ainda, que, conforme noticiou o jornal Regeneração, na assembleia realizada em 4 de agosto de 1889,⁷⁰ na qual foi apresentada a nova diretoria e foi concedida uma pensão à viúva de um dos sócios, é registrada a presença do diretor da Instrução Pública, Fausto Werner, como presidente honorário da associação; fez-se igualmente menção às felicitações encaminhadas ao imperador d. Pedro II, em razão do atentado, cometido em 15 de julho, por um jovem republicano, atentado cometido na saída do teatro Santana no Rio de Janeiro. O ato foi repudiado pela associação. Com isso, demonstrava manter-se próxima ao aparato governamental como precaução para se manter em funcionamento. O mesmo não se pode dizer de seus membros, conforme registrado no Apêndice A.

O apêndice foi elaborado a fim de apresentar informações sobre a vida profissional dos sócios da associação, especialmente sobre os que ocuparam a sua diretoria. Além da vinculação político-partidária, é possível vislumbrar a atuação conjunta em outros espaços, como membros de bancas de exames para os cursos superiores do Império, como examinadores das bancas de avaliação de estudantes das escolas públicas, na elaboração de abaixo-assinados e até mesmo em caso de demissão por envolvimento em questões políticas. A referência aqui é à Revolução Federalista. No caso, estiveram envolvidos no movimento, derrotado por Floriano Peixoto, os professores Léon Eugenio Lapagesse, José Brasilício de Souza, Balduino Antônio da Silva Cardoso e Manoel Justiniano de Oliveira Cruz. Além disso, localizei pedidos feitos pelos membros da associação à diretoria da Instrução Pública; solicitações de reajuste dos vencimentos; pedidos de vitaliciamento e repreensões pelo descumprimento das regras do regimento da Instrução Pública publicadas no jornal. Outro aspecto presente no apêndice é a transferência da titularidade das escolas de instrução primária entre os membros da associação.

Quadro 11 - Assembleias realizadas pela Associação do Professorado Catarinense entre 1889 e 1891

Data da Assembleia	Local	Data da assinatura da convocação	Quem assina a convocação	Pauta
---------------------------	--------------	---	---------------------------------	--------------

⁷⁰ Jornal Regeneração, de 6 de agosto de 1889, p. 3.

Domingo, 6 de janeiro de 1889, às 10 horas	Diretoria-geral da Instrução Pública	28 de dezembro de 1888	Léon E. Lapagesse – 1º secretário	Assembleia ordinária – com a presença do diretor-geral – presidente honorário da associação.
5 de maio de 1889	Diretoria-geral de Instrução Pública	As decisões da assembleia foram localizadas no Jornal Conservador.	Léon E. Lapagesse	Assembleia geral – alteração do estatuto, definição da comissão responsável pela publicação da revista, mudança da sede.
Domingo, 7 de julho de 1889, às 11 horas	Edifício do Liceu de Artes e Ofícios	1º de julho de 1889	Wenceslau Bueno de Gouvêa e Léon E. Lapagesse – 1º secretário	Eleição do novo conselho administrativo, conforme artigo 10 do Estatuto.
4 de agosto de 1889, às 11 horas	Liceu de Artes e Ofícios	29 de julho de 1889	Léon E. Lapagesse	Posse do novo conselho administrativo, exame das contas e definição do valor do auxílio mensal à família de um dos sócios falecido.
Domingo, 6 de outubro de 1889	Liceu de Artes e Ofícios	Terça-feira, 1º de outubro de 1889	1º secretário Léon E. Lapagesse	Assembleia geral dos sócios
Domingo, 2 de março de 1890		Sábado, 1º de março de 1890 Nota no Jornal do Comércio, não é uma declaração da associação.		Assembleia geral de membros.
Domingo, 3 de agosto de 1890, às 10 horas	Liceu de Artes e Ofícios	Nota do <i>Jornal do Comércio</i> , não é declaração da associação.		Posse do novo conselho e prestação de contas da administração.
Domingo, 7 de setembro de 1890, às 11 horas	Liceu de Artes e Ofícios	Sábado, 6 de setembro de 1890 Nota no Jornal do Comércio, não é declaração da associação.		Assembleia geral ordinária
Domingo, 26 de julho de 1891		Segunda-feira, 20 de julho de 1891	Horácio Nunes Pires – secretário	Eleição do novo conselho

Fonte: Jornal do Comércio, de 6 de janeiro de 1889; Jornal Conservador, de 6 de maio de 1889; Jornal do Comércio, edições de 4 de julho, 30 de julho e 5 de outubro de 1889; Jornal do Comércio, edições de 1º de março, 3 de agosto e 6 de setembro de 1890; Jornal do Comércio, de 21 de julho de 1891. Dados sistematizados pela autora.

Com base nas informações coletadas nos periódicos, a associação realizou nova eleição em 7 de julho de 1889 (Quadro 12). A única alteração no conselho administrativo ocorreu no cargo de orador. O sócio Silvio Pellico Freitas Noronha assumiu o lugar de Francisco de Paula d'Oliveira Guimarães. Segundo o Jornal do Comércio, de 9 de julho, Paula Guimarães já havia pedido dispensa do cargo de orador, pois havia assumido a função de médico da associação em maio de 1889. A atitude foi enaltecida pela imprensa, haja vista ser “a classe do professorado em

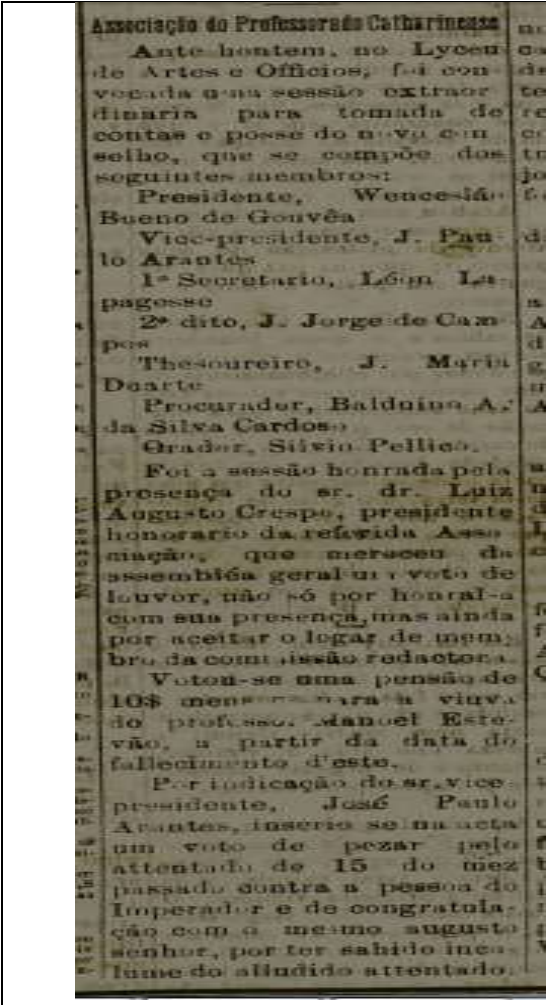
geral desfavorecida da fortuna”.⁷¹ A mudança se deu por pedido realizado antecipadamente, não sendo, portanto, um resultado do processo eleitoral.

Quadro 12 - Resultado das eleições realizadas pela Associação do Professorado Catarinense entre 1888 e 1889

Cargo	8 de agosto de 1888	7 de Julho de 1889
Presidente	Wenceslau Bueno de Gouvêa	Wenceslau Bueno de Gouvêa
Vice-presidente	José Paulo Arantes	José Paulo Arantes
1º Secretário	Léon Eugenio Lapagesse	Léon Eugenio Lapagesse
2º Secretário	João Jorge de Campos	João Jorge de Campos
Orador	Francisco de Paula d'Oliveira Guimarães	Silvio Pellico Freitas Noronha
Tesoureiro	João Maria Duarte	João Maria Duarte
Procurador	Balduino Antônio da Silva Cardoso	Balduino Antônio da Silva Cardoso

Fonte: Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 1-2; Jornal do Comércio, de 9 de julho de 1889, p. 1. Dados sistematizados pela autora.

Figura 13 - Nota referente à tomada de posse do Conselho da Associação do Professorado Catarinense



ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE

Anteontem, no Liceu de Artes e Ofícios, foi convocada uma sessão extraordinária para tomada de contas e posse do novo conselho, que se compõe dos seguintes membros:

Presidente, Wenceslau Bueno de Gouvêa
Vice-presidente, J. Paulo Arantes
1º Secretário, Léon Lapagesse
2º dito, J. Jorge de Campos
Tesoureiro, J. Maria Duarte
Procurador, Balduino A. da Silva Cardoso
Orador, Silvio Pellico.

Foi a sessão honrada pela presença do sr. dr. Luiz Augusto Crespo, presidente honorário da referida Associação, que mereceu da assembleia geral um voto de louvor, não só por honrá-la com sua presença, mas ainda por aceitar o lugar de membro da comissão redatora.

Votou-se uma pensão de 10\$ mensais para a viúva do professor Manoel Estevão, a partir da data do falecimento deste.

Por indicação do sr. Vice-presidente, José Paulo Arantes, inseriu-se na ata um voto de pesar pelo atentado de 15 do mês passado contra a pessoa do Imperador e de congratulação com o mesmo augusto senhor, por ter saído incólume do alludido atentado.

Fonte: Jornal do Comércio, de 6 de agosto de 1889, p. 1.

⁷¹ Jornal do Comércio, de 18 de maio de 1889, p. 1.

Sobre o cargo de orador, Leuchtenberger (2009, p. 34) destaca que ele tinha a função de criar a imagem pública da instituição. Normalmente, o orador participava e proferia discursos em nome da associação de eventos sociais, tais como cerimônias de criação de novas associações profissionais, festas de encerramento das atividades escolares do Liceu de Artes e Ofícios, velórios e sepultamentos de sócios. Assim, de acordo com a autora, a nomeação tinha importância política e os requisitos para investidura na função estariam pautados na capacidade de articulação e comunicação. Por tal razão, em algumas associações o orador não fazia parte da diretoria. Foi o caso de José Boiteux, que atuou como orador da Liga Operária em 1901. A escolha do ocupante do cargo, assim, operava como meio de aproximação das associações com pessoas de renome da cidade e, nesses casos, funcionava “cargo de honra” (LEUCHTENBERGER, 2009, p. 34).

Figura 14 - Anúncio dos serviços médicos oferecidos aos sócios da Associação do Professorado Catarinense

<p style="text-align: center;">NOTICIARIO</p> <p style="text-align: center;">HUMANITARIO OFERECIMENTO</p> <p>Pelo 1º secretario da Associação do Professorado Catharinense foi-nos comunicado que o membro d'aquella Associação, o distincto e humanitario medico dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães, acaba de offerecer os seus serviços medicos gratuitos para todos os membros d'aquella Associação.</p> <p>Sendo a classe do professorado em geral desfavorecida da fortuna, não é necessario encarecer a importancia de tão generoso offerecimento por parte daquelle illustrado medico que por estes e outros actos de cavalheirismo e philantropia, a par da mais stricta e rectidão em seus deveres, tem angariado estima geral entre nós.</p> <p>Ao illustrado medico os nossos applausos.</p> <p>A' sympathica Associação os nossos parabens.</p>	<p style="text-align: center;">NOTICIÁRIO</p> <p style="text-align: center;">HUMANITÁRIO OFERECIMENTO</p> <p>Pelo 1º secretario da Associação do Professorado Catarinense foi-nos comunicado que o membro daquela Associação, o distinto e humanitário médico Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães, acaba de oferecer os seus serviços médicos gratuitos para todos os membros daquela Associação.</p> <p>Sendo a classe do professorado em geral desfavorecida da fortuna, não é necessário encarecer a importância de tão generoso oferecimento por parte daquele ilustrado médico que por estes e outros atos de cavalheirismo e filantropia, a par da mais estrita retidão em seus deveres tem angariado estima geral entre nós.</p> <p>Ao ilustrado médico os nossos aplausos.</p> <p>A simpática Associação os nossos parabéns.</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 18 de maio de 1889, p.1.

Figura 15 - Nota do jornal Conservador sobre os serviços médicos oferecidos pela Associação do Professorado Catarinense

<p>O distinto sr. dr. Francisco de Paula O. Guimarães, offereceu gratuitamente os seus serviços medicos á todos os membros da Associação do Professorado Catharinense.</p> <p>Applaudindo esse acto humanitario do illustre facultativo, felicitamos a Associação por contar com mais esse valioso auxilio.</p>	<p>O distinto sr. dr. Francisco de Paula O. Guimarães, ofereceu gratuitamente os seus serviços médicos a todos os membros da Associação do Professorado Catarinense.</p> <p>Aplaudindo esse ato humanitário do ilustre facultativo, felicitamos a Associação por contar com mais esse valioso auxílio.</p>
---	--

Fonte: Jornal Conservador, de 18 de maio de 1889, p. 1.

Localizei a realização de outra eleição para a diretoria em 7 de julho de 1890. Assim, a associação promoveu, conforme seu estatuto, eleições anuais para ocupar os cargos da sua diretoria. Assumem a direção da associação, em 1890, José Brasilício de Souza, como presidente; Antônio Ximenes de Araújo Pitada, como vice-presidente; Manoel Justiniano de Oliveira Cruz, como 1º secretário; João Firmo da Cunha, como 2º secretário; Geraldo Ferreira Braga, como tesoureiro, e Joaquim Pinto de Lemos, como orador. Nessa eleição, como é possível visualizar no quadro 13 há uma renovação da comissão que dirige a associação.

Figura 16 - Anúncio do Conselho Administrativo da Associação do Professorado Catarinense de 1890

<p>pro- uer ndi- la e dos de que as não nas usi- ner-</p> <p>Associação do Professorado Catharinense</p> <p>Antes de hontem procedeu-se á eleição do novo conselho administrativo da sociedade supra-mencionada, sendo eleitos os seguintes senhores:</p> <p>José Brasilício de Souza, presidente; capitão de mar e guerra, Antonio Ximenes de Araújo Pitada, vice-presidente; Horacio Nunes Pires, 1º secretario; Manoel Justiniano de Oliveira Cruz, 2º secretario; João Firmo da Cunha, thesoureiro; Geraldo Ferreira Braga, procurador; Joaquim Pinto de Lemos, orador.</p> <p>Nossos parabens aos eleitos e nossas felicitações á Associação do Professorado Catharinense, que daquelles tem tudo a esperar.</p>	<p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>Antes de ontem procedeu-se à eleição do novo conselho administrativo da sociedade supramencionada, sendo eleitos os seguintes senhores:</p> <p>José Brasilício de Souza, presidente; capitão de mar e guerra, Antônio Ximenes de Araújo Pitada, vice-presidente; Horácio Nunes Pires, 1º secretário; Manoel Justiniano de Oliveira Cruz, 2º secretário; João Firmo da Cunha, tesoureiro; Geraldo Ferreira Braga, procurador; Joaquim Pinto de Lemos, orador.</p> <p>Nossos parabéns aos eleitos e nossas felicitações à Associação do Professorado Catarinense, que daqueles tem tudo a esperar.</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 8 de julho de 1890, p. 1.

Quadro 13 – Conselho Administrativo da Associação do Professorado Catarinense de 1888 a 1890

Cargo	Data da Eleição		
	8 de agosto de 1888	7 Julho de 1889	8 de Julho de 1890
Presidente	Wenceslau Bueno de Gouvêa	Wenceslau Bueno de Gouvêa	José Brasilício de Souza
Vice-presidente	José Paulo Arantes	José Paulo Arantes	Antônio Ximenes de Araújo Pitada
1º Secretário	Léon Eugenio Lapagesse	Léon Eugenio Lapagesse	Horácio Nunes Pires
2º Secretário	João Jorge de Campos	João Jorge de Campos	Manoel Justiniano de Oliveira Cruz
Orador	Francisco de Paula d'Oliveira Guimarães	Silvio Pellico Freitas Noronha	Joaquim Pinto de Lemos
Tesoureiro	João Maria Duarte	João Maria Duarte	João Firmo da Cunha
Procurador	Balduino Antônio da Silva Cardoso	Balduino Antônio da Silva Cardoso	Geraldo Ferreira Braga

Fonte: Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 1-2; Jornal do Comércio, de 9 de julho de 1889, p. 1; Jornal do Comércio, de 8 de julho de 1890, p. 1. Dados sistematizados pela autora.

Sobre o processo de eleição das associações profissionais, Rafaela Leuchtenberger (2009) e Adhemar Lourenço da Silva Júnior (2004) apontam, em seus trabalhos, a longa permanência nos cargos de direção como uma marca das associações da época, causando, por vezes, a predominância de aspectos individuais sobre os interesses da categoria profissional. No caso das associações de Santa Catarina, por exemplo, João Benjamim Wendhausen esteve à frente da Liga Operária, como presidente, durante nove mandatos e João Bernardo Soares esteve à frente da União dos Trabalhadores de Florianópolis entre 1922 e 1929 (LEUCHTENBERGER, 2009, p. 114). Outro aspecto comum das associações com sede em Desterro era a circulação dos mesmos sujeitos entre as associações profissionais. Assim, José Joaquim Lopes Júnior, um dos fundadores da Liga Operária em 1891, foi professor de Tipografia no Liceu de Artes e Ofícios em 1883. Pedro Cardoso, participou da fundação da Liga Operária e da Sociedade Cassino Catarinense. Horácio Nunes Pires teve participação na constituição da Sociedade Cassino Catarinense, na Associação do Professorado Catarinense e, posteriormente, assumiu o cargo de inspetor de instrução pública.

Assim, mais do que a ocupação de cargos nas diretorias das entidades de classe, a proximidade dos membros com a máquina pública indica que críticas

direcionadas aos ocupantes de cargos públicos, especialmente ao presidente da província, devem ter sido barradas do espectro de atuação das associações profissionais. É importante lembrar que, no caso brasileiro, durante o intervalo de 1860 a 1882, havia legislação que regulamentava a constituição e a ação dessas associações, com a obrigatoriedade de aprovação dos estatutos pelo presidente de cada província. Neste sentido, o controle estatal sobre as associações profissionais poderia ser exercido de duplo modo: no plano legislativo, mediante aprovação dos objetivos da entidade, mas, sobretudo, por meio de funcionários públicos, que as acompanhavam cotidianamente.

A Associação do Professorado Catarinense parece não se enquadrar na regra de longa permanência dos membros na diretoria. Apesar de só terem sido realizadas três eleições, há uma completa alteração na composição da direção entre a eleição de 7 de julho de 1889 e a de 7 de julho de 1890. Não foi possível precisar os motivos dessa mudança. No estatuto não há proibição de reconduções aos cargos. É certo que a simbiose da associação com o Liceu de Artes e Ofícios de Desterro não alterará significativamente o rol de pessoas envolvidas no projeto, haja vista que nas duas diretorias havia pessoas envolvidas tanto na associação quanto no liceu.

Segundo Leuchenberger (2009), a perpetuação de alguns nos cargos pode ser explicada por diferentes razões: (i) pelas exigências, presentes nos estatutos, para o associado poder concorrer à eleição; (ii) pelo baixo número de sócios que correspondiam a tais exigências e, ainda, (iii) por aqueles que estavam dispostos a assumir as atribuições do cargo e a participar de reuniões de diretoria, assembleias gerais dos sócios, funerais, quermesses, recepções, entre outras atividades sociais. A Associação do Professorado Catarinense não apresentou, em seu estatuto, requisitos para concorrer à eleição. Talvez, tal exigência não fosse necessária, haja vista tratar-se de um grupo com exigência já fixadas pelo estado para o exercício profissional, conforme apontado por Nóvoa (1987) ao discorrer sobre o processo de profissionalização do magistério português.

De todo modo, é possível pensar que assumir um cargo de direção de uma associação profissional traria algum benefício ou perguntar se não havia outros interesses em jogo, como ganhar visibilidade e ampliar a rede de sociabilidade para, futuramente, concorrer a um cargo político. O caso do capitão-tenente reformado Francisco de Paula Senna Pereira da Costa é ilustrativo dessa hipótese. Ele ocupou

o cargo de diretor do Liceu de Artes e Ofícios em 1883; em 1885, foi eleito deputado da assembleia provincial de Santa Catarina, mas não chegou a assumir. O caso ocorreu em 5 de abril de 1886, na sessão da assembleia provincial que aconteceu a portas fechadas e sob escolta. O objetivo era homologar os diplomas dos deputados eleitos; contudo, a sessão foi marcada pela anulação de quatro diplomas de candidatos eleitos pelo Partido Liberal: o do Coronel Farrapo, por ter atuado como comandante superior da Guarda Nacional; o do Capitão Caldeira, por ter sido ajudante d'ordens; o do Capitão Senna Pereira, por ter sido diretor do Liceu de Artes e Ofícios e o de Germano Wendhausen, por ter sido delegado de polícia da capital⁷². Em defesa, o jornal *Regeneração*, ligado ao Partido Liberal, publicou, em 15 de abril, na primeira página, sob o título "Protesto", suas alegações para a ilegalidade da medida:⁷³

[...] tendo comparecido 17 deputados diplomados à 1ª sessão preparatória do dia 5, prosseguiram os trabalhos com legalidade, elegendo-se as 1ª e 2ª comissões de verificação de poderes e depois de darem estas seus pareceres, entrou em discussão o da primeira, pelo qual propusera a nulidade dos diplomas dos eleitos Germano Wendhausen, sob o fútil pretexto de não estar desincompatibilizado quando foi eleito, por ter servido o cargo de delegado de polícia do termo da capital, sendo isto falso, porque este cidadão foi, a seu pedido, exonerado daquele cargo no dia 3 de março, e a eleição do 1º escrutínio teve lugar a 25 de outubro do ano passado, isto é, um mês e vinte dois dias depois de desincompatibilizado, sendo a prova evidente o ofício do Dr. Chefe de polícia de então, que se junta para ser publicado; do capitão Luiz Gomes Caldeira de Andrade, por ter servido de ajudante d'ordens da Presidente da Província, até o dia 26 de outubro findo, incompatibilidade não criada pelo art. 11 da lei n. 3019 de 9 de janeiro de 1881, pois que não foi comandante do corpo militar; do capitão-tenente reformado Francisco de Paula Senna Pereira da Costa, sob o fútil pretexto de que exercendo gratuitamente a direção do liceu, instituição puramente particular, nem de estabelecimento de instrução superior, cargos esses que nesta província são exercidos pelos reverendo cônego Joaquim Eloy de Medeiros; e do coronel Manoel Ferreira da Silva Farrapo, por ser comandante superior da guarda nacional de Lages e

⁷² *Jornal Regeneração*, de 6 de abril de 1886, p. 1.

⁷³ De acordo com o Decreto Imperial n.º 8.213, de 13 de agosto de 1881, não poderiam ser eleitos para senador, deputado da assembleia geral ou membro da assembleia legislativa provincial: os diretores gerais do tesouro nacional e os diretores das secretarias do Estado. Na corte e nas províncias em que exerciam jurisdição: presidentes de província; bispos em suas dioceses; comandante de armas; generais em chefe de terra e mar; chefes de estações navais; capitães do porto; inspetores ou diretores de arsenais; inspetores de corpo do exército; comandantes de corpos militares e de polícia; secretários de governo provincial e secretários de polícia da corte e das províncias; inspetores de tesouraria da fazenda gerais ou provinciais; chefes de outras repartições de arrecadação; diretores-gerais e administradores dos correios; inspetores ou diretores de instrução pública; lentes e diretores de faculdades ou estabelecimentos de instrução superior; inspetores das alfândegas; desembargadores; juizes; chefes de polícia; promotores públicos; curadores gerais de órgãos; vigários; governadores de bispado; procuradores fiscais; delegados de subdelegados de polícia nos distritos em que exercessem autoridade. A impossibilidade prevaleceria se os cargos tivessem sido exercidos no prazo de seis meses anteriores à eleição.

Curitibanos, incompatibilidade não existente à vista da lei citada e dos Arts. 85, 86 e 87 do regulamento n. 8213 de 13 de agosto de 1881(Jornal Regeneração, de 15 de abril de 1886, p. 1).

A oposição acusava, ainda, a falta de número legal de deputados para votarem a medida (precisariam de 12, mas havia 9)⁷⁴ e que o ato era uma medida autoritária do governo provincial para conseguir maioria na assembleia. Haja vista que os diplomas do sr. Asseburg e de João Pereira Vidal, que possuíam contratos com o governo geral, não haviam sido revogados. Acerca da situação de Senna Pereira, o partido alegava que o cargo de diretor do Liceu de Artes e Ofícios fora comparado à categoria de diretor ou inspetor da instrução pública, e, conforme a legislação (Decreto Imperial n.º 8.213, de 13 de agosto de 1881), estava impedido de assumir o cargo de deputado. Argumentavam, ainda, que o Liceu de Artes e Ofícios era particular e não dependia economicamente do governo da província, e que o trabalho do deputado, desempenhado de forma gratuita à frente do Liceu de Artes e Ofícios, à causa da instrução havia sido ignorado.⁷⁵ Mesmo sendo uma instituição privada, o liceu recebia um auxílio mensal de 50\$000,⁷⁶ aprovado em 1884 pela assembleia provincial que fazia parte do orçamento da província, totalizando 600\$000 anuais. Outro benefício concedido ao liceu pelo imperador, em maio do mesmo ano, foi a quantia de 200\$000, por intermédio de Francisco Luís da Gama Rosa, presidente da província.⁷⁷

De todo modo, o Partido Liberal decidiu não concorrer às eleições da assembleia provincial em 1886 para as vagas dos deputados do partido, impedidos de assumir.⁷⁸ Talvez, por essa razão, as atividades do liceu tenham ganhado maior destaque ao longo do ano de 1886 no jornal Regeneração. As notícias que envolvem a instituição e, em particular, o diretor, Senna Pereira, tiveram destaque na primeira página, sempre ressaltando o papel de ambos para o desenvolvimento da província.

⁷⁴ Mais informações estão disponíveis na seção “política”, situada na primeira página dos jornais Regeneração, de 6 de abril e 15 de maio de 1886. No impresso de 15 de abril, a discussão também está localizada na primeira página sob o título “Protesto”. Em 5 de agosto, o jornal mencionava as “vítimas”, cuja eleição serviria para que o governo tivesse a maioria na assembleia. A discussão inicia ao final da primeira página e toma praticamente toda a segunda página.

⁷⁵ Jornal Regeneração, de 5 de agosto de 1886, p. 2.

⁷⁶ Jornal A Regeneração, de 8 de abril de 1884, p. 3.

⁷⁷ Jornal A Regeneração, de 15 de maio de 1884, p. 3.

⁷⁸ Jornal Regeneração, de 22 de maio de 1886, p. 1.

O então diretor do liceu Senna Pereira ganhou novamente destaque no ano de 1887, não só pela questão política do ano anterior, que envolvendo o cargo de deputado na assembleia provincial, mas também por seu comportamento num evento da sociedade carnavalesca Diabo a Quatro. A querela ganhou as páginas do Jornal do Comércio de 10⁷⁹ e 12 de março de 1887.⁸⁰ A referida sociedade ofereceu um baile no teatro Princesa Isabel,⁸¹ no dia 27 de maio. Segundo um dos sócios, Senna Pereira estava acororado para espiar a *toilette* e, quando surpreendido, saiu bruscamente sem se despedir de ninguém. A comissão da sociedade carnavalesca, composta pelos sócios Manoel Roque da Silva, Francisco José da Silva Dutra e João Praxedes Aleixo, decidiu, então, eliminar Senna Pereira do quadro de sócios. Em sua defesa, Senna Pereira alegou que não compareceu ao teatro no dia seguinte, como de costume, pois tinha viagem marcada e que estava acororado para arrumar os trainéis que estavam fora de lugar. Ao final, solicitou que os homens honrados e criteriosos o julgassem pelos serviços que prestava à sociedade de Desterro desde 1852.

No mês de junho, a sociedade Diabo a Quatro inicia uma campanha de arrecadação de fundos para a libertação dos escravos que ainda viviam em Desterro. O Liceu de Artes e Ofícios é convidado a participar. A resposta da instituição é divulgada no Jornal do Comércio de 2 de junho, em primeira página:

Cópia. – Secretaria do Liceu de Artes e Ofícios, 1º de Junho de 1887. – Ilm. Sr. – Foi presente à congregação deste estabelecimento, na sessão de ontem, o ofício que VV. SS. tiveram a bondade de enviar-lhes, comunicando-lhe que a sociedade que VV. SS. dirigem pretende constituir-se em Bando Precatório para, nos dias 24, 25 e 26 do corrente, sair a esmolar a favor da liberdade dos cativos; a congregação aplaude e louva tão filantrópica ideia, e faz votos para que o resultado corresponda aos desejos de todos. A mesma congregação manda significar a VV. SS. que fará quanto em si couber para satisfazer os louváveis desejos dessa sociedade. – Deus Guarde a VV. SS. – Ilms. Srs. Diretor e mais membros da diretoria da sociedade Diabo a Quatro. – o secretário interino, João Maria Duarte (Jornal do Comércio, de 2 de junho de 1887, p. 1).

No Jornal do Comércio de 8 de junho de 1887, segunda página, há a cópia da resposta da professora da escola pública do sexo feminino do primeiro distrito

⁷⁹ Jornal do Comércio, de 10 de março de 1887, p. 2.

⁸⁰ Jornal do Comércio, de 12 de março de 1887, p. 2.

⁸¹ Inaugurado em 1875 como Teatro Santa Isabel, no ano de 1892 recebe a denominação de Teatro Álvaro de Carvalho, em homenagem ao primeiro dramaturgo de Desterro (VEIGA, 1990, p. 303).

da capital, que menciona precisar de autorização da diretoria da Instrução Pública para participar do evento:

Cópia – 1ª Escola Pública do sexo feminino do 1º distrito da capital, em 2 de junho de 1887. – Ilms. Srs. – Em resposta ao ofício de VV. SS., datado de 20 de Maio próximo passado, cumpre-me declarar-lhes que, aplaudindo muito a grandiosa ideia da redenção dos cativos, à qual eu não poderia ser estranha, me não é todavia possível assegurar a VV. SS. o meu comparecimento com as alunas, porque isso depende da aquiescência dos senhores pais de família, como também, e principalmente, das determinações da Diretoria da Instrução Pública, sob cujas ordens me acho em razão do meu cargo. Assevero, entretanto, aos dignos membros dessa diretoria que, pela minha parte, farei quanto estiver ao meu alcance para a realização desse grandioso desideratum. – Deus Guarde a VV. SS. – Ilms. Srs. Membros da Diretoria da Sociedade Diabo a Quatro. – A professora, Felicidade Lydia Ferreira e Silva.

O professor José Paulo Arantes (vice-presidente da associação entre 1888 e 1889) também publica no *Jornal do Comércio*⁸² o recebimento do ofício e destaca que sua participação dependeria de autorização dos pais dos estudantes - na ocasião, o professor era titular na 2ª escola do 1º distrito da capital. De todo modo, o evento contou com relativa adesão. Entre as instituições de ensino, estiveram presentes os alunos do Colégio Ramos Júnior, acompanhados do diretor, Fausto Werner (integrante da comissão redatora da revista da Associação do Professorado Catarinense); os alunos da Escola Pública do 2º Distrito, acompanhados do professor Luiz Alves de Souza (um dos redatores do estatuto da associação); os alunos da escola regida pelo professor Balduino A. da Silva Cardoso (procurador da Associação do Professorado Catarinense entre 1888 a 1889). Entre as sociedades de auxílio mútuo, esteve presente a Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados do Comércio. Foram arrecadados 717\$280, afora objetos para a realização de um bazar.⁸³

Em setembro de 1887, a congregação de ensino do Liceu de Artes e Ofícios resolve nomear Senna Pereira⁸⁴ como diretor honorário da instituição. Foram eleitos, como vice-diretor, Léon Eugenio Lapagesse (1º Secretário da Associação entre 1888 a 1889) e, como segundo secretário, Fernando Caldeira de Andrada.

⁸² *Jornal do Comércio*, de 2 de junho de 1887, p. 1.

⁸³ Mais detalhes podem ser obtidos com a consulta ao *Jornal do Comércio* dos dias 26 de junho, primeira página, e 28 de junho, segunda página.

⁸⁴ Segundo o *Jornal do Comércio*, de 12 de setembro de 1889, Senna Pereira foi o responsável pela criação de um batalhão escolar, aos moldes dos batalhões escolares parisienses, no imperial Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Tais batalhões já existiam na corte e eram formados pelos alunos que mais se distinguiam em todas as matérias.

João Maria Duarte (tesoureiro da associação entre 1888 e 1889) foi confirmado como diretor, cargo que ocupava desde junho, em razão da partida de Senna Pereira para a corte, a fim de tratar de sua saúde⁸⁵ (ao menos este foi o motivo publicado pelo jornal).

A relação entre o Liceu de Artes e Ofícios e a Associação do Professorado Catarinense não se limitou a uma coincidência de nomes em notícias de jornal. Como poderá ser constatado na próxima sessão, ela representava um projeto político e poder governamental sobre a associação.

Figura 17 - Nota referente à nomeação do cargo do diretor do Liceu de Artes e Ofícios

<p>LYCEU DE ARTES E OFFÍCIOS</p> <p>A congregação deste estabelecimento, tomando conhecimento do acto pelo qual s. ex. o sr. dr. presidente da provincia nomeou para o cargo de director do referido estabelecimento ao professor João Maria Duarte, em substituição ao sr. capitão-tenente Francisco de Paula Senna Pereira da Costa, que pediu exoneração deste cargo, resolveu em sessão de 3 do corrente, conferir ao dito sr. capitão-tenente Senna Pereira, o título de Director honorario do referido Lyceu, em atenção aos bons serviços por elle prestados a esta utilissima instituição de instrução popular.</p> <p>—</p> <p>A mesma congregação, em sessão de 11 do citado mez, elegeu para o cargo de vice-director do mesmo Lyceu, o sr. Léon Eugenio Lapagesse, professor effectivo de francez deste estabelecimento, bem como ao sr. professor effectivo Fernando Caldeira de Andrada para o cargo de 2º secretario, que foi creado na mesma sessão.</p>	<p>LICEU DE ARTES E OFÍCIOS</p> <p>A congregação deste estabelecimento, tomando conhecimento do ato pelo qual o s. ex. Sr. Dr. presidente da província nomeou para o cargo de diretor do referido estabelecimento ao professor João Maria Duarte, em substituição ao sr. Capitão-tenente Francisco de Paula Senna Pereira da Costa, que pediu exoneração deste cargo, resolveu em sessão de 3 do corrente, conferir ao dito sr. capitão-tenente Senna Pereira, o título de diretor honorário do referido liceu, em atenção aos bons serviços por ele prestados a esta utilíssima instituição de instrução popular.</p> <p>A mesma congregação, em sessão de 11 do citado mês, elegeu para o cargo de vice-diretor do mesmo liceu, o sr. Léon Eugenio Lapagesse, professor efetivo de francês deste estabelecimento, bem como ao sr. professor efetivo Fernando Caldeira de Andrada para o cargo de 2º secretário, que foi criado na mesma sessão.</p>
---	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 14 de agosto de 1888, p. 1.

⁸⁵ Jornal do Comércio, de 16 de junho de 1887, p. 1.

1.4 O LICEU DE ARTES E OFÍCIO E A ASSOCIAÇÃO: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM

A história da Associação do Professorado Catarinense e do Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora do Desterro se entrelaçam. Além de a associação ter sua sede no prédio do estabelecimento de ensino profissional, alguns dos professores que estiveram à frente dos cargos de direção faziam parte do corpo docente da instituição. O liceu surgiu durante o governo de Theodoro Carlos de Faria, que ocupou o cargo de presidente da província de Santa Catarina entre 28 de fevereiro e 29 de agosto de 1883.⁸⁶ A instituição era considerada o lugar “onde o operário, o artista e o filho do pobre vai colher o pão do espírito, a instrução que necessita para ser um homem útil a si e à sociedade”.⁸⁷ Além do de Desterro, Theodoro também foi apontado como idealizador do Liceu de Artes e Ofícios de Maceió, em 1884, quando presidia a província de Alagoas.⁸⁸

De acordo com Martins (2018), a criação do Liceu de Artes e Ofícios na corte imperial, em 1858, estava atrelada ao projeto civilizatório de moralizar as classes populares. Assim, a instrução, mediante a profissionalização dos mais pobres, auxiliaria no progresso do País via desenvolvimento industrial. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro era uma instituição de ensino profissional mantida pela Sociedade Propagadora das Belas Artes. Apesar de ser uma instituição privada, recebia subsídios do governo imperial. Do mesmo modo, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, criado em 1873 pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, era mantido pela elite cafeicultora com o fito de qualificar, em termos técnicos e morais, a mão de obra para a indústria paulista.⁸⁹

A Associação do Professorado Catarinense não foi a única associação docente a funcionar num liceu. A Associação dos Professores Particulares e a Comissão Permanente dos Professores Públicos Primários da Corte funcionavam no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (O ENSINO PARTICULAR, 1883; LEMOS, 2006).

⁸⁶ Ao deixar o cargo de presidente da província de Santa Catarina, Theodoro foi nomeado presidente da província do Amazonas (A Regeneração, de 29 de agosto de 1883).

⁸⁷ Jornal A Regeneração, de 29 de agosto de 1883, p. 3.

⁸⁸ Segundo o jornal A Regeneração, de 16 de fevereiro de 1884, o Liceu de Artes e Ofícios de Maceió foi inaugurado em 3 de janeiro de 1884.

⁸⁹ Conforme Liceu de Artes e Ofícios da São Paulo (2019).

O Liceu de Artes e Ofícios de Desterro era apresentado pela imprensa local como a bússola dos grandes acontecimentos na província de Santa Catarina.⁹⁰ Em 1884, quando a família real visita a província, o liceu passa a fazer parte do rol de estabelecimentos visitados pela princesa Isabel e pelo conde d'Eu, o que demonstra o prestígio da instituição no cotidiano da capital (CABRAL, 2004, p. 1.506). Além de abrigar a Associação do Professorado Catarinense, também abrigou as reuniões que deram origem ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina no ano de 1896.⁹¹

No final do século XIX, em Desterro, além do Liceu de Artes e Ofícios que mantinha o ensino profissional, o ensino secundário era oferecido no Instituto Literário e Normal. Segundo Luciano (2001), o Instituto Literário e Normal foi fundado em 1883 e oferecia classes primárias, secundárias e o ensino normal para a formação de professores.⁹² A se destacar que, no intervalo de tempo desta pesquisa, as aulas do instituto funcionaram no mesmo prédio do liceu⁹³ e que alguns professores, caso de Léon Lapagesse, lecionavam nas duas instituições.

Na comissão composta para a criação dessa instituição de ensino profissional,⁹⁴ já é possível visualizar a relação entre a Associação do Professorado Catarinense e o liceu. Nomes como Horácio Nunes Pires, Francisco de Paula Senna Pereira da Costa e Luiz Augusto Crespo⁹⁵ fizeram parte do processo de organização do liceu e ocuparam, posteriormente, cargos na diretoria da associação. O quadro 14 apresenta a nominata das pessoas envolvidas na associação e no liceu com os cargos que ocuparam.

⁹⁰ Jornal Regeneração, de 29 de dezembro de 1886, p. 2.

⁹¹ Jornal República, de 6 de setembro de 1896, p. 2.

⁹² Schmidt, Schfaschek e Schardong (2012) abordam as iniciativas de oferta do ensino secundário na província de Santa Catarina anteriores à criação do Liceu de Artes e Ofícios e do Instituto Literário e Normal.

⁹³ Jornal do Comércio, de 25 de agosto de 1889, p. 1.

⁹⁴ A comissão organizada para concretizar o projeto do liceu é apresentada no relatório com que Theodoro Carlos de Faria Souto abriu a segunda sessão da 24ª legislatura da Assembleia Provincial de Santa Catarina, em 25 de março de 1883. A comissão era composta, além do presidente da província, pelos cidadãos: coronel Elyzeu Guilherme da Silva; capitão-tenente Francisco de Paula Senna Pereira da Costa; dr. Luiz Augusto Crespo, Fernando Hackradt Junior, Manoel José de Oliveira, Antônio Joaquim Brinboza, Christovam Nunes Pires e Estevam Manoel Brocardo (SANTA CATARINA, 1883, p. 52).

⁹⁵ Em 1889, era diretor da instrução pública (PROFESSOR, 1889, p. 1).

Quadro 14 – Pessoas envolvidas na Associação do Professorado Catarinense e no Liceu de Artes e Ofícios com os respectivos cargos

	Associação do Professorado Catarinense	Liceu de Artes e Ofícios
Wenceslau Bueno de Gouvêa	Presidente (1888 – 1889)	Professor
Léon Eugenio Lapagesse	1º Secretário	Professor e vice-diretor
Francisco de Paula d'Oliveira Guimarães	Orador e médico	Professor e diretor
Silvio Pellico Freitas Noronha	Orador	Professor
João Maria Duarte	Tesoureiro	Professor e diretor
José Brasilício de Souza	Presidente	Professor
Antônio Ximenes de Araújo Pitada	Vice-presidente	Professor
Horário Nunes Pires	1º Secretário	Professor
Manuel Justiniano de Oliveira Cruz	2º Secretário	Professor
João Firmo da Cunha	Tesoureiro	Professor

Fonte: Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888; Jornal do Comércio, de 9 de julho de 1889; Jornal do Comércio, de 8 de julho de 1890; Jornal do Comércio, de 18 de maio de 1889; Jornal do Comércio, de 3 de julho de 1890; Jornal do Comércio, de 18 de julho de 1890; Jornal do Comércio, de 3 e 20 de agosto de 1890; Jornal do Comércio, de 5 de setembro de 1890; Jornal do Comércio, de 7 de dezembro de 1890. Dados sistematizados pela autora.

O Liceu de Artes e Ofícios de Santa Catarina foi inaugurado em 3 de maio de 1883⁹⁶ e as aulas se iniciaram no dia seguinte, às 18h30, no pavimento térreo do palácio do governo, para os 236 alunos matriculados.⁹⁷ Para a matrícula, era exigida a idade mínima de dez anos e ser de condição livre. Tal como no Rio de Janeiro,⁹⁸ os primeiros professores a lecionarem na instituição ministravam as aulas

⁹⁶ Os detalhes da cerimônia de inauguração constam na seção geral do jornal A Regeneração, de 3 de maio e 6 de maio de 1883; o presidente da província distribuiu circulares às corporações públicas e particulares, como o corpo consular e as sociedades de música. Também foram admitidas as pessoas decentemente vestidas. O programa da festa consistiu no discurso inaugural do presidente da província; no discurso de Horácio Nunes Pires, como representante do corpo docente, e do capital-tenente Francisco de Paula Senna Pereira, como membro da comissão encarregada da realização do projeto. Falaram, ainda, o secretário da presidência, um representante dos alunos e o relator da comissão da assembleia. Manifestaram-se também os senhores Adriano, o advogado Manoel J. de Oliveira e Alfredo Albuquerque, este como representante do jornal A Regeneração. Virgílio Várzea e Wenceslau Bueno recitaram poesias; Horácio Nunes Pires fez a leitura de um soneto. A cerimônia contou, ademais, com a presença do professor particular Ramos Júnior, que falou em nome da Comissão da Câmara de Desterro. Terminados os discursos, em torno das 16 horas, foi lavrada a ata de inauguração, assinada por homens e mulheres presentes. Em seguida, ocorreu uma visita ao espaço destinado às aulas e servido um copo d'água. As sociedades musicais Comercial, Guarany, União Artístico e Trajano executaram peças durante o ato.

⁹⁷ Foram responsáveis pela organização das salas e pela matrícula dos alunos José Theodoro da Costa, Francisco de Paula Senna Pereira da Costa e Estevão Manoel Brocado. As matrículas foram realizadas durante os dias úteis na secretaria da presidência, das 9 horas às 15 horas e, nos dias santificados, na casa de um dos membros da comissão de instalação, localizada na rua do Ouvidor, n.º 26, das 8 h às 10 h, de acordo com o jornal A Regeneração, de 22 de março de 1883, segunda página, e a edição de 29 de março de 1883, segunda página.

⁹⁸ Conforme Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (2019).

de forma gratuita.⁹⁹ É claro que a ausência de remuneração não pode ser interpretada apenas como mero altruísmo, mas como a afirmação de um projeto político e educacional de educar a mocidade pobre, como exaltado nos discursos proferidos nas cerimônias de encerramento do ano letivo e amplamente divulgados na imprensa que circulava em Desterro. A instituição serviu também como plataforma política, caso do diretor Senna Pereira, já mencionado.

Alguns cidadãos realizaram doações para a concretização do projeto;¹⁰⁰ entre deputados¹⁰¹ provinciais, membros da comissão de implantação e doações anônimas,¹⁰² chama a atenção a doação da professora vitalícia da escola do sexo feminino de Tijucas, Christina Papaline,¹⁰³ que dispôs 10% do seu ordenado, a contar de janeiro de 1883, durante toda a sua vida profissional, ao Liceu de Artes e Ofícios. A professora recebeu, em 1886, o título de protetora benemerita do liceu devido à continuidade da doação.¹⁰⁴

Sob a direção de Senna Pereira, o liceu foi transferido para um edifício próprio, através de uma campanha de arrecadação de fundos¹⁰⁵ para a compra de

⁹⁹ Jornal A Regeneração, de 29 de março de 1883, p. 2.

¹⁰⁰ Doações para criação: Estevão Manoel Brocardo: 2:000\$000 (A Regeneração, de 15 de março), Joaquim de Souza Lobo, 72\$000; Fernando Hackrad: 300\$000; Carlos Hoepcke & Cia.: 50\$000 (A Regeneração, 5 de abril de 1883). Uma comissão de senhoras manda 214\$700 (A regeneração, 19 de abril de 1883). O tenente coronel Virgílio José Villela, arrendatário do teatro Santa Isabel, compromete-se a exigir de todas as companhias um espetáculo em benefício do liceu. O administrador e demais empregados dos correios fazem uma doação de 19\$000 (A Regeneração, 22 abril de 1883). José Brasilício de Souza compromete-se a reger a orquestra do teatro nos espetáculos em benefício ao liceu (A Regeneração, 26 de abril de 1883). Doações de livros por Costa & cia (A Regeneração, 13 de maio de 1883). James Perry, Henrique Gal, Joseph Honderson e Ired Somers doaram 310\$000 (A Regeneração, 10 de junho de 1883). O teatro Santa Isabel repassa ao liceu 505\$000, provenientes do espetáculo em benefício da instituição. O capitão-juiz José d'Oliveira Ramos oferece 100\$000 (A Regeneração, 28 de junho de 1883). Carlos Ferreira Regis, promotor público interino da comarca de São Miguel, faz a doação de dois dias de exercício do cargo ao liceu (A Regeneração, 19 de julho de 1883). Em setembro, quando assume novo oficial do gabinete da presidência, Antônio Moreira Chaves concede a gratificação de 400\$00 a que tinha direito em benefício do liceu (A Regeneração, 7 de setembro de 1883). A companhia ginástica do circo apresenta o espetáculo Sul-Americano em benefício do liceu (A Regeneração, 4 de outubro de 1883). Luiz José de Oliveira Ramos, residente em Lages, doou cem mil réis para as obras da nova sede do liceu. (A Regeneração, 18 de outubro de 1883).

¹⁰¹ O jornal A Regeneração, de 8 de abril de 1883, anuncia que o deputado provincial Elyseu Guilherme da Silva ofereceu o subsídio a que tinha direito na sessão do ano anterior para ser aplicado no Liceu de Artes e Ofícios. Já o deputado João André Gogoy ofereceu a terceira parte de seu subsídio em favor da instituição, o que correspondia a 80\$000 (A Regeneração, 14 de julho de 1883).

¹⁰² O jornal A Regeneração, de 12 de abril de 1883, comunica uma doação anônima de 700\$000 réis ao Liceu de Artes e Ofícios.

¹⁰³ Jornal A Regeneração, de 6 de maio de 1883.

¹⁰⁴ Jornal Regeneração, de 12 de outubro de 1886, primeira página, extraído do jornal A Tribuna Popular.

¹⁰⁵ O jornal A Regeneração, de 15 de abril de 1883, publica a criação de comissões em Blumenau, São Francisco, Joinville, Laguna, Tubarão, Lages, Curitiba, Campos Novos.

edifício mais espaçoso e com melhores condições de higiene. Foi adquirida uma casa situada à rua Trajano n. 22, pertencente ao vice-cônsul português, Antônio da Silva Rocha Paranhos, “que fez uma não pequena redução no respectivo preço”.¹⁰⁶ Segundo o jornal *Regeneração*, a campanha não se restringiu aos limites da província de Santa Catarina. Com a arrecadação, ainda foi possível dar início ao museu¹⁰⁷ e à criação da biblioteca.¹⁰⁸ Antes da aquisição do prédio, o liceu funcionou no “pavimento térreo do palácio da presidência” (ALMANAQUE, 1885, p. 868). Logo após a compra, iniciou-se uma reforma para adaptação das instalações às necessidades da instituição de ensino.¹⁰⁹ O prédio contava com seis salas, três voltadas para o pátio interno; uma destinada à biblioteca e ao museu; outra, para as aulas de tipografia e a última, para as aulas de canto. As outras três salas, um pouco maiores, eram voltadas para a rua e, conforme os preceitos de higiene, “bem ventiladas e iluminadas”.¹¹⁰

Segundo relatório do presidente da província de agosto de 1883, ao longo do primeiro trimestre de funcionamento do liceu matricularam-se 126 alunos; foram

¹⁰⁶ O prédio foi adquirido pela quantia de 6:000\$000; foram pagos três contos à vista e o restante, em três parcelas de mil, a serem pagas em um, dois e três anos, com juros de 9% ao ano. Após receber a primeira parcela, Antônio da Silva Rocha Paranhos desistiu das parcelas restantes, que totalizavam 2:450\$000 (*Jornal do Comércio*, de 5 de julho de 1884). Ainda segundo o jornal *A Regeneração*, o cônsul desistiu das parcelas em função de ter recebido a comenda imperial Ordem da Rosa do Imperador (*A Regeneração*, 7 de junho de 1884). A venda do imóvel já havia sido questionada pela esposa do vice-cônsul em 1880. Conforme a nota do jornal *A Regeneração*: “Havendo anunciado a venda do prédio n.º 5 da rua Trajano, declara o abaixo-assinado que este prédio foi vendido por seu marido, Antônio da Silva Rocha Paranhos, sem o seu consentimento, contra o disposto pela ord. L. 4 T. 48, e protesta, em tempo, anular essa venda como de todos os imóveis vendidos por seu dito marido sem o seu consentimento. Desterro, 3 de novembro de 1880 – Carolina Trompowsky Paranhos (*A Regeneração*, de 7 de novembro de 1880, p. 3).

¹⁰⁷ Doações ao Museu: Tenente Arthur Cavalcanti do Livramento traz da ex-colônia Azambuja e Costa da Serra objetos indígenas destinados ao museu (*A Regeneração*, 25 de outubro de 1884).

¹⁰⁸ Doações à biblioteca: Pedro Gomes de Argolo Ferrão oferece à biblioteca mais de oitenta livros sobre medicina, literatura, viagens, ilustrados com estampas e escritos em português, francês, alemão, inglês e espanhol. Em agosto de 1884, a biblioteca tinha perto de 200 obras e o diretor estudava a possibilidade de abri-la ao público todos os domingos, assim que terminassem alguns ajustes. A biblioteca era aberta aos alunos e ao corpo docente todas as noites dos dias úteis (*A Regeneração*, 21 de agosto de 1884). O governo da província também fez doações à biblioteca: obra composta por Amaro Cavalcanti, com o título *The Brazilian Language and its agglutination* (*A Regeneração*, 24 de agosto de 1884).

¹⁰⁹ Foi realizada uma chamada nos jornais da capital de interessados em reformar o prédio, apareceram dois proponentes, José Miguel Mongilot e François Grizardo, o primeiro propondo efetuar a obra pela quantia de 2.450\$000, o segundo por 2.600\$000. A congregação, em sessão do dia 28 setembro, resolveu não aceitar nenhuma proposta, pois considerou os valores altos e nomeou Senna Pereira, Candido Melchiades e Manuel Joaquim Coelho para dirigirem as obras. (*A Regeneração*, edições de 16, 19, 20, 21, 22 de setembro e de 30 de setembro de 1883).

¹¹⁰ *Jornal A Regeneração*, de 18 de janeiro de 1884, p. 3.

expulsos por mau comportamento¹¹¹ dois alunos, e 93, por falta de frequência.¹¹² Em 3 de agosto de 1883, frequentavam o liceu 267 alunos. A receita para o custeio da instituição era proveniente de donativos, concertos,¹¹³ bazares.¹¹⁴ Nos três primeiros meses chegou-se à quantia de 6.220\$400, com despesas de manutenção, compra de mobília, livros, tipos para impressão e da nova sede, esta, no valor de de 4.230\$584. Na data da apresentação do relatório, o liceu tinha um saldo de 1.989\$186.

A fundação do Liceu de Artes e Ofícios nesta capital é um acontecimento que deve marcar época nos anais da história da província. Nunca a iniciativa particular teve mais espontânea e fecunda manifestação ao impulso da administração; e na ordem das instituições destinadas à educação popular, nenhuma é mais digna dos férvidos aplausos da opinião, do apoio das forças morais da sociedade e da animação e proteção do Governo, sem que isso crie embaraços à sua livre ação. A aquisição que o estabelecimento fez de um excelente prédio que, mediante algumas obras, reúne todas as condições para o seu funcionamento regular, assegura-lhe estabilidade plena e futuro desassombrado (SANTA CATARINA, 1883. p. 33).¹¹⁵

As aulas foram finalizadas no dia 15 de dezembro. No dia seguinte, domingo, conforme noticiado pela imprensa, ocorreu a festa de encerramento do ano letivo, na qual foram distribuídos mais de 30 prêmios aos alunos.¹¹⁶ O ato foi

¹¹¹ Segundo os estatutos da instituição, o diretor poderia repreender os alunos que se portassem mal, desde que respeitassem a seguinte norma: a primeira vez em particular, a segunda perante os alunos, e se não surtisse efeito, daria parte a congregação que poderia ordenar a expulsão. É autorizado também ao diretor reter os alunos no estabelecimento de uma a duas horas. Os professores podem corrigir os alunos dentro de suas aulas mandando-os assistirem de pé a lição ou saindo de sala (A Regeneração, de 18 de agosto de 1883, p.3).

¹¹² O liceu decide eliminar alunos que faltaram às aulas em maio e estabelece que os estudantes que faltassem sem um motivo justo seriam eliminados e perderiam o direito de matrícula (A Regeneração, de 24 de junho de 1883).

¹¹³ Jornal A Regeneração, de 22 de março de 1883. Espetáculo com parte da renda oferecida ao liceu: Pelotiqueiro, dirigido pelo autor Joaquim Augusto (A Regeneração, de 3 de junho de 1883), e Soirée-concerto, nos salões do palácio da presidência (A Regeneração, de 7 de junho de 1883).

¹¹⁴ O bazar de prendas ocorreu no clube 12 de agosto, (A Regeneração, de 24 de maio de 1883). Foram arrecadados 71\$500 (A Regeneração, de 27 de maio de 1883).

¹¹⁵ Relatório em que Theodoro Carlos de Faria Souto passa a administração da província a Francisco Luiz da Gama Roza, em 29 de agosto de 1883 (SANTA CATARINA, 1883).

¹¹⁶ Eis a lista dos premiados publicada na terceira página do jornal A Regeneração, de 19 de dezembro de 1883. Português – primeiro prêmio a João da Motta Pires Gomes, Eduardo Marcolino da Conceição, Francisco d'Ávila dos Santos Junior. Receberam menção honrosa: Francisco de Paula Souza, Américo Corrêa dos Santos, João Teixeira Cavalheiro, Salustino Japão da Cunha. Na disciplina de Francês, o primeiro prêmio foi destinado a Quintino Francisco da Silva e Oliveira e Raymundo Penaforte Brasil. Menção honrosa: Américo Corrêa dos Santos, Abílio Justiniano de Oliveira, João Claudio dos Santos, Francisco d'Ávila dos Santos Junior. Em Geografia, primeiro prêmio: Germano Emílio da Rosa Ramos. Menção honrosa: João Teixeira Cavalheiro, Raymundo Penaforte Brasil. Primeiras letras, primeiro prêmio: Hermógenes Orlindo de Abreu, João Eduardo Barcellos de Brito, Marçal Joaquim Cardoso, Oronso Lopes de Faria. Menção honrosa: Christino de Souza Louzada, João Ricardo Alves de Jesus. Música

aberto ao público e “concorrido por todos aqueles que se interessam pela educação popular”.¹¹⁷ Estiveram presentes o presidente da província, o corpo de professores, o diretor da Instrução Pública, o delegado interino do inspetor da Instrução Pública da corte, o chefe de polícia e o promotor público¹¹⁸.

As cerimônias de encerramento se tornam um “rito de instituição”. Segundo Bourdieu (2008), o rito de instituição consagra e faz reconhecer como natural um limite arbitrário; faz “marcar solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social. O rito chama a atenção do observador para a passagem quando, na verdade, o que importa é a linha” (BOURDIEU, 2008, p. 98). Assim, a separação que o rito opera, e o que ele deixa de um lado e outro, consagra os agentes que passam pelo ritual e constitui uma distinção legítima dos seus resultados, deixando para trás um “conjunto oculto”. Nesse sentido, os “signos incorporados”, mais do que os “signos exteriores” ao corpo, significam a posição social por meio do jogo das diferenças e lembram ao agente, a todo momento, o lugar – profissional e social – que ele ocupa e ao qual deve manter-se fiel.

As cerimônias de encerramento foram marcadas, além dos discursos, pela distribuição de prêmios aos alunos que se destacaram, pela abertura do prédio à visitação pública, especialmente do museu, que ganhou espaço próprio ao longo dos anos, e pela exposição dos trabalhos de desenho e/ou tipografia dos discentes. Tanto a biblioteca quanto o museu tiveram o acervo ampliado a partir de doações – devidamente registradas nos jornais de circulação da capital. Eça de Queirós lembra que a prática da doação, por vezes, é motivada pela vaidade de ter o nome publicado no jornal:

Nunca a vaidade foi, como no nosso danado século XIX, o motor ofegante do pensamento e da conduta. Nestes estados de civilização, ruidosos e ocos, tudo deriva da vaidade, tudo tende à vaidade. E a forma nova da vaidade para o civilizado consiste em ter seu rico nome impresso no jornal, a sua rica pessoa comentada no jornal! «Vir no jornal!», eis hoje a impaciente aspiração e a recompensa suprema! Nos regimes aristocráticos, o sorriso do príncipe. Nas nossas democracias, a ânsia da maioria dos mortais é alcançar em sete linhas o louvor do jornal. Para se conquistarem essas sete linhas benditas, os homens praticam todas as ações - mesmo as boas. Mesmo as boas, meu Bento! O «nosso generoso»

instrumental, primeiro prêmio: Eduardo Freyesleber, Nicolau Santiçano, Adolpho Alfredo de Campos. Menção honrosa: Izidro José da Silva, Henrique Dombusk, Oliverio Lopes Netto. Desenho, primeiro prêmio: Quintino da Silva de Oliveira, João Teixeira Cavalheiro, Germano Ramos. Música vocal, menção honrosa: João Claudio dos Santos, Theodorio Apolônio Duarte Silva, Manoel Alves de Araújo. Tipografia, menção honrosa: Joaquim Pedro Oliveira.

¹¹⁷ Jornal A Regeneração, de 1º de dezembro de 1883, p. 3.

¹¹⁸ Jornal A Regeneração, de 1º de dezembro de 1883, p. 3

amigo Z... só manda os cem mil réis à creche para que a gazeta exalte os cem mil réis de Z..., nosso amigo generoso. Nem é mesmo necessário que as sete linhas contenham muito mel e muito incenso: basta que ponham o nome em evidência, bem negro, nessa tinta cujo brilho é mais apetecido que o velho nimbo de ouro do tempo das santidades (1900, p. 122).

Segundo os jornais, a primeira cerimônia de encerramento se iniciou com o discurso do presidente da província Francisco Luís da Gama Rosa,¹¹⁹ que, em nome do governo imperial, agradeceu os serviços prestados pelo diretor e o corpo docente, e incentivou os alunos a “continuarem a estudar para fazerem jus a novos prêmios e serem úteis a seu país”.¹²⁰ Wenceslau Bueno, professor do liceu e presidente da Associação do Professorado Catarinense de 1888 a 1889, também discursou. Finalizada a distribuição, o professor Silvio Pellico, orador da associação em 1889, fez o discurso de encerramento. Terminada a cerimônia, todos os presentes foram convidados pelo diretor a visitar a aula de desenho, onde se achavam expostos os trabalhos dos alunos feitos durante os seis meses decorridos desde 4 de maio a 15 de dezembro. O Liceu de Artes e Ofícios era, assim, apresentado como uma instituição popular, onde haveria lugar para todos, onde “o menino de tamancos, pretinhos, mas com sua camisa lavada, [pode] ir receber o seu prêmio a par do menino branco bem vestido e elegante”.¹²¹

A festa de encerramento de 1885, marcada para o dia de natal,¹²² seguiram-se o “rito da instituição”; o discurso do presidente da província, seguida da entrega de prêmios aos alunos.¹²³ Naquele ano, o poeta Cruz e Souza recitou os versos “Saudação ao Liceu de Artes e Ofícios”.¹²⁴

SAUDAÇÃO AO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS

Como esta luz é serena,
como esta luz é sincera;
como eu vejo a primavera
n'um lápis e n'uma pena

Que prismas de luz ardente,

Quem aos páramos subindo,
eternamente pudesse,
dos astros a loura mêsse
arrancar – depois abrindo
os peitos das criancinhas
jogá-los dentro e beijá-las

¹¹⁹ No mês de agosto, o presidente da província já havia visitado o liceu e assistido algumas aulas; na oportunidade, também doou à biblioteca as seguintes obras: “A Divina Comédia”, “Pacificação dos Crichanás”, “O Melhor porto ao sul do Brasil” e “Um plano de estâbulos para estabelecimentos agrícolas” (Jornal Conservador, de 3 de agosto de 1888, p. 2).

¹²⁰ Jornal A Regeneração, de 19 de dezembro de 1883, p. 3.

¹²¹ Jornal A Regeneração, de 19 de dezembro de 1883, p. 3.

¹²² Jornal do Comércio, de 27 de dezembro de 1885, p. 1.

¹²³ Jornal do Comércio, de 15 de dezembro de 1885, p. 1.

¹²⁴ Publicado no Jornal do Comércio de 27 de dezembro de 1885, p. 1.

que prismas de luz suave;
Como eu sinto um canto de ave
em cada boca inocente.

Sim! Que estudo é como a aurora
que nos entra pela casa,
n'um vivo fulgor de brasa,
vibrante, alegre, sonora,
Ele rasga a treva espessa
n'um só momento – cantando;
medisse o ser da criança,
pela alma de uma esperança
pela alma de uma alvorada.

vai estrelas semeando
em cada tenra cabeça.

Tira os crânios do letargo
da ignorância – pois entra
como um sol e se concentra
n'um esplendor de uma alvorada.

Quem, ó Arte imaculada,

Ver os germens do futuro
no campo eterno da escola,
brilhando como a corola
de um lírio cândido e puro.

Ver morrer – como uns invernos da vida os
velhos colossos
e ver erguerem-se os moços
como verões sempiternos.

cheias de pompa e das galas
que a luz concede às rainhas!...

Pois que a treva entre fulgores,
é como, dentre ataúdes,
rebrilhar como virtudes,
as mais simpáticas flores.

Ah! Ninguém sabe, por certo,
quanto é bom, quanto é saudável,
sentir a criança adorável
como um clarão sempre aberto.

Mães, ó mães tão extremosas,
dos vossos ventres fecundos,
saem todos esses mundos
das ideias fulgurosas.

Tudo isso quanto há escrito
de pensamentos e crenças,
saíu das fontes imensas
de um grande amor infinito.

E desde escrita à leitura
e desde um livro a uma carta,
a bondade sempre farta
das mães – esplende e fulgura.

Bom dia ao mestre que é guia
das belas crianças louras!
Bom dia às mães porvindouras,
à mocidade – Bom dia!

Cruz e Souza

O “rito” de encerramento do ano de 1887 foi diferente do de anos anteriores e não contou com a presença do presidente da província, de acordo com as notícias publicadas pela jornais. Na ocasião, o cargo era ocupado por Francisco José da Rocha, vinculado ao Partido Conservador (há que lembrar das questões políticas apresentadas na seção anterior). O ritual teve início com o discurso do diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Senna Pereira, que ressaltou o papel da instituição na propagação de conhecimentos e na educação das mulheres da província de Santa Catarina. Desde 1885, como publicado pelos periódicos analisados na pesquisa, o liceu deu início às aulas para o sexo feminino. As aulas eram ministradas às segundas e quintas-feiras, quando não havia aulas para o sexo masculino. Eram ofertadas aulas de primeiras letras, gramática portuguesa, francês, geografia,

música e desenho¹²⁵. A partir de 1887, alunos e alunas passaram a cantar nas cerimônias o Hino do Liceu, com letra da poetisa Delminda Silveira de Souza e música do professor Francisco José da Costa.

HINO
Oferecido aos alunos do Liceu de Artes e Ofícios
Pela EXMA. SRA. D. DELMINDA SILVEIRA DE SOUZA

Hoje vimos contentes, singelos,
Nossa festa risonha gozar;
E com doce prazer celebrar
Os triunfos mais nobres, mais belos!

Como é grato, nas lutas briosas,
Os valores do estudo vencer!
E no fim de cada ano tecer
Linda coroa de flores mimosas!

Ah! Si o céu que é o trabalho abençoa
Nossas lidas de benção cobrir,
Há de, ó pátria, o teu nome fulgir
Entre os louros d'altiva coroa!

Como a luz que de Deus recebemos
Quando o sol mais brilhante irradia,
O fanal da ciência nos guia:
- Nossa pátria querida ilustremos!¹²⁶

A canção "O estudo"¹²⁷ também passou a fazer parte das cerimônias. O encerramento da festa de 1887, mais uma vez, foi marcado pela distribuição de um copo de água às famílias, pela exaltação do corpo docente e do museu. O museu, ou gabinete de História Natural, teria sido inaugurado em 1885. A coleção se iniciou, conforme os impressos investigados, com alguns folhetos, uma coleção de mais de 60 mapas, cartas de portos da costa brasileira, dos rios Amazonas e Paraná e uma coleção de 20 quadros explicativos para o ensino de História Natural.¹²⁸ Este não foi o primeiro gabinete dedicado ao ensino de História Natural em Desterro. Schmidt (2006) destaca iniciativa semelhante em 1859. O então presidente da província, João José Coutinho, autorizou o professor Fritz Müller a comprar da Alemanha utensílios para compor o gabinete de Física e Química para o ensino de ciências naturais no Liceu Provincial. Tal instituição foi criada em 1857; tomava como modelo

¹²⁵ Jornal Regeneração, de 7 de outubro de 1885, p. 3; Jornal Regeneração, de 8 de outubro de 1885, p. 2.

¹²⁶ Jornal Regeneração, de 28 de dezembro de 1886, p. 1.

¹²⁷ Jornal Regeneração, de 28 de dezembro de 1886, p. 1.

¹²⁸ Jornal Regeneração, de 22 de setembro de 1885, p. 2.

o Colégio Pedro II. De acordo com Schmidt *et al.* (2012)., o estabelecimento era dirigido e financiado pelo governo da província e funcionou até 1863, quando Pedro Leitão Cunha assumiu a presidência da província e decidiu reabrir o colégio dos jesuítas.

CANÇÃO O ESTUDO
Oferecida às alunas do Liceu de Artes e Ofícios
PELA EXM. SRA.
D. Delminda Silveira de Souza

Gratos hinos	Eia! Avante
Jubilosos,	Companheiras!
Fervorosos	Prazenteiras
Entoêmos:	A lição
Que do estudo	Que o estudo
Nos labores,	- Luz divina –
Lindas flores	Ilumina
Já colhemos!	O coração!
Os espinhos	Nossos mestres
Destas rosas	Generosos
Preciosas	Tão bondosos
Não ofendem!	Sempre amemos;
Tais doçuras	São-nos guias
Contém elas,	A ventura:
São tão belas	Que ternura
Que nos prendem!	Lhes devemos!
Eis! Avante,	
Companheiras!	Ao ilustre
Prazenteiras	Diretor,
Trabalhemos!	Gratas sejamos;
Que dos louros	Pois que um pai
Mais virentes,	Bom, extremoso,
Nossas frentes	Cuidadoso,
Cingiremos!	Nele achamos.
Como o sol	Eia! Avante
O estudo brilha	Companheiras!
Sobre a trilha	Prazenteiras
Da existência;	A lição!
- Traz venturas	- Luz divina –
A ciência!	Ilumina
	O coração!

A cerimônia de encerramento das atividades do Liceu de Artes e Ofícios do ano de 1888 é anunciada nas páginas do Jornal do Comércio pelo vice-diretor, Léon Lapagesse (1º secretário da associação de 1888 a 1889). A distribuição de prêmios, além da exposição de trabalhos de tipografia e desenho realizados pelos alunos da

instituição, ocorreu no dia 8 de dezembro, sábado, às 7h30¹²⁹. Os detalhes foram publicados depois do evento. Dentre os prêmios distribuídos, dez foram oferecidos pelo presidente da província, um por Amélia Fausto – filha do presidente da província, um por Cecília Guimarães – filha do senhor Paula Guimarães, e um pela Associação do Professorado Catarinense. O prêmio concedido pela associação consistia numa carteira e foi conferida ao aluno Ernesto Ademar de Souza, aprovado plenamente em Português e Desenho.¹³⁰ Após a cerimônia, que teve como orador Fernando Caldeira, as portas do gabinete de História Natural ficaram abertas à visitação pública.¹³¹

Assim, a Associação do Professorado Catarinense cumpria um dos objetivos presente em seu estatuto: conceder prêmios. A expressão “produzir os melhores trabalhos pedagógicos”, utilizada no estatuto, pode conduzir à interpretação de que os prêmios seriam destinados aos docentes, seja àqueles em processo de formação, seja aos trabalhos publicados em revistas ou discutidos nas conferências pedagógicas por profissionais que já vivenciavam a prática. No entanto, é possível que a associação reconhecesse como trabalhos pedagógicos também os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes. De todo modo, para conceder prêmios e cumprir com suas finalidades, a associação precisava de recursos financeiros. O próximo

¹²⁹ Jornal do Comércio, de 8 de dezembro de 1888, p.1.

¹³⁰ Além desse, foram concedidos na cerimônia como medalha de ouro. Prêmio – concedido pelo presidente Fausto, uma pasta com papel e caneta, conferida à aluna Maria Belizaria da Silveira, aprovada com distinção em Francês e Geografia e, plenamente, em Desenho. Outro prêmio pelo presidente da província foi uma caixa *jeu de sos*, conferida à aluna Almerinda Sanches, aprovada com distinção em Francês e, plenamente, em Desenho. Prêmio – concedido em nome de Amélia Fausto (filha do presidente da província) -, *Livro Tesouro das Meninas*, conferido à aluna Francisca Caracciola Paiva, aprovada com distinção em primeiras letras. Outros prêmios concedidos pelo presidente da província, o livro *O poder da vontade*, conferido ao aluno Roberto Leônidas Lapagesse, aprovado com distinção em Português. Uma caixa com modelos para desenho, conferido ao aluno Álvaro Guimarães, aprovado com distinção em Geografia e, plenamente, em Tipografia e Desenho. Um tinteiro com caneta, conferido ao aluno Pompéu Theodoro Jacinto, aprovado com distinção em Tipografia. Uma carteira guarnecida de metal, conferida ao aluno Eduardo Dias de Oliveira, aprovado com distinção em Desenho. Como medalha de prata, doados pelo presidente Fausto, um estojo de porcelana conferido à aluna Damiana Silveira, aprovada plenamente em Português, Francês e Geografia. Uma caixa para trabalhos de lã, conferida à aluna Maria Julia de Freitas, aprovada plenamente em Francês e Geografia. Prêmio, fornecido por Cecília Guimarães, uma bolsinha conferida à aluna Lucia Evangelista Carneiro, aprovada plenamente em Francês, Geografia e Desenho. Prêmio – Liceu Catarinense -, um álbum para oito retratos conferido ao aluno Valentim de Souza Freitas, aprovado plenamente em Geografia e Desenho, e uma caixa de madeira polida, conferido ao aluno Olegário Rodrigues Pereira, aprovado plenamente em Geografia e Tipografia (Jornal do Comércio, de 12 de dezembro de 1888, p. 2-3).

¹³¹ Jornal Regeneração, de 11 de dezembro de 1888, p. 1.

tópico contempla os modos de arrecadação de fundos para a manutenção da Associação do Professorado Catarinense.

1.5 FORMAS DE MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE: ARRECADAÇÃO, PAGAMENTO DE JOIAS E PROMOÇÃO DE FESTAS

Conforme indicam os dados mapeados, a manutenção da associação era feita da seguinte forma: (i) por meio das mensalidades dos sócios efetivos; (ii) pelo pagamento da joia quando do ingresso do sócio efetivo; (iii) por doações.

Com a arrecadação, a associação mantinha um fundo na Caixa Econômica. Segundo o estatuto, os rendimentos deveriam ser utilizados na compra de livros para a biblioteca, em prêmios que a associação desejasse conferir e na concessão de auxílio aos sócios. À época do seu surgimento, a Associação do Professorado Catarinense tinha em caixa o valor de 115\$000, provenientes de doação para as despesas de sua implantação, conforme ilustra o excerto abaixo.

Figura 18 - Doações para a criação da Associação do Professorado Catarinense

<p>A-sociação do Professorado Catha- rinense</p> <p>Donativos que me foram entregues para ocorrer das primeiras despesas da Associação:</p> <table border="1"> <tr><td>Antonio X. de A. Pitada</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Dr. Paula Guimarães . .</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Roberto Grant</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Wenceslão Bueno . . .</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Léon E. Lapagesse . . .</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>D. Anna J. Cidade . . .</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>D. Maria das Dores Li- vramento Formiga . .</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>D. Felicidade Ferreira Lapagesse</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>Luiz Alves de Souza . .</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>José Paulo Arantes . .</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>Fausto Werner</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>João Jorge de Campos .</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>João Maria Duarte . . .</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>Somma</td><td>115\$000</td></tr> </table> <p>Desterro, 21 de Agosto de 1888 — O Tesoureiro, João Maria Du- arte.</p>	Antonio X. de A. Pitada	15\$000	Dr. Paula Guimarães . .	15\$000	Roberto Grant	15\$000	Wenceslão Bueno . . .	15\$000	Léon E. Lapagesse . . .	15\$000	D. Anna J. Cidade . . .	5\$000	D. Maria das Dores Li- vramento Formiga . .	5\$000	D. Felicidade Ferreira Lapagesse	5\$000	Luiz Alves de Souza . .	5\$000	José Paulo Arantes . .	5\$000	Fausto Werner	5\$000	João Jorge de Campos .	5\$000	João Maria Duarte . . .	5\$000	Somma	115\$000	<p>Associação do Professorado Catarinense</p> <p>Donativos que me foram entregues para ocorrer as primeiras despesas da Associação:</p> <table border="1"> <tr><td>Antônio X. de A. Pitada.....</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Dr. Paula Guimarães.....</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Roberto Grant.....</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Wenceslau Bueno.....</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>Léon E. Lapagesse.....</td><td>15\$000</td></tr> <tr><td>D. Anna J. Cidade.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>D. Maria das Dores Livramento Formiga..</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>D. Felicidade Ferreira Lapagesse.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>Luiz Alves de Souza.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>José Paulo Arantes.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>Fausto Werner.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>João Jorge de Campos.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>João Maria Duarte.....</td><td>5\$000</td></tr> <tr><td>Soma.....</td><td>115\$000</td></tr> </table> <p>Desterro, 21 de agosto de 1888 - O Tesoureiro, João Maria Duarte.</p>	Antônio X. de A. Pitada.....	15\$000	Dr. Paula Guimarães.....	15\$000	Roberto Grant.....	15\$000	Wenceslau Bueno.....	15\$000	Léon E. Lapagesse.....	15\$000	D. Anna J. Cidade.....	5\$000	D. Maria das Dores Livramento Formiga..	5\$000	D. Felicidade Ferreira Lapagesse.....	5\$000	Luiz Alves de Souza.....	5\$000	José Paulo Arantes.....	5\$000	Fausto Werner.....	5\$000	João Jorge de Campos.....	5\$000	João Maria Duarte.....	5\$000	Soma.....	115\$000
Antonio X. de A. Pitada	15\$000																																																								
Dr. Paula Guimarães . .	15\$000																																																								
Roberto Grant	15\$000																																																								
Wenceslão Bueno . . .	15\$000																																																								
Léon E. Lapagesse . . .	15\$000																																																								
D. Anna J. Cidade . . .	5\$000																																																								
D. Maria das Dores Li- vramento Formiga . .	5\$000																																																								
D. Felicidade Ferreira Lapagesse	5\$000																																																								
Luiz Alves de Souza . .	5\$000																																																								
José Paulo Arantes . .	5\$000																																																								
Fausto Werner	5\$000																																																								
João Jorge de Campos .	5\$000																																																								
João Maria Duarte . . .	5\$000																																																								
Somma	115\$000																																																								
Antônio X. de A. Pitada.....	15\$000																																																								
Dr. Paula Guimarães.....	15\$000																																																								
Roberto Grant.....	15\$000																																																								
Wenceslau Bueno.....	15\$000																																																								
Léon E. Lapagesse.....	15\$000																																																								
D. Anna J. Cidade.....	5\$000																																																								
D. Maria das Dores Livramento Formiga..	5\$000																																																								
D. Felicidade Ferreira Lapagesse.....	5\$000																																																								
Luiz Alves de Souza.....	5\$000																																																								
José Paulo Arantes.....	5\$000																																																								
Fausto Werner.....	5\$000																																																								
João Jorge de Campos.....	5\$000																																																								
João Maria Duarte.....	5\$000																																																								
Soma.....	115\$000																																																								

Fonte: Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 3.

Observe-se que Paula Guimarães, Wenceslau Bueno, Léon Lapagesse, José Paulo Arantes, João Jorge de Campos e João Maria Duarte faziam parte da primeira diretoria da associação. Por sua vez, Roberto Grant e Luiz Alves de Souza integraram a comissão que redigiu seu estatuto. Já Antônio Pitada integrara a diretoria em 1890.

Cada sócio efetivo deveria contribuir com uma joia na entrada e um valor mensal. A associação recebia, inclusive, autorização do presidente da província para efetuar o desconto das mensalidades nos salários dos professores públicos, conforme publicado no jornal *Conservador*.

Secretaria da Presidência

Ao tesouro provincial – conforme solicitou o Dr. da instrução pública, diz que pode S.S. se não houver inconveniente, de suas ordens a essa repartição e as demais Estações Fiscais da província para que sejam descontados dos professores públicos de qualquer categoria e classe, se assim quiserem, as joias e mensalidades da Associação do Professorado Catarinense (*CONSERVADOR*, de 12 de setembro de 1888, p. 1-2)

Alguns professores, de fato, autorizaram o desconto em prol da associação, caso do professor jubilado Thomaz Francisco Xavier na carta já reportada:

[...] Plena autorização vos concedo para que me sejam descontadas pelo Tesouro Provincial a joia e mensalidades com que tenha de contribuir como sócio efetivo de tão útil Associação, e ponho à vossa disposição os meus insignificantes serviços (*PALAVRA*, 1888, p.1).

Além das formas de arrecadação antes nomeadas e explicitadas no estatuto, a associação realizava ações, seja de iniciativa própria, seja em parceria, como a encenação, no Teatro Santa Izabel, de espetáculo promovido em outubro de 1888 pela Sociedade do Cassino Catarinense.¹³² O evento constituiu-se na encenação em três atos do drama francês *Diana de Rione* e de um ato da comédia *Quem Desdenha...*, do dramaturgo português Manoel Pinheiro Chagas. O Jornal do Comércio e o jornal *Regeneração*¹³³ anunciaram o evento:

¹³² A Sociedade Cassino Catarinense foi fundada em 22 de abril de 1888 nos salões do Hotel Coutinho, por Amphilóquio Nunes Pires. Faziam parte da diretoria: capitão João C. Dias Formiga, como presidente; Pedro Cardoso, como vice-presidente, e Firmino Theotônio da Costa, como tesoureiro. O primeiro secretário era Horácio Nunes Pires; o segundo secretário, Victor Formiga; o procurador, Alfredo d'Amorim Caldas e, por fim, como diretor de cena, José de Araújo Coutinho (*Jornal Conservador*, de 23 de abril de 1888).

¹³³ *Jornal Regeneração*, edições do dia 30 de setembro e 4, 5, 6 e 7 de outubro de 1888. Na edição do dia 7, o fato é anunciado nas páginas 2, seção noticiário, e 3, como anúncio.

Figura 19 - Propaganda da peça de teatro promovida em prol da Associação do Professorado Catarinense no jornal Regeneração

<p>DECLARAÇÕES</p> <p>THEATRO SANTA IZABEL S. D. P. CASSINO CATHARINENSE Domingo, 7 de Outubro de 1888 Récita extraordinária em favor da Associação do professorado Catharinense. As 8 1/2 horas subirá o panno para ter logar a representação do esplendido drama em 3 actos.</p> <p>DIANA DE RIONE seguinto-se a interessante e mimosa comedia em 1 acto, original do celebre dramaturgo portuguez Conselheiro Pinheiro Chagas.</p> <p>QUEM DESDENHA No saguão do theatro achar-se-ha um a comissão da Associação beneficiada para receber as esportulas dos Srs convidados. Secretaria da S. D. P. — Cassino Catharinense, — 30 de Setembro de 1888. No impedimento do Secretario: <i>Elias Paulo da Silva.</i> Procurador.</p>	<p>DECLARAÇÕES TEATRO SANTA IZABEL S.D.P. Cassino Catarinense Domingo, 7 de outubro de 1888.</p> <p>Récita extraordinária em favor da Associação do Professorado Catarinense. Às 8:30 subirá o pano para ter lugar a representação do esplendido drama em 3 atos DIANA DE RIONE Seguinto-se a interessante e mimosa comédia em 1 ato, original do célebre dramaturgo português Conselheiro Pinheiro Chagas QUEM DESDENHA No saguão do teatro achar-se-á uma comissão da Associação beneficiada para receber as esportulas dos Srs. Convidados. Secretaria da S.D.P. - Cassino Catarinense, - 30 de setembro de 1888. No impedimento do secretário, Elias Paulo da Silva. Procurador.</p>
---	--

Fonte: Jornal Regeneração, de 5 de outubro de 1888, p. 3.

Figura 20 - Anúncio do Jornal do Comércio sobre a peça em auxílio da Associação do Professorado Catarinense

<p>THEATRO SANTA IZABEL S. D. P. CASSINO CATHARINENSE DOMINGO, 7 DE OUTUBRO DE 1888 Récita extraordinária em favor da ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATHARINENSE. A's 8 1/2 horas subirá o panno para ter logar a representação do esplendido drama em 3 actos.</p> <p>DIANA DE RIONE seguinto-se a interessante e mimosa comedia em 1 acto, original do celebre dramaturgo portuguez conselheiro Pinheiro Chagas.</p> <p>QUEM DESDENHA... No saguão do theatro achar-se-ha uma comissão da Associação beneficiada para receber as esportulas dos Srs. convidados.</p> <p>N. B. — Os Srs socios a quem a comissão não passar bilhetes, podem procurá-los em mão do Sr. Lapagesse, e no dia do espectáculo no saguão do theatro. Secretaria da S. D. P. Cassino Catharinense, 25 de Setembro de 1888. — No impedimento do secretario, <i>Elias Paulo da Silva,</i> procurador.</p>	<p>TEATRO SANTA IZABEL S.D.P. CASSINO CATHARINENSE DOMINGO, 7 DE OUTUBRO DE 1888</p> <p>Récita extraordinária em favor da Associação do Professorado Catarinense</p> <p>Às 8:30 subirá o pano para ter lugar a representação do espléndido drama em 3 atos DIANA DE RIONE Seguinto-se interessante e mimosa comédia de 1 ato, original do célebre dramaturgo português conselheiro Pinheiro Chagas, QUEM DESDENHA... No saguão do teatro achar-se-á uma comissão da Associação beneficiada para receber as esportulas dos Srs. Convidados</p> <p>N.B. — Os Srs sócios a quem a comissão não passar bilhetes, podem procurá-los em mãos do Sr. Lapagesse, e no dia do espetáculo no saguão do teatro. Secretaria da S.D.P. Cassino Catarinense, 25 de setembro de 1888. — No impedimento do secretário. Elias Paulo da Silva, procurador.</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 7 de outubro de 1888, p. 3.

Com o espetáculo, a associação arrecadou o montante de 211\$000.¹³⁴ Para o jornal *Regeneração*, o sucesso do espetáculo foi coroado pelos aplausos.¹³⁵ No dia 10 de outubro de 1888,¹³⁶ o conselho administrativo da associação publicou uma nota agradecendo ao presidente da província, protetor nato da associação, Augusto Fausto de Souza, por ter oferecido gratuitamente o Teatro Santa Izabel. Do mesmo modo, agradeceu à diretoria da Sociedade Cassino Catarinense, e a seu corpo cênico, pelo espetáculo, como também a uma comissão de senhoras pelos serviços prestados em prol da associação.

Figura 21 - Nota de agradecimento da Diretoria da Associação do Professorado Catarinense à Sociedade Cassino Catarinense

<p>SECÇÃO LIVRE</p> <p>Associação do Professorado Catarinense</p> <p>Nós abaixo assignados, membros do Conselho Administrativo da Associação do Professorado Catarinense, faltariamos ao mais sagrado dever si deixássemos de vir aqui manifestar os nossos cordiaes agradecimentos ao Exm. Sr. Coronel Dr. Augusto Fausto de Souza, D. Presidente da Província e nosso Protector-Nato, pela benignidade com que S. Ex. nos acolheu, concedendo-nos o uso gratuito do theatro Santa Izabel, para a récita que hontem se realisou.</p> <p>Igualmente peccariamos, si não publicássemos a nossa viva gratidão de que é creadora a digna Directoria da distincta S. D. Cassino Catarinense, bem como os generosos membros do corpo scenico que tomaram parte no excellente drama <i>Diana de Rione</i> e na espirituosa comedia <i>Quem desdenha</i>, havendo-se brilhantemente no desempenho de seus papeis.</p> <p>Aproveitamos o ensejo para também significarmos o nosso reconhecimento a todas as pessoas que nos coadjuvaram, aceitando bilhetos para a alludida récita, bem como à distincta comissão de Senhoras que nos prestou relevantissimos serviços.</p> <p>Desterro, 8 de Outubro de 1888.</p> <p>Wenceslau Bueno de Gouvêa José Paulo Arantes Dr. Paula Guimarães João Maria Duarte Balduino A. da S. Cardoso João Jorge Campos Léon Eugenio Lapagesse.</p>	<p>SECÇÃO LIVRE ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>Nós abaixo assinados, membros do Conselho Administrativo da Associação do Professorado Catarinense, faltariamos ao mais sagrado dever si deixássemos de vir aqui manifestar os nossos cordiaes agradecimentos ao Exm. Sr. Coronel Dr. Augusto Fausto de Souza, D. Presidente da Província e nosso Protetor-Nato, pela benignidade com que S. Ex. nos acolheu, concedendo-nos o uso gratuito do teatro Santa Izabel, para a récita que ontem se realizou.</p> <p>Igualmente pecariamos, se não publicássemos a nossa viva gratidão de que é criadora a digna Diretoria da distinta S.D. <i>Cassino Catarinense</i>, bem como os generosos membros do corpo cênico que tomaram parte no excelente drama <i>Diana de Rione</i> e na espirituosa comédia <i>Quem desdenha</i>, havendo-se brilhantemente no desempenho de seus papéis.</p> <p>Aproveitamos o ensejo para também significarmos o nosso reconhecimento a todas as pessoas que nos coadjuvaram, aceitando bilhetes para a aludida récita, bem como á distincta comissão de senhoras que nos prestou relevantíssimos serviços.</p> <p>Desterro, 8 de outubro de 1888.</p> <p>Wenceslau Bueno de Gouvêa José Paulo Arantes Dr. Paula Guimarães João Maria Duarte Balduino A. da S. Cardoso João Jorge Campos Léon Eugenio Lapagesse</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 10 de outubro de 1888, p. 3.

¹³⁴ O balanço da arrecadação foi publicado no dia 16 de outubro de 1888, pelo Jornal do Comércio.

¹³⁵ Jornal *Regeneração*, de 9 de outubro de 1888, p. 2.

¹³⁶ Jornal do Comércio, de 10 de outubro de 1888, p. 3.

Figura 22 - Valores arrecadados com a peça

Associação do Professorado Catharinense	
Resultado do benefício concedido pela S. D. P. «Cassino Catharinense» no dia 7 de Outubro corrente:	
Importancia das esportulas recebidas.....	523\$000
Importancia das despesas feitas pela S. D. P. «Cassino Catharinense», conforme as contas apresentadas pela mesma sociedade.	308\$000
Importancia paga ao cobrador	4\$000 312\$000
Produto liquido que hoje depositei na Caixa Economica.....	211\$000
Desterro, 12 de Outubro de 1888. —O Thesoureiro da Associação, João Maria Duarte.	

ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE	
Resultado do benefício concedido pela S.D.P. Cassino Catarinense do dia 7 de outubro corrente:	
Importância das esportulas recebidas.....	523\$000
Importância das despesas feitas pela S.D.P. "Cassino Catarinense", conforme as contas apresentadas pela mesma sociedade.....	308\$000
Importância para ao cobrador.....	4\$000.312\$000
Produto líquido que hoje depositarei na Caixa Economica.....	
	211\$000
Desterro, 12 de outubro de 1888. – O Tesoureiro da Associação, João Maria Duarte	

Fonte: Jornal do Comércio, de 16 de outubro de 1888, p. 2.

Os dados aqui apresentados, referentes às formas de fomentar os cofres da associação, ilustram, em grande parte, o lugar que ocupava na esfera pública, e as redes de sociabilidades que a apoiavam. As ações próximas ao poder público indicam que forças políticas também moldavam as ações da Associação do Professorado Catarinense e repercutiam na configuração de uma identidade profissional docente:

Ao regular a profissão docente, o Estado aspirou à formação e organização de um corpo homogêneo, despido de diferenças e subjetividades, apto a desempenhar suas competências cívicas. Embora a forte regulamentação da formação e atuação do professorado exercesse um controle por vezes opressor, esta mesma regulamentação favoreceria a organização da categoria e contribuiria para a construção de uma identidade bastante singular. Parece, de certa forma, que houve acordos entre o que o Estado impunha do alto, o que a sociedade esperava, as expectativas sociais do professorado e os anseios dos próprios professores. Contudo, isto não pode ser analisado sem se reconhecer, mesmo que não se possam identificar, que os supostos acordos são, muitas vezes, produto de longas disputas e tensões, objeto de resistência de uns e apreciados por outros (GASPAR da SILVA, 2004, p. 125).

1.6 MEIOS DE AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO: A ASSISTÊNCIA AOS PROFESSORES

Como já mencionado, a Associação do Professorado Catarinense mantinha um fundo de reserva que poderia ser utilizado como caixa beneficente para auxílio dos sócios. Para Léon Lapagesse,¹³⁷ a existência de uma caixa beneficente era essencial, não somente pela importância de apoio aos sócios e às famílias necessitadas, mas também como forma de alavancar a associação e equipará-la a outras iniciativas “do globo” (PALAVRA, 1888, p.1), um indicativo de que informações referentes a associações de outros países, e a seus modos de operar, circularam em Desterro. Os dados poderiam chegar à cidade de diferentes modos: pela imprensa, que publicava informações da corte e de outras partes do mundo;¹³⁸ pela circularidade dos presidentes da província no Brasil, ou, ainda, pelo fato de Léon Lapagesse, natural da França, ter chegado em Santa Catarina em 1875 com notícias sobre a constituição de associações de classe naquele país.

O excerto abaixo foi escrito por Lapagesse e publicado no periódico Palavra em 1888. No texto, o autor expõe seu pensamento sobre a importância da concessão de benefícios aos sócios:

[...] O amor do próximo, esse sentimento que mais nobilita o coração humano. É para todos os homens um dever sagrado, prescrito no próprio Evangelho.

Por isso vemos em todas as partes do globo as diferentes corporações que compõem os diversos povos, cogitarem nos meios de prevenir males futuros que por ventura lhes possam ameaçar os membros ou as famílias destes.

A exemplo dessas corporações, o Professorado Catarinense, sentindo por sua vez a necessidade de pôr-se em contato para socorrer-se na desgraça, promoveu também, com esse fim, a criação de uma CAIXA BENEFICENTE – que tem por objetivo socorrer os respectivos membros, quando enfermos ou famílias destes, quando reconhecidamente pobres.

De todas as medidas adotadas pela Associação do Professorado Catarinense, esta é sem dúvida a mais salutar e profícua, por isso que garante a cada um de seus membros o direito de ser socorrido pela Associação nos dias de infortúnio.

Com efeitos, como nos é grato entrever no meio dos árduos trabalhos inerentes à nossa profissão, a probabilidade de um fraternal auxílio quer para nós quer para nossos consócios!

¹³⁷ O periódico Palavra publica artigos escritos por Léon Eugenio Lapagesse sobre os auxílios ofertados pela Associação do Professorado Catarinense. Estão disponíveis para consulta, no site da Hemeroteca Digital Brasileira, as edições que tratam da Biblioteca Pedagógica, publicada em 20 de setembro de 1888, das Conferências Pedagógicas, de 30 de agosto de 1888 e, por fim, da Caixa Beneficente, em 4 de outubro do mesmo ano. Todos dedicados a Wenceslau Bueno de Gouvêa.

¹³⁸ Exemplo disso é encontrado no Jornal do Comércio do ano 1891. A edição do 12 de maio aborda reuniões de operários de Lisboa para a redução da jornada de trabalho diária para oito horas. Já no dia 15 de maio, o impresso menciona greve de operários na Europa. Em 12 de junho, o jornal aborda a criação de uma caixa de aposentadoria dos operários na França.

Como suaviza-se o nosso labor quando vemos erguer-se um apoio fraternal para os dias de desgraça! (PALAVRA, de 4 de outubro de 1888, p.1).

De acordo com o estatuto, recebia assistência financeira o sócio efetivo que permanecesse enfermo após usufruir da licença com vencimentos a que tinha direito como funcionário do Estado e, em caso de falecimento, sua família seria beneficiada. Nessa situação, seria socorrida, inicialmente, a viúva, enquanto não contraísse segundas núpcias e, na falta dela, os filhos até a idade de doze anos. Esses auxílios deveriam ser aprovados em assembleia geral. Esse aspecto da assistência, já aludido anteriormente, revela um quadro de ausência de seguridade que marcava o período. Assim, Lapagesse destaca que os auxílios seriam concedidos aos reconhecidamente pobres, tendo em vista os baixos vencimentos da categoria, que “não pode geralmente formar um fundo de reserva para acudir às enfermidades que o possam acometer”¹³⁹. Do mesmo modo, informa que a caixa trouxe novos sócios à associação, inclusive do interior da província:

[...] E, na verdade, se atendermos que o professor nesta província mal ganha para sua subsistência e que, em razão de seus exíguos vencimentos, não pode geralmente formar um fundo de reserva para acudir às enfermidades que o possam acometer; se considerarmos enfim que as mais das vezes ele deixa a família em extrema pobreza, compreendemos a eficaz utilidade de uma caixa beneficente que, mediante módica mensalidade, paga em dias prósperos, assegura os seus membros os auxílios indispensáveis na sorte adversa.

O que há de ser do pobre preceptor que, às voltas com uma grave enfermidade, não tem os meios de tratamento exigidos pela sua moléstia? E se, esgotadas as forças vitais, esse professor sucumbir à fatal enfermidade, o que há de ser dessa família que, assim, perdendo o chefe que o sustentava, fica legada à miséria?

[...] Felizmente ali estará a Associação que, pela sua Caixa beneficente, saberá, como é de dever, acudir ao sócio enfermo, à viúva ou órfãos.

[...] Esta parte beneficente da Associação não pode deixar de inspirar toda a simpatia do público; o amor do próximo há de necessariamente angariar-nos a proteção de pessoas generosas que, favorecendo a instrução na pessoa d'aqueles que lhe consagram a vida, hão de concorrer para a prosperidade de uma associação que, pelos fins a que visa, tem jus a esperar um risinho por vir.

Há motivos para acreditar que assim seja, pois chegam-nos de toda parte ecos simpáticos, francas adesões de colegas do interior da província (PALAVRA, de 4 de outubro de 1888, p.1).

Estes aspectos podem ser exemplificados na concessão de um benefício à família de Manoel Estevão da Silveira, professor da comunidade dos Ingleses – hoje bairro da região norte de Florianópolis. Os sócios se reúnem em sessão

¹³⁹ Palavra, de 4 de agosto de 1888, p.1.

extraordinária, no dia 4 de agosto,¹⁴⁰ domingo, às 11h00, no Liceu de Artes e Ofícios, para deliberar o valor do auxílio mensal à família do professor. No Jornal do Comércio, edições dos dias 30 e 31 de julho e de 1º a 4 de agosto de 1889, a declaração emitida pelo primeiro secretário Léon Eugenio Lapagesse foi divulgada, estabelecendo-se a doação mensal de dez mil réis à viúva.¹⁴¹

Figura 23 - Convite da Associação do Professorado Catarinense para a Assembleia de 4 de agosto de 1889

<p><i>Olympio dos A. C. Pinto.</i></p> <p>DECLARAÇÕES</p> <p>Associação do Professorado Catharinense</p> <p>O conselho administrativo desta associação convida a todos os Srs. membros da mesma a comparecerem no dia 4 de Agosto próximo futuro, pelas 11 horas da manhã, no Lyceu de Artes e Offícios, para, em assembléa geral de socios, dar posse ao novo conselho administrativo, examinar as contas apresentadas pelo actual conselho e determinar o <i>quantum</i> do auxilio mensal que deve ser concedido à familia de um consocio nosso ha pouco fallecido.</p> <p>Desterro, 29 de Julho de 1889. — O 1º secretario, <i>Léon Eugenio Lapagesse.</i></p> <p><i>DECIO CANOVARO DE ALBUQUERQUE</i></p>	<p>DECLARAÇÕES</p> <p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO</p> <p>CATARINENSE</p> <p>O conselho administrativo desta associação convida a todos os Srs. Membros da mesma a comparecerem no dia 4 de agosto próximo futuro, pelas 11 horas da manhã, no Liceu de Artes e Ofícios, para, em assembleia geral de sócios, dar posse ao novo conselho administrativo, examinar as contas apresentadas pelo atual conselho e determinar o quantum do auxílio mensal que deve ser concedido à família de um consócio nosso há pouco falecido.</p> <p>Desterro, 29 de julho de 1889. — O 1º secretário, Léon Eugenio Lapagesse.</p>
--	---


Fonte: Jornal do Comércio, de 30 de julho de 1889, p. 3.

No tocante a esse aspecto, ao longo da pesquisa identifiquei anúncios convidando os associados para a missa celebrada em função do falecimento do referido professor. Tal anúncio estampa páginas das edições dos dias 18, 19, 20 e 22 de junho do Jornal do Comércio de 1889. Além desses anúncios, também há notícias sobre a realização de uma missa no ano de 1890, em razão do falecimento do professor Francisco Xavier e do professor Manoel Marcelino Cardoso.

¹⁴⁰ Na edição do Jornal do Comércio de 4 de agosto de 1889 há duas menções à reunião: uma, localizada na primeira página e outra, na terceira página.

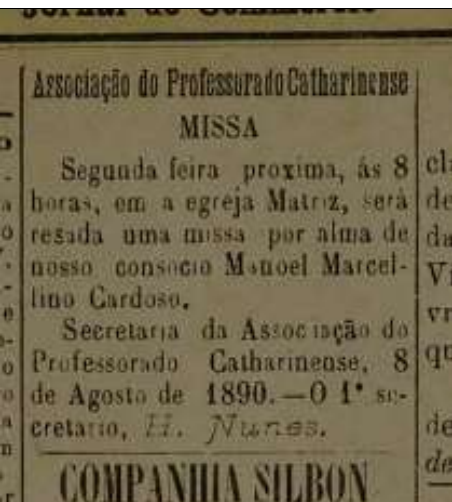
¹⁴¹ Informação extraída da revista Professor (1889, p. 4).

Figura 24 - Anúncio de missa de falecimento do professor Manoel Estevão da Silveira

	<p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>Convido a todos os Srs. sócios para assistirem à missa que pelo eterno descanso do nosso colega e consórcio o sr. Professor Manoel Estevão da Silveira, falecido nos Ingleses, celebrar-se-á na Igreja Matriz, no dia 22 do corrente, às 8 horas da manhã.</p> <p>Desterro, 17 de junho de 1889. – O 1º secretário, Léon Eugenio Lapagesse.</p>
---	--

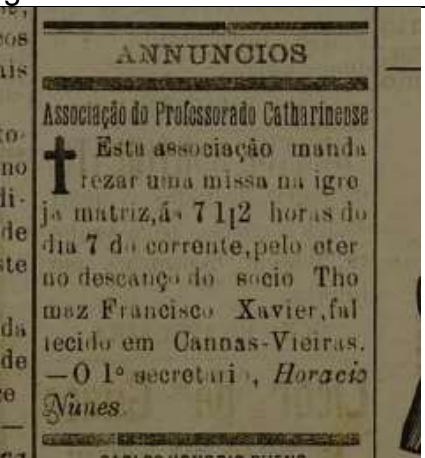
Fonte: Jornal do Comércio, de 18 de junho de 1889, p. 3.

Figura 25 - Anúncio de missa de falecimento de Manoel Marcelino Cardoso

	<p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>MISSA</p> <p>Segunda-feira próxima, às 8 horas, na Igreja Matriz, será rezada uma missa por alma de nosso consórcio Manoel Marcelino Cardoso.</p> <p>Secretaria da Associação do Professorado Catharinense, 8 de agosto de 1890. – O 1º secretário, H. Nunes.</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 9 de agosto de 1890, p. 3.

Figura 26 - Anúncio de missa de falecimento de Thomaz Francisco Xavier

	<p>ANÚNCIOS</p> <p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE</p> <p>Esta associação manda rezar uma missa na Igreja matriz, às 7:30 do dia 7 do corrente, pelo eterno descanso do sócio Thomaz Francisco Xavier, falecido em Canasvieiras.</p> <p>– O 1º secretário, Horácio Nunes.</p>
---	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 5 de novembro de 1890, p. 3.

Interessante observar que a ausência de previsão legal quanto à assistência a cônjuges e filhos, por morte ou invalidez, não é uma questão que se restringe ao século XIX. Em 1919, Maria Regina Lentz de Gouvêa, viúva de Wenceslau Bueno de Gouvêa, e Julia Coris Cardoso, viúva de Balduino Antônio da Silva Cardoso, fundadores da Associação do Professorado Catarinense, solicitam ao governo do estado a concessão de uma pensão a fim de garantir meios de subsistência, já que ambas não eram contempladas pelo Montepio.¹⁴² O Montepio dos Funcionários Públicos do Estado Santa Catarina, editado em 1909, buscava amparar o futuro das famílias que neles estivessem inscritas, mediante o pagamento de pensões. Todos os funcionários públicos efetivos, com menos de 50 anos, deveriam se inscrever no montepio, a partir da data da sua criação. O valor da mensalidade correspondia a 8% dos vencimentos anuais. Após cinco anos de contribuição, a família teria direito a pensão.¹⁴³

A ausência de amparo estatal na concessão de pensões, nos termos que temos hoje, concedidos pela Previdência Social, reforçam o papel exercido pelas associações nos benefícios prestados aos sócios e familiares. A doação à família do professor Manoel Estevão da Silveira ilustra, também, que a associação cumpriria efetivamente os objetivos previstos em seu estatuto.

O tempo de duração, o número de sócios, a duração dos benefícios concedidos às viúvas, o destino dos recursos após a dissolução da associação, ou sua incorporação por outra associação são questões, ou desejos, não respondidos. Contudo, descortinar parte da história da Associação do Professorado Catarinense pelos jornais que circulavam em Nossa Senhora do Desterro permite trazer à luz aspectos da organização do magistério no final do século XIX, sobretudo no tocante às formas de articulação política para a criação de associações profissionais nas províncias brasileiras.

¹⁴² Jornal República, 18 de dezembro de 1919, p. 1.

¹⁴³ Art. 6º do Decreto nº 472, de 8 de outubro de 1909. Regulamento do Montepio dos funcionários públicos do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1909, p. 6).

A Associação do Professorado Catarinense atuava tanto na concessão de auxílios assistenciais – função atualmente abarcada pelo sistema de seguridade social, notadamente, a previdência e a assistência social –, quanto na propagação de ideias ou projetos educacionais, que serão aprofundados na parte II.

De acordo com Leuchtenberger (2009) e Silva Júnior (2004), as associações de auxílio mútuo desempenhavam, além das funções de amparo financeiro, também no caso de algum impedimento para o trabalho, importante aspecto social. A associação, neste sentido, estava em sintonia com a forma de organização de outras associações profissionais. O controle moral exercido por essas entidades, seja no ingresso como sócio, seja na concessão de auxílios aos dependentes, sobretudo no caso de concessão de benefícios a viúvas quando não contraíssem segundas núpcias, demonstram que, além da finalidade de auxiliar os sócios em caso de necessidade, as associações profissionais exerciam controle social sobre o comportamento de seus membros.

De acordo com Gaspar da Silva (2004), a escola – na passagem do século XIX para o século XX, era espaço privilegiado para o aprendizado do comportamento moral e político adequado aos cidadãos. Nesse contexto, o professorado deveria ser o exemplo de conduta social e política. Assim, a regulamentação da profissão estaria fortemente pautada em questões morais, que perpassava tanto a atuação profissional quanto os aspectos da vida privada.

Assim, a Associação do Professorado Catarinense não é iniciativa isolada, sintonizando-se com outras organizações docentes brasileiras e estrangeiras. Essa conexão é fundamental para se compreender parte da história aqui composta, principalmente por meio de anúncios publicados em jornais, uma tarefa tal como montar um quebra-cabeças com muitas peças ainda perdidas. Acerca dos objetivos expressos para cada associação profissional, foi possível verificar dois aspectos comuns às associações brasileiras e portuguesas: a melhoria da instrução pública, de modo mais amplo, e a defesa dos interesses da classe, de modo particular.

Na Parte II, serão apresentados os seguintes temas: a criação e manutenção de bibliotecas pedagógicas; a realização de conferências pedagógicas, assim como, a composição da revista Professor, estratégias importantes na difusão de ideias e projetos político-educacionais, como se viu com referência à Associação Beneficente do Professorado Paulista, criada no início do século XX no estado de

São Paulo e a do Grêmio dos Professores Públicos da Corte, criado em 24 de agosto de 1881.

PARTE II – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR INTERMÉDIO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Sublime é a missão do Professor

Tem obrigações sagradas que deve cumprir à risca, lembrando-se que em suas mãos se acha o futuro da pátria e que lhe compete fazer frutificar os sacrifícios que o Estado lhe impõe. E na verdade se a criança recebe de seus pais a vida material, é aos seus mestres que deve a vida intelectual [...]

Léon Eugenio Lapagesse¹⁴⁴

Se, conforme pensava o professor Lapagesse, é tarefa do professor o preparo intelectual dos seus alunos, é certo que para assumir tal tarefa e desempenhá-la com destreza, é necessária uma preparação/formação. Nos anos finais do século XIX, em Santa Catarina, a instituição responsável pela formação de professores era realizada pela Escola Normal, criada em 1883, localizada no Instituto Literário e Normal.¹⁴⁵ De acordo com Schaffrath (1999), Schmidt *et al.* (2012) e Luciano (2001), ao longo de todo século XIX é possível localizar, nos discursos dos presidentes da província, a necessidade de qualificar o professorado para promover a melhoria da qualidade do ensino. A constituição de uma escola de formação de professores era vista como importante mecanismo para suprir o exercício de profissionais sem habilitação adequada e ocupar os cargos por meio de concurso público.

O Instituto Literário e Normal não era uma escola exclusiva de formação de professores. Nas suas dependências funcionava também o curso secundário. A instituição era mantida com recursos públicos e poderia ser frequentada por homens e mulheres. O curso normal funcionava no período noturno, com dois anos de duração, e deveria contar com uma escola primária para a prática do ensino. O regulamento de sua criação previa que se ministrassem aulas de Português, Noções de Aritmética e Geometria, Francês, Geografia e História - do Brasil e da Província -, Pedagogia e, por fim, Metodologia Teórica e Prática (SCHAFFRATH,

¹⁴⁴ Palavra, de 30 de agosto de 1888, p.1.

¹⁴⁵ Como será tratado nesta seção, esta não é a primeira iniciativa de criar uma escola normal em Nossa Senhora do Desterro. Em 1876, foi publicada uma lei que previa a criação de uma escola normal na província que deveria funcionar no prédio do Ateneu Provincial. Tal iniciativa, contudo, se restringiu ao âmbito legislativo (SCHAFFRATH, 1999, p. 66).

1999, p. 61). Joaquim Eloy de Medeiros, diretor geral da instrução pública, também era o diretor do instituto (LUCIANO, 2001, p. 59).

Para Schaffrath (1999), Schmidt *et al.* (2012) e Luciano (2001), a iniciativa, apesar de sua importância, parece pouco ter alterado o quadro educacional da província. A título de exemplo, no ano de 1885, a província de Santa Catarina contava com 131 escolas de ensino primário. Dessas, 91 estavam em funcionamento; as restantes, estavam fechadas por falta de professores (SANTA CATARINA, 1885a, p. 26). Acerca da frequência, “a matrícula nas escolas públicas providas e nas particulares subvencionadas foi de 3.874, atingindo a frequência apenas de 2.433 – o que dá a média de 39 alunos matriculados, e de 24 de frequência em cada escola” (SANTA CATARINA, 1885a, p. 26). Destaco, ainda, que, conforme relatório de Manoel Pinto de Lemos, presidente da província de Santa Catarina:

No regulamento de 21 de fevereiro [1881] acha-se adotada a providência de conceder anualmente à Presidência permissão a cinco professores, quando muito, para estudarem as matérias que constituem o ensino normal, com ordenado. Seria com certeza um meio de conseguir-se em pouco tempo a habilitação dos atuais professores. Falta porém um curso normal. O antigo Liceu [Provincial], que hoje funciona sob o nome de Instituto Literário e Normal, nas condições em que acha-se atualmente, sem uma cadeira de Pedagogia sequer, sem uma escola primária anexa, onde os alunos-mestres possam exercitar-se na prática do ensino, não passa de um estabelecimento de instrução secundária, e, ainda assim, incompleto (SANTA CATARINA, 1885a, p. 25).

Conforme apontado por outro presidente da província, Joaquim Augusto do Livramento, que ocupou o cargo em 1882, não bastava oferecer ou exigir formação dos docentes; era preciso, ainda, assegurar bons salários: “Não é possível obter-se com minguados vencimentos, como são pagos atualmente na província, professores que, além de perfeitamente habilitados, se dediquem com gosto e zelo ao trabalhoso e enfadonho ensino da mocidade” (SANTA CATARINA, 1885b, p. 110). Acerca do valor recebido pelos docentes, destaco que, de 1875 a 1889, os professores lotados na capital recebiam 1:000\$000 (um conto de réis); já aqueles que atuavam nas cidades e vilas tiveram no mesmo período seus ordenados reduzidos. No ano de 1875, recebiam o mesmo que os professores da capital, mas, a partir de 1884, passaram a receber 800\$000 (oitocentos mil réis). Os professores que atuavam nas freguesias também tiveram seus salários reduzidos; em 1875, recebiam o montante de 900\$000 (novecentos mil réis). Em 1884, o valor passou

para 700\$000 (setecentos mil réis). Esses vencimentos poderiam ser acrescidos de gratificações concedidas pelo presidente da província (LUCIANO, 2001, p. 200).

Segundo a mesma autora (2001, p. 57), “no começo do ano de 1888, a matrícula do Instituto Literário e Normal foi de 25 [estudantes], entrando este educandário naquele ano em decadência”. A baixa frequência¹⁴⁶ registrada no Instituto Literário e Normal, conforme apontado por Schaffrath (1999) e Luciano (2001), também poderia ser justificada pela distância geográfica de Desterro com as escolas do interior da província. Assim, durante o século XIX, permaneceram atuando, nas escolas de primeiras letras de Santa Catarina, professores considerados não habilitados ao exercício da profissão e sobre eles recaía a responsabilidade do estado crítico da instrução. Como forma de remediar tal situação, os presidentes da província apontavam para a necessidade de constituir uma escola de formação, mas que não se concretizava por conta da precariedade dos cofres públicos, como será tratado mais adiante. Como já apontado, a Associação do Professorado Catarinense não ocupou o prédio do Instituto Literário e Normal, apesar dos laços entre os professores que lecionavam na instituição e a associação, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 15 - Professores que lecionaram no Instituto Literário e Normal e atuaram na Associação do Professorado Catarinense

	Instituto Literário e Normal 1885	Associação do Professorado Catarinense
Luiz Augusto Crespo	Diretor	Redator da Revista
Wenceslau Bueno de Gouvêa	Professor de Latim	Presidente (1888 – 1889)
Roberto Grant	Professor de Inglês	Comissão de redação do estatuto
Léon Eugenio Lapagesse	Professor de Francês	1º secretário (1888 – 1889), comissão de redação do estatuto
Antônio Ximenes de Araujo Pitada	Professor de Matemática	Vice-presidente (1890)
Silvio Pellico de Freitas Noronha	Professor de Eloquência e Poética	Orador (1889)

Fonte: Almanaque (1885, p. 1.302); Professor (1889, p. 1); Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888, p. 1-2; Jornal do Comércio, de 9 de julho de 1889; Jornal do Comércio, de 8 de julho de 1890. Dados sistematizados pela autora.

¹⁴⁶ Apesar do baixo número de alunos, destaco que os estudantes do Instituto Literário e Normal chegaram a criar um clube de estudantes. Conforme o Jornal do Comércio, de 20 de junho de 1889, primeira página, “para ocuparem-se de assuntos que lhes diz respeito, reúnem-se hoje, às 9 horas da manhã, no Clube dos Estudantes à rua da Constituição, os alunos do Instituto Literário e Normal”. Já o Jornal do Comércio de 23 de dezembro de 1890 publica, na segunda página, a notícia que os alunos do Instituto Literário e Normal criaram a Sociedade União Juvenil. As reuniões ocorriam na casa do professor Silvio Pelico, orador da Associação do Professorado Catarinense no ano de 1889.

Após a instauração da República, em 1891, a instrução pública passa por uma nova reforma. A Lei n. 24/1891, organiza o ensino em: primário, secundário (preparatório ao ensino superior) e normal. O curso normal e o secundário funcionaram, mais uma vez, no mesmo prédio; o Ginásio Catarinense absorveu as funções do Instituto Literário e Normal. No caso da escola normal, alguns aspectos permanecem tal como previsto no Instituto Literário e Normal: funcionamento no período noturno e matrícula para ambos os sexos. A duração do curso foi ampliada para três anos, enquanto a disciplina de Pedagogia continuou sendo ministrada no último ano (SCHAFFRATH, 1999).

Destaco que alguns professores que atuaram na Escola Normal Catarinense, criada em 1892,¹⁴⁷ estiveram à frente das comissões/diretoras da Associação do Professorado Catarinense, conforme detalhado no quadro 16.

Quadro 16 - Professores que atuaram nas diretorias da Associação do Professorado Catarinense e lecionaram na Escola Normal Catarinense, criada em 1892

	Associação do Professorado Catarinense	Escola Normal Catarinense
Wenceslau Bueno de Golvêa	Presidente – 1888 e 1889	Latim – 1892
José Brasilício de Souza	Presidente – 1890	1892
Antônio Ximenes de Araujo Pitada	Vice-presidente – 1890	Matemática – 1892
Silvio Pellico de Freitas Noronha	Orador – 1889	Português – 1892
Léon Eugenio Lapagesse	1ª Secretário – 1888 e 1889	Professor de Francês e Diretor-1892

Fonte: SCHAFFRATH (1999); Jornal Conservador, de 24 de agosto de 1888; Jornal do Comércio, de 9 de julho de 1889; Jornal do Comércio, de 8 de julho de 1890. Dados sistematizados pela autora.

Além desses, outros nomes aparecem em comum entre as instituições. É o caso de João Jorge de Campos, professor primário e segundo secretário da Associação do Professorado Catarinense entre 1888 e 1889, que frequentou, como estudante, a Escola Normal Catarinense no ano de 1893. O mesmo vale para Felicidade Ferreira Lapagesse (esposa de Léon Eugenio Lapagesse), que contribuiu com as primeiras doações para constituição da associação no ano de 1888, e integrava a lista dos alunos aprovados do ano de 1893 (SCHAFFRATH, 1999, p. 84).

¹⁴⁷ De acordo com Shaffrath (1999, p. 82), a lei de criação foi aprovada em 1º de julho de 1892, Lei n. 155, a partir do Projeto de Lei n. 15, de 1891.

De acordo com Leonete Schmidt *et al.* (2012), Marlete Schaffrath (1999) e Fabia Luciano (2001), a Escola Normal Catarinense e o Instituto Literário e Normal não foram as primeiras iniciativas a estabelecerem uma escola de formação de professores em Desterro. O Liceu Provincial,¹⁴⁸ criado em 1856, já ensejava tal interesse. Apesar de não oferecer disciplinas voltadas ao exercício do magistério, entre as medidas de fomento à frequência das aulas e, consequentemente, que viabilizassem a manutenção da instituição pelo poder público, no ano de 1859, o então presidente da província, João José Coutinho,¹⁴⁹ propôs “uma disposição legislativa que garantisse aos que tiverem o curso completo do Liceu a preferência para os empregos provinciais, inclusive professores de primeiras letras, independente de novos exames” (SANTA CATARINA, 1859, p. 3). Esta sugestão é localizada em outros relatórios dos presidentes da província. É o caso registrado no ano de 1882, quando o presidente da província, Antônio Gonçalves Chaves, propõe à Assembleia Legislativa a aprovação de uma lei que, após o primeiro ano de funcionamento da escola normal, só teriam direito à aposentadoria nas categorias de efetivo e vitalícia¹⁵⁰ (com exceção daqueles que já tinham direito adquirido), os professores que concluíssem o curso normal.¹⁵¹ E, ainda em 1886, Francisco José da Rocha, também presidente da província, voltava a solicitar à Assembleia

¹⁴⁸ De acordo com Schmidt (2012, p. 261), o Liceu Provincial foi criado pela Lei n. 417, de 1856 e, no caso da instrução secundária, oferecia as seguintes cadeiras: Francês, Inglês, Latim, Filosofia e Moral, Retórica e Poética, História, Geografia e Matemática. A partir de 1859, por influência de Fritz Müller, foram incorporadas ao currículo as cadeiras de Zoologia, Botânica, Química e Física. A duração do curso era de seis anos; cada estudante realizava a matrícula nas cadeiras que desejasse (Idem, p. 267-268). As atividades do Liceu Provincial se encerraram em 1863. Em 1864, a instituição foi extinta pela Lei n. 540 e o antigo colégio jesuíta foi restabelecido, ficando a província de Santa Catarina sem uma instituição pública de ensino secundário (Id., *idibem*, p. 273).

¹⁴⁹ A tese de Leonete Luzia Schmidt (2006) aborda o período em que João José Coutinho foi presidente da província de Santa Catarina, de 1850 a 1859, com ênfase nos aspectos relacionados à instrução pública. Coutinho foi o presidente que por mais tempo se manteve no cargo durante o período imperial.

¹⁵⁰ De acordo com Luciano (2001, p. 177 - 178), o magistério estava dividido em três categorias: interinos, efetivos e vitalícios. Efetivo e vitalício eram categorias exercidas por profissionais aprovados em concurso público e, portanto, com formação específica. Já os interinos eram os profissionais sem formação que ocupavam o cargo mediante contrato com o governo provincial. Esses professores recebiam menos que os efetivos e vitalícios. Para atuar, deveriam comprovar conhecimentos em leitura, escrita e matemática elementar. Um professor tornava-se vitalício após seis anos de serviço público. A vitaliciedade garantia a permanência em uma determinada escola e era concedida pelas autoridades competentes (Idem, p. 188).

¹⁵¹ Segundo o presidente da província: “[...] resta-me fazer uma consideração que julgo de grande alcance não só para atrair alunos à Escola Normal, como para fazer com que os atuais professores se apressem em habilitar-se nas matrículas que constituem o seu ensino. É que seja considerado em lei que uma vez instalada a Escola Normal nenhum professor será considerado efetivo e vitalício, salvo os direitos adquiridos, e nem terá direito a aposentadoria se não se mostrar habilitado como normalista” (SANTA CATARINA, 1882, p. 18).

Provincial a edição de uma lei que assegurasse aos formados, desta vez do Instituto Literário e Normal, a “preferência dos empregos públicos”.¹⁵²

Em 1876, a Lei n. 807 criou, no edifício do Ateneu Provincial,¹⁵³ uma escola normal. Os professores seriam os mesmos do Ateneu, mas deveriam ministrar matérias específicas voltadas à escola normal. Para tanto, receberiam uma gratificação anual no valor de 400\$000 réis. A iniciativa, contudo, não chegou a ser concretizada (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 307). Em 1880, é aprovada uma nova lei (Lei n. 898, de 1º de abril), que criou as cadeiras de Pedagogia, de Português e de Metodologia, específicas para formar novos professores e habilitar aqueles que já exerciam o magistério (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 311). A Escola Normal, assim, conforme avaliação esta autora e Schaffrath (1999), não passaria de algumas cadeiras específicas unidas a outras que já eram ministradas no curso secundário do Ateneu Provincial: “No caso de Desterro, a Escola Normal criada nesta ocasião não tenha passado de um curso preparatório de docentes anexado ao Ateneu Provincial” (SCHAFFRATH, 1999, p. 57). Além das supracitadas, faziam parte do currículo da escola normal as seguintes disciplinas: Francês, Aritmética, História e Geografia. Esse curso já apresentava características que se mantiveram nas iniciativas posteriores: gratuito, noturno, com dois anos de duração e frequência para homens e mulheres (SCHAFFRATH, 1999, p. 56).

“O curso Normal era reivindicado desde o final da década de 1830 para melhorar a instrução primária, carente de professores habilitados” (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 311). Ainda de acordo com as autoras (p. 311-312), em 1882, esboçou-se um novo regulamento a fim de estimular o funcionamento do curso normal, mas, desta vez, o entrave era a ausência de matriculados. A falta de estudantes dispostos a cursar o ensino normal apareceu na fala¹⁵⁴ do presidente da província, Antônio

¹⁵² “[...] convém garantir por lei aos alunos, que tiverem o curso completo com a aprovação plena, preferência para os empregos públicos, ao menos em igualdade de circunstâncias” (SANTA CATARINA, 1886, p. 67).

¹⁵³ Segundo Schmidt *et al.* (2012), o Ateneu Provincial foi criado pela lei n. 716, de 22 de abril de 1874, a partir da recomposição do Liceu Provincial, após o governo imperial descentralizar os exames preparatórios de acesso aos cursos superiores. Até os anos 1870, as provas eram realizadas na corte, em São Paulo, Pernambuco e Bahia. “A instituição das mesas de exames preparatórios nas províncias em 1873 precipitou a criação de um novo estabelecimento público de ensino secundário” (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 294). A instituição funciona, inicialmente, como internato de instrução primária e secundária (SCHMIDT *et al.*, p. 305). Em 1876, com aprovação no novo regulamento, passa a atender apenas como externato (SCHMIDT *et al.*, p. 307).

¹⁵⁴ Fala com que Antônio Gonçalves Chaves abriu a 24ª. legislatura da Assembleia Provincial em 6 de outubro de 1882 (SANTA CATARINA, 1882).

Gonçalves Chaves, como uma das causas para a não instalação da escola normal. Além dela, outros motivos são apontados, como o alto número de professores que exerciam a profissão como interinos e, portanto, nomeados sem concurso público,¹⁵⁵ que, na avaliação do presidente, não tinham interesse em frequentar o curso, assim como pela falta de incentivos financeiros, como gratificações e aumentos salariais para os que concluíssem o curso normal:

[...] Assim anunciado por edital, a matrícula das respectivas aulas, para cujo regimento foram expedidas as instruções provisórias de 4 de fevereiro do corrente ano, nem um só matriculado se apresentou!

Além do defeito de organização que fica apontado, parece-me haver concorrido para tão inesperado resultado não só os embaraços que soe a rotina opor a qualquer tentativa de progresso, como a pequeno número de garantias e vantagens que a lei concede aos professores normalistas, equiparando-os em vencimentos e imunidades aos atuais, cujas habilitações, pelo Regulamento, não podem comparar-se às exigidas daqueles.

É de esperar, porém, que um tão importante estabelecimento não continua por mais tempo sem ser instalado (SANTA CATARINA, 1882, p. 16).

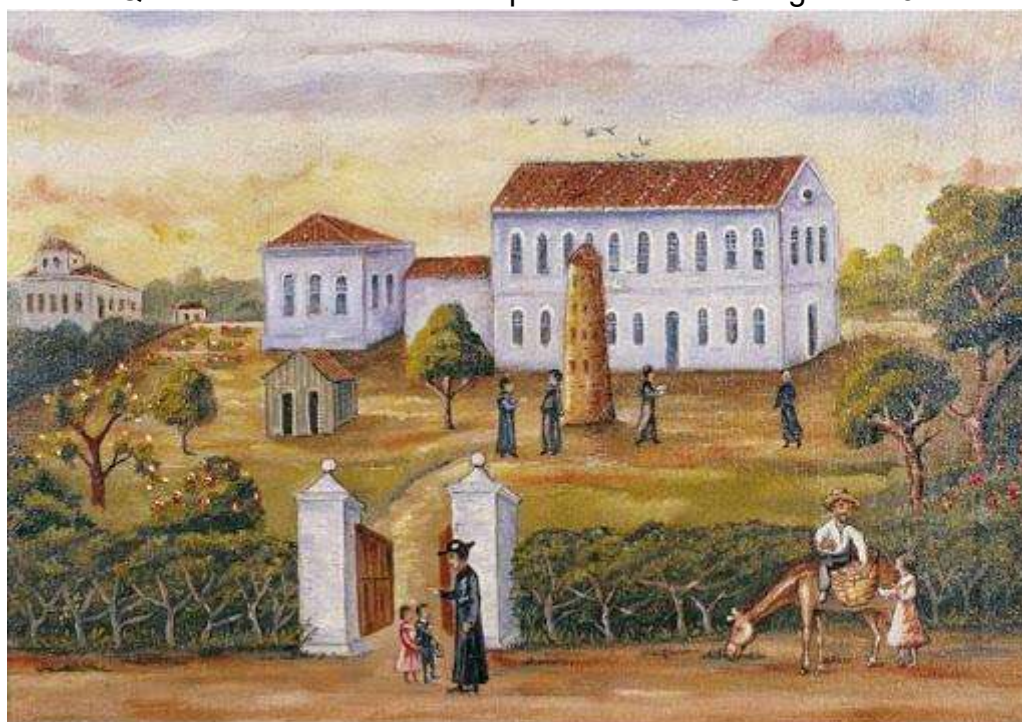
Segundo Schaffrath (1999, p. 57), “a falta de alunos foi, por muito tempo, um problema não só para as escolas primárias, como também para o curso normal, que, em várias ocasiões, teve sua existência comprometida pela ausência de interessados em frequentar as aulas”. Um outro aspecto destacado pela autora para o baixo número de interessados no curso normal relaciona-se à situação estrutural da capital da província de Santa Catarina. O fato de o curso funcionar no período noturno, numa cidade em que a iluminação era feita à base de óleo de baleia, aliado às péssimas condições das ruas que davam acesso ao prédio do Ateneu,¹⁵⁶

¹⁵⁵ De acordo com o presidente da província: “Outra providência que julgo inadiável é a supressão completa da classe de professores interinos pela forma criada pelo Regulamento. Desde que sem provas de habilitação profissional, podem os pretendentes comodamente sentar-se nas cadeiras do magistério, a consequência fatal é o abastardamento deste a ponto de ficar o ensino público, salvo honrosas exceções, entregue a indivíduos completamente ignorantes e incapazes de desempenhar a árdua e nobre missão que lhes é confiada. Das 105 cadeiras públicas de instrução primária que se acham providas na província, 60 estão sendo regidas por professores nestas circunstâncias. Para evitar a continuação da regência de cadeiras por esta forma irregular, em ofício de 12 de setembro findo ordenei ao Dr. Diretor da Instrução Pública que anunciasse o concurso de todas as escolas ocupadas por professores interinos, fazendo-lhes ciente de que seriam dispensados todos aqueles que deixassem de comparecer ao aludido concurso, ou que em exame não se mostrassem suficientemente habilitados (SANTA CATARINA, 1882, p. 11).

¹⁵⁶ É possível localizar nas fontes diversas referências ao estado do prédio. Destaco aqui o relatório apresentado por Francisco José da Rocha, presidente da província, para a Assembleia Provincial no ano de 1886: “O Instituto Literário e Normal, outrora Ateneu, onde se lecionam as disciplinas de que consta o ensino secundário nesta província, acha-se na maior decadência, e necessidade de toda proteção possível. Esta só poderá provir de uma reforma completa, sendo insuficiente qualquer simples modificação. [...] com efeito a matrícula em 1885 foi de 27 alunos! Diversas causas influíam para isso: [...] 4ª a situação do mesmo, principalmente para os dias de chuva. [...] quanto à conveniência da mudança do edifício, creio que não há duas opiniões; considero-a de

também podem ter influenciado a frequência ao curso (SCHAFFRATH, 1999, p. 57-58). De acordo com Schmidt *et al.* (2012, p. 302), todos os colégios de ensino secundário do período imperial funcionaram no mesmo prédio, uma chácara na localidade de Mato Grosso, próximo à praça central. Atualmente, é a região correspondente à Praça Getúlio Vargas. O prédio “ficava no ponto mais elevado da cidade de Desterro [...] bastante isolado da povoação, com uma extensa chácara para os recreios dos alunos” (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 303). Fora adquirido em 1856, pelo governo provincial, dos jesuítas, e “exigia reparos constantes, principalmente em relação ao telhado, frequentemente afetado pelas chuvas e ventos do quadrante sul” (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 303). Em 1886, o prédio foi vendido para a compra de um espaço mais próximo ao centro de Desterro.

Figura 27 – Quadro de Eduardo Dias representando o Colégio dos Jesuítas



EDUARDO DIAS (1872-1945): Colégio dos Jesuítas na Chácara do Mato Grosso
(atual Praça Getúlio Vargas) em torno a 1846-53, c. 1920.

Fonte: GERLACH, Gilberto. *Desterro - Ilha de Santa Catarina*. Tomo I.
Florianópolis: Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2010, p. 261)

Fonte: http://www.dezenovevinte.net/artistas/vm_mmorenno.htm Acesso em: 4 ago 2020. A referência a essa obra foi localizada em Schmidt *et al.* (2012, p. 172).

indeclinável necessidade; enquanto funcionar no lugar onde se acha, a Província há de sempre ser prejudicada. Nem os professores, nem os alunos poderão ser assíduos, nem a fiscalização regular, por causa da distância, das lamas e dos matos que o circundam” (SANTA CATARINA, 1886, p. 66-67).

Além da constituição de escolas específicas destinadas à formação de professores, conforme Schmidt *et al.* (2012), Schaffrath (1999) e Luciano (2001), a preparação ao exercício do magistério ocorria, sobretudo antes de 1880,¹⁵⁷ mediante a leitura de compêndios (em 1866, consta, no relatório de Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, presidente da província de Santa Catarina,¹⁵⁸ a indicação de leitura da obra *Curso Prático de Pedagogia*, de M. Daligault¹⁵⁹). Outra forma encontrada pelo governo da província para ampliar o número de professores habilitados foi a criação da categoria de professor-adjunto ou aluno-mestre nas escolas de primeiras letras da capital, para o “aprendizado do método Lancaster” (SCHAFFRATH, 1999, p. 54). De acordo com Schmidt (2006, p. 143), seriam admitidos em cada escola de primeiras letras da capital da província dois professores-adjuntos, com a remuneração anual de 200 réis, que, após três anos de prática, assumiriam, sem concurso, a titularidade de uma escola.

Outra iniciativa já investigada refere-se aos anos de 1840, quando o governo provincial, com autorização da Assembleia Legislativa Provincial, decidiu enviar ao Rio de Janeiro um professor de primeiras letras para habilitar-se na escola normal da corte. Segundo Schmidt *et al.* (2012, p. 198), em 1841, Francisco José das Neves foi enviado à capital do Império com as despesas custeadas pelo poder público. Esse professor retorna a Nossa Senhora do Desterro em 1843 e assume a escola

¹⁵⁷ A sugestão de obras de leitura ao magistério está presente em outros relatórios dos presidentes de província. Em 1836, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti afirmou, no relatório apresentado à assembleia legislativa provincial, em cinco de abril de 1836, que “a instrução primária na Província, cumpre confessá-lo, longe está de apresentar resultados satisfatórios: o número de discípulos é muito inferior ao que a população pode fornecer: não há método regular e uniforme no ensino, nem na escolha das leituras e modelos: e os discípulos saem em grande parte mal instruídos nas matérias que devem aprender. O segundo motivo do atraso, só poderá ser removido quando tivermos Compêndios bem ordenados que os professores sejam obrigados a seguir no ensino. [...] tenho para mim que se removerão: [...] criando uma Escola Normal onde se habilitem os Professores para o Magistério, passando a ser regidas as cadeiras por estes à medida que se forem habilitados” (SANTA CATARINA, 1836, p. 2).

¹⁵⁸ Segundo a fala do presidente da província, dirigida à assembleia legislativa provincial em 11 de junho de 1866: “[...] embora pense que as escolas normais devem estar à cargo dos poderes gerais, no interesse do desenvolvimento, perfeição e uniformidade do ensino em todo o país, e mesmo seja que assim o entende o governo imperial, não duvidaria sem tudo propor-vos o estabelecimento de uma aula destas na capital, senão fora a melindrosa situação financeira da província. Entretanto, pode por agora suprir a lacuna a efetiva criação, nas escolas de 1ª classe, de adjuntos ou alunos-mestres, dentre os quais venham a ser tirados os membros do magistério, mediante as provas do concurso. Lembro-me, para este fim, de vulgarizar quanto se possa pelos mestres e adjuntos das escolas da província a utilíssima obra de M. Daligault, diretor de uma das mais consideradas escolas normais da França, intitulada – *Curso Prático de Pedagogia*, - e ultimamente vertida de um modo magistral para a língua vernácula. O objetivo deste excelente livro é criar mestres que saibam ensinar a infância” (SANTA CATARINA, 1866, p. 16).

¹⁵⁹ A dissertação de Rachadel (2015) aborda a primeira tradução da obra em Santa Catarina em 1870.

pública de primeiras letras da capital da província de Santa Catarina. De acordo com a Lei n. 136/1840,¹⁶⁰ que regulamentou a ida à corte, o professor Neves deveria ensinar, pelo método lancasteriano, a ler e a escrever; as quatro operações de Aritmética; noções gerais de geometria; gramática da língua nacional; elementos de geografia; princípios da moral cristã e da religião do Estado. A lei, ainda, determinava que assim que o professor Neves assumisse a regência da escola de primeiras letras de Desterro, o professor que lá estivesse atuando passaria a atuar como substituto do docente habilitado pela escola normal da corte. Além disso, segundo as disposições da lei, o governo provincial determinou que todos os professores de primeiras letras, menores de 35 anos, deveriam frequentar a escola onde lecionava o professor Francisco José das Neves a fim de receber formação. Os que se recusassem seriam demitidos. Enquanto estivessem recebendo formação, os professores receberiam o equivalente a dois terços dos seus ordenados.

Ainda de acordo com lei, caberia ao professor Neves informar ao presidente da província, mensalmente, a relação com os nomes dos professores considerados habilitados, os quais, antes de retornarem a suas escolas, passariam por exames, na presença do presidente da província. De acordo com Schmidt *et al.* (2012, p.198-199), participaram da experiência 11 professores (oito efetivos e três interinos¹⁶¹), além de alguns pensionistas. “Após seis meses de estudo, com exceção dos dois pensionistas, todos, na avaliação de Neves, foram considerados habilitados para o exercício da atividade docente. Os professores interinos foram efetivados” (SCHMIDT *et al.*, 2012, p. 199). Segundo as autoras, a partir de 1844, não surgiram novos professores dispostos a frequentar as aulas do professor Neves, que acabou sendo demitido em 1845 pelo presidente da província, Antero José Ferreira de Brito, em razão da sua falta de dedicação ao magistério.¹⁶²

¹⁶⁰ SANTA CATARINA, 1840. - Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113130>. Acesso em: 4 ago 2020.

¹⁶¹ Tais professores lecionam nas localidades de “Laguna, São José, Porto Belo, Ribeirão, Enseada do Brito, Canasvieira, Rio Vermelho, Imaruí, Itapocoroí, Itajaí e Tubarão. Os professores de São Francisco, Lagoa e Nossa Senhora das Necessidades não puderam participar por não terem idade inferior a 35 anos, exigido pela legislação. As escolas de Lages, São Miguel, Vila Nova e São João Batista estavam vagas e permaneceram fechadas durante aquele ano” (LUCIANO, 2001, p. 68).

¹⁶² Segundo a fala do presidente à Assembleia Legislativa Provincial, em primeiro de março de 1846: “[...] Os professores tem cumprido seus deveres, a exceção do da cidade, Francisco José das Neves, de quem, depois de dois anos de advertências, repreensões, desconto de ordenado por castigo, inspeção na escola, não conseguindo que se dedicasse ao magistério, que melhorasse

Luciano (2001) menciona, ao tratar sobre os concursos de ingresso ao magistério durante o período imperial, notadamente do século XIX, que as razões para o baixo número de professores efetivos e vitalícios nas escolas da província não se limitava à questão da formação profissional. Ao analisar a legislação do ensino, destaca que a obrigatoriedade da nacionalidade brasileira pode ter afastado muitos profissionais habilitados do magistério público, levados a ministrar aulas em estabelecimentos privados. Conforme os dados apresentados pela autora, a partir da análise dos relatórios dos presidentes da província de Santa Catarina, nos anos de 1840 o número de escolas públicas era inferior ao de escolas privadas. Além disso, a ampliação no número de escolas de primeiras letras pelo poder público e seu efetivo funcionamento era afetado por diferentes fatores, entre eles, o número de alunos matriculados e a frequência registrada, haja vista que o governo provincial, nos anos de 1850, mandou fechar escolas com frequência inferior a 12 estudantes. Nesses casos, a responsabilidade era atribuída, nos discursos dos presidentes da província de Santa Catarina, à falta de docentes devidamente habilitados e à negligência de pais e responsáveis (LUCIANO, 2001, p. 71-72).

É certo que o quadro se altera ao longo do século XIX, sobretudo com a rotatividade do cargo de presidente da província. A medida ora anunciada de fechamento de escola parece que se restringe aos anos de 1850. A partir dos anos de 1860, conforme o estudo de Luciano (2001), há um crescimento no número de escolas mantidas pelos cofres públicos; ao mesmo tempo, intensifica-se o discurso da responsabilidade do professorado pelo fracasso da instrução catarinense e da necessidade do poder público de ofertar meios de qualificá-los. A título de exemplo, destaco, com base em Luciano (2001, p. 76), que no ano de 1861 havia 61 escolas de primeiras letras em Santa Catarina, 31 das quais providas por professores vitalícios (aprovados em concurso público); 26, por interinos (sem concurso) e 4 estavam fechadas por falta de professores. Já em 1870, o número de escolas chegava a 93; desse total, 56 docentes eram vitalícios e efetivos (concursados); 35, interinos e 2 escolas estavam fechadas por falta de professores (LUCIANO, 2001, p. 79).

de comportamento, nem dando esperanças disso, e cada vez a pior, demiti-o. Se sou de opinião de despende-se muito ainda que poucos aproveitem, também assento que nada se deve despende quando nada se aproveita. Acha-se, portanto, vaga a Cadeira da Cidade (SANTA CATARINA, 1846, p. 3-4).

Durante os anos de 1870, outros aspectos chamam a atenção: o atraso no pagamento dos vencimentos aos docentes, conforme relatado pelo vice-presidente na província, Hermínio Francisco do Espírito Santo,¹⁶³ e a recomendação de não preencher todas as cadeiras vagas na província devido ao “estado precário dos cofres provinciais”:

Para conseguimento desse grande resultado muito se tem esforçado a Província de Santa Catarina, do que dá mostra o emprego de quase um terço de suas rendas, para pagamento de professores, e manutenção de escolas e bibliotecas.

Existem atualmente criadas 115 escolas públicas, sendo 66 para o sexo masculino e 49 para o feminino. Dessas estão por preencher 37 de meninos e 22 de meninas, falta na verdade sensível, mas que não pude remediar pelo estado precário dos cofres provinciais.

Quando com efeito não é possível ter em dia o pagamento dos minguados vencimentos dos professores, tendo já ficado a Província a dever-lhes 3 e 4 meses, fora imprudência prover as cadeiras criadas por Lei, aumentando assim os embaraços do Tesouro Provincial, e a aflição dos empregados, que cumprindo zelosamente suas obrigações, vivem de seus parcos honorários (SANTA CATARINA, 1877, p. 58 - 59).

Além das questões orçamentárias e das críticas dirigidas aos professores pela falta de comprometimento com a profissão, conforme destaca Luciano (2001, p. 91), o poder público era corresponsável pela situação educacional da província por um velho hábito, o de contratar os reprovados nos concursos públicos para atuarem como interinos nas escolas. Ora, se, como anunciado pelos presidentes da província nos discursos de posse e nas falas à Assembleia Provincial, a má situação da instrução pública se devia à falta de habilitados e os concursos serviriam para constatar o domínio mínimo da leitura, da escrita e do cálculo, por que contratar aqueles que haviam sido considerados não aptos? É possível que se considerasse que uma escola fechada traria mais prejuízos do que uma provida por um professor sem habilitação. Ao mesmo tempo, conforme alerta a autora, não se pode acreditar que o fato de ser aprovado em concurso significasse domínio pleno dos conteúdos a serem ministrados nas escolas de primeiras letras, haja vista a prática de aprovar nos exames apadrinhados políticos.¹ De todo modo, o presidente Antônio de Almeida Oliveira¹ tinha a fórmula para o sucesso da instrução catarinense:

Professores ambulantes, contratados ou subvencionados, nos lugares que não puderem tê-los vitalícios.

Compêndios, sistemas, livros, métodos de ensino uniformes para toda a província, e anualmente sujeitos a discussão e exame de Conselhos

¹⁶³ Relatório que o 1º vice-presidente, Hermínio Francisco do Espírito Santo, passou a administração para Alfredo d’Escagnolle Taunay em janeiro de 1877 (SANTA CATARINA, 1877).

especiais, dos próprios professores nas conferências que se chamam pedagógicas.

Bons vencimentos para todos os professores

Todos eles obrigados a contribuir para um montepio obrigatório, e especialmente destinado à subsidiar a aposentadoria, que tão onerosa é para a província.

Recompensas, vantagens, prêmios razoáveis já para os professores que se distinguem ao magistério e anualmente derem maior número de alunos prontos, já para os que se tornarem recomendáveis pela publicação de obras didáticas, ou por sua notória dedicação ao serviço escolar.

[...] (SANTA CATARINA, 1880, p. 29).

Assim, a expansão no número de escolas e a formação de professores esteve na tônica do discurso governamental. Não bastava, porém, formar os professores; era necessário, sobretudo, provê-los com bons salários e gratificações e, conforme alertava o presidente, estimular a discussão de teorias pedagógicas entre os membros da classe. É sempre bom lembrar que a formação para o exercício do magistério não se limitava à obtenção do diploma de normalista; ela se fazia ao longo da vida profissional. Neste sentido, a constituição de bibliotecas, a composição e distribuição de revistas especializadas, a promoção de espaços, como as conferências pedagógicas para a discussão de métodos e materiais de ensino constituíam os objetivos das associações docentes desde o século XIX, como tratado na parte I dessa tese, e auxiliavam na formação dos professores que lecionavam nas escolas de primeiras letras no período em análise. Talvez a situação da instrução não fosse tão precária quanto a anunciada e os professores fizessem muito com o que tinham em mãos.

Acerca da criação de instituições voltadas à formação inicial e ao aperfeiçoamento dos professores nos anos finais do século XIX e no início do século XX, destaco, ainda, a criação do *Pedagogium*. Idealizado por Benjamin Constant,¹⁶⁴ foi fundado em 1890,¹⁶⁵ nos primeiros anos da República, no Rio de Janeiro. O *Pedagogium* pretendia se constituir como centro de referência na formação docente para todo o território brasileiro (KUHLMANN, 2013). Sua finalidade era, conforme

¹⁶⁴ À época da criação do *Pedagogium*, Benjamin Constant ocupava o cargo de ministro da Instrução Pública, Correio e Telégrafos. Foi diretor da Escola Normal da corte de 1880 a 1889. Para maiores detalhes sobre a vida de Benjamin Constant e a influência do positivismo em suas ideias e projetos educacionais, consultar Alves (2013).

¹⁶⁵ Conforme indicado por Gondra (1997), Kuhlmann Jr. (2013) e Fernandes (2013), o *Pedagogium* foi criado pelo Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890, e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto nº 980, de 8 de novembro de 1890. De acordo com Kuhlmann Jr. (2013, p. 32), na legislação de criação, o *Pedagogium* é definido como instituição de ensino profissional com o propósito de organização e exposição de um museu pedagógico permanente.

os regulamentos de sua criação,¹⁶⁶ promover a melhoria da instrução nacional e, assim, instituir-se como espaço propulsor de reformas educacionais. Era inspirado em experiências estrangeiras, tais como Áustria, Paris e Estados Unidos da América. De acordo com Kuhlmann Jr. (2013, p. 36), não é possível atribuir a um único país a referência, numa espécie de modelo para a criação dessa instituição, mas compreendê-lo como parte de um amplo processo de difusão de projetos civilizatórios característico no final do século XIX. Como forma de viabilizar os objetivos propostos,¹⁶⁷ a instituição buscou, além de organizar exposições de métodos de ensino e materiais pedagógicos no seu Museu Pedagógico,¹⁶⁸ promover o aperfeiçoamento dos professores públicos e particulares através de conferências e cursos voltados à instrução pública, manter um laboratório de ciências físicas e história natural¹⁶⁹ e publicar uma revista especializada - a Revista Pedagógica -, que circulou entre 1890 e 1896.¹⁷⁰ De acordo com Silva (2013, p. 219), o *Pedagogium* também mantinha uma biblioteca que fazia parte da exposição permanente do seu museu pedagógico.

Apesar de pretender constituir-se em referência nacional, sua atuação esteve circunscrita ao Distrito Federal,¹⁷¹ antigo município da corte, especialmente, após a morte de Benjamin Constant, em 1891, considerado o “pai do

¹⁶⁶ Excertos dos regulamentos aparecem nos textos de Kuhlmann Jr. (2013), Fernandes (2013), Silva (2013) e Gondra (1997).

¹⁶⁷ Conforme Mignot (2013).

¹⁶⁸ Sobre a expressão ‘museu pedagógico’, Kuhlmann Jr (2013) esclarece que o termo pode ser compreendido de dois modos: “O museu escolar poderia ser entendido tanto no sentido de espaço de lições de coisas destinado a receber alunos das escolas primárias e secundárias, com coleções dedicadas a subsidiar atividades de ensino, quanto lugar de formação pedagógica para docentes e alunos das escolas normais [...]” (2013, p. 32).

¹⁶⁹ De acordo com Bastos (2013, p. 105), o *Pedagogium* estava dividido nas seguintes seções: “mobília escolar, planos, plantas, fotografias de escolas e colégios; gabinete de física; gabinete de história natural, coleções tecnológicas, museus escolares; laboratório de química; biblioteca fixa, sala de leitura; material fröbeliano; biblioteca circulante (empréstimos de obras aos professores para leitura em domicílio); cursos práticos e conferências; exposição dos trabalhos clássicos de alunos e professores; material para ensino de geografia; galeria histórica; material para o ensino de trabalhos manuais; exposição de trabalhos didáticos de autores nacionais ou estrangeiros; revista pedagógica; material de ginástica; jardim escolar”.

¹⁷⁰ O capítulo de Fernandes (2013) é dedicado ao estudo da Revista Pedagógica.

¹⁷¹ O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, designa o *Pedagogium* como parte integrante da estrutura educacional do Distrito Federal (KUHLMANN JR, 2013). No ano de 1896, é transferido, por ato da Assembleia do Congresso Nacional, oficialmente, ao Distrito Federal (GONDRA, 1997). As atividades do *Pedagogium* foram extintas em 1919 (SILVA, 2013).

Pedagogium".¹⁷² O médico Menezes Vieira¹⁷³ esteve à frente da instituição, desde a sua criação até 1897; nesse período, a instituição funcionou junto à Escola Normal. Segundo Kuhlmann Jr. (2013, p. 40), apesar de a atuação do *Pedagogium* ter sido exaltada pela sua revista, não é possível afirmar que ele de fato se tenha constituído como espaço de produção e difusão de discurso oficial. Tampouco que tenha instituído o projeto educacional republicano. Contudo, nessa pesquisa, sua existência auxilia na análise de que a perspectiva da formação de professores não se restringia à criação de escolas normais, à necessidade de qualificar o professorado. Seja na formação inicial ou continuada, contava com diferentes estratégias, tais como as conferências pedagógicas, a manutenção de bibliotecas, a publicação de periódicos educacionais, muitas dessas, operadas por associações profissionais.

Esta parte da tese busca analisar os auxílios pedagógicos oferecidos aos sócios, notadamente aqueles previstos no estatuto da Associação do Professorado Catarinense, quais sejam: a realização de conferências pedagógicas, a manutenção de uma biblioteca e a publicação de uma revista.

2.1 AS CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS: O PARLAMENTO DO PROFESSORADO¹⁷⁴

[...] Com efeito, a leitura de um periódico especial, o exemplo de outras sociedades, um conselho de um amigo, tudo estimula nosso ardor, sustenta a nossa coragem nas lutas cotidianas. Não raro acontece que ao principiarmos um trabalho que reputamos importante, sejamos de repente desenganados de que carece inteiramente da importância que lhe atribuímos, isto só porque outros, levados pelo mesmo desejo, já o experimentaram antes de nós, obtendo efeitos negativos. Outras vezes, pelo contrário, ao encetarmos um trabalho desses com receio natural àquele que o faz pela primeira vez, chega-nos a grata notícia de que

¹⁷² Expressão mencionada por Gondra (1997, p. 12). Segundo o autor, após a morte de Benjamin Constant, o *Pedagogium* passou por dificuldades financeiras. Numa tentativa de manter em funcionamento a instituição e a publicação da revista, a figura e os feitos de Constant passaram a ser enfocados pela direção a fim de assegurar sua manutenção.

¹⁷³ Menezes Vieira (1875–1887) era médico e educador. Em 1875, instala, anexo ao Colégio Menezes Vieira, um jardim de infância, considerado o primeiro do gênero no Brasil, conduzido por sua esposa, d. Carlota. A instituição era destinada a meninos de 3 a 6 anos, pertencentes à elite, e inspirado na metodologia propagada por Pestalozzi e nas atividades sugeridas por Froebel e Marie Pape-Carpantier. O jardim chegou a receber uma visita do imperador d. Pedro II, numa de suas exposições de trabalho. Até 1888, era a única instituição destinada à primeira infância no Rio de Janeiro, quando Maria Guilhermina Loureiro Andrade funda o *Kindergarten*, modelo, também inspirado no método froebeliano (BASTOS, 2011).

¹⁷⁴ Inspirado na afirmação do professor português Simão Raposo, “parlamento do corpo de professores” (no original: “*Parlements du corps enseignant*”, citado por Nóvoa (1987, p. 495), ao se referir às reuniões associativas com as autoridades governamentais.

trabalho idêntico ou semelhante a esse foi coroado de êxito; o que naturalmente anima-nos a prosseguir, inspirando-nos a necessária confiança em nós mesmos.

Foram estas sem dúvida as razões que atuaram no ânimo dos membros da Associação do Professorado Catarinense quando esta aprovou – a correspondência com sociedades nacionais ou estrangeiras de igual fim – considerando como um dos meios mais profícuos para a consecução do objetivo da Associação. [...]

(LÉON LAPAGESSE)¹⁷⁵

A formação do corpo docente estava presente nos estatutos como um dos objetivos da Associação do Professorado Catarinense. Tal premissa pode ser localizada em outras organizações profissionais, tanto brasileiras quanto portuguesas. Especialmente no caso catarinense, a preocupação quanto à formação de professores ganha relevo, pois não havia uma escola normal instituída e a formação de professores estava a cargo do Instituto Literário e Normal, que funcionava de forma descontínua e, como já apontado na parte I, funcionava nas dependências do Liceu de Artes e Ofícios. As conferências, assim, constituíam-se num importante espaço formativo e de discussão de teses pedagógicas.

A Associação do Professorado Catarinense elegeu como um de seus objetivos trocar correspondências com sociedades brasileiras e estrangeiras. Para o primeiro secretário da associação, Léon Lapagesse, essa era uma forma de auxiliar no aperfeiçoamento do professorado da província de Santa Catarina. Nessa perspectiva, o excerto que abre esta seção, extraído da coluna intitulada “As conferências pedagógicas da Associação do Professorado Catarinense”, expressa o entendimento, por parte dos seus sócios, de que as trocas de correspondências seriam uma forma de prover a realização de conferências pedagógicas. Mais do que um espaço para estabelecer um “laço de solidariedade” entre os membros da associação, as conferências eram um meio de troca de ideias e de aproximação com associações/sociedades com finalidades próximas às da Associação do Professorado Catarinense, e de “garantia de força” e de grandeza no futuro”.

De acordo com nota publicada no periódico Palavra, a intenção era que as conferências fossem realizadas bimestralmente. Mais do que na discussão de métodos de ensino e condições estruturais das escolas, a tônica desses encontros estava na constituição de um espírito de solidariedade entre os membros do magistério, a fim de formar um corpo profissional:

¹⁷⁵ PALAVRA, de 30 de agosto de 1888, p.1.

[...] Entre as medidas de mais utilidade para o aperfeiçoamento do Professorado na arte tão difícil da prática, figura sem dúvida a organização de conferências pedagógicas onde se discutam questões de instrução e educação. Além de que as conferências contribuem poderosamente para apertar os laços do coleguismo, são ainda um exemplo prático da união para os meninos, porque, vendo estes reinar perfeita harmonia entre os seus professores, acostumar-se-ão, também, a serem unidos entre si. É o que teve em vista a Associação do Professorado Catarinense, quando, nos respectivos Estatutos, estabeleceu conferências bimensais (PALAVRA, 1888, p. 1).

Destaco que, como já apresentado na Parte I, a associação realizava a cada dois meses assembleias ordinárias para todos os sócios. Assim, conforme o quadro 11, além das assembleias de criação, aprovação dos estatutos e eleição da diretoria, foram realizadas duas assembleias gerais, em 6 de outubro de 1889 e em 3 de agosto de 1890, cujas pautas não foram publicadas nos jornais analisados. É possível que essas assembleias tenham sido conferências pedagógicas nos moldes do que definiu Léon Lapagesse, no excerto supramencionado e naquele do início desta seção.

As conferências pedagógicas têm sido analisadas não só como um modelo de formação profissional, mas também como forma de valorizar o papel político do professorado, pois propiciavam um espaço de encontro e de discussão das questões educacionais por parte do corpo docente (CUNHA, 1981; LEMOS, 2006). Difundidas ao longo do século XIX, especialmente nos países europeus, as conferências se constituíram em modelo de qualificação de professores leigos e contribuíram para a consolidação dos sistemas de instrução pública (CUNHA, 1981). No caso brasileiro, as conferências realizadas na corte serviram de modelo para as províncias. Cunha (1981) menciona, neste sentido, a realização de conferências pedagógicas em Pernambuco desde 1878.

Lemos (2011) analisou os regulamentos das conferências pedagógicas da corte de 1872 a 1884. As conferências estavam previstas desde a Reforma Geral de Ensino de 1854 - a reforma Couto Ferraz -, mas ocorreram pela primeira vez em 1873, mais precisamente nos dias 18, 21, e 25 de janeiro de 1873. A partir de então, foram realizadas de forma descontínua até o final da década de 1880. No regulamento de 1884, foi estendida a obrigatoriedade de participação aos professores da Escola Normal da Corte. Até então, a presença era obrigatória apenas para os professores que lecionassem nas escolas públicas primárias do

município da corte. Também poderiam participar os professores que lecionassem nas escolas privadas.

Nos regulamentos, são descritos os objetivos, o público, a estrutura, os temas tratados, as regras disciplinares, os mecanismos de controle das discussões, assim como as recompensas e punições. Também estavam previstas menções honrosas e a publicação dos memoriais apresentados pelo professorado durante a conferência. Os textos escritos pelos professores eram impressos pela Tipografia Nacional, como “Atas das Conferências Pedagógicas”. Apesar de as conferências terem uma organização rigorosa, inclusive com controle dos temas que seriam debatidos, não significa que houvesse uma subordinação total dos participantes ao aparato governamental. Exemplo disso é o ocorrido na segunda conferência, realizada em 1874, na qual esteve presente o imperador dom Pedro II. Nessa reunião, um grupo de professores admitiu fazer uso de castigos corporais, apesar de a legislação do ensino os proibir, e as recomendações da inspetoria pública caminharem na perspectiva de castigos morais. Após a reação dos professores, a reunião foi suspensa e o fato, amplamente noticiado na imprensa, que condenou a atitude daqueles (LEMOS, 2011).

A atuação conjunta do professorado é vista na 8ª Conferência, realizada em 1884. Segundo o periódico *O Ensino Primário*, para a realização da 7ª. Conferência, em dezembro de 1883, os professores foram convocados para redigirem trabalhos e os apresentarem. Durante o evento, nove professores encaminharam teses que teriam recebido elogios dos delegados literários. Tais elogios, contudo, foram suprimidos da publicação dos anais da conferência. Além disso, os professores acusaram o inspetor geral do ensino, Balduino Coelho, de ter disponibilizado antecipadamente os textos à *Revista da Liga do Ensino*, que não teria “poupado frases amargas para passar diploma de incapacidade à classe inteira dos professores primários” (*O ENSINO PRIMÁRIO*, 1884, p. 18). O corpo editorial do impresso da Liga do Ensino era constituído pelo inspetor do ensino e por Rui Barbosa.

Assim, a *Revista do Ensino Primário*, publicada na corte em maio de 1884, cujo subtítulo foi “revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários”, publicava que os professores primários não compareceriam à 8ª Conferência, embora, conforme previsto na legislação, a participação fosse obrigatória, e no caso de falta, as punições recairiam sobre os

professores (LE MOS, 2011). Esses encontraram outra forma de protesto: o silêncio. “O professorado primário não era obrigado a expender ideias; bastava assinar a ata de presença” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 18). Assim: “Manteve-se a classe respeitosa, como era seu dever, e seu silêncio valia mais do que bem elaborados discursos” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 18). De acordo com a mesma fonte, somente quatro professores se manifestaram. “A classe emudeceu, aguardando melhores tempos” (1884, p. 18). Os professores que compunham a revista “O Ensino Primário” fizeram, ainda, duras críticas à Liga do Ensino, que, apesar de sua importância para o desenvolvimento da instrução nacional, foi absorvida por autoridades do ensino para punir o professorado (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 19).¹⁷⁶

Em Portugal também foram realizadas conferências pedagógicas desde a segunda metade do século XIX, com o objetivo de reunir os professores para debaterem questões relativas à profissão e ao ensino. Para Nóvoa (1987, p. 493), as conferências naquele país se desenvolvem a partir de um duplo desejo: pela vontade de um grupo de ex-estudantes da escola normal de continuarem seus estudos e pelo anseio dos professores da escola normal de manterem seu “apostolado”. Assim, de acordo com o autor, entre 1867 e 1868, ocorreram várias conferências instigadas por ex-alunos da escola normal. Tais eventos foram gradativamente incorporados pelo governo como forma de ouvi-los, mas também como mecanismo de monitorar o corpo docente e, ainda, como meio de “sensibilizá-los à introdução de um novo método de ensino ou de um novo projeto de reforma educacional”.¹⁷⁷ Neste sentido, as conferências deixaram de ser um espaço informal, de troca de experiências, para adquirirem um caráter oficial, com regras e com definição dos temas de debate pelas autoridades governamentais (NÓVOA, 1987, p. 493-494).

O autor destaca que a reforma realizada no ano de 1878 determinou a duração dos eventos, de cinco a oito dias, assim como os principais temas a

¹⁷⁶ A revista O Ensino Primário publicava, na mesma edição, outra atitude das autoridades da instrução, considerada abusiva contra os professores primários. O senhor Bandeira Filho publicou no Jornal do Comércio, da corte, uma circular que tratava de professores que vendiam a seus alunos objetos pagos pelo governo. Tal circular, segundo os redatores da revista, não poderia ser dirigida a toda uma classe e os que praticavam o ato deveriam responder inquérito e se de fato comprovado “atiraria os culpados à execração pública, como exemplo a vindouros educadores” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 22-23).

¹⁷⁷ No original: “[...] ou encore pour les sensibiliser à l'introduction d'une nouvelle méthode ou d'un nouveau projet de réforme” (NÓVOA, 1987, p. 493).

debater: melhoria dos métodos e procedimentos de ensino; organização material e disciplinar das escolas; estatísticas e questões relacionadas ao desenvolvimento da educação.

As conferências ocorriam nos distritos escolares e eram coordenadas pelo inspetor escolar de cada região. A presença de todos os professores era obrigatória. Para Nóvoa (1987), isso não significa que essas reuniões tenham se constituído em espaços rigorosamente controlados e que impediram atividades associativas, tendo em vista que pedidos de aumento salarial, de valorização da profissão e em prol da Associação de Professores (características associativas) ocorreram ao lado dos “atos oficiais”. Assim, “as conferências pedagógicas [também] auxiliaram na constituição de um espírito de classe e no desenvolvimento de uma solidariedade dentro da profissão”.¹⁷⁸

Foi o que ocorreu, por exemplo, no ano de 1886. Segundo Nóvoa (1987, p. 495), as conferências pedagógicas foram suspensas pelas autoridades governamentais. Os professores, especialmente os líderes da Associação de Professores de Lisboa, reagiram à medida e criticaram a ação, pois viam a realização das conferências como importante espaço de defesa dos interesses do magistério e como forma de “transformação, de acordo com critérios ‘científicos’ e ‘profissionais’ [...] do modelo tradicional de professor da escola primária”.¹⁷⁹ Assim, impulsionada pelas associações de classe, ganhava força a realização de um Congresso Educacional do Magistério Primário, que foi realizado, em 1892, na cidade de Lisboa. Nesse evento, as discussões estiveram pautadas especialmente na qualificação do professorado do ensino primário e na retirada da lei de proibição para que os professores lecionassem aulas particulares em casa, utilizadas como meio de aliviar as dificuldades financeiras. Exigiam, também, do governo, a constituição de uma carreira profissional (NÓVOA, 1987, p. 497-498). Ao final do congresso, os professores criaram, ainda, uma comissão para a constituição de uma Federação do Ensino, pois “é somente através de uma associação de classe

¹⁷⁸ Tradução livre de: “[...] *les conférences pédagogiques ont permis de construire un esprit de classe et de développer la solidarité au sein du corps enseignant primaire*” (NÓVOA, 1987, p. 494).

¹⁷⁹ No original: “[...] *la transformation, selon des critères «scientifiques» et «professionnels» [...], du modele traditionnel du professeur d’instruction primaire*” (NÓVOA, 1987, p. 495).

que seremos capazes de garantir uma maior divulgação da educação popular e salvaguardar os interesses dos professores”.¹⁸⁰

Apesar de manifestarem o desejo da realização de uma nova reunião entre todos os professores portugueses no ano de 1893, no Porto, as desavenças entre os do Porto e os de Lisboa, somadas à “atitude negativa do governo [...] em relação a qualquer reunião do corpo docente, impediram a concretização do projeto” (NÓVOA, 1987, p. 498).¹⁸¹ Foi somente em 1897 que novos encontros entre o professorado português voltaram a serem realizados; contudo, a falta de consenso a respeito do local de realização ocasionou a realização de uma conferência no mês de abril em Lisboa e outra, em dezembro, no Porto. Assim, foram realizados o II e o III Congresso Pedagógico do Magistério Primário, em que se discutiram temas semelhantes, como a ampliação das escolas normais para que todos os professores do magistério primário obtivessem formação especializada, e também na defesa e expansão da oferta do ensino público (NÓVOA, 1987, p. 498-499). Além disso, destaca Nóvoa (1987), durante as conferências os professores portugueses “manifestavam sua fé na regeneração da sociedade através da escola e criticavam a redução do ensino para o aprendizado da leitura, escrita e aritmética”.¹⁸² Neste sentido, conforme o autor, as conferências pedagógicas (e sua repercussão na imprensa educacional) também auxiliaram na constituição da imagem dos professores de instrução primária, capazes de se organizar profissionalmente, assim como, de refletir criticamente sobre seu ofício.

Marcelo Gomes da Silva (2019) investigou a ação da Associação Brasileira dos Professores e da Liga de Professores do Rio de Janeiro (as duas associações se unem em 1937) entre os anos de 1919 e 1937. Ambas pretendiam, entre outros objetivos, formar uma biblioteca especializada e publicar uma revista pedagógica. O autor destaca, sobretudo, o papel formativo das conferências pedagógicas e das assembleias realizadas por essas associações. As conferências eram vistas como

¹⁸⁰ Citado por Nóvoa (1987) a partir da Revista de Educação e Ensino, v. VII, de 1892, p. 279: “[...] *puisque ce n’est que par l’intermédiaire d’une association de classe qu’on parviendra à assurer une plus grande diffusion de l’instruction populaire et à sauvegarder les intérêts du professeur*” (NÓVOA, 1987, p. 497).

¹⁸¹ No original: “[...] *et l’attitude négative du gouvernement (dirigé derechef par la droite des régénérateurs) vis-à-vis de tout rassemblement du corps enseignant, empêchant la concrétisation de ce projet*” (NÓVOA, 1987, p. 498).

¹⁸² No original: “[...] *manifestent leur foi dans ‘la régénération de la société par le biais de l’école’ et critiquent la réduction de l’enseignement à l’apprentissage de la lecture, de l’écriture et du calcul.*” (NÓVOA, 1987, p. 499).

alternativa de formação para grande quantidade de professores não habilitados pelas escolas normais na cidade do Rio de Janeiro, mas, também, como espaço de aperfeiçoamento para os diplomados. Nesse sentido, Silva (2019) pontua que as temáticas tratadas nos eventos expressavam mais do que um conjunto de saberes então considerados essenciais para o exercício docente, mas refletiam o projeto educacional de um grupo de professores que ocupava os cargos de direção das associações ou, ainda, de agentes políticos. Era o caso de figuras ligadas à administração pública que atuavam como conferencistas a fim de promoverem a adesão dos professores a uma reforma educacional. Tais ações, contudo, não devem ser vistas como mera submissão das associações à esfera governamental, mas como estratégia de negociação para o alcance de outros objetivos, como o reajuste de vencimentos.

As conferências pedagógicas se estenderam ao longo do século XX. Cunha (1981) analisa tais eventos como forma de organização do campo educacional, sobretudo a partir dos anos 1920, quando passaram a ser encampadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Para o autor, as conferências pedagógicas, restritas, no século XIX, à participação dos professores públicos do ensino primário e secundário do município da corte, transformam-se em congressos de instrução, sendo o público ampliado aos professores das escolas particulares, do ensino superior e aos delegados da instrução. No período republicano, eram os estados que promoviam os primeiros eventos. O estado de São Paulo realizou o I Congresso de Instrução Secundária em fevereiro de 1911 para discutir a reforma do ensino secundário (CUNHA, 1981, p. 8). Já, ao longo dos anos de 1920, a sociedade civil é que passou a assumir a organização das conferências de educação. De acordo com Cunha (1981, p. 13), a ABE, criada em 1924, passou a ser a entidade civil responsável por dar forma e expressar a especialização e autonomização do campo educacional brasileiro. A ABE foi responsável pela I Conferência Nacional de Educação realizada em 1927, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná. A associação promoveria, ainda, 13 conferências/congressos nacionais entre 1927 e 1967 (CUNHA, 1981, p. 37).

Marta Carvalho (1998, p. 11) investigou os arquivos da Associação Brasileira de Educação, sobretudo no período que compreendeu a publicação do manifesto dos pioneiros da Educação Nova, em 1932. A autora analisa a ABE como importante arena política, na qual coabitavam divergências e concordâncias de

propostas educacionais. O objetivo da associação era promover o aperfeiçoamento e a difusão da educação no Brasil. Para tanto, apresentou-se, na sua criação, como organização apolítica, pois anunciava que a defesa da educação nacional estava acima de questões político-partidárias (CARVALHO, 1998, p. 54 e 57). A partir de 1927, ano da realização da primeira conferência pedagógica na cidade de Curitiba, destaca a autora, as ações da ABE ganharam notoriedade atreladas a um discurso de promoção da unidade nacional, em termos educacionais e de formação de uma organização cívica a favor da causa educacional (CARVALHO, 1998, 59).¹⁸³

Apesar das disputas internas,¹⁸⁴ inicialmente, a coesão era mantida por intermédio da defesa de práticas que incentivavam o civismo,¹⁸⁵ com o fito de “constituir-se nacionalmente como órgão coordenador e incentivador de[ssas] iniciativas” (CARVALHO, 1998, p. 62). Assim, de acordo com Carvalho (1998), foram as conferências nacionais de educação realizadas pela ABE, que conferiram o alcance nacional tão almejado por seus integrantes: “As conferências eram valorizadas enquanto instâncias de debate da educação, o grande cimento da unidade nacional, mas, principalmente, enquanto eventos cívicos da unificação ideológica de seus participantes” (CARVALHO, 1998, p. 310).

Importante destacar que tais eventos foram “prestigiados pelos poderes públicos que neles são também prestigiados” (CARVALHO, 1998, p. 308).¹⁸⁶ Neste sentido, o objetivo das conferências nacionais de educação foi modificado. No início,

¹⁸³ Carvalho (1998, p. 308) cita o artigo 1º do regimento da Primeira Conferência. De acordo com o documento: “As Conferências Nacionais de Educação, promovidas anualmente pela Associação Brasileira de Educação, têm por fim o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino em todos os seus aspectos e tratar de todos os assuntos educacionais que interessem ao povo brasileiro, visando sempre a unidade nacional”.

¹⁸⁴ Exemplo disso, é apontado por Carvalho (1998, p. 61): “O civismo de Fernando Magalhães e seu grupo valorizava-se como tradição e pregava virtudes, como a Ordem e o Trabalho, transubstanciadas por uma difusão católica da Fé, da Esperança, da Caridade, do Devotamento etc. Já o Civismo do grupo Labouriau se distinguia pela valorização do Dinamismo, que neles vem reiterado como Energia, Força, Velocidade, elementos propulsores daquilo que seria uma ‘nova mentalidade brasileira’ emergente. Em termos educacionais, tais civismos assumiam também formas diversas. No primeiro caso, exaltava-se o papel moralizador da escola e, no segundo, avançava-se a política de ‘valorização do homem brasileiro’ como fator de produção e ativação de ‘usinas mentais’ na Universidade”.

¹⁸⁵ Sobre tais ações, a autora esclarece que se referiam a “um conjunto de práticas que, traduzindo cada uma a seu modo o que entendiam por ‘obra educacional’, tinham como denominador comum o empenho na moralização dos costumes, proposta como obra de civismo: pregações; festas pedagógicas; o controle do lazer por procedimentos vários, que abrangiam a seleção e a censura de filmes, a elaboração de listas de livros recomendáveis e a organização de divertimentos infantis; constituição de Círculos de Pais destinados a alargar o raio de ação formativa da escola” (CARVALHO, 1998, p. 60).

¹⁸⁶ De acordo com o regimento, artigo 2º, “o Presidente da República e o Presidente do Estado sede da conferência seriam presidentes de honra dos eventos” (CARVALHO, 1998, p. 308-309).

a intenção era a realização de conferências com a finalidade de reunir representantes das mais diversas partes do País para debater o desenvolvimento da educação nacional, constituindo-se numa espécie de órgão central da associação, que expressaria as opiniões das classes cultas. Depois, segundo a autora (1998, p. 328), passaram à tutela do Estado, funcionando como “reservatório de sugestões, soluções técnicas e quadros burocráticos”:

Remetendo o debate para círculos mais amplos e promovendo a aproximação de educadores de todos os Estados da Federação com o núcleo carioca, as Conferências Nacionais foram a instância principal de organização nacional do movimento. A Segunda Conferência foi, entre elas, a mais importante da década de 20.¹⁸⁷ A Primeira [...] teve restrita participação de delegados estaduais, confiando-se preponderantemente ao círculo educacional paranaense. Caracterizou-se, comparada à Segunda, por não serem as teses nela defendidas ainda representativas de grupos ou tendências do movimento, mas apenas a expressão da posição de seus defensores. A Terceira Conferência [...] foi esvaziada por dissensões no movimento. A Segunda, ao contrário, realizada num momento em que tais dissensões não tinham ainda ocorrido e beneficiada por identificações entre grupos de educadores de diversas unidades da Federação, teve muito maior relevância, comparativamente às outras duas. Além de nela se terem delineado pontos consensuais significativos quanto a uma política nacional de educação,¹⁸⁸ foi proposta, como exigência já ditada pelas proporções que o movimento educacional vinha adquirindo, a institucionalização nacional desse movimento (CARVALHO, 1998, p. 64).

Em terras catarinenses, a primeira Conferência Estadual de Ensino Primário foi realizada entre 31 de julho e 10 de agosto de 1927, no edifício da Escola Normal e nos prédios do Grupo Escolar Lauro Müller e Silveira de Souza, localizados no centro de Florianópolis.¹⁸⁹ A conferência convocada pelo governador Adolfo Konder tinha como objetivo reunir os professores para, em conjunto, oferecerem sugestões à melhoria do aparelho pedagógico de Santa Catarina. Participaram professores,

¹⁸⁷ As três conferências foram realizadas nos anos de 1927, 1928 e 1929. A primeira, na cidade de Curitiba, no mês de dezembro; a segunda, dos dias 4 a 11 de novembro, em Belo Horizonte, e a última, em setembro, em São Paulo (CARVALHO, 1998).

¹⁸⁸ Um dos pontos consensuais elencados por Marta Carvalho (1998) era a questão higiênica. Destaca a autora que as discussões em torno da “higienização do social associada à eugenia, tiveram intensa circulação no Brasil nas décadas de 20 e 30”. Outro ponto refere-se à formação docente, acerca da necessidade de se garantir uma “única orientação doutrinária. O governo federal estaria garantindo que uma mesma educação formasse o mesmo brasileiro” (CARVALHO, 1998, p. 323).

¹⁸⁹ O trabalho de Solange Hoeller (2014) analisa cinco conferências educacionais ocorridas no Brasil nos anos de 1920, como integrantes de um mesmo conjunto de ações que buscavam estabelecer projetos políticos e encontrar soluções para os problemas educacionais brasileiros e, assim, contribuir com o progresso do país: a Conferência Interestadual do Ensino Primário (Rio de Janeiro, 1921); o Congresso de Ensino Primário e Normal (Paraná, 1926); o Primeiro Congresso de Instrução Primária (Minas Gerais, 1927); a Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário (Santa Catarina, 1927); a Primeira Conferência Nacional de Educação, promovida por intermédio da ABE (Curitiba, 1927).

diretores dos grupos escolares e escolas complementares, lentes da Escola Normal, inspetores escolares, professores convidados, além do governador, de secretários e de alguns deputados.

Foram apresentadas 44 teses escritas por professores e inspetores que abordavam temas predefinidos (SANTA CATARINA, 1927, p. 28 - 29), assim condensados:

- I - vantagens do ensino da leitura pelo método analítico: existência, e, em caso positivo, possibilidade de esse método ser estendido a todas as escolas estaduais;
- II - uso de mapas de Parker no ensino inicial da aritmética prática: possíveis vantagens e possibilidade de usar esses mapas nas escolas isoladas rurais;
- III - ensino de geografia e cartografia nas escolas primárias e complementares: método a se utilizar para o seu ensino; possível correlação com outras matérias; conveniência ou não de se estender seu ensino às escolas rurais, e, em caso positivo, de que forma;
- IV - ensino de história pátria e de educação cívica nas escolas primárias e complementares: como deveria ser feito e possíveis diferenças, em termos de conteúdo, entre o ensino no meio urbano e nas escolas rurais;
- V - noções de higiene: determinar as diferenças entre as que se ensinariam na zona urbana e as ministradas nas zonas rurais;
- VI - ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias e complementares: determinar o que constituiria o programa, após análise de seu proveito ou não nas escolas do estado e do país; possibilidade de o tornar mais profícuo no estado, em particular, e no País, em geral, e de que forma;
- VII - valor do mestre-escola na formação educacional dos povos;
- VIII - vantagens dos cursos noturnos na desalfabetização do País;
- IX - escola como seminário de trabalho imediato: ensaios de Decroly, Paul Robim e Ferrière realizados nesse terreno;
- X - compatibilidade do ensino normal primário com uma sua adaptação aos nossos cursos ginásios;
- XI - possíveis vantagens em se descongestionar o acervo de disciplinas que compõem o ensino normal e o complementar no estado;
- XII - extensão, em anos, do currículo normal;
- XIII - maneiras e normas de inspeção escolar;
- XIV - definição da posição do estado face ao ensino profissional.

Segundo o regimento interno da conferência (SANTA CATARINA, 1927), as votações deveriam seguir a programação prévia, não sendo aceita a discussão de nenhum projeto ou indicação fora dos objetivos da conferência. Entre as teses apresentadas, os pareceres elaborados pelas comissões e as discussões ocorridas nas sessões ordinárias, destaco aspectos que ultrapassam as restrições impostas

pelo regulamento e permitem visualizar vestígios da organização da categoria profissional docente. Entre os vestígios que se relacionam ao tema desta pesquisa, destaco o convite endereçado aos membros da conferência de ensino para participarem da reunião da Liga do Magistério, que seria realizada no dia 5 de agosto, às 15h00, no salão nobre da Escola Normal. O convite é assinado por Julieta Torres Gonçalves, secretária da Liga (SANTA CATARINA, 1927, p. 63). Essa liga, criada em 1922 com o objetivo unir a categoria do magistério sob a mesma bandeira, inclusive teve como uma das idealizadoras a professora Antonieta de Barros.¹⁹⁰

Sobre os debates que permitem vislumbrar a atuação conjunta do professorado na defesa de seus interesses profissionais, sobressai a tese de número dez, “Inspeção Escolar – Como deve ser feita?”, elaborada pelo inspetor Flordoardo Cabral, haja vista que suscitou amplo debate. A tese foi inicialmente apresentada à comissão formada por Marcílio Dias de Santiago, Barreiros Filho, H. Francisco X. Zartmann e Raja Gabaglia. Tal comissão elaborou um parecer em que reprovava a oitava sugestão da tese: estender aos professores complementaristas e provisórios o disposto no artigo 15 da Lei n. 1.187, de 1917. Segundo a normativa, “as candidatas ao magistério público que se matriculem na Escola Normal da data desta lei em diante, quando diplomadas e nomeadas professoras, perderão o cargo se contraírem casamento”. Para a comissão, tal medida não se constituía num estímulo ao magistério, além de subtrair os elementos morais tão necessários ao exercício da profissão. Esse parecer foi discutido na sessão ordinária da conferência e, após longo debate, foi aprovado. O professor e inspetor federal das escolas subvencionadas pela União, Orestes Guimarães, favorável ao parecer, declarou que desde a elaboração do projeto de lei, sempre se posicionou de forma contrária à medida e ressaltou as dificuldades de prover as escolas do interior com professoras solteiras e julgava injusto obrigar as normalistas a abandonar o magistério quando casadas. Acrescentou, ainda, que havia professoras casadas

¹⁹⁰ Informação extraída do Documentário “Antonieta”, com direção de Flávia Person, aborda Antonieta de Barros (1901-1952) em suas múltiplas dimensões: mulher, professora, cronista e primeira mulher negra a tomar posse na Assembleia Legislativa de Santa Catarina como deputada estadual, em 1935, pelo Partido Liberal Catarinense. O trabalho de Fontão (2010) contempla aspectos da ‘*vidobra*’, termo utilizado por Luciene Fontão (2010), a partir da obra de François Dosse, que pretendia contemplar a relação entre a vida de Antonieta de Barros e os elementos ficcionais de sua obra, assim como o livro de autoria de Jeruse Romão (2021), “Antonieta de Barros: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil”.

que bem cumpriam com seus deveres e professoras solteiras que não o faziam. Para aquelas que não cumpriam com seus deveres, já havia penalidades previstas no regulamento geral de ensino (SANTA CATARINA, 1927, p. 64–65).

O governador Adolfo Konder lembrou que o artigo 7º da Lei n. 1.380, de 1921, havia estendido às professoras provisórias e complementaristas dos grupos escolares, ou escolas reunidas, posteriormente grupos escolares de 2ª classe, as regras da Lei n. 1.187, de 1917. O autor das leis questionadas, coronel Marcos Konder, disse permanecer com o mesmo ponto de vista, “que entre os deveres de mãe de família e professora devem predominar o sentimento e a razão” (SANTA CATARINA, 1927, p. 63). Concordava, porém, com as dificuldades de prover as escolas isoladas com professoras solteiras. Ao final da sessão, “trocaram-se acalorados apertes” entre o professor Marcílio Santiago, relator do parecer, o coronel Marcos Konder e o professor Barreiros Filho (SANTA CATARINA, 1927, p. 65).

No dia seguinte, a professora Maura de Senna Pereira protestou em seu nome e no nome de suas colegas sobre o “mutismo feminino” e a favor da emancipação econômica das professoras casadas. Apresentou à mesa o seguinte requerimento:

Requeremos que a mesa da conferência represente ao Congresso Representativo do Estado solicitando a revogação do dispositivo legal que veda às professoras casadas o exercício do magistério nos grupos Escolares de 1º e 2º classe. Sala de sessões, 5 de agosto de 1927. Ass. – Maura de Senna Pereira, Maria Amorim, Catarina Demoro, Beatriz de Sousa Brito, Floscula de Queiroz Santos (SANTA CATARINA, 1927, p. 81).

O deputado Marcos Konder chamou o grupo de professoras de “timoneiras do movimento feminista” (SANTA CATARINA, 1927, p. 82) em Santa Catarina e reforçou mais uma vez seu posicionamento; que não mediria esforços para manter a legislação que considerava útil e necessária. O senhor Raja Gabaglia ponderou que a medida não era empregada em nenhum estado brasileiro, tampouco em países como a Alemanha, os Estados Unidos e a França. O deputado, entretanto, permanecia firme em suas convicções, e cobrou das professoras signatárias do requerimento, a respeito de uma classe de professoras que após conseguirem a nomeação lançam mão de padrinhos para ficarem longe de sala de aula, prejudicando o ensino em detrimento das que se dedicam e trabalham, o que, segundo o parlamentar, era mais grave do que se as professoras casadas

devessem ou não permanecer no magistério. Apesar dos protestos e dos posicionamentos contrários, o requerimento elaborado pelas professoras foi integralmente aprovado (SANTA CATARINA, 1927 p. 81-82).

Outro ponto levantado na conferência foi a questão salarial. O professor Adolpho Silveira apresentou a seguinte solicitação:

Considerando que os grupos de segunda classe estão na sua maioria localizados em zonas onde a vida é dificultosa devido ao elevado preço dos gêneros de primeira necessidade; considerando que o programa de ensino dos grupos de 2ª classe em nada difere do que é ensinado nos de primeira, o que prova que os trabalhos dos funcionários dessas duas categorias de grupos são inteiramente iguais; considerando que os diretores dos Grupos de segunda classe tem na maioria das vezes mais trabalho do que os de primeira, visto serem obrigados a lecionar, em muitos casos, até em duas classes e que já existem dois diretores de grupo daquela categoria, bem como sendo de primeira classe; considerando ainda que para haver boa vontade de se cumprir inteiramente um dever que nos foi confiado, e para haver estímulo no cumprimento de uma missão, tal como a de educador é necessário não haver desigualdade de direitos; considerando ainda mais que ao professor público é vedado ocupar-se em outro mister que não seja sobre o ensino, ficando assim, impossibilitado de procurar por outros meios melhoria de condições financeiras; os abaixo assinados, diretores de Grupos escolares de 2ª classe, vêm pedir a esta Conferência de Ensino Primário para que seja pela sua distinta Mesa sugerida ao Congresso Representativo do Estado a instituição de uma lei que equipare os vencimentos dos mesmos diretores aos dos de grupos de 1ª classe, bem como que sejam concedidos aos professores que trabalham nos referidos grupos direitos de promoção e que sejam tomadas outras medidas com o fim de melhorarem as condições dos aludidos professores. Sala de sessões, 9 de agosto de 1927. Ass. – Adolpho Silveira, Taciano Barreto do Nascimento, Antônio Epiphânio dos Santos, Germano Wagenfuhr, Gustavo Gonzaga (SANTA CATARINA, 1927, p. 126).

Da mesma forma, o professor Taciano Barreto do Nascimento solicitou que a condição dos professores provisórios fosse reexaminada. O professor destacava que a categoria constituía grande parte do número de docentes no estado, com atuação não só nas zonas rurais, mas também nos grupos escolares. Assim, diante do esforço e da dedicação desses professores em prol do ensino, seria justo assegurar algumas garantias aferidas aos servidores efetivos, pois muitos estavam deixando o cargo devido aos baixos salários e a diferença salarial entre os professores provisórios e os professores complementaristas era pequena, o que faria com que a equiparação salarial entre as categorias não fosse sobrecarregar os cofres públicos (SANTA CATARINA, 1927, p. 128). Nesse sentido, foi aprovado o seguinte requerimento:

art. 1º - Sejam considerados professores efetivos com direitos às regalias de professores complementaristas os professores provisórios que contarem com mais de seis anos de serviço ativo, seja em grupo ou escola isolado.

Art. 2º - Não poderão gozar do favor a que se refere o artigo precedente:
 a) os professores que não apresentarem matrícula superior a 50 alunos quando em cidades ou vilas e 35 alunos nos povoados;
 b) os professores que não recomendarem pelo último termo de visita lavrado pelo Inspetor Escolar;
 c) os professores que tenham mais de três remoções a pedido;
 d) os professores que tenham obtido licença para tratamento de interesses particulares. Sala das sessões, 9 de agosto de 1927. Ass. Taciano Barreto do Nascimento, Adolpho Silveira, Honório Miranda, Guilherme Wiethorn Filho, Antônio E. dos Santos, Alfredo X. Vieira. (SANTA CATARINA, 1927, p. 129).

As conferências pedagógicas podem ser analisadas de diferentes matizes. Aqui, elas foram lidas a partir de um duplo binômio: formação docente e organização do magistério como categoria profissional. No caso da Associação do Professorado Catarinense, o fato de estarem expressas no seu estatuto indica uma estratégia de ação partilhada e propagada pelas associações a fim de promover a melhoria da instrução pública. Outro aspecto presente, tanto nos eventos realizados no Brasil quanto em Portugal, é a proximidade com o poder público, seja como órgão promotor, seja com a presença de pessoas ligadas à estrutura pública a fim de apresentarem novas reformas e políticas do ensino. De todo modo, seja por intermédio de correspondências, como apontado na passagem de Léon Lapagesse na coluna do periódico Palavra, seja para encontros para instigar os laços entre os membros da classe, a Associação do Professorado Catarinense estava não só em sintonia com outras associações, mas buscava promovê-las em Santa Catarina ainda no século XIX.

2.2 A BIBLIOTECA DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE: A LUZ DA INSTRUÇÃO PARA TODO O PROFESSORADO

A biblioteca da associação, conforme já mencionado, estava sediada no Liceu de Artes e Ofícios e podia ser frequentada no período noturno pelos sócios. A criação de uma biblioteca pedagógica era vista por Léon Lapagesse como uma alternativa à falta de escolas normais na província. Importante destacar que Lapagesse era, naquele momento, professor do curso normal do Instituto Literário e Normal, instituição responsável pela formação de professores na província de Santa Catarina (com sede na capital). O professor, assim, parece não reconhecer

tal iniciativa como responsável majoritariamente pela formação docente em Desterro.

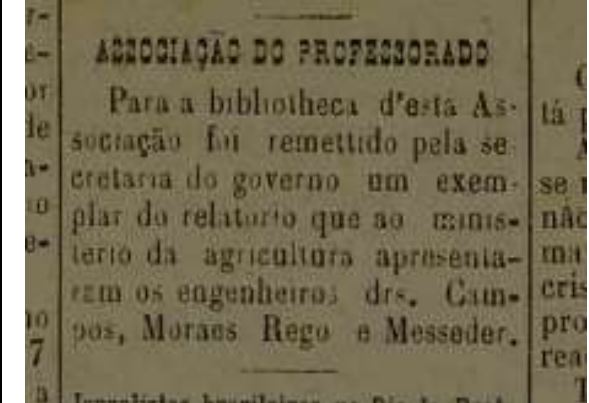
O acesso aos livros era por ele considerado como instrumento de formação para todas as camadas sociais. O primeiro secretário da associação recomendava, inclusive, que todas as associações profissionais mantivessem uma biblioteca especializada. Para aqueles que não residissem na capital da província, a publicação da Revista seria a forma privilegiada de disseminação do conhecimento. Abaixo, excerto da coluna escrita por Léon Lapagesse, publicada no periódico Palavra, em que trata da biblioteca da associação:

[...] Ora, se o livro deve ser por toda a parte preferido a outro qualquer instrumento; se é certo que a grandeza de um povo está na razão direta de sua ilustração e que um dos melhores meios de adquirir esta consiste na criação de bibliotecas, é de fácil intuição de quanta importância deva ser para as Associações a criação de bibliotecas especiais. Com efeito, é ponto averiguado que em todas as ocupações sociais convém obter-se uma base larga de instrução profissional, a fim de procurar sempre elevar-se ao nível das outras Associações. Estas foram naturalmente as considerações que surgiram à Associação do Professorado Catarinense [ilegível] criação de uma biblioteca pedagógica. Sendo, pois, reconhecida [ilegível] suprema utilidade das bibliotecas [ilegível] geral julgo que seria [ilegível] a encarecer a importância real d'aquela, convencidos como devemos estar todos de que nos cumpre tratar da educação profissional, ao menos por meio dos livros pedagógicos, já que infelizmente não contamos na Província uma escola normal em que proficuamente o possamos fazer. Nem se diga que a utilidade de aludida biblioteca restringe-se ao professorado da capital e das suas circunvizinhanças; pois, embora estes possam frequentá-la mais facilmente, não é menos certo que os conhecimentos adquiridos por eles serão sob formas várias publicadas na Revista, a qual, como já tive ocasião de dizer, irá levar as lições de pedagogia ao próprio lar do professor nos extremos limites da Província. Léon Eugenio Lapagesse (PALAVRA, de 20 de setembro de 1888, p.1).

Localizei indícios da composição da biblioteca da associação, como a doação realizada pelo professor do Liceu de Artes e Ofícios, Alfredo Toledo. Foram doados os seguintes livros: *Traité des Devoirs*, de Cícero; *Werther*, de Goethe; *Les Joyenses Commères de Windsor*, de Shakespeare; *Sur la Destruction des Jésuites em France*, de D'Alembert. Também identifiquei a doação de órgãos públicos de relatórios técnicos. A formação de uma biblioteca pedagógica estava indicada no estatuto da associação como uma das estratégias de ação para defender os interesses da classe. Manter uma biblioteca teria, então, função estratégica com a finalidade de manter um fluxo constante de interessados pela associação, mas também como forma de difundir (e até mesmo controlar) conhecimentos por meio

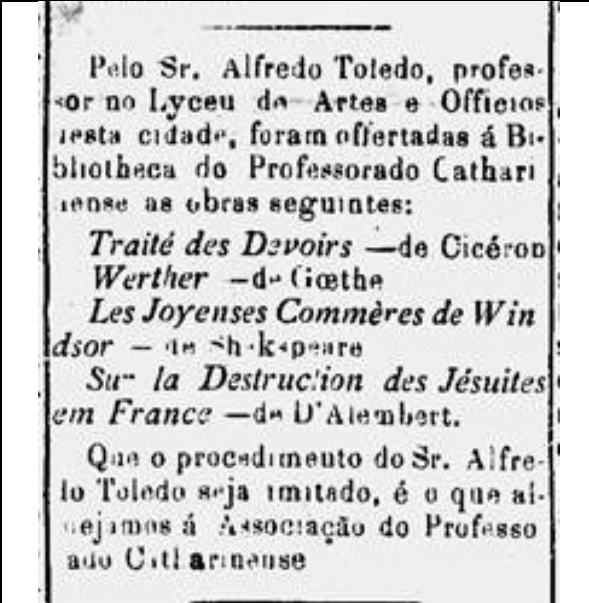
dos livros disponibilizados. Sua função seria também a de atualizar e fazer circular conhecimentos e ideias pedagógicas.

Figura 28 - Doação de Materiais a biblioteca da Associação

 <p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO</p> <p>Para a biblioteca d'esta Associação foi remetido pela secretaria do governo um exemplar do relatório que ao ministério da agricultura apresentaram os engenheiros drs. Campos, Moraes Rego e Messeder.</p>	<p>ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO</p> <p>Para a biblioteca desta Associação foi remetido pela secretaria do governo um exemplar do relatório que ao ministério da agricultura apresentaram os engenheiros drs. Campos, Moraes Rego e Messeder.</p>
---	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 10 de setembro de 1890, p. 1.

Figura 29 - Anúncio de livros doados à biblioteca da Associação

 <p>Pelo Sr. Alfredo Toledo, professor no Lyceu de Artes e Offícios nesta cidade, foram ofertadas à Biblioteca do Professorado Catarinense as obras seguintes:</p> <p><i>Traité des Devoirs</i> — de Cícero <i>Werther</i> — de Goethe <i>Les Joyenses Commères de Windsor</i> — de Shakespeare <i>Sur la Destruction des Jésuites em France</i> — de D'Alembert.</p> <p>Que o procedimento do Sr. Alfredo Toledo seja imitado, é o que almejamos à Associação do Professorado Catarinense</p>	<p>Pelo Sr. Alfredo Toledo, professor no Liceu de Artes e Ofícios nesta cidade, foram ofertados à Biblioteca do Professorado Catarinense as obras seguintes:</p> <p><i>Traité des Devoirs</i> - de Cícero, <i>Werther</i> - de Goethe <i>Les Joyenses Commères de Windsor</i> - de Shakespeare <i>Sur la Destruction des Jésuites em France</i> - de D'Alembert.</p> <p>Que o procedimento do Sr. Alfredo Toledo seja imitado, é o que almejamos à Associação do Professorado Catarinense.</p>
--	---

Fonte: Jornal Conservador, de 15 de abril de 1889, p. 1.

Do mesmo modo, o jornal Conservador, em 16 de maio de 1889, noticia a publicação do folheto “Meios de Ação da Associação do Professorado Catarinense”, de autoria de Léon Eugenio Lapagesse, no qual o professor fazia um apelo para que fossem doados livros à biblioteca. Posteriormente, a revista Professor divulgou que, graças à solicitação, foram enviados 20 livros encadernados e 120 brochuras (PROFESSOR, 1889, p. 3).

Figura 30 - Nota do jornal Conservador sobre o folheto Meios de Ação escrito por Léon Lapagesse

<p>Sabemos que varias pessoas, correspondendo ao apello que em seu folheto — <i>Meios de acção</i> da Associação do Professorado Catarinense — dirigiu o sr. L. Eugenio Lapagesse, têm enviado com destino á bibliotheca da mesma Associação varios livros importantes.</p> <p>Folgamos de registrar este facto, promettendo por nossa parte corresponder ao mesmo apello e agradecendo ao nosso amigo sr. Lapagesse o folheto que nos remetteu.</p>	<p>Sabemos que várias pessoas, correspondendo ao apelo que em seu folheto — <i>Meios de ação</i> da Associação do Professorado Catarinense — dirigiu o sr. L. Eugenio Lapagesse, têm enviado com destino à biblioteca da mesma Associação vários livros importantes.</p> <p>Folgamos de registrar este fato, prometendo por nossa parte corresponder ao mesmo apelo e agradecendo ao nosso amigo sr. Lapagesse o folheto que nos remeteu.</p>
--	---

Fonte: Jornal Conservador, de 16 de maio de 1889, p.1.

O quadro 17 sistematiza dados sobre obras doadas ao acervo da biblioteca da associação a partir do que está registrado nos jornais analisados por esta pesquisa:

Quadro 17 - Livros que compunham a biblioteca da Associação do Professorado Catarinense mapeados na pesquisa

Título	Autor
<i>Traité des Devoirs</i>	Cicéron
<i>Werther</i>	Goethe
<i>Les Joyenses Commères de Windsor</i>	Shakespeare
<i>Sur la Destruction des Jésuites em France</i>	D'alembert
Relatório do Ministério da Agricultura	Campos, Moraes Rego e Messeder

Fonte: Jornal Conservador, de 15 de abril de 1889, p. 1; Jornal do Comércio, de 10 de setembro de 1890, p.1. Dados sistematizados pela autora.

Durante o ano de 1889, o Liceu de Artes e Ofícios também realizou uma ampla campanha de doação de livros à sua biblioteca e ao seu museu.¹⁹¹ A lista com os títulos das obras e o nome dos doadores ilustrou diferentes edições do Jornal do Comércio daquele ano. Como as duas instituições funcionavam no mesmo

¹⁹¹ O vice-diretor do Liceu de Artes e Ofícios, João Maria Duarte, encaminhou uma circular e recebeu autorização verbal do presidente da província para endereçar carta às câmaras municipais e a autoridades solicitando remessa de objetos para o museu. As circulares foram remetidas pela secretaria da presidência da província às câmaras municipais, a juizes de Direito, a promotores públicos (Jornal Conservador, de 3 de setembro de 1887, p.1; Jornal Conservador, de 30 de agosto de 1887, p. 1).

prédio, talvez a campanha que tenha iniciado em prol de uma biblioteca para a associação; posteriormente, foi alargada para a biblioteca do Liceu. No quadro 18, menciono as doações realizadas por membros da associação à biblioteca da instituição de ensino profissional na campanha de doações realizada em 1889. Além delas, destaco algumas obras voltadas ao campo educacional, como o “Primeiro livro de leitura” e a “Gramática Francesa e Geometria”, ambos de autoria de Abílio Cesar Borges. Há também uma obra chamada “Educação”, de Silvo Pellico, membro da associação.

Silva (2013) investigou a composição da biblioteca do *Pedagogium*, já reportado, e também identificou as obras de Abílio Borges na sua composição. De acordo com a autora, as bibliotecas são “espaços-símbolos, guardiões do saber [pois] reuniam desde documentos administrativos, leis do ensino até matérias considerados essenciais” (SILVA, 2013, p. 220). As obras de Abílio tiveram ampla circulação durante o período imperial; contudo, segundo Fortunato (2017), não há, na província de Santa Catarina, uma determinação legal para o uso da obra das escolas primárias. Sua circulação se deve a doações,¹⁹² inclusive promovidas pelo próprio autor.

Quadro 18 - Parte das doações para o acervo da Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios (1889)

Título da Obra	Autor	Doador por
Dictionnaire universal	Maurice Lachatre	Paula Guimarães
5 mapas da campanha do Paraguai, para ordenarem sua sala Sitio do Humaytá – Planta do território ocupado pelo exército aliado de Tuyuty – Sauce – Reconhecimento do território inimigo – Planta de acampamentos		Léon Eugenio Lapagesse
Os meios de ação da Associação do Professorado Catarinense	Léon Eugenio Lapagesse	Léon Eugenio Lapagesse
A noiva	Aderbal de Carvalho	Alfredo Toledo
Alvoradas	Fernando Caldeira e Alfredo Toledo	Fernando Caldeira e Alfredo Toledo
O papa e o concílio	James (tradução Rui Barbosa)	José Brasilício de Souza
Heroísmo de Sotaina	General Ambert	José Brasilício de Souza

¹⁹² Segundo Silva (2013, p. 223), a coleção de livros de Abílio Borges era formada por: primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto livro de leitura; silabário brasileiro; resumo da gramática portuguesa; epítome da gramática francesa; desenho linear ou geometria prática popular; edição escolar de *Lusíadas* de Camões; compêndio de música para cantos escolares; pequeno tratado de leitura em voz alta; método para o ensino prático de língua francesa. Informações extraídas da citação da contracapa do terceiro livro de leitura.

O Brasil mistificado	Brochura	José Brasilício de Souza
1 pedra de sambaqui		José Brasilício de Souza
Vida do padre Anchieta	Saint Foy	Fausto Werner
<i>Histoire de Charles XII</i>	Voltaire	Fausto Werner
Dicionário inglês-alemão		Fausto Werner
Elementos de Aritmética	Otoni	Fausto Werner
Elementos de Geografia Moderna	Moreira Pinto	Fausto Werner
44 opúsculos e obras didáticas (uma em brochura e outras encadernadas)		Fausto Werner
História do Brasil	Lacerda	João Miranda Santos
Aritmética primária	Trajano	João Miranda Santos
Primeiro livro de leitura	Abílio	João Miranda Santos
Educação	Silvio Pellico	Manoel Ferreira de Mello
Lições de eloquência	Freira de Carvalho	Manoel Justino d'Oliveira Cruz
Gramática portuguesa	Constâncio	Manoel Justino d'Oliveira Cruz
Dita inglesa	Robertson	Manoel Justino d'Oliveira Cruz
Retrato de José Bonifácio – O patriarca		Luiz Augusto Crespo
O paraíso e o Páris	A. Guimarães	Luiz Augusto Crespo
M. Emile Girardin	Lamartine	Luiz Augusto Crespo
Canal D. Afonso	E. Moraes	Luiz Augusto Crespo
Coleções de leis e regulamentos e 4 opúsculos		Luiz Augusto Crespo
O conselheiro fiel do povo		Léon Eugenio Lapagesse
Guia prática do povo	B. Vasconcellos	Léon Eugenio Lapagesse
Gramática francesa e geometria	Abílio	Firmino L. Rego
Na senda do crime	E. A. Koenig	Horácio Nunes Pires
A leprosa	Horácio Nunes Pires	Horácio Nunes Pires
Metamorfoses	Ovidio (Norão)	José Paulo Arantes

Fonte: Edições do Jornal do Comércio de 11, 14, 15, 20, 22 e 24 de setembro e de 1, 2, 3 e 9 de outubro do ano de 1889. Dados sistematizados pela autora.

Não localizei nas fontes, como parte do acervo da biblioteca do liceu e da associação, revistas de outras associações profissionais. A única obra que trata de organização de professores é o panfleto “Meios de Ação”, de Léon Lapagesse, redigido para divulgar os objetivos da Associação do Professorado Catarinense e arrecadar doações de obras ao acervo da biblioteca. Não identifiquei outros livros escritos por Lapagesse, como “Gramática Portuguesa: teoria e aplicações”, adotada pelo governo do estado de Santa Catarina para as escolas públicas em 1889; o “Manual dos verbos irregulares da língua francesa”, publicado em 1889.¹⁹³ Lapagesse não era o único autor entre os membros das diretorias da Associação

¹⁹³ Informações extraídas do Portal Catarina em 10 janeiro de 2019. O Portal reúne obras de autores catarinenses. Disponível em: < https://www.portalcatarina.ufsc.br/?locale=pt_BR>. Acesso em: 16 jun. 2019.

do Professorado Catarinense, como pode ser constatado no quadro acima. A biblioteca do liceu tinha em seu acervo livros de autoria de Horácio Nunes Pires e Silvio Pellico.

A próxima seção examina as revistas pedagógicas editadas por associação profissionais docentes no Brasil e a contribuição dos periódicos educacionais na formação de professores, que integram e confirmam um modo de ação comum às associações profissionais no final do século XIX e início do século XX.

2.3 PUBLICAÇÃO DE PERIÓDICOS EDUCACIONAIS PELAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Manter uma revista foi uma estratégia utilizada pelas associações docentes. Nos impressos, é possível localizar uma diversidade de temas, desde os estatutos até as críticas a reformas da instrução, ou, ainda, como meio de difusão de ideias e métodos de ensino. O quadro 19 registra alguns periódicos produzidos por associações de professores no final do século XIX e início do século XX no Brasil.

Quadro 19 - Periódicos Publicados por Associações Docentes no Brasil

Associação	Periódico	Ano Publicação	Local
Sociedade Literária Instituto dos Professores Públicos da Corte	A Verdadeira Instrução Pública	1872	Rio de Janeiro
Associação dos Professores Públicos da Corte	A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino	1877	Rio de Janeiro
Instituto dos Professores Primários das Alagoas	15 de outubro: comemorativo da sessão magna do Instituto dos Professores Primários (AL)	1886	Alagoas
Grêmio dos Professores Primário	Grêmio dos professores primários: órgão da mesma sociedade (PE)	1883	Pernambuco
Grêmio Normalístico	A escola: revista científica, literária e noticiosa (BA)	Aprox. 1880	Bahia
Associação dos Professores Particulares	O ensino particular: revista mensal da associação dos professores particulares	Aprox. 1883	Rio de Janeiro
Associação do Professorado Catarinense	Professor	1889	Santa Catarina
Grêmio do Professorado Baiano	A Reforma: órgão do grêmio do professorado baiano (BA)	1890	Bahia
Associação dos Professores do Brasil	A Escola: órgão da associação dos professores do Brasil.	1900	Rio de Janeiro
Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná	A Escola	1906	Paraná
Instituto Pedagógico Paulista	A Instrução Popular	Aprox. 1896	São Paulo

Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	Revista do Ensino	1902	São Paulo
---	-------------------	------	-----------

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira; Catani (1995). Dados sistematizados pela autora.

Além das supracitadas, localizei a Revista do Ensino, editada pelo professor Alcides Catão da Rocha Medrado. A revista era publicada quinzenalmente, na cidade de Outro Preto, estado de Minas Gerais, entre 1886 e 1889.¹⁹⁴ Catani (2003, p. 34) menciona outras revistas produzidas por professores no estado de São Paulo: Eco do Professorado (1873); O Pestalozzi (1884); Revista dos Novos (1885); o Neófito (1889); Revista Moderna (1892) e A Escola Pública (1893). Além dessas, outro periódico dedicado à instrução era a Revista Pedagógica, editada no Rio de Janeiro desde novembro de 1890 pelo *Pedagogium*, como já reportado.

Catani (2003), ao investigar a Revista do Ensino – periódico da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo –, considera que, além de propagar os ideais defendidos pela associação, a revista contribuiu no processo de organização do campo educacional, pois era “fruto de um projeto que, ao pretender congregar e defender os professores, quer contribuir para a delimitação e o reconhecimento da especificidade profissional do trabalho da categoria” (CATANI, 2003, p. 60). Publicada entre 1902 e 1918, a revista contou com subvenção do governo do estado de São Paulo em dois momentos: desde o seu lançamento até 1904 e, posteriormente, entre junho de 1911 e dezembro de 1918. Para a autora, na primeira fase de publicação do periódico (entre 1902 e 1904), além da subvenção governamental, o estado paulista – via Secretaria do Interior, que tratava dos assuntos da educação – cedeu o Grupo Escolar do Carmo para sede da associação. Nesse momento, à Revista do Ensino foi atribuída a tarefa de orientar o magistério a partir da propagação de modelos de lições que deveriam ser seguidas pelo professorado. Além disso, as páginas da revista continham denúncias acerca da precariedade do ensino e na formação de professores. Entre 1903 e 1904, o caráter apolítico da revista seria colocado em xeque com a criação de um imposto a ser descontado do salário dos professores. Nesse ínterim, conforme Catani (2003), a Revista do Ensino adotou uma postura mais combativa, reivindicando condições de trabalho e melhoria salarial. É nesse momento que o periódico perde o

¹⁹⁴ Localizada no site da Hemeroteca Nacional Brasileira.

financiamento do estado. Na terceira fase da revista, o periódico retorna à publicação mediante subvenção estatal e passa a ser porta-voz dos interesses da diretoria-geral do ensino:

Na prática, a vida da associação confunde-se em boa parte do tempo com a publicação do seu periódico que, ao funcionar como seu porta-voz, explicita as preocupações dos integrantes das sucessivas diretorias – e estes, por sua vez, pretendem estar representando os anseios do professorado. Assim, se há um trabalho materialmente concreto que a entidade desenvolve mediante a prestação de serviços, há também um trabalho de propaganda que deseja instaurar os rumos da organização dos serviços de ensino e um padrão de excelência da formação e do exercício profissional que envolve tanto a discussão das práticas recomendáveis quanto a as condições ideais em que estas devem ocorrer e que o Estado deve propiciar. [...] os integrantes das diretorias da entidade eram indivíduos vinculados às principais escolas, aparecendo assim como aqueles que podiam fazer chegar aos centros de decisão os anseios do professorado (CATANI, 2003, p. 61-62).

Acerca da circulação de ideias em impressos, Villela (2011) menciona o papel da imprensa pedagógica na constituição de um sentimento de pertencimento a um corpo profissional. A autora trata, especificamente, dos jornais pedagógicos “A Instrução Pública” e a “Verdadeira Instrução Pública”, que circularam na corte durante a segunda metade do século XIX. A Instrução Pública foi lançada em abril de 1872 e circulou até julho de 1875, em edições quinzenais. Era dirigida por José Carlos de Alambary Luz, inspetor de ensino e diretor da Escola Normal de Niterói (VILLELA, 2011, p. 128). Voltou a ser editado entre agosto de 1887 e agosto de 1888 (VILLELA, 2011, p. 130). Após a instauração da República, segundo a autora, o jornal foi incorporado pela Revista Pedagógica, do *Pedagogium*, já mencionado. “Ao que tudo indica, essa revista tentará preencher uma lacuna, enquadrando em padrões oficiais aquelas iniciativas de caráter autônomo, até então experimentadas” (VILLELA, 2011, p. 130).

O outro impresso, A Verdadeira Instrução Pública, circulou de junho a novembro de 1872 e se anunciava como dedicado exclusivamente aos interesses da instrução pública. Era dirigido pelo professor Manoel José Pereira Frazão e se caracterizou como opositor das ideias anunciadas pelo A Instrução Pública (VILLELLA, 2011, p. 129). De acordo com Villela (2011, p. 129), a razão da divergência, um dos motivos para o lançamento do A Verdadeira Instrução Pública, foram as críticas realizadas por José Carlos de Alambary aos professores primários, “acusando-os de despreparados” (VILLELLA, 2011, p. 129). Frazão, então, manifestou-se a favor da classe, justificando que não se poderia apontar um caso

excepcional como norma; que, se existissem professores despreparados, a responsabilidade era da Inspetoria da Instrução que os havia nomeado e permitido que assumissem uma escola. O professor Frazão reagiu às declarações de Alambary, que chamava de “regra o que só é exceção, fazendo de uma classe inteira responsável por vossos descuidos” (A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, n. 1, p. 2). E enfatizava: “Sim, pelos vossos descuidos, porque se há professores ignorantes, eles entraram para a classe com vosso consentimento” (A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, n. 1, p. 2).

Pelas argumentações que Frazão utiliza, percebemos que a questão tinha raízes muito mais antigas. Segundo suas explicações, terminada a Guerra do Paraguai, os professores públicos entenderam que era momento de solicitar melhorias quanto aos seus vencimentos. Fizeram várias investidas junto à Inspetoria, mas sem resultados concretos. Pensaram então em criar uma sociedade, o Instituto dos Professores Públicos da Corte, “para facilitar o conagração da classe”, mas quando estava tudo acertado, “quando os estatutos estavam quase concluídos, mão invisível espalhou a cizânia entre os obreiros” e a iniciativa teve de ser adiada (VILELLA, 2011, p. 129).

A produção do periódico A Verdadeira Instrução Pública estava atrelada à Sociedade Literária Beneficente Instituto dos Professores Públicos da Corte, fundada em 1872, e contava com “mais de trinta professores de ambos os sexos, isto é, a maioria absoluta da classe” (A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, n. 10, p. 10), agrupados em torno da dignidade de classe. A criação de um órgão de imprensa, segundo os redatores do impresso A Verdadeira Instrução Pública (1872, n. 10, p. 1), era considerada como “um excelente meio de promover o progresso intelectual dos professores”.

Numa de suas edições, é possível identificar a retomada do manifesto dos professores de 1871:

Convencido de que o governo nada faria por instruir os professores, e que se limitava a dizer, em seus relatórios, que são ignorantes, tratamos, logo depois do manifesto, de aproveitar a agitação dos espíritos, para dirigi-los à formação de uma sociedade literária e beneficente, com uma revista mensal para a publicação de seus trabalhos.

A ideia achou favorável acolhimento. Em poucos dias tivemos muitas ofertas de livros para a biblioteca social, e a inspetoria geral, a convite nosso, deu-nos a honra de presidir a uma de nossas sessões preparatórias.

Os nossos inimigos, porém, observando este movimento, trataram de espalhar os professores semeando a cizânia entre eles. A uns dizia-se que iriam sofrer comparações em que seria desairados; a outros, que o único móvel de nossos atos era o engrandecimento pessoal, e que eles eram os degraus por onde devíamos subir!

Este apelo às paixões ruins deu a princípio o resultado esperado: apareceram dissidências fundadas nessas intrigas, e o instituto dos

professores não se pode constituir. Entretanto aparecia um periódico com o título Instrução Pública, pintando o estado de nossas coisas com tão negras cores, que nós, signatários do manifesto, julgamos criado de propósito para nos humilhar. Seus redatores deixavam perceber uma garantia superior como para nos impor silencio. Soubemos cumprir o nosso dever: assumimos a posição que a lógica nos impunha criando também este periódico (A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1872, n. 11, p. 1).

O professor Frazão é responsável, ainda, por outro impresso pedagógico, a revista quinzenal *A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino*, que circulou entre 1877 e 1878 na corte imperial. A publicação contava com a participação de Joaquim José Amorim Carvalho e Augusto Candido Xavier Cony (LE MOS, 2011, p. 112). Esse fez parte do jornal “A Instrução Pública”, periódico do qual, como já mencionado, Frazão era opositor. A revista fazia críticas à política liberal e contava com o apoio do deputado fluminense, e membro do Partido Conservador, Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira. Lemos (2011, p. 112) considera que, com tal atitude, Frazão tinha sua reputação arranhada, pois até então denunciava as benesses recebidas por outros jornais e se orgulhava de sua independência. Tal revista tinha ligação com a Associação dos Professores Públicos da Corte, criada em 1877 (A ESCOLA, 1887).

Considerando, então, que havia uma gama de impressos promovidos pelas associações docentes, a próxima seção analisa pontualmente a revista da Associação do Professorado Catarinense.

2.4 PROFESSOR: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATARINENSE

A revista da Associação do Professorado Catarinense, intitulada *Professor*, foi lançada no dia 25 de agosto de 1889,¹⁹⁵ cerca de um ano após a criação da associação, com distribuição gratuita a todos os seus membros. Localizei dois exemplares digitalizados dessa edição; um, no *site* da Hemeroteca Digital Catarinense; outro, na Hemeroteca Digital Brasileira, no *site* da Biblioteca Nacional. Não é possível precisar se houve outras edições da revista. Minha hipótese é que, considerando o tempo de existência da própria associação e as interrupções nas

¹⁹⁵ Jornal do Comércio, de 1º de setembro de 1889, p. 1-2.

aulas de Tipografia do Liceu de Artes e Ofícios, só tenha havido uma edição da revista.

Resultado de um compromisso assumido no estatuto da associação, Professor foi anunciada como uma revista mensal. A primeira edição era formada de quatro páginas, e composta nas aulas de Tipografia do liceu, gratuitamente, pelos estudantes Álvaro Guimarães e Pompeo Theodoro Dias, sob a direção do professor Geraldo Ferreira Braga. Assinam, logo na primeira página, como comissão redatora, os médicos Luiz Augusto Crespo e Paula Guimarães e o professor Fausto Werner. Na ocasião, Luiz Augusto Crespo assumiu o cargo de diretor geral da Instrução Pública e de presidente honorário da associação, conforme previsto no estatuto, substituindo Amphiloquio Nunes Pires, que havia deixado o cargo de diretor da Instrução e, conseqüentemente, de presidente honorário da associação e membro da comissão redatora da revista (PROFESSOR, 1889, p. 4). Segundo Lucas Boiteux, a revista foi impressa no tamanho 32X33 centímetros.¹⁹⁶ A figura 31 reproduz o cabeçalho da revista Professor, com informações sobre o corpo editorial e o endereço de correspondência.

Figura 31 - Cabeçalho da revista Professor



Fonte: PROFESSOR (1889). Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.

A figura 32 ilustra a rua Saldanha Marinho, Centro de Florianópolis, na década de 1920. À época da publicação da revista, a rua era denominada de rua

¹⁹⁶ Jornal O Estado, de 28 de julho de 1915, p. 1.

Conceição. Local da residência do primeiro secretário da associação, o professor Léon Eugenio Lapagesse, e endereço para as correspondências recebidas de associados e do público em geral pela associação.

Figura 32 - Rua Saldanha Marinho, em meados de 1920



Fonte: Collaço, 2004.

A revista retoma os objetivos consagrados em seu estatuto de assistência ao professorado e de incentivo aos aspectos relacionados à formação docente, com o acréscimo da importância do auxílio à publicação de obras didáticas, sem detalhar quais seriam as obras e como o processo ocorreria (PROFESSOR, 1889, p. 4). Destaco que não somente Léon Lapagesse (Apêndice A), mas Silvio Pellico e Horácio Nunes Pires (Quadro 19) publicaram obras sobre a instrução pública. A associação, assim, poderia constituir-se em espaço privilegiado de disseminação da obra de autoria de seus membros.

A notícia sobre a revista foi publicada pelos jornais Conservador e do Comércio:

Figura 33 - Nota sobre a revista Professor divulgada no jornal Conservador

<p>Sob o título <i>Professor</i> appareceu ante-hontem essa nova revista mensal da Associação do Professorado Catharinense, impressa na aula typographica do Lyceu de Artes e Officios.</p> <p>Sua distribuição é gratis para todos os membros d'aquella associação, tendo, porém, direito a um anno de assinatura as pessoas á ella estranhas, desde que remetam como donativo uma qualquer quantia.</p> <p>Agradecendo a visita que nos fez, almejamos-lhes longa duração.</p>	<p>Sob o título <i>Professor</i> appareceu anteontem essa nova revista mensal da Associação do Professorado Catarinense, impressa na aula [de] Tipografia do Liceu de Artes e Officios.</p> <p>Sua distribuição é grátis para todos os membros daquela associação, tendo, porém, direito a um ano de assinatura as pessoas a ella estranhas, desde que remetam como donativo uma qualquer quantia.</p> <p>Agradecendo a visita que nos fez, almejamos-lhes longa duração.</p>
--	---

Fonte: Jornal Conservador, de 2 de setembro de 1889, p. 1.

Figura 34 – Nota referente ao primeiro número da revista Professor, no Jornal do Comércio

<p>PROFESSOR</p> <p>Fomos obsequiados com um exemplar do primeiro numero do <i>Professor</i>, revista mensal da futura Associação do Professorado Catharinense, recentemente creada nesta capital.</p> <p>O <i>Professor</i>, que apresentou-se hontem ao publico, foi composto e impresso pelos alumnos da aula de typographia do Lyceu de Artes e Officios, o que vale mais um attestado em favor da reconhecida utilidade d'aquelle estabelecimento.</p> <p>Traz o primeiro numero do <i>Professor</i>: artigo de apresentação; Das leis do methodo de ensino, por Wenceslão Bueno de Gouvêa; <i>Higiene na escola</i>, por P. G.; e noticiario abundante.</p> <p>A commissão de redacção compõe-se dos srs. Drs. Luiz Augusto Crespo, Paula Guimarães e Fausto Werner.</p> <p>Saudamos affectuosamente ao novo propugnador dos interesses do professorado catharinense.</p>	<p>PROFESSOR</p> <p>Fomos obsequiados com um exemplar do primeiro número de <i>Professor</i>, revista mensal da futura Associação do Professorado Catarinense, recentemente criada nesta capital.</p> <p>O <i>Professor</i>, que apresentou-se ontem ao público, foi composto e impresso pelos alunos da aula de Tipografia do Liceu de Artes e Officios, o que vale mais um atestado em favor da reconhecida utilidade daquele estabelecimento.</p> <p>Traz o primeiro número do número do <i>Professor</i>: artigo de apresentação; Das leis do método de ensino, por Wenceslau Bueno de Gouvêa; Higiene na escola, por P. G.; e noticiário abundante.</p> <p>A comissão de redação compõe-se dos srs. Drs. Luiz Augusto Crespo, Paula Guimarães e Fausto Werner.</p> <p>Saudamos afetuosamente ao novo propugnador dos interesses do professorado catarinense.</p>
--	--

Fonte: Jornal do Comércio, de 1º de setembro de 1889, p. 1-2.

A associação contava, na data da publicação da revista, com 76 membros efetivos e 11 professores que manifestaram interesse em se tornar sócios, mas não efetuaram o pagamento da joia e das mensalidades (PROFESSOR, 1889, p. 4). Em junho de 1889, o fundo social mantido pela associação totalizava 869\$203. Para se ter uma ideia do impacto na associação e da circulação de sua revista entre os membros do magistério, vale informar que à época do lançamento da revista existiam, na província, 119 escolas públicas (43 delas vagas) e 12 subvencionadas (SANTA CATARINA, 1889, p. 9). Assim, estariam em efetivo exercício 88 professores primários. A associação não reunia apenas professores primários do ensino público, como já apontado. Alguns dos sócios que participavam da diretoria da associação lecionavam no ensino secundário, ou no liceu, em cargos que não eram considerados públicos. Além disso, professores aposentados, ou pessoas que tivessem contribuído para o desenvolvimento da associação, também poderiam ser sócios. De todo modo, analisando o número de professores atuantes no ensino público, considero significativo o número de sócios.

A revista Professor é dividida em quatro partes: a primeira, consistia num texto introdutório de apresentação, com referências às dificuldades encontradas para concretizar seus objetivos e referência às criações da imprensa, do telégrafo, às teorias de Galileu e às perseguições sofridas pelos cristãos no início do cristianismo. Com base nesses acontecimentos, a associação acreditava em seu triunfo (PROFESSOR, 1889, p.1). A segunda parte era dedicada às “leis do método de ensino”; a terceira, à “Higiene na escola”;¹⁹⁷ por fim, havia um espaço denominado “noticiário”, no qual constavam os feitos da associação no seu primeiro ano já divulgadas pela imprensa, como a concessão de auxílio à viúva do professor Manoel Estevão da Silveira. A novidade, nessa seção, é a publicação do número de sócios, já reportado. A figura 35 representa a primeira página da revista com a forma de organização e divisão dos artigos.

¹⁹⁷ A transcrição do texto introdutório do artigo “Das leis do método de ensino” e “Higiene na escola” encontra-se no Anexo I.

Figura 35 – Reprodução da primeira página da revista Professor



PROFESSOR

REVISTA MENSAL

DA
ASSOCIAÇÃO DO PROFESSORADO CATHARINENSE



Desterro, 25 de Agosto de 1889.
N. 1

ANNO I

Distribuição gratis para todos os membros da Associação.

COMISSÃO REDACTORA:
Dr. Luis Augusto Crepo
Dr. Paula Guimarães
Fábio Augusto Werner

Toda correspondência deve ser dirigida ao 1º Secretario, Léon Eugenio Lapageasse, rua da Constituição n.º 22.

O PROFESSOR

Desterro, 25 de Agosto de 1889

Sem embargo de tantas contradições, sai hoje a lume o primeiro numero da revista pedagogica sob o titulo supra,—compreensão que nos impõe o § 3.º do artigo 2.º dos Estatutos da «Associação do Professorado Catharinense».

Qual a não que encalha em uma montanha de gelo, tal tem sido a aliada sociedade, encostando como barreira a indiferença,—esse gelo que, felizmente, principia a ser derretido pela benéfica luz do sol, a qual já se vai infiltrando através do espesso ar.

Além da indiferença de uns, temos, também, arroslado a má vontade de outros, mas qual é a instituição nobre e útil que não tem deparado com innumerables tropeços?

Que dizeis do Christianismo, cujo fundador foi crucificado?

Não foram martirizados os principaes apóstolos? Não soffreram tantas perseguições a igreja primitiva, a ponto de se transformar em sociedade secreta,—de que é uma prova o signal da cruz?

Impugnada foi a imprensa, torturando-se inimigos, encarcerados de Guttemberg os copistas, os proprietarios de bibliothecas e os doutos: estes, por crime, vendo a sciencia ao alcance do vulgar; aquelles, por verem o valor de seus livros reduzido á decima parte; aquell' outros, por serem lançados a buscar novos meios de vida.

Atacado foi o systema de Galileu,—uma das gloriosas victimas do «Santo Officio», que depois, antes, ser denominado «Nagro Officio»!.

E o telegrapho electrico, que até os maiores sabios da Alemanha asseveravam ser uma coisa impossivel?

Pois bem!

Triumphou o christianismo! triumphou a imprensa! triumpharam as theorias de Galileu! triumphou o telegrapho!

Servam estas salvas lições da historia,—a luz da verdade e a mostra da vida,—na eloquente phrase de Cicero, para atenuar os dissabores d'aquelles que tantas esforços temo envidado em prol da utilissima «Associação do Professorado Catharinense».

Eis pois, collegas, ajuda-nos; tenhamos fé, por isso mesmo que batamos a maior prova de que a sociedade vive e, justamente, a luta viver é lutar!

DAS LEIS DO METHODO DE ENSINO

An meu illustado collegas particular amigo Léon Eugenio Lapageasse:

I

Afirmára o Divino Mestre que o sabbado foi feito para o homem, que não o homem para o sabbado; affirmamos nós que as leis do methodo de ensino foram estabelecidas para os meninos, mas não foram estes creados para aquelles; e que quer dizer que o preceptor deve acompanhar o desenvolvi-

mento natural do alumno, proporcionando-lhe o estudo à idade, a compleição, ao temperamento, ao genio, á indole, á sensibilidade, á imaginação, ao grão de intelligencia e de memoria.

A educação intellectual é com o a nutricao do corpo; imito pois o importa a quantidade; deve-se attender mais á qualidade.

Nada importa comer muito; o que é preciso é comer alguma coisa que nutra o corpo e que não diminua a saúde.

Pensei importa comer o que vale e digerir.

Da mesma sorte, de nada serve decorar, o que vale é comprehender.

Não se deve comer de mais; não se deve estudar demasiado; si a intemperança estraga o estomago, o estudo excessivo estraga o cerebro.

Si é preciso dividir a carne em pedacinhos, para que o menino se não engasgue, é mister, igualmente, dividir a materia de ensino em lições pequenas, para que o alumno tire d'ellas real proveito.

Si é necessario separar da carne os ossos e do peixe as espinhas, deve, também, o professor prescindir de tudo quanto é inutil e prejudicial.

Do que fica exposto se infere a condemnação assim das lições grandes como das aulas demoradas e do estudo simultaneo de muitas materias.

Assim como a mãe,—a primeira educadora, gradúa a alimentação da criança, passando lentamente do sustento fraco para o forte, do mole para o grosso, do

A seção intitulada “Das leis do método de ensino” é assinada por Wenceslau Bueno de Gouvea, presidente da Associação do Professorado Catarinense, e dedicada a Léon Eugenio Lapagesse. O artigo discorre acerca do trabalho do preceptor. Segundo Bueno de Gouvêa, o preceptor deve acompanhar o desenvolvimento natural dos alunos, de modo a estimular a compreensão, jamais a decoreba. Afirmava que a educação intelectual se assemelha à nutrição do corpo: “Não se deve comer de mais, não se estudar demasiado: si a intemperança estraga o estômago, o estudo excessivo estraga o cérebro” (PROFESSOR, 1889, p.1). Condenava, assim, as lições extensas, as aulas demoradas e o estudo simultâneo de várias matérias; considerava que, mais do que a quantidade, o que importa é a qualidade.

O preceptor intelectual deveria partir do fácil para o difícil, do concreto para o abstrato, do simples para o composto. O mestre deveria, assim, proporcionar a seus jovens discípulos explicações fáceis e claras, por vocábulos que lhes sejam bem conhecidos e familiares, “[...] nunca, porém definições indigestas, por termos técnicos, que eles decoram maquinalmente, em pura perda de tempo, o qual não deve ser menos poupado que o dinheiro” (PALAVRA, 1889, p. 2). O presidente da associação do professorado catarinense definia, então, o que se deveria entender por método:

O método, como indica esta palavra, é o ‘caminho por onde’ o menino tem de ir da brenha da “Ignorância”; mas deve ir ele mesmo, com os seus pés, e não carregado; precisa de um guia, mas não como esses que acompanham aos cegos. O menino deve chegar à cidade da “Instrução” e ver, com os seus próprios olhos, tudo que nela existe. O preceptor deve mostrar o caminho ao aluno: ele que ande! Quando muito, o mestre pode ir com o discípulo, mas só há de lhe dar a mão quando o vir em risco de cair. [...] Não deve o professor obrigar o aluno a repetir de cor, como um papagaio, definições e regras que ele não compreende, nem pode compreender! E é por isso que, em regra, os alunos facilmente esquecem as lições aprendidas de cor!! Parece-me que estou ouvindo alguém dizer, com ares magistrais: pois o mestre recorra à sabatina (!!!) A resposta deve ser, também em verso: e tanto pode a força da rotina! (PROFESSOR, 1889, p. 2).

A discussão sobre o método de ensino aparece em outros impressos. O periódico antes mencionado, O Ensino Primário, por exemplo, em artigo assinado por Januário dos Santos Sabino, apresenta o método da lição de coisas como o “mais apropriado para dar aos alunos das aulas primárias as noções científicas” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 27). Enfatiza também que o método deveria ser tornar obrigatório nas escolas brasileiras. As vantagens dessa forma de ensino, continua

o artigo, está em “colocar sob os olhos da criança o objeto que faz o assunto da lição ou, na falta deste, a imagem que o representa” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 28), tendo em vista que assim a criança pode “notar a [...] cor, forma, uso, procedência e propriedades” dos objetos (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 28). Apesar de considerar que as escolas primárias brasileiras não contêm os mobiliários necessários ao emprego do método, tais como quadros de leitura, a carta geográfica do Brasil, o contador mecânico, a caixa métrica Carpentier, um quadro com as diversas medidas do sistema métrico, o autor considera que não se deve abdicar do método, pois, pondera, que de início bastaria dotar as escolas de instrução primária com quadros de história natural que sirvam de base às lições, sobretudo para as noções de ciências naturais (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p. 28).

É possível localizar menção ao método intuitivo na fala do presidente da província de Santa Catarina, Antônio de Almeida Oliveira, na sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de janeiro de 1880:

O ensino americano, denominado *Lições de Coisas*, produz tão bom resultado em outras partes que entendi dever desde já inicia-lo. Depois que os professores passarem a ser contratados é tão estreito o programa de ensino oficial que os meninos em rigor mal podem aprender a ler, escrever e contar. Ora, em tais condições não pode deixar de contribuir para maior desenvolvimento dos alunos em exercício, que sem demandar novas habilitações dos professores, no correr das mesmas lições diárias, ministradas aos alunos ideias práticas, que muito lhes podem servir. (SANTA CATARINA, 1880. p. 27).

De acordo com Valdemarin (2013; 2001), o método de ensino intuitivo se difunde a partir da segunda metade do século XIX, num amplo movimento de renovação pedagógica, que objetivava superar tanto o caráter abstrato do ensino, quanto o viés pouco prático da instrução. Para tanto, tal movimento prescrevia a adoção um novo método pautado no ensino concreto, racional e ativo, com utilização de novos materiais pedagógicos que proporcionassem o ensino pautados na experimentação e na observação. Esse método era denominado de lições de coisas ou, ainda, método intuitivo:

O novo método pode ser sintetizado em dois termos: observar e trabalhar. Observar significa progredir da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento. Trabalhar consiste em fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àquelas da vida adulta. Aliando observação e trabalho numa mesma atividade, o método intuitivo pretende direcionar o desenvolvimento da criança de modo que a observação gere o raciocínio e o trabalho prepare o futuro produtor, tornando indissociáveis pensar e construir (VALDEMARIN, 2001, p. 158-159).

Em Santa Catarina, em termos de legislação educacional, é possível visualizar na Reforma da Instrução de 1908, a recomendação para a aplicação do método de ensino intuitivo. Para o governador do estado de então, Gustavo Richard,¹⁹⁸ o método representava a consolidação da pedagogia moderna nas escolas catarinenses e uma forma de melhorar as condições precárias do ensino (SANTA CATARINA, 1908, p. 14). Nas correspondências expedidas pela diretoria de Instrução Pública no ano de 1881, é possível localizar a falta de objetos em escolas da província de Santa Catarina.¹⁹⁹ Sobre as condições materiais e estruturais das escolas, no final do século XIX, Francisco José da Rocha, presidente da província, assim descrevia a situação das escolas:²⁰⁰

Que poderei dizer-vos das casas escolares?

Sabeis que em muitas vilas das Câmaras Municipais funcionam em casas de 5\$000 de aluguel mensal. Que casas poderemos pretender ali para escolas?

Que importa criar escolas, dar-lhes professor e casa, se esta não se presta para o fim, se lhe faltam condições higiênicas e cômodos indispensáveis a vida infantil?

A casa escolar deve ser tão espaçosa quanto o exija o número de alunos; deve oferecer-lhes certo conforto que os afeiçoe e atraia; a criança não volta de boa vontade ao lugar onde não se achou bem, onde só encontrou constrangimento ou privações.

Assim pensando, mandei preparar as duas escolas, uma para cada sexo situadas à rua Trajano, nesta Capital, dando-lhes a largueza e as comodidades que lhes comportavam. Mas a província nem possui prédios escolares em toda parte onde tem escolas, nem poderia, senão com muita lentidão, prepara-los se os possuísse. Seria conveniente, como já é Lei em algumas Províncias, que nenhuma freguesia, vila ou cidade se instalasse enquanto não adquirisse a propriedade de casa com todas as condições para escola.

Estes são os elementos indispensáveis para a criação de escolas: pessoal que as frequente, professorado com habilitações, casa apropriada.

Sem estas condições, quantas escolas se criarem serão ônus para a Província; benefício nenhum (SANTA CATARINA, 1888, p. 96).

¹⁹⁸ Em 1885, atuava como professor de pedagogia e metodologia no Instituto Literário e Normal. (CABRAL, 2004, p. 1.302).

¹⁹⁹ Destaco dois officios expedidos pela diretoria de Instrução Pública no ano de 1881. Em 9 de agosto de 1881: "Declaro que em resposta ao seu officio de 22 de mês findo, sob n. 89, que atendendo as atas [ilegível] as escolas que não estão em condições de poder funcionar por falta de tais objetos" (SANTA CATARINA 1881, p. 127). Em 20 de agosto de 1881: "Não podemos, por ora, atender a requisição dos objetos para a escola pública do arraial dos Ganchos no município de São Miguel, devolvo a V. M. a relação que acompanha o seu officio de 16 do corrente, sob n. 119" (SANTA CATARINA, 1881, p. 130).

²⁰⁰ Relatório apresentado à Assembleia provincial pelo Presidente Francisco José da Rocha em 11 de outubro de 1887. Publicado pela tipografia União, sediada no Rio de Janeiro, em 1888 (SANTA CATARINA, 1888).

A referência ao método intuitivo aparece no segundo artigo da revista da Associação do Professorado Catarinense, assinado pelas iniciais P. G., que aborda a questão da higiene na escola. O texto se inicia chamando a atenção para o discurso em prol da instrução pública, pela profusão de reformas em nome da difusão das luzes, o que, para o autor do escrito, não passaria de retórica pura e “grande despesa de papel e tinta, que serve somente para demonstrar o nosso temperamento palavroso e superficial [...] em referência ao ensino escolar entre nós, tudo está por fazer” (PROFESSOR, 1889, p. 2). Assim prossegue o texto:

Casa, mobília, material, programa, método, tudo está em desacordo com o que determina a higiene (preocupação dos mais adiantados pensadores). As escolas da província são um verdadeiro atentado aos preceitos da ciência. As salas sempre acanhadas, escuras, mal ventiladas, sentadas em bancos trôpegos, escrevendo mal em carteiras uniformes, que tanto servem aos de maior como aos de menor idade, obrigando-os a posições viciosas e consequentes deformações crônicas; respirando um ar infecto que não é convenientemente renovado, nada vendo que lhes amenize a aridez do ensino monotonamente repetido, nada encontrando que lhes desperte a natural curiosidade, sobrecarregando a memória com a repetição banal de lições gramaticais e noções abstratas que não compreendem, não vendo objetos sobre que possam exercitar a atenção, formar juízo, adquirir conhecimentos práticos – como manda o método intuitivo, natural, das lições de coisas. Tão preconizado pelos mais eminentes pedagogistas (PROFESSOR, 1889, p. 2).

A questão da organização e higiene do espaço escolar também era notícia nos jornais. O Jornal do Comércio, de 1º de fevereiro de 1889, anunciava, na primeira página, sob o título “estabelecimentos de instrução”, a decisão do presidente da província de adiar o início das aulas no Instituto Literário e Normal e a suspensão das aulas nas escolas públicas primárias, tendo em vista o mau estado sanitário da capital. A decisão se estendia também ao Liceu de Artes e Ofícios. Os estabelecimentos de ensino particulares foram convidados a cumprir a mesma determinação. As aulas no liceu foram retomadas em 7 de março. Essa não foi a primeira vez que as aulas foram suspensas em função das condições sanitárias da capital da província, de acordo com a imprensa. Em abril de 1886, Desterro passou por uma epidemia de febre amarela.²⁰¹ O surto ocasionou a morte de 32 pessoas no mês de abril; entre elas, Belmira Gertrudes dos Passos, aluna do liceu.²⁰² Da mesma forma, a preocupação com os preceitos de higiene pode ser vista no anúncio sobre a distribuição de vacinas pela inspetoria de higiene, localizada no palácio da

²⁰¹ Jornal Regeneração, de 30 de abril de 1886, p. 1.

²⁰² A instituição manda celebrar uma missa em sufrágio à sua alma em 4 de maio de 1886 (Jornal Regeneração, de 2 de maio de 1886, p. 3).

presidência da província. No ano de 1887, era inspetora da higiene pública Paula Guimarães, também diretor do liceu.

Figura 36 - Anúncio assinado pelo inspetor de higiene Fructuoso Pinto da Silva

<p style="text-align: center;">ANNUNCIOS</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Vaccina</p> <p>Nas quartas feiras e sabbados, das 10 às 12 horas da manhã, na sala onde funciona a Inspectoria de Hygiene, no pavimento terreo do Palacio da presidencia.</p> <p style="text-align: right;">Dr. Fructuoso Pinto da Silva, Inspector interno de Hygiene Publica.</p>	<p style="text-align: center;">Anúncios</p> <p style="text-align: center;">Vacina</p> <p>Nas quartas-feiras e sábados, das 10 às 12 horas, na sala onde funcionava a Inspectoria de Higiene, no pavimento térreo do Palácio da presidência.</p> <p>Dr. Fructuoso Pinto da Silva. Inspetor interino de Higiene Pública.</p>
---	--

Fonte: Jornal Conservador, de 14 de outubro de 1887, p. 3.

No mesmo período, o Liceu de Artes e Ofícios também recebeu incentivos para prezar pela higiene na sua materialidade. Esse é o caso do pedido, divulgado na imprensa, de isenção do pagamento de materiais empregados no encanamento de esgoto do estabelecimento. A administração de Francisco José da Rocha teria concedido a isenção de 31\$250 referentes aos materiais utilizados na obra.²⁰³ A urbanização de Desterro também envolveu a Associação do Professorado Catarinense. Em agosto de 1889, o gabinete da presidência da província encaminhou ofício aos empregados públicos e a instituições solicitando donativos para o ajardinamento da Praça Barão da Laguna²⁰⁴ (atual Praça XV de Novembro). A arrecadação também foi notícia nos jornais e chegou ao montante de 44\$800 (quarenta e quatro mil e oitocentos réis).

²⁰³ Jornal Conservador, de 22 de novembro de 1887, p. 1.

²⁰⁴ Jornal Regeneração, de 4 de agosto de 1889, p. 2.

Figura 37 – Registro da arrecadação da associação para o ajardinamento da Praça Barão da Laguna

Subscrição promovida pelo 1º Secretario da Associação do Professorado Catarinense o Sr Leon Eugenio Lapagesse:		Subscrição promovida pelo 1º Secretario da Associação do Professorado Catarinense o sr. Léon Eugenio Lapagesse:	
Wenceslau B. de Gouvêa	5\$000	Wenceslau B. de Gouvêa.....	5\$000
Leon Eugenio Lapagesse	5\$000	Léon Eugenio Lapagesse.....	5\$000
Dr. Luiz A. Crespo	5\$000	Dr. Luiz A. Crespo.....	5\$000
Dr. Paula Guimarães	5\$000	Dr. Paula Guimarães.....	5\$000
Coronel Antonio X. Pitada	2\$000	Coronel Antônio X. Pitada.....	2\$000
D. Felicidade F. Lapagesse	2\$000	D. Felicidade F. Lapagesse.....	2\$000
D. Anna J. Cidade	2\$000	D. Anna J. Cidade.....	2\$000
Edmundo Trompowhy	2\$000	Edmundo Trompowhy.....	2\$000
José Paulo Arantes	1\$000	José Paulo Arantes.....	1\$000
João Jorge de Campos	1\$000	João Jorge de Campos	1\$000
João Maria Duarte	1\$000	João Maria Duarte.....	1\$000
Silvio P. de F. Noronha	1\$000	Silvio P. de F. Noronha.....	1\$000
Aristides Mello	1\$000	Aristides Mello.....	1\$000
Septimio Werner	1\$000	Septimio Werner.....	1\$000
Alvaro Guimarães	1\$000	Alvaro Guimarães.....	1\$000
Amphiloquio Marques	1\$000	Amphiloquio Marques.....	1\$000
Edmundo Silveira	1\$000	Edmundo Silveira.....	1\$000
João Silveira	1\$000	Edmundo Silveira.....	1\$000
Octavio Silveira	1\$000	Lino Sensini.....	1\$000
Lino Sensini	1\$000	José Guilhon.....	\$500
José Guilhon	\$500	Manoel Guilhon.....	\$500
Manoel Guilhon	\$500	Alfredo Vieira.....	\$500
Alfredo Vieira	\$500	João Baptista dos Santos.....	\$500
João Baptista dos Santos	\$500	Jovita Costa.....	\$500
Jovita Costa	\$500	João A. Carvalho.....	\$500
João A. Carvalho	\$500	Francisco Firmo Júnior.....	\$500
Francisco Firmo Junior	\$500	Elpidio Fragoso.....	\$500
Elpidio Fragoso	\$500	Carlos Wendhausen.....	\$500
Carlos Wendhausen	\$500	Arlindo Teixeira.....	\$200
Arlindo Teixeira	\$200	Domingos Valenti.....	\$100
Domingos Valenti	\$100		
	44\$800		44\$800

Fonte: Jornal Regeneração, de 10 de agosto de 1889, p. 1.

No final de 1889,²⁰⁵ os jornais que circulavam na capital da província informam que o diretor do liceu Paula Guimarães teria suspenso os exames finais e a apresentação dos trabalhos em função das obras no prédio, que ainda não haviam sido finalizadas. Prevvia-se que as aulas seriam retomadas no ano seguinte, em 3 de fevereiro de 1890.

De acordo com Cherem (2001), o início da República não gerou grande impacto no cotidiano de Desterro. Segundo Cabral (2004), a partir de setembro, os acontecimentos na corte pouco eram noticiados pela imprensa: “Havia um silêncio sepulcral, um certo medo de expor ideias” (CABRAL, 2004, p. 1.685). Os jornais Conservador e Regeneração deixaram de circular no dia 14 de novembro: “As

²⁰⁵ Jornal do Comércio, de 19 de dezembro de 1889.

notícias da Corte chegavam na cidade do Desterro, algumas vezes atrasadas, outras devidamente censuradas” (CABRAL, 2004, p. 1679). Num “esforço de ruptura com o contexto que lhes antecedia” (CHEREM, 2001, p. 303), passaram a ser promovidos eventos para anunciar a adesão ao novo regime político. Nessa perspectiva, no mês de dezembro, a congregação de lentes do Liceu de Artes e Ofícios respondia a um ofício de Lauro Severiano Müller, governador do estado federal de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo cargo. Tal documento foi publicado na primeira página do Jornal do Comércio, de 12 de dezembro de 1889, e não constituiu ato isolado:

Liceu de Artes e Ofícios – Santa Catarina, 7 de Dezembro de 1889. – ao cidadão dr. Lauro Severiano Muller, governador do Estado Federal de Santa Catarina. – Correspondendo a vossa comunicação de 2 de Dezembro, a Congregação do Liceu de Artes e Ofícios – reconhecendo em vós o representante do governo nacional inaugurado em 15 de Novembro – sauda vos fraternalmente. A instituição popular que represento e cuja importância é ocioso encarecer-vos, muito espera de uma administração cuja base é a democracia pura, pois não pode prosperar um governo republicano sem disseminar o ensino a mãos largas. Essa verdade, que tornou-se banal à força de repetir-se, precisa aqui de plena confirmação, de acordo com a nova era propiciamente iniciada no país, movimento que – causando espanto aos que não encontram na História fato tão assombroso pela harmonia de vistas e grandeza de resultados, e enchendo de riosas esperanças os que firmemente creem na perfectibilidade humana – torna-se, para nós brasileiros, de prenuncio seguro dos elevados destinos de nossa pátria e obriga-nos a ingentes esforços para exaltá-la moral e intelectualmente honrando dignamente a nova divisa: Ordem e progresso. O estabelecimento que atualmente acha-se sob a minha direção precisa dos auxílios do governo para continuar a prestar à população desta capital os serviços devidos com desinteresse e abnegação de seus professores. Não tenho dúvida em afirmar que encontraremos em vosso espírito – aberto às grandes ideias e devotado às grandes causas – e acolhido benévolo que dispensou à nossa simpática instituição o ilustre ex-presidente dr. Oliveira Bello, benemérito operário do grande edifício da educação popular, que legou as pujantíssimas mãos dos governos republicanos a realização da obra que pretendia executar. Podeis contar, sr. Governador, com a dedicação e sentimentos democráticos da Congregação do Liceu de Artes e Ofícios. – Saúde e Fraternidade. – Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães (JORNAL DO COMÉRCIO, de 12 de dezembro de 1889, p. 1).

De todo modo, o “rito” de encerramento do ano letivo de 1889 e a entrega de prêmios aos estudantes não foi realizada. A justificativa publicada pelo Jornal do Comércio, de 19 de dezembro, foi a reforma de prédio iniciada em outubro, mas ainda não finalizada. Talvez a realização das obras fosse um bom argumento para

a ausência da cerimônia, devido à efervescência do momento político. De todo modo as aulas retornaram dia 3 de fevereiro de 1900.²⁰⁶

2.5 COMPOSIÇÃO DA REVISTA E AULAS DE TIPOGRAFIA NO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS

Para compreender o processo de elaboração e circulação da Revista da Associação do Professorado Catarinense, recorri, mais uma vez, à história do Liceu de Artes e Ofícios. Como a revista foi impressa nas aulas de Tipografia do liceu, quis identificar a presença/ausência da disciplina na grade curricular do estabelecimento de ensino profissional, assim como localizar os professores da disciplina e sua relação com a associação. As primeiras aulas ministradas no liceu, e respectivos professores, estão sistematizados no quadro 20.

Quadro 20 - Disciplinas oferecidas pelo Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora do Desterro, em 1883

Disciplina	Professor
Geometria	Tenente João Justino Duarte de Proença
Tipografia	José Joaquim Lopes Junior
Desenho	Manoel Francisco das Oliveiras
Artes Gráficas e Caligrafia	Alexandre Margarida
Mecânica	Manoel Joaquim Coelho
Música vocal	Francisco José da Costa
Música instrumental	José Brasília de Souza
Geografia	Candido Melchiades de Souza
Primeiras letras	Horácio Nunes Pires
Português	João Maria Duarte
Francês	Deocleciano da C. Doria
Aritmética	Capitão do mar e guerra Antônio X. de A. Pitada

Fonte: Jornal A Regeneração, de 1º de setembro de 1872, de 3 de junho de 1877, de 23 de dezembro de 1880, de 29 de março de 1883, de 8 de abril de 1883, de 22 de agosto de 1884. Dados sistematizados pela autora.

Antes do encerramento do primeiro ano letivo, em 1883, a instituição ampliou a oferta de aulas, criando o curso de escrituração mercantil. A ampliação da grade de aulas ministrada pelo liceu dependia da anuência do presidente da província.²⁰⁷ Sobre as aulas de Tipografia, em 1888, o aluno Pompéu Theodoro

²⁰⁶ Jornal do Comércio, de 19 de dezembro de 1899, p. 1.

²⁰⁷ Jornal A Regeneração, de 13 de novembro de 1883, p. 1.

Jacinto, estudante que ajudou a compor a revista “Professor”, foi aprovado com distinção na disciplina e recebeu como presente um tinteiro com caneta.²⁰⁸

No ano de criação da Associação do Professorado Catarinense, as aulas no liceu se iniciaram dia 16 de janeiro de 1888 e, naquele ano letivo, seriam ministradas pelos professores João Maria Duarte, o capitão de mar e guerra Ximenes Pitada, Frontino Pires, Manoel Laureano, Faustino da Silveira, Alfredo de Albuquerque. O médico Francisco de Paula Guimarães ficou responsável pelas aulas de Francês e Geografia, e Ernesto Pires pelas de Português para o sexo feminino.²⁰⁹ José Feliciano Lobo Viana ofereceu-se para lecionar História Pátria.²¹⁰

A partir de janeiro de 1890, é possível visualizar nas páginas do Jornal do Comércio e da República a iniciativa do diretor do liceu, Paula Guimarães, em ampliar a oficina de tipografia da instituição. O diretor da instituição de ensino profissional encaminha um ofício, publicado nos jornais da capital,²¹¹ ao ministro da Fazenda Rui Barbosa, ao diretor do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, Leôncio de Carvalho, e ao administrador da Imprensa Nacional, Antônio Nunes Galvão, solicitando *specimens* para a aula de Tipografia e livros para a biblioteca do liceu. Em 14 de março do mesmo ano, o Jornal da República²¹² divulga que o administrador da Imprensa remeteu dois caixotes com tipos e outros acessórios para a aula de Tipografia. O incremento da oficina de tipografia não foi uma iniciativa exclusiva da direção de Paula Guimarães, pois no ano de 1886 o comendador José Ignácio da Tocha mandara vir dos Estados Unidos, por intermédio da casa de propriedade de Antônio Gomes Bradão, sediada no Rio de Janeiro, um pequeno prelo para as aulas.²¹³

Apesar de no anúncio das disciplinas para o ano letivo de 1890, a de Tipografia ser oferecida às terças e sextas-feiras,²¹⁴ a partir do registro do número

²⁰⁸ Jornal do Comércio, de 12 de dezembro de 1888.

²⁰⁹ Jornal Regeneração, de 19 de janeiro de 1888, p. 1.

²¹⁰ Jornal Regeneração, de 25 de janeiro de 1888, p. 1.

²¹¹ Consultar Jornal do Comércio, de 25 de janeiro de 1890, e jornal A República, edições de 25 de janeiro e 14 de março de 1890.

²¹² Jornal República, de 14 de março de 1890, p. 2.

²¹³ Publicado na primeira página do Jornal Regeneração, de 18 de novembro de 1886.

²¹⁴ Jornal do Comércio, de 4 de fevereiro de 1890, p. 1. As aulas estavam distribuídas da seguinte forma; segundas e quintas-feiras, das 19 às 20 horas, Desenho, Volapuque e Primeiras Letras para adultos. Já das 20 às 21 horas, Francês, Álgebra e Geometria. Terças e sextas-feiras, das 19 às 20 horas, Primeiras Letras para crianças e Alemão. Das 20 horas às 20 horas [Sic], Aritmética, Tipografia e Corografia. Por fim, quartas-feiras e sábados, das 19 horas às 20 horas, Geografia, Música e Encadernação, e das 20 horas às 21 horas, Cosmografia.

de aulas ofertadas por cada disciplina nas páginas do Jornal do Comércio (quadros 21 e 22), é possível constatar que foram ministradas quatro aulas de Tipografia na primeira quinzena de setembro e quatro aulas na segunda quinzena de novembro pelo professor Alfredo Coelho. Não foram registradas aulas de Tipografia durante a segunda quinzena de junho, durante o mês de agosto e na segunda quinzena de outubro. No mês de julho, não há registro de aulas. Essas informações ajudam a inferir que um dos motivos que podem ter contribuído para a não continuidade da divulgação da revista “rofessor” foi a interrupção das aulas de Tipografia no liceu, haja vista que a composição da revista se deu nesse espaço. Do mesmo modo, no ano de 1891 (Quadro 22), há registro de cinco aulas ministradas em abril, uma em maio e cinco em julho, pelo professor Rodrigo Pereira Falcão, que substituiu Alfredo Coelho. Lucas Boiteux, na coluna do jornal O Estado, que serviu de inspiração para esta tese, também apontou que não era possível determinar a data em que a revista deixou de circular. Do mesmo modo, não localizei, nas fontes desta pesquisa, menções à impressão, à divulgação ou à circulação de um segundo número da revista.

Quadro 21 - Número de aulas por disciplina no Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora do Desterro – 1890

1890													
Disciplina	Professor	2ª quinzena jun.		1ª quinzena jul.		Mês de ago.		1ª quinzena de set.		2ª quinzena de out.		2ª quinzena de nov.	
		P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
Primeiras letras (adultos)	Manoel Justino de Oliveira Cruz	4	0	3	0	8	0	3	0	4	1	3	0
Desenho	Manoel Laureano	4	0	2	1	8	0	3	0	3	2	3	0
Volapuque	Eduardo Nunes Pires	3	1	3	0	7	1	3	1	5	0	3	0
Francês	Léon Eugenio Lapagesse	4	0	3	0	7	1	3	0	5	0	3	0
Álgebra e Geometria	Capitão Antônio Ximenes de Araújo Pitada	X	0	X	0	X		X	1	X	1	X	3
Primeiras Letras	Horácio Nunes Pires	3	0	5	0	5	2	2		2	3	2	2
Português	Wenceslau Bueno de Gouvêa	3	0	3	2	6	1	4	1	3	2	2	2
Alemão	Leonidas Barros	X	3		5	7	0	4***	1	5	0	4	0
Tipografia	Alfredo Coelho	X	3			X- 3	4	4	0	X	5	4	0
Aritmética	Barros de Almeida	3	0	5	0	6	1	4	0	3	2	X	3
Geografia	Francisco Costa		4	*		**	4			2	1	3	1
Encadernação	Geraldino Feijó	4	0	3	1	6	2	4	0	1	2	2	2
Cosmografia	José Basílio de Souza	3	0	4	0	7	1	3	1	2	1	4	0
Higiene	Lopes Rodrigues	3	0	4	0	7	0	4	0	2	1	1	3
Música	Francisco Costa				5	X	8	X	4	X	3	X	4

*Tomou posse o capitão Arthur Cavalcanti do Livramento.

** Na segunda quinzena de agosto e primeira de setembro, o professor capitão Arthur Cavalcanti do Livramento não deu aulas; foi substituído pelo professor José Basílio.

*** Professor Rodolpho Damm.

Fonte: Jornal do Comércio, de 3 de julho de 1890; 18 de julho de 1890; 3 e 20 de agosto de 1890; 5 de setembro de 1890; 7 de dezembro de 1890. Quadro organizado pela autora para o presente texto.

Quadro 22 - Número de aulas por disciplina no Liceu de Artes e Ofícios – 1891

1891													
Disciplina	Professor	15 de jan. a 15 de fev.		2ª quinzena fevereiro		Março		Abril		Maio		Julho	
		P	F	P	F	P	F	P	F	P	F	P	F
Primeiras Letras (adultos)	Manoel Justino de Oliveira Cruz	4	2	1	2	3	2	4	5	3	3	7	2
Desenho	Manoel Laureano	6	0	2	1	4	1	7	2	5	1	7	2
Francês	Léon Eugenio Lapagesse	6	0	X	0	5	0	8	1	5	1	9	0
Álgebra e Geometria	Antonio Ximenes de Araújo Pitada (professor benemérito)	X	5		3		4		9	1	8		9
Primeiras Letras	Horácio Nunes Pires		6		3***		4***		9 (S)		9 (S)		9 (S)
Português	Wenceslau Bueno de Gouvêa		5*	2	1	3	1	5	4	4	5		9
Alemão	Rodolpho Damm	6	0	2	1	4	1	2	7		9		9
Tipografia	Alfredo Coelho		7**		4**		4**	5 (S)	4	1(S)	6	5(S)	4
Aritmética Elementar	João Firmo C. P. da Cunha	3	3	3	0	5	0	4	5	3	3		
Aritmética	Barros d'Almeida				3*		4*	8 (D)	1	9(D)	0	8 (D)	0
Geografia	Arthur Cavalcanti do Livramento	X	7	X	4		4	6****	3	6(S)	1	8 (S)	1
Encadernação	Geraldino Feijó	2	4	X	3		5	2	7		6	1	8
Cosmografia	José Basílio de Souza	X	7	X	4	4	0	6	3	6	1	8	1
Higiene	dr. Lopes Rodrigues	X	7	X	2		3						
Música	(benemérito) Francisco José da Costa	4	2	3	0	4	1	4	5	5	1	6	3
Economia Política	Dr. Gusmão Lima	X	1	1	1	2	0	4	4		6		9
Espanhol	C Zugasti											2	0

*Substituído pelo diretor.

**Substituído pelo professor Rodrigo Pereira Falcão.

***Substituído pelo professor João Soares de Oliveira.

****Substituído pelo professor José Basílio de Souza.

Fonte: Jornal do Comércio, de 17 de fevereiro de 1891; 13 de março de 1891; 10 de abril de 1891; 15 de maio de 1891; 4 de junho de 1891; 4 de agosto de 1891. Quadro organizado pela autora para o presente texto.

Na tônica do discurso governamental, a precariedade da instrução pública na província de Santa Catarina poderia ser explicada pela falta de professores habilitados ao exercício do magistério. Apesar de alguns presidentes mostrarem outros nuances, como a questão salarial e as iniciativas de escolas normais centralizadas na capital da província, a sensação era de que a instrução precisava de medidas enérgicas a fim de modificar o quadro lastimável da educação (escolas fechadas por falta de professores - mesmo que sem habilitação -, a dificuldade de manter uma escola normal em pleno funcionamento). Tal conclusão, proveniente da leitura dos relatórios e falas dos presidentes da província, pode ser contrabalanceada com medidas da Associação do Professorado Catarinense.

Entre os objetivos da associação estavam a realização de conferências pedagógicas, a constituição de uma biblioteca especializada e a publicação de uma revista pedagógica. Tais finalidades não foram uma exclusividade da Associação do Professorado Catarinense, longe disso, a realização de conferências pedagógicas é difundida mundialmente e uma forma de promover o que se considera atualmente como formação continuada, que, no caso desta tese, toma como referência as realizadas em Portugal. Não foi possível apontar o que foi efetivamente discutido nas realizadas pela Associação do Professorado Catarinense ou se elas de fato ocorreram; contudo, são o demonstrativo de que a associação catarinense estava em sintonia com outras iniciativas gestadas no movimento de organização do magistério como categoria profissional.

Conforme apontado por Nóvoa (1987) em Portugal, as conferências foram incentivadas pelos professores da escola normal como forma de manter “seu apostolado”; no caso catarinense, essa característica também foi identificada. Léon Lapagesse, Wenceslau Bueno de Gouvêa, Silvio Pellico e Antônio Ximenes de Araújo Pitada docentes do curso normal sediado no Instituto Literário e Normal, estiveram à frente da Associação e publicaram artigos na imprensa em que ressaltavam as vantagens dessa iniciativa. Léon Lapagesse, em artigo publicado no periódico “Palavra”, destaca que uma das formas de realizar conferências seria pela troca de correspondências entre associações nacionais e internacionais, o que evidencia a circulação de uma forma de organização do magistério

Havia um modelo de organização que se destacava por questões assistenciais, conforme demonstrado na primeira parte da tese, e que também buscava formar e aperfeiçoar os docentes. No segundo aspecto, a *Pedagogium*, criada nos anos iniciais de República, buscou configurar-se como referência nacional na difusão de métodos educacionais e de formação de professores, especialmente através da publicação de uma revista especializada. Isso reforça a perspectiva de que as associações profissionais também atuavam na seara de qualificar os professores que já estavam em atuação.

No caso de Santa Catarina, o impacto das ações da Associação do Professorado Catarinense é de difícil aferição. É possível visualizar a constituição embrionária de uma biblioteca especializada, que, conforme previu um dos idealizadores, Léon Lapagesse, atingiria sobretudo os professores da capital. A simbiose entre as ações da associação e do Liceu de Artes e Ofícios leva a crer que foi realizada a união de esforços e se incentivou a doação de materiais a biblioteca do liceu.

A publicação da revista Professor é outro aspecto que demonstra a proximidade da associação catarinense com outras associações criadas no Império e/ou na República. A circulação de um periódico era uma forma privilegiada de atingir um maior número de sócios e de propagandear os feitos da associação. Além da circulação de conteúdo pedagógico, a última página de o “Professor” retoma a questão das doações recebidas para sua manutenção, para o auxílio concedido às viúvas, para a eleição à sua diretoria (tratados na primeira parte da tese), além das questões relativas à importância das conferências pedagógicas, da troca de correspondência e à de se constituir uma biblioteca.

Além disso, as temáticas tratadas nas páginas da revista Professor, o método de ensino intuitivo, a preocupação higienista com a materialidade do espaço escolar são localizadas em outras fontes do período, corroborando a tese da pesquisa de que Santa Catarina possuía uma associação profissional formada por professores já no final do século XIX, tal como outras províncias brasileiras, e que a Associação do Professorado Catarinense buscou prestar auxílio pedagógico ao profissionais que atuavam no magistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação do Professorado Catarinense foi constituída, e formalmente criada, na sala da diretoria da instrução pública, sediada no palácio do governo provincial. Nasceu sob a tutela do presidente da província de Santa Catarina e do diretor da instrução pública. O governo provincial autorizou o tesouro a realizar o desconto das joias e das mensalidades dos sócios diretamente no vencimento dos docentes e expediu um ofício aos professores de toda a província a fim de conhecerem os estatutos e tornar-se sócios. O papel desempenhado pela associação, mediante a análise dos objetivos previstos em seu estatuto, permite afirmar que a criação de associações era incentivada pelo poder público, tendo em vista que assumiriam importante papel de auxílio assistencial e previdenciário num período em que no Brasil ainda não estava construído o sistema de seguridade social.

Após sua inauguração, a Associação do Professorado Catarinense se estabeleceu no Liceu de Artes e Ofícios, instituição de ensino profissional criada em 1883 pelo presidente da província e mantida, *grosso modo*, por um grupo de professores e por doações. O liceu constitui importante espaço na cena pública de Nossa Senhora do Desterro. Suas cerimônias de encerramento, festas de aniversário e ampliação no quadro de aulas foram detalhadamente noticiadas pela imprensa desterrense. Para manutenção da instituição, foram realizadas campanhas para aquisição de uma sede própria, ampliação de sua biblioteca e criação de um museu. Foi, inclusive, escolhida como uma das instituições a serem visitadas pela princesa Isabel quando visitou a província de Santa Catarina, o que dá a tônica da importância do estabelecimento do cotidiano da cidade. É certo que a localização do prédio, na rua atrás do palácio governamental, já indicava a força política envolvida no projeto. O intento era educar a “mocidade pobre”, oferecer instrução aos mais necessitados, qualificar mão de obra, o que se pode qualificar, inicialmente, como projeto suprapartidário. No entanto, após a querela que envolveu o deputado, e então diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Sena Pereira, as atividades do liceu passaram a ser narradas principalmente pelo jornal vinculado ao Partido Liberal, no qual Sena Pereira fora eleito deputado, e partido que naquele momento fazia oposição ao presidente da província. As ações do liceu, assim, também tomaram vinculação político-partidária.

Apesar de nos discursos de seus diretores, reproduzidos nos jornais que circulavam em Desterro, a instituição ser retratada como estabelecimento de ensino

privado, no período desta pesquisa sempre contou com subsídios do governo provincial, inclusive para a compra do prédio. Muitos de seus professores, apesar de não receberem salário para lecionar no liceu, eram funcionários públicos, inclusive os que estiveram envolvidos na criação da Associação do Professorado Catarinense. Léon Eugenio Lapagesse, Wenceslau Bueno de Gouvêa e Silvio Pellico de Freitas Noronha, por exemplo, eram professores do liceu e do curso normal do Instituto Literário e Normal. Uma questão que se colocou no transcorrer na pesquisa, e que não pôde ser inteiramente respondida, é: por que a Associação do Professorado Catarinense, tendo como público professores, não estava sediada na instituição responsável pela formação de professores na província? Considero que a questão geográfica pode auxiliar na resposta. O Liceu de Artes e Ofícios estava sediado próximo ao centro de poder. Suas ações, publicadas na imprensa, serviam como vitrine aos envolvidos na direção do estabelecimento de ensino. A tônica da filantropia veiculada nos feitos do liceu também foi encontrada nos discursos das ações realizadas pela associação, especialmente no amparo às famílias dos professores.

Outra questão que precisa ser aprofundada é a ambivalência entre o Liceu de Artes e Ofícios e o Instituto Literário e Normal. Será que as ações realizadas em prol da manutenção do liceu foram realizadas com a mesma força em proveito do instituto? Por que uma instituição era digna de tantos elogios e a outra submetida a tantas críticas? Se havia professores que trabalhavam em ambas, o quê diferenciava suas atuações?

De todo modo, a tese aqui proposta pode ser confirmada: Nossa Senhora do Desterro, capital da província de Santa Catarina, sediou uma associação mantida por professores no final do século XIX. A Associação do Professorado Catarinense coloca, assim, Santa Catarina num conjunto de províncias cujos professores buscaram organizar-se profissionalmente. Mas, era uma organização com características daquele período: estatutos aprovados pelo presidente da província; diretor da instrução pública como presidente honorário; reunião de criação realizada no palácio governamental; auxílio da divulgação de sua criação através de ofício aos professores. Não localizei uma crítica dirigida às autoridades governamentais como as realizadas pelos professores na corte, ou o desejo expresso no estatuto da Associação do Professorado Catarinense de eleger um deputado para a Assembleia Provincial, tal como na Bahia.

Isto não significa que não havia resistência, queixas, interferências políticas, demissões por vinculações partidárias na província de Santa Catarina. A disputa, sobretudo entre liberais e conservadores, não se restringia aos jornais. Professores foram demitidos por vinculação ao Partido Liberal num período em que a província foi governada por representantes do Partido Conservador. Professores lançaram notas nos jornais pedindo reajuste salarial; membros da Associação do Professorado Catarinense também mantinham vinculação partidária: eram do Partido Liberal. Destaco que antes da criação da Associação do Professorado Catarinense, Silvio Pellico (orador da associação nos anos de 1888 e 1889) foi eleito deputado pelo Partido Liberal na legislatura de 1880-1881, num mandato em defesa da instrução pública e da classe profissional (mais detalhes no Apêndice A).

Neste sentido, é contraditório falar em um “associativismo tutelado”, enquanto membros eram demitidos dos cargos públicos por vinculação com o Partido Liberal, como ocorrido com Joaquim Pinto de Lemos (procurador da associação em 1890, mais detalhes no apêndice A). Talvez fosse estratégico fugir das críticas dirigidas pessoalmente ao presidente da província e ao diretor de instrução pública, e, primeiro, consolidar a associação. Será que o professor Balduino Antônio da Silva Cardoso, por já ter participado da criação de outras associações, não sabia das dificuldades de mantê-las sem o aparato estatal? Mesmo a publicação da revista, órgão de uma instituição privada que contava com subvenção pública, como a poderia manter uma publicação especializada sem o liceu? Na pesquisa não apareceu, mas, como fazê-la chegar aos professores do interior? A “ajuda” na divulgação da criação da associação pelo poder público não seria uma forma de garantir sua sobrevivência?

Por outro lado, a crítica da associação através da revista Professor, a importância do método de ensino intuitivo, a importância dos preceitos de higiene no ambiente escolar, podem ser interpretadas como críticas permitidas, pois já apareciam nos relatórios dos presidentes da província. Entre a submissão e a sobrevivência, a Associação do Professorado Catarinense buscou prover os professores e suas famílias com o pagamento de pensões e auxílios, cumprindo com um dos objetivos previstos em seu estatuto e de acordo com os feitos de outras associações profissionais naquele período. De todo modo, é possível afirmar que as ações das associações de classe daquele período estavam centradas nos seguintes aspectos: assistência e qualificação profissional, com a criação de uma biblioteca especializada; a criação de uma revista e realização de conferências pedagógicas.

O eixo da formação de professores, mais do que a questão dos auxílios prestados ao professorado, pode ser a grande questão de disputa. É possível que as reuniões acontecessem no espaço governamental como forma de controle. Por boa parte do tempo de sua existência, a Associação do Professorado Catarinense a província foi governada pelo Partido Conservador. Se a publicação da revista e a realização de conferências pedagógicas buscavam qualificar os professores da província, era essencial que o poder público acompanhasse essas discussões.

Qual o fim da Associação do Professorado Catarinense? Encerrou suas atividades em 1891, conforme os últimos registros divulgados na imprensa? Realizou mais eleições? Publicou outras edições da revista Professor? Os professores que iniciaram a associação se afastaram ao longo dos anos?

Uma pista para o “desfecho” pode estar no envolvimento dos professores Wenceslau Bueno de Gouvêa, Léon Eugenio Lapagesse, José Brasilício de Souza, Balduino Antônio da Silva Cardoso e Manoel Justiniano de Oliveira Cruz na Revolução Federalista. Em 1894, quando o movimento foi derrotado, os professores foram demitidos (mais detalhes no Apêndice A) por envolvimento na revolta. No ano seguinte, eles foram reintegrados ao corpo dos funcionários públicos do estado, possivelmente com maior controle sobre suas ações, o que poderia dificultar a criação de uma outra associação profissional.

Por fim, a partir dos dados mapeados na pesquisa sobre a criação de associações docentes em outras províncias brasileiras, foi possível verificar a existência de um modelo de ação centrado na concessão de benefícios, como pensões e auxílios financeiros, em caso de doença, e na promoção de conferências pedagógicas, criação de uma biblioteca especializada e de uma revista. Tais ações também são localizadas nas associações portuguesas. A proximidade na criação de associações entre Brasil e Portugal indica e reforça o entendimento de que havia uma circularidade de ideias e modelos de organização docente desde meados do século XIX, ao qual Santa Catarina também se integra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, Claudia Maria Costa. Benjamin Constant e o Pedagogium: memórias positivistas em disputa. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 43-75.

AMARAL, Adriana Lange do. O periódico a palavra como possibilidade de estudo da Associação Católica de Professores (Pelotas/RS 1930-1940). **Revista História da Educação**. v. 15, n. 34, p. 58 - 77, mai./ago. 2011.

ARENDT, Isabel Cristina. **Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul]**. 2005. 292 f. Tese (Doutorado) - História,, UNISINOS/PPGH, São Leopoldo, 2005.

ASCOLANI, Adrián. Las Convenciones Internacionales del Magisterio Americano de 1928 y 1930. Circulación de ideas sindicales y controversias político-pedagógicas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10 n. 2 [23], p. 71-96, mai./ago., 2012.

BASTOS, Maria Helena Camara. Ideias que viajam: Menezes Vieira, peregrino da educação brasileira. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org). **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 77-118.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Manual para os Jardins de Infância**: ligeira compilação pelo Dr. Menezes Vieira – 1882. Porto Alegre: Redes Editora, 2011. p. 255.

BESSEN, Danielly Samara; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. Associação do professorado catharinense: histórias, meios de ação e composição. **Revista História da Educação**, v. 24, p. 1-34, 2020.

BOURDIEU, Pierre. Os Ritos de Instituição. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 97-106

BRÁS, José Gregório Viegas. O “Formigamento” do Movimento Associativo e a construção do ser professor. In: Fraga, Nuno (Org.). **Atas da II Conferência Internacional de Educação Comparada. O Professor do Século XXI em Perspectiva Comparada**: Transformações e Desafios para a Construção de Sociedades Sustentáveis, 1. ed. set. 2019. p. 31-49.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>> Acesso em: 7 abr. 2019.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A história da política em Santa Catarina durante o império**. Sara Regina Poyares dos Reis (Org.). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. v. 4 (p.1.199-1.749).

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008. 394 p.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. **Associação Sul Rio-Grandense de Professores**: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em pelotas (1929-1979). 2011. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 506 p.

CASTRO, Renata Brião de; BARAUSSE, Alberto. “Una Società Senza Scuola È Un Corpo Senz’Anima”: As Escolas Italianas de Pelotas/RS Mantidas pelas Sociedades de Mútuo Socorro no Século XIX. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, p. 1-32, 2020.

CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia-luz**: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 325 p.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CATANI, Denice Barbara. O movimento dos professores e a organização do campo educacional em São Paulo (1890-1919). **Revista da Associação Nacional de Educação**.n. 21, a. 14, 1995. p. 5-10.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BANCHER, Ana; AREND, Maria Fávero. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 298-344.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária**: um placó em sintonia com a modernização brasileira. 2004. 335 p. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas –

CONCEIÇÃO. Gabriel Luís da. **Experts em Educação**: circulação e sistematização de saberes geométricos para a formação de professores (Rio de Janeiro, final do século XIX). 2019, 145 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Educação da escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

CRISÓSTOMO, Elayne Lins. **Um estudo histórico sobre a Associação Catarinense de Professores criada em 1952**. 2017. 138 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. A organização do campo educacional: as conferências de educação. **Educação e Sociedade**, a. III, n. 9, 1981. p. 5-48.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: Passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 208 p.

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação**: a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 1999. 155 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2016, 26. ed. 207 p.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX. Uma Nova Família**: O Instituto do Professorado Primário Oficial Português. Porto: Campo das Letras, 2008. 568 p.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; RODRIGUES, Simone Paixão; ALVES, Eva Maria Siqueira. Associativismo e Educação: diálogos entre Tocqueville, Weber, Dewey e Adolfo Lima. In: MAYNARD, Dilton Cândido Santos; SOUZA, Josefa Eliana. (Org.). **História, Sociedade, Pensamento Educacional**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016. p. 85-97.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. *A Revista Pedagógica e a configuração do campo pedagógico no Brasil no final do século XIX*. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 165 – 195.

FONTÃO, Luciene. **Nos Passos de Antonieta**: escrever uma vida. 2010. 483 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Literatura/Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FORTUNATO, Natália. **Ensinar a ler e a escrever**: saberes inscritos em manuais pedagógicos (Santa Catarina / 1856-1892). 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Sentidos da Profissão Docente**: Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX. 2004. 333 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GASPAR DA SILVA, Vera. Lucia; GHIZONI TEIVE, Gladys. Mary. Grupos Escolares: criação mais feliz da república. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 31-53, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 255 p.

GONDRA, José Gonçalves. O Veículo de Circulação da Pedagogia Oficial na República: a Revista Pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 374-395, jan./dez.1997.

HOELLER, Solange. **As conferências educacionais**: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 – Brasil. 2014. 480 p. Tese (Doutorado) Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. O Pedagogim: sua criação e finalidades. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 25- 42.

LEMOS, Daniel Cavalcanti Albuquerque. **O Discurso da Ordem**: A constituição do campo docente na Corte Imperial. 2006, 189p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEMOS, Daniel Cavalcanti Albuquerque. O Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte Imperial e a Emergência do Associativismo Docente. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8. 2013.

LEMOS, Daniel Cavalcanti Albuquerque. **Professores em movimento**: a emergência do associativismo docente na corte imperial. 2011. 219 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Manifesto dos professores públicos de instrução primária da Corte (1871). **Revista História da Educação**. v. 15, n. 34, p. 177- 197, mai./ago. 2011.

LEON, Adriana Duarte. **A profissão docente na cidade de Pelotas**: Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940). 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

LEON, Adriana Duarte. Identidade Docente Coletiva, Associativismo e Práticas de Formação nas décadas de 30 e 40 do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Minas Gerais, v. 10, n. 2, p. 175-187, 2011.

LEON, Adriana Duarte; AMARAL, Giana Lange do. Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores: apontamentos sobre a organização do professorado nas décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.10, n. 2 [23], 169-195, mai./ago. 2010.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. **O lábaro protetor da classe operária**: as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis, Santa Catarina (1886-1932). 2009. 239 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LICEU de Artes e Ofícios de São Paulo (LAOSP). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao17403/liceu-de-artes-e-oficios-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

LICEU de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao115540/liceu-de-artes-e-oficios-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

LINS, Zenilda Nunes. **ACP – 40 anos**. Florianópolis: EDEME, 1995. 125 p.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.

LUCIANO, Fábila Liliã. **Gênese e Expansão do Magistério Público na Província de Santa Catharina nos Anos de 1836-1889**. 2001. 219 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Combater a ignorância é defender a liberdade”: as relações entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Liceu de Artes e Ofícios no Império. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 67, p. 265-281, jan./fev. 2018.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Abdon Batista**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/5-Abdon_Batista>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antônio Lara da Fontoura Palmeiro**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1302-Antonio_Lara_da_Fontoura_Palmeiro>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Arthur Deocleciano de Oliveira**. 2019. Disponível em:

<http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1283-Arthur_Deocleciano_de_Oliveira>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Augusto Fausto de Sousa**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1304-Augusto_Fausto_de_Sousa>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Cristóvão Nunes Pires**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/195-Cristovao_Nunes_Pires>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Eliseu Guilherme da Silva**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/233-Eliseu_Guilherme_da_Silva>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Firmino Lopes Rego**. 2018. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/278-Firmino_Lopes_Rego>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Francisco de Sales Brasil**. 2018. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/296-Francisco_de_Sales_Brasil>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Francisco José da Rocha**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1178-Francisco_Jose_da_Rocha>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Francisco Luís da Gama Rosa**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1181-Francisco_Luis_da_Gama_Rosa>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1028-Joao_Batista_do_Rego_Barros_Cavalcanti_de_Albuquerque>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Joaquim Elói de Medeiros**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/496-Joaquim_Eloi_de_Medeiros>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Ferreira de Melo**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/546-Jose_Ferreira_de_Melo>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Lustosa da Cunha Paranaguá**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1221-Jose_Lustosa_da_Cunha_Paranagua>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Luís dos Reis Falcão**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1225-Luis_dos_Reis_Falcao>. Acesso em: 18 mai 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Manoel Pinto de Lemos**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/653-Manoel_Pinto_de_Lemos>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Raulino Horn**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/824-Raulino_Horn>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Teodoreto Carlos de Faria Souto**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1055-Teodoreto_Carlos_de_Faria_Souto>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. 368 p.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; Silva, Alexandra Lima da. Tão longe, tão perto: escrita de si em relatórios de viagens. **Educação em Revista**. n. 1, v.. 27, abril de 2011. p. 435-458.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal Docente (Capes). **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2016. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em: 6 abr. 2019.

NÓVOA, António Manuel Sampaio da. **La construction du « modèle scolaire » dans l'Europe du Sud-Ouest (Espagne, France, Portugal). Des années 1860 aux années 1920**. 2006. 529 p. Tese (Doutorado em História) - École Doctorale d'Histoire Moderne et Contemporaine Centre d'Histoire du XIXe siècle. Université Paris IV – Sorbonne. Paris, 2006.

NÓVOA, António Manuel Sampaio da. **Le Temps des Professeures**: analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII^e–XX^e siècle). Coimbra/Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, série Pedagogia 5, 1987. 939 p.

NÓVOA, António Manuel Sampaio da. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, n. 4, 1991. p. 109-139.

OLIVEIRA, Eliane. **O Processo de Produção da Profissão Docente**: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911). 2011. 159 p. Dissertação (Mestrado) -

Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: A Imprensa de Desterro no Século XIX**. Florianópolis / SC: Editora da UFSC, 1995. 105 p.

PINHEIRO, Ana Regina. Instrução do povo sob a proteção do catolicismo – militância docente e a expansão da escolarização em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 15, n. 2[38], p. 193– 20, 2015.

PORTAL CATARINA: BIBLIOTECA DIGITAL DA LITERATURA CATARINENSE.

Léon Eugênio Lapagesse. 2019. Disponível em:

<<https://www.portalcatarina.ufsc.br/autores/?id=15034>> Acesso em: 29 jun. 2019.

Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

QUEIRÓS, Éça de. **A correspondência de Fradique Mendes: memórias e notas**. 1ª ed. Porto: Chardron, 1900. 244p. Disponível em: <<http://purl.pt/222>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

RACHADEL, Olívia. **Curso prático de pedagogia de Jean Baptiste Daligault: reflexões sobre o papel do professor de primeiras letras no século XIX**. 2015. 166 p. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

RÊSES, Erlando da Silva. **De Vocação para Profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. 283p. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RIBEIRO, Jonatas Roque. Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas: associativismo negro e educação no pós-abolição. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, Brasil, v. 2, n. 5, p. 53-75, mai./ago. 2018.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Movimento de professores: as greves de 78 e 79 no estado de São Paulo. **Revista da ANDE**, n. 4, p. 26-30, 1982.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. Florianópolis: Ed. Cais, 2021. 312 p.

ROSA, André Luiz. Porto e liberdade: o surgimento das associações operárias em Itajaí (SC) no começo do século XX. **Em Tempos de História**, Brasília, n. 30, p. 91-108, jan./jul. 2017.

SANTOS, Yan Soares. **A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SARTO, Luis Sánchez (Org.). **Diccionario de Pedagogía**. Madri: H. Editorial Labor, 1936.

SCARAVELLI, Hiassana. **Objetos à venda**: Indícios da comercialização de materiais escolares em jornais catarinenses (1908-1921). 2016. 202 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e da Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A escola normal Catharinense de 1892**: profissão e ordenamento. 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SCHMIDT, Leonete Luzia. **As práticas de intervenção de João José Coutinho na Educação Pública de Santa Catarina 1850/1859**. Tese (Doutorado). 2006. 232 p. Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Leonete; SCHAFASCHEK, Rosicler; SCHARDONG, Rosmeri. **A educação em Santa Catarina no século XIX**: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época. Florianópolis: DIOESC, 2012. 390 p.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José pereira Frazão. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 109-139, 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública**, v. 32, p. 50-65, 2007.

SCHÜEROFF, Dilce. **Instruir, Medir, Difundir**: expansão da instrução pública primária catarinense (1870-1910). 2021. (Tese - Doutorado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). 2004. 574p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Cristiani Bereta da; CUNHA, Maria Teresa Santos. Historiografia Catarinense e a Escrita da História Escolar de Lucas Alexandre Boiteux no Início do Século XX. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 2, 8 dez. 2015. p. 551-568.

SILVA, Marcelo Gomes da. **“Operários do pensamento”**: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937). 2018. 304 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, Marcelo Gomes da. **“Por meio da resistência”**: processo de profissionalização docente no Manifesto “Ao Professorado de Minas” (1900). 2012. 124 p. Dissertação (Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012).

SILVA, Marcelo Gomes da. A “força educativa” das associações docentes: Conferências e assembleias como espaço de formação no Rio de Janeiro (1919-1937). **Olhares**, Guarulhos, v. 7, n. 3, p. 201-216, 2019.

SILVA, Márcia Cabral da. A biblioteca escolar do Pedagogium: entre livros de leitura e arte de aprender a ler. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013. p. 213–235.

TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. A devoção mercedária e o associativismo leigo no setecentos mineiro. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, Brasil, v. 3, n. 7, p. 205-230, jan./abr. 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária, 3**: a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 618 p.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Repositório de Teses e Dissertações**. Disponível em: < <http://tede.udesc.br/>> Acesso em: 6 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Repositório Institucional da UFSC**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>> Acesso em: 7 abr. 2019.

URBAN, Wayne Joseph. A Associação Nacional de Educação dos Estados Unidos da América. **Revista História da Educação**. v. 20, n. 48, p. 121-138, jan./abr. 2016

VALDEMARIN, Vera Teresa. A função social da escola e a constituição da forma escolar (Brasil/Portugal, 1870-1932). **Revista Brasileira de História da Educação** Campinas, v.13, n. 3 (33), p. 185-206, set./dez. 2013.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Ensino de leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 157-182. 2001.

VEIGA, Eliane Veras da. **Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis 1850-1930**. 1990. 510 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

VIANNA, Cláudia Pereira. Magistério paulista e transição democrática: gênero, identidade coletiva e organização docente. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 75-85, set./out./nov./dez. 1996.

VIANNA, Cláudia Pereira. Organização docente paulista: crise, identidade coletiva e relações de gênero. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 54-72, jan./abr. 2000.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. 234 p.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O Mestre-escola e a Professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

XAVIER, Libânea Nacif. **Associativismo docente e construção democrática**: (Brasil-Portugal: 1950-1980). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 251 p.

XAVIER, Libânea Nacif. Contribuições ao estudo ao associativismo docente. **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, p. 1-23, 2019.

FONTES CONSULTADAS

15 DE OUTUBRO: comemorativo da sessão magna do Instituto dos professores primários, S.A., n. 11, Maceió, 15 de outubro de 1886.

A ESCOLA: órgão da Associação dos Professores do Brasil, a. 1, n. 1, Rio de Janeiro, julho de 1900.

A ESCOLA: Revista Brasileira de Educação e Ensino. A. I, n. 1-2, Rio de Janeiro, 1877.

A ESCOLA: Revista Científica, Literária e Noticiosa, S.A, n. 3, Bahia, 1880.

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos, a. I, n. 1, Curitiba, 1906.

A REFORMA: órgão do grêmio do professorado baiano. a. 1, n. 1, 17 de julho de 1890.

A REGENERAÇÃO. Jornal da Província de Santa Catarina. Órgão do Partido Liberal, ano 5, n. 407, 1º de setembro de 1872.

A REGENERAÇÃO. Jornal da Província de Santa Catarina. Órgão do Partido Liberal, a. 9, n. 875, 3 de junho de 1877.

A REGENERAÇÃO. Órgão do Partido Liberal, a.12, n. 82, 7 de novembro de 1880.

A REGENERAÇÃO. Órgão do Partido Liberal, a. 12, n. 94, 23 de dezembro de 1880.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 19, 15 de março de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 21, 22 de março de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n.22, 29 de março de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 24, 5 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 25, 8 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 26, 12 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 27, 15 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 28, 19 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 29, 22 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n.30, 26 de abril de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n 32, 3 de maio de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 32, 6 de maio de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 35, 13 de maio de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 38, 24 de maio de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 39, 27 de maio de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 41, 03 de junho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 42, 07 de junho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 43, 10 de junho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 47, 24 de junho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 48, 28 de junho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 54, 14 de julho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 58, 19 de julho de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 82, 18 de agosto de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 88, 25 de agosto de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 91, 29 de agosto de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 99, 7 de setembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 106, 16 de setembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 108, 19 de setembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 109, 20 de setembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 110, 21 de setembro de 1883,

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 111, 22 de setembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 118, 30 de setembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 121, 4 de outubro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 133, 18 de outubro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 154, 13 de novembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 170, 1º de dezembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 15, n. 184, 19 de dezembro de 1883.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 13, 16 de janeiro de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n.15, 18 de janeiro de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 80, 8 de abril de 1884

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 109, 15 de maio de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 127, 7 de junho de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 187, 21 de agosto de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 188, 22 de agosto de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 190, 24 de agosto de 1884.

A REGENERAÇÃO: Órgão Democrático, a. 16, n. 240, 25 de outubro de 1884.

A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA: órgão dos professores públicos de instrução primária da corte. A. I, n. 1, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1872.

A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA: órgão dos professores públicos de instrução primária da corte. A. I, n. 2, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1872.

A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA: órgão dos professores públicos de instrução primária da corte. A. I, n. 10, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1872.

A VERDADEIRA INSTRUÇÃO PÚBLICA: órgão dos professores públicos de instrução primária da corte. A. I, n. 11, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1872.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Laemmert, 1885.

ANTONIETA. Direção de Flávia Person. Florianópolis: Magnólia Produções Culturais e Ombu Arte e Cultura, 2015. (14 min.).

BRASIL. Decreto n. 8.213, de 13 de agosto de 1881. Regula a execução da Lei n. 3029 de 9 de Janeiro do corrente ano que reformou a legislação eleitoral. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Vol. 2, Página 854. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8213-13-agosto-1881-546457-publicacaooriginal-60487-pe.html>> Acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Decreto n. 8.821, de 30 de dezembro de 1882. Dá Regulamento para a execução da Lei n. 3150, de 4 de novembro de 1882. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 657 Vol. 2. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8821-30-dezembro-1882-546067-publicacaooriginal-59739-pe.html>> acesso em: 28 de junho de 2021.

BRASIL. Decreto nº 2.686, de 10 de novembro de 1860. Marca o prazo dentro do qual os Bancos e outras Companhias e Sociedades anônimas, suas Caixas Filiais e agências, que atualmente funcionam sem autorização e aprovação de seus Estatutos, devem impetrá-las. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1860, Vol. 1, Página 1061. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2686-10-novembro-1860-556835-publicacaooriginal-77005-pe.html>> acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860. Contém diversas disposições sobre a criação e organização dos Bancos, Companhias, Sociedades anônimas e outras, e prorroga por mais quatro meses o prazo marcado pelo artigo 1º do Decreto nº 2.686 de 10 de novembro do corrente ano. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1860, Vol. 1, página 1061. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2711-19-dezembro-1860-556868-norma-pe.html>> acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.112, de 17 de outubro de 1872. Derroga o § 5º dos arts. 29 e 32 do Decreto nº 2711 de 19 de dezembro de 1860. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1872, Página 894, Vol. 2. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5112-17-outubro-1872-551424-publicacaooriginal-67938-pe.html>> Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1860 - vol. 1, p. 28. Disponível em:

<<https://legis.senado.leg.br/norma/542690/publicacao/15631756>> acesso em: 21 de junho de 2020.

BRASIL. Lei Nº 3.150, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1882. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anonymas. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1882 - vol. 001, p. 139, col. 1. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/573380>> acesso em: 28 de junho de 2021.

CONSERVADOR, a. 4, n. 182, 30 de agosto de 1887.

CONSERVADOR, a. 4, n. 186, 03 de setembro de 1887.

CONSERVADOR, a. 4, n. 220, 14 de outubro de 1887.

CONSERVADOR, a. 4, n. 251, 22 de novembro de 1887.

CONSERVADOR, a. 5, n. 91, 23 de abril de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 173, 1º de agosto de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n.174, 2 de agosto de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 175, 3 de agosto de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 178, 8 de agosto de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 191, 24 de agosto de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 205, 12 de setembro de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 207, 14 de setembro de 1888.

CONSERVADOR, a. 5, n. 232, 13 de outubro de 1888.

CONSERVADOR, a. 6, n. 85, 15 de abril de 1889.

CONSERVADOR, a. 6, n. 102, 6 de maio de 1889.

CONSERVADOR, a. 6, n.110, 16 de maio de 1889.

CONSERVADOR, a. 6, n. 112, 18 de maio de 1889.

CONSERVADOR, a. 6, n. 169, 2 de setembro de 1889.

FRAZÃO, Manoel José Pereira. **O Ensino público primário na Itália, Suíça, Suécia, Bélgica, Inglaterra e França**: relatório apresentado à inspetoria geral de instrução primaria da Capital Federal. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias. 1893. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18760>. Acesso em: 8 jul. 2020.

GRÊMIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS: órgão da mesma sociedade. A. I, n. 1, Pernambuco, 1883.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 1, n. 1, 19 de fevereiro de 1880.

JORNAL DO COMÉRCIO: Propriedade de José da Silva Cascaes, a. V, n. 2, 3 de janeiro de 1884.

JORNAL DO COMÉRCIO: Propriedade de José da Silva Cascaes, a. V, n. 154, 5 de julho de 1884.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 5, n. 259, 8 de novembro de 1884.

JORNAL DO COMÉRCIO: Diário Imparcial, a. V, n. 299, 27 de dezembro de 1884.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 6, n. 99, 7 de maio de 1885.

JORNAL DO COMÉRCIO: Diário Imparcial, a. 6, n. 280, 15 de dezembro de 1885.

JORNAL DO COMÉRCIO: Diário Imparcial, a. 6, n. 290, 27 de dezembro de 1885.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 8, n. 16, 10 de março de 1887.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 8, n. 83, 2 de junho de 1887.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 8, n. 88, 8 de junho de 1887.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 8, n. 93, 16 de junho de 1887.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 8, n. 101, 26 de junho de 1887.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 8, n. 102, 28 de junho de 1887.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 137, 4 de agosto de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 139, 8 de agosto de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 144, 14 de agosto de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 188, 7 de outubro de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 190, 10 de outubro de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 195, 16 de outubro de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 239, 8 de dezembro de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 241, 12 de dezembro de 1888.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 9, n. 261, 6 de janeiro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 70, 18 de maio de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 95, 18 de junho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 96, 19 de junho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 97, 20 de junho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 98, 22 de junho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 106, 4 de julho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 110, 9 de julho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 128, 30 de julho de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 133, 4 de agosto 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 134, 6 de agosto de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 149, 25 de agosto de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 155, 1º de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 162, 11 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 163, 12 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 165, 14 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 166, 15 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 170, 20 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 172, 22 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 173, 24 de setembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 179, 1º de outubro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 180, 2 de outubro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 181, 3 de outubro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 183, 5 de outubro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 186, 9 de outubro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 240, 12 de dezembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 246, 19 de dezembro de 1889.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 274, 25 de janeiro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 10, n. 282, 4 de fevereiro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 10, 1º de março de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 109, 3 de julho de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 113, 8 de julho de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 122, 18 de julho de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 136, 3 de agosto de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 140, 9 de agosto de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 148, 20 de agosto de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 161, 5 de setembro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 162, 6 de setembro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 164, 10 de setembro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 211, 5 de novembro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 239, 7 de dezembro de 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 277, 27 de janeiro de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 11, n. 294, 17 de fevereiro de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 19, 13 de março de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 42, 10 de abril de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 68, 12 de maio de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 71, 15 de maio de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 87, 4 de junho de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 94, 12 de junho de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 124, 21 de julho de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 12, n. 136, 4 de agosto de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 13, n. 39, 6 de abril de 1892.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 13, n. 135, 5 de agosto de 1892.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 13, n. 235, 3 de dezembro de 1892.

JORNAL DO COMÉRCIO, a. 14, n. 243, 17 de dezembro de 1893.

O DESPERTADOR, a. XV, n. 1.473, 6 de abril de 1977.

O ENSINO PARTICULAR: revista mensal da associação dos professores particulares. A. I, n. 1, Rio de Janeiro, 1883.

O ENSINO PRIMÁRIO: revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários. Rio de Janeiro: Tipografia de Augusto dos Santos, n. 1, 1884.

O Estado, Florianópolis, a. I, n. 12, 27 de maio de 1915.

O Estado, Florianópolis, a. I, n. 18, 3 de junho de 1915.

O Estado, Florianópolis, a. I, n. 19, 4 de junho de 1915.

O Estado, Florianópolis, a. I, n. 65, 28 de julho de 1915.

PALAVRA: órgão literário. a. I, n. 9, 23 de agosto de 1888.

PALAVRA: órgão literário. a. I, n. 10, 30 de agosto de 1888.

PALAVRA: órgão literário. a. 1, n. 13, 20 de setembro de 1888.

PALAVRA: órgão literário. a. I, n. 15, 4 de outubro de 1888.

POLYANTHEA: letras e artes – Gazeta Hebdomadaria. a. I, n. 8, 28 de abril de 1889.

PROFESSOR. Nossa Senhora do Desterro, [s.n.], 1889. Revista da Associação do Professorado Catarinense.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias liberais, a. 17, n. 47, 10 de março de 1885.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, Noticioso, Comercial, e Filiada as Ideias Liberais, ano 17, n. 216, 7 de outubro de 1885.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, Noticioso, Comercial, e Filiada as Ideias Liberais, ano 17, n. 217, 8 de outubro de 1885.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias liberais, a. 17, n. 206, 22 de setembro de 1885.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias liberais, a. 17, n. 278, 27 de dezembro de 1885.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 73, 6 de abril de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 81, 15 de abril de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 92, 30 de abril de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 94, 2 de maio de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 105, 15 de maio de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 111, 22 de maio de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 5 de agosto de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 251, 18 de novembro de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 255, 23 de novembro de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 279, 28 de dezembro de 1886.

REGENERAÇÃO: Folha Diária, noticioso comercial e filiado às ideias, a. 18, n. 280, 29 de dezembro de 1886.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 20, n. 13, 19 de janeiro de 1888.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 20, n. 17, 25 de janeiro de 1888.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 20, n. 210, 5 de outubro de 1888.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 20, n. 213, 9 de outubro de 1888.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 20, n. 262, 11 de dezembro de 1888.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 21, n.163, 4 de agosto de 1889.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 21, n. 164, 6 de agosto de 1889.

REGENERAÇÃO: Órgão do Partido Liberal, a. 21, n.167, 10 de agosto de 1889.

REPÚBLICA: Órgão do Partido Liberal, a. catarinense, a. 15, n. 361, 18 de dezembro de 1919.

REPÚBLICA: Órgão do Partido Liberal, a. federal. A. 7, n. 195, 6 de setembro de 1896.

REPÚBLICA: Órgão Oficial, a. 1, n. 55, 25 de janeiro de 1890.

REPÚBLICA: Órgão Oficial, a. 1, n. 95, 14 de março de 1890.

SANTA CATARINA. Anais da 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário. 31 de julho de 1927. Florianópolis, Of. Graf. Da Escola de Aprendizes e Artífices, 1927.

SANTA CATARINA. Decreto n. 794 de 2 de maio de 1914. Regulamento Geral da Instrução Pública. Florianópolis, 1914b. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1846>> Acesso em: 6 jul. 2019.

SANTA CATARINA. Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914, normatiza a Lei n. 967, de 22 de agosto de 1913. Regimento Interno dos Grupos Escolares. Joinville: Tipografia Boehm, 1914.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 472 de 8 de outubro de 1909. Regulamento do Montepio dos funcionários públicos do Estado de Santa Catarina. Joinville: Tipografia Boehm, 1909.

SANTA CATARINA. Fala com que o Exm. Sr. Doutor Antônio de Almeida Oliveira abriu a Sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 2 de janeiro de 1880. Desterro: Tipografia de Alexandre Margarida, 1880.

SANTA CATARINA. Fala com que o Exm. Sr. Doutor Antônio Gonçalves Chaves abriu a primeira sessão da vigésima quarta legislatura da Assembleia Provincial de Santa Catarina em 6 de outubro de 1882. Desterro: Tipografia de José J. Lopes, 1882.

SANTA CATARINA. Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1874 pelo Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva. Desterro: Tipografia de J.J. Lopes, 1874.

SANTA CATARINA. Fala que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma Provincia no ato da abertura de sua sessão ordinária em 1º de março de 1846. Desterro: tipografia provincial, 1846.

SANTA CATARINA. Lei n. 136, de 14 abril de 1840. Desterro, 1840.

SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Cel. Gustavo Richard Governador do Estado na 2a. Sessão da 7a. Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Joinville: Tipografia Boehm, 1908.

SANTA CATARINA. Ofícios expedidos pela Diretoria de Instrução Pública. 1881. APESC.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886. Desterro: Tipografia do Conservador, 1886.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo Presidente Francisco José da Rocha em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro: Tipografia União, 1888.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sessão ordinária do 1º de março; e fala dirigida a mesma Assembleia na Sessão extraordinária de 11 de junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1866. Desterro: 1866.

SANTA CATARINA. Relatório com que ao Exm. Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos, 1º Vice-Presidente, passou a administração da Província de Santa Catarina Ao Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, em 22 de junho de 1885. Desterro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1885a.

SANTA CATARINA. Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catarina o Doutor Coronel Augusto Fausto de Souza em 13 de fevereiro de 1889 e Ofício com que ao Exmo. Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiro passou a administração da mesma Província o Dr. José Ferreira de Mello em 6 de março de 1889. Desterro: Tipografia do Conservador, 1889.

SANTA CATARINA. Relatório com que o Exm. Sr. Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto abriu a segunda Sessão da vigésima quarta legislatura da Assembleia Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1883. Desterro: Tipografia do Caixeiro, 1883.

SANTA CATARINA. Relatório com que o Exm. sr. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos, presidente da província, passou a administração ao Exm. Sr. Doutor Joaquim Augusto do Livramento 3º vice-presidente em 5 de abril de 1882. Desterro: gabinete Tipográfico. 1885b.

SANTA CATARINA. Relatório com que o Exm.sr. Dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo, 1º vice-presidente, passou a administração da província de Santa Catarina

Ao Exm. Sr. Dr. Alfredo d' Escagnolle Taunay em 2 de janeiro de 1877. Desterro: Tipografia de J.J. Lopes, 1877.

SANTA CATARINA. Relatório com que o Exmo. Sr. Conego Joaquim Eloy de Medeiros, 2º vice-presidente, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Abdon Baptista 1º vice-presidente em 26 de junho de 1889. Desterro: Tipografia da República, 1890.

SANTA CATARINA. Relatório do presidente da província de Santa Catarina na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Desterro: Tipografia Provincial, 1836.

ANEXO A – Transcrição dos Artigos da Revista “Professor”

PROFESSOR

Desterro, 25 de agosto de 1889

Sem embargos de tantas contrariedades, sobe hoje a lume o primeiro número da revista pedagógica sob o título supra, - compromisso que nos impõe o §8 do artigo 2º dos Estatutos da “Associação do Professorado Catarinense”.

Qual a mão que encalha em uma montanha de gelo, tal tem sido a aludida sociedade, encontrando como barreira a indiferença – esse gelo que, felizmente, principia a ser derretido pela benéfica luz do sol, a qual já se vai infiltrando através do espesso ar.

Além da indiferença de uns, temos também, arrostando a má vontade de outros, mas qual é a instituição nobre e útil que não tem deparado com inúmeros tropeços? Não sofreu tantas perseguições a igreja primitiva, a ponto de se transformar em sociedade secreta, - do que é uma prova o sinal da cruz?

Impugnada foi a imprensa, tornando-se inimigos encarniçados de Gutemberg os copistas, os proprietários de bibliotecas e os doutos, estes, por ciúmes, vendo a ciência ao alcance do vulgo; aqueles, por verem o valor de seus livros reduzidos a décima parte; aqueles outros por serem forçados a buscar novos meios de vida.

Atacado foi o sistema de Galileu, - uma das glórias do «Santo Ofício», que devera, antes, ser denominado «Negro Ofício».

E o telégrafo elétrico, que até os maiores sábios da Alemanha asseveram ser uma causa impossível?

Pois bem!

Triunfou o cristianismo; triunfou a imprensa; triunfaram as teorias de Galileu; triunfou o telégrafo!

Sirvam estas sábias lições da História, - a luz da verdade e a mestra da vida – na eloquente frase de Cícero, para atenuar os dissabores daqueles que tantos esforços tem envidado em prol da utilíssima «Associação do Professorado Catarinense».

Ela pois, colegas, ajudai-nos; tenhamos fé, por isso mesmo que lutamos; a maior prova de que a sociedade vive, é justamente, a luta: «viver é lutar».

DAS LEIS DO MÉTODO DE ENSINO

Ao meu ilustrado colega e particular amigo Léon Eugenio Lapagesse

I

Afirmará o Divino Mestre que o sábado foi feito para o homem, que não o homem para o sábado; afirmamos nós que as leis do método de ensino foram estabelecidas para os meninos, mas não foram estes criados para aquelas; o que quer dizer que o preceptor deve acompanhar o desenvolvimento natural do aluno, proporcionando-lhe o estudo à idade, à compleição, à índole, à sensibilidade, à imaginação, ao grão de inteligência e de memória.

A educação intelectual é como a nutrição do corpo: muito pouco importa a quantidade; deve-se atender mais a qualidade.

Nada importa comer muito; o que é preciso é comer alguma coisa que nutra o corpo e que não danifique a saúde.

Pouco importa comer; o que vale é digerir.

Da mesma sorte, de nada serve decorar; o que vale é compreender.

Não se deve comer demais; não se deve estudar demasiado; si a intemperança estraga o estomago, o estudo excessivo estraga o cérebro.

Se é preciso dividir a carne em pedacinhos, para que o menino se não engasgue, é mister, igualmente, dividir a meteria de ensino em lições pequenas, para que o aluno tire delas real proveito.

Se é necessário separar da carne os ossos e do peixe as espinhas, deve, também, o professor prescindir de tudo quanto é inútil e prejudicial.

Do que fica exposto se infere a condenação assim das lições grandes como das aulas demoradas e do estudo simultâneo de muitas matérias.

Assim como a mãe, - a primeira educadora, gradua a alimentação da criança, passando lentamente do sustento fraco para o forte, do ralo para o grosso, do líquido para o sólido, do mais fraco para o menos fraco, do menos forte para o mais forte; assim também o preceptor deve graduara nutrição intelectual do aluno, partindo do fácil para o difícil do concreto para o abstrato, do simples para o composto, do mais fácil para o menos fácil, do menos difícil para o mais difícil.

Assim com a mãe, inspirada pela madre natureza, - a mestra das mestras, - a maior guia dos preceptores, dá o leite a criancinha que ainda possui dentes para a mastigação e cujo estomagozinho fraco não pôde comportar o sólido alimento; assim

o mestre deve dar aos seus discípulos de tenra idade explicações fáceis e claras, por vocábulos que sejam-lhes bem conhecidos e familiares, - nunca, porém, definições indigestas, por termos técnicos, que eles decoram maquinalmente, em pura perda de tempo, o qual não deve ser menos poupado que o dinheiro.

Como infelizmente, não somos autoridade, vemo-nos forçado a corroborar o nosso acerto com uma citação – «Il y a des définitions dans nos grammaires qui doivent mettre les intelligences à une dure épreuve» (Conférences pédagogiques, pag. 199, Bréal.)

*

O método, como o indica esta palavra, é o «caminho por onde» o menino tem de ir da brenha da «ignorância» para a cidade da «Instrução»; mas deve ir ele mesmo, com os seus pés, que não carregado; precisa de um guia, mas não como esses que acompanham aos cegos.

O menino deve chegar a cidade da «instrução» e ver, com os seus próprios olhos, tudo quanto nela existe.

A um cego tanto importa achar-se num sertão como no Rio de Janeiro; tudo para ele é extensão negra.

O preceptor deve mostrar o caminho ao aluno: ele que ande!

Quando muito, o mestre pode ir com o discípulo, mas só há de lhe der a mão quando o vir em risco de cair.

Assim pensava Sócrates; foi ainda mais além o imortal Jacotot, - o célebre autor do método de ensino intitulado «Enseigne ment universel», cujos princípios fundamentais são os seguintes: - «Qui veut, peut.»

«L'âme humaine est capable de s'instruire seule et sans le secours de maîtres explicateurs.»

«Apprendre ou savoir quelque chose et y rapporter tout le reste.»

«Tout est dans tout.»

«Toutes les intelligences sont égales.»

«On peut enseigner ce qu'on ignore.»

«Estas máximas laconicas, diz Maurice La Châtre, são verdadeiras em geral, e todas elas têm um grande alcance filosófico.»

*

Não! não deve o professor obrigar o aluno a repetir de cor, como um papagaio, definições e regras que ele não compreende, nem pode compreender!

E é por isso que, em regra, os alunos facilmente esquecem as lições aprendidas de cor!!

Parece-se que estou ouvindo alguém dizer, com ares magistrais: Pois o mestre recorra à sabatina!!

A resposta deve ser, também em verso: -

E tanto pode a força da rotina!

Wenceslau Bueno de Gouvea.

HIGIENE NA ESCOLA

Se há assunto que mereça seria atenção e que tenha sido geralmente descurado é o que diz respeito a higiene das escolas. Blasona-se muito, em verdade, em prol da instrução popular apresentam-se reformas sobre reformas, reproduzem-se as «chapas» sobre a difusão das luzes pelo ensino, citam-se cotidianamente os nomes e as obras dos mais ilustres pedagogistas, mas, desaparecem rápidos esses assomos de erudição facial, essas expansões de retórica banal e continua tudo no mesmo, no melhor dos mundos, a causar inveja ao próprio Dr. Pangloss. A velha e pesada rotina com sua marcha retardada e vacilante, continua a dominar realmente, apesar da grande despesa de papel e tinta, que serve somente para demonstrar o nosso temperamento palavroso e superficial.

Em referência ao ensino escolar entre nós, tudo está por fazer.

Casa, mobília, material, programa método – tudo está em desacordo com o que determina a higiene – essa ciência admirável e utilíssima, cujos ensinamentos proveitosos e fecundos têm sido no nosso tempo a preocupação constante dos mais adiantados pensadores.

Clama-se. Grita-se por escolas; entretanto devemos ter a coragem de confessar que quase todas não só não dão os resultados que se devia esperar dos sacrifícios feitos pela Província como ainda são verdadeiros atentados contra os preceitos da ciência.

Não há espetáculo mais desanimador do que o de uma escola entre nós. Em uma sala, quase sempre acanhada, escura, mal ventilada acumulam-se as crianças votadas ao martírio da imobilidade, sentadas em bancos trôpegos, escrevendo mal em carteiras uniformes, que tanto servem aos de maior como aos de menor idade, obrigando-os a posições viciosas e consequentes deformações crônicas; respirando um ar infecto que não é convenientemente renovado, nada vendo que lhes amenize a aridez do ensino monotonamente repetido, nada encontrando que lhes desperte a natural curiosidade, sobrecarregando a memória com a repetição banal de lições gramaticais e noções abstratas que não compreendem, não vendo objetos sobre que possam exercitar a atenção, formar juízo, adquirir conhecimentos práticos – como manda o método intuitivo, natural, das lições de coisas, tão preconizado pelos eminentes pedagogistas.

Em tais escolas, estabelecidas em casas não construídas para o fim que preenchem, situadas na maior parte em sítios insalubres, encontram os pequenos alunos, respirando um ar viciado pela aglomeração, os germens de moléstias que facilmente se desenvolvem nos organismos enfraquecidos. Já Ziemssen dizia que a falta de ar puro e de exercício nas escolas é umas das causas mais favoráveis ao desenvolvimento da tuberculose.

Em nossas escolas, o maior número das crianças, te, os caracteres de anemia, de definhamento físico, sendo raras as que revelam na vivacidade dos olhos, no rubor das faces, na robustez do corpo os sinais inequívocos de uma saúde vigorosa.

«*Mens sana in corpore sano*» nunca foi tão verdadeiramente exato este aforismo, nunca recebeu mais lata confirmação do que hoje a higiene exuberantemente provou os graves inconvenientes do sistema de educação que procura desenvolver a inteligência a custa do corpo, obrigando-se o cérebro a excessivo trabalho e deixando-se de parte os exercícios físicos indispensáveis a uma idade em que a fisiologia exige o movimento para o pronto e fácil desenvolvimento das funções físicas. Dali o favor com que são apregoados os exercícios ginásticos nos colégios e o clamor dos médicos e dos pedagogistas contra a «surmenage» - excesso de trabalho intelectual, cujo resultado – definhamento do corpo e embotamento da inteligência – mereceu de V. de Laprede o sigma de «educação homicida.»

Exigem hoje com muira razão os espíritos adiantados e progressistas a frequência obrigatória nas aulas primárias. É uma medida necessária, mas o estado e a sociedade, diz Newell, têm obrigação de vigiar que as escolas sejam situadas em

localidades salubres, que as horas de classe e estudo sejam razoavelmente curtas, e que se conceda um intervalo suficientemente longo para o exercício ao ar livre.

O método de ensino, as horas de aplicação devem merecer sérios cuidados para obter-se do aluno um resultado profícuo, pois, será em pura perda o tempo consagrado ao estudo se for este além da capacidade de atenção de que pode dispor uma criança.

«Está²¹⁵ determinado pelas melhores autoridades que as crianças ainda muito novas apenas podem receber lições de um ou dois minutos; que, com o crescimento e cultura a capacidade de atenção sobe a cinco minutos, depois a dez; de cinco a sete anos a quinze minutos; aos dez anos pode sustentar uma atenção voluntária e penetrante para uma lição de vinte minutos, aos doze anos até vinte e cinco minutos e aos quinze meia hora; os períodos de atenção podem ser prolongados por mestres peritos e lições interessantes; mas, é afirmado pelos observadores que não se prolonga a atenção além de certos limites, senão com prejuízo da eficácia das lições. «Está ainda demonstrado que na idade de dez a doze anos a capacidade de atenção voluntária e pronta se esgota com quatro lições variadas, que exijam esforço mental de meia hora cada uma, antes de meio dia com intervalos de descanso. «Depois do meio dia a capacidade de atenção voluntária geralmente se reduz a metade.

Esta capacidade do esforço mental varia com o tempo; é maior durante o frio que durante o calor; varia ainda com a sala escolar e com a força e a fraqueza corporais. » Portanto, diz Newell, duas horas de sessão escolar antes do meio dia e uma depois, é o tempo que os meninos podem «utilmente» empregar nas escolas; é o bastante para exaurir o poder de atenção voluntária dos alunos meio crescidos de nossas escolas públicas.

Difícil é, entre nós, pela deficiência de meios de que pode dispor a Província, proporcionar as crianças casas escolares de acordo em tudo com as prescrições higiênicas: difícil é, mas não impossível, termos atualmente uma escola-modelo. Entretanto muitos defeitos poderiam ser sanados, muitos inconvenientes removidos – com alguns sacrifícios que seriam de sobra compensados pelos benefícios que produziriam.

P.G.

²¹⁵ Dr. Pacífico Pereira – Gazeta médica da Bahia (8.bro de 1878).

Apêndice A: Membros da Associação do Professorado Catarinense

Apresento aqui informações sobre a vida de alguns dos membros das diretorias da Associação do Professorado Catarinense colhidas durante a pesquisa. Grande parte das informações foram noticiadas nos jornais que circulavam em Desterro que formam o *corpus* documental da tese, a exceção do jornal *Despertador*, cujas informações foram localizadas através do dispositivo de busca da Hemeroteca Digital Brasileira. A intenção aqui é informar quem foram as pessoas que idealizaram e mantiveram a Associação durante os anos de seu funcionamento mapeados pela tese. As informações não se esgotam em cada verbete, há informações mescladas, tendo em vista que a atuação conjunta foi identificada em contextos que ultrapassam a Associação; bancas como examinadores dos cursos superiores do Império, bancas de avaliação dos estudantes das escolas públicas, elaboração de abaixo-assinados e até mesmo demissões conjuntas por envolvimento em questões políticas.

Balduino Antônio da Silva Cardoso

Nasceu em 3 de fevereiro de 1838 em Nossa Senhora do Desterro, estudou no colégio dos Padres Jesuítas sediado na mesma cidade. Desde 1864²¹⁶, mantinha uma escola particular na capital da província,²¹⁷ na qual lecionava francês, primeiras letras e música, com mensalidades que poderia variar entre 1\$000 a 2\$000 para o ano de 1867.²¹⁸ Em 21 de janeiro de 1873, é nomeado pelo professor efetivo da cadeira de primeiras letras da freguesia de São Pedro de Alcântara.²¹⁹

Teve uma ampla atuação, integrou ao lado de Silvio Pellico (também membro da direção do Associação do Professorado Catarinense) comissão, como representantes da instrução pública, para arrecadar donativos para a construção do Monumento Nacional do Ipiranga.²²⁰ Em 1877, participou da criação do Instituto dos Professores Públicos Primários²²¹. Além de ter participado de diversas banca de exames para avaliação tanto de estudantes quanto de professores para o

²¹⁶ Jornal República, ano VIII, n. 206, 28 de setembro de 1897, p. 2.

²¹⁷ Jornal O Despertador, ano III, n. 304, 12 de dezembro de 1865, p. 4.

²¹⁸ Jornal O Despertador, ano V, n. 432, 8 de março de 1867, p. 4.

²¹⁹ Jornal O Despertador, ano XII, n. 1145, p. 2.

²²⁰ Jornal O Despertador, ano XIII, n. 1326, 2 de novembro, p. 1.

²²¹ Jornal O Despertador, ano XV, n. 1473, 6 de abril de 1877, p.2.

preenchimento de cadeiras vagas da instrução pública.²²² Em 1881, solicitou transferência da 1ª escola do sexo masculino da capital para a freguesia de Sant'Ana de Vila Nova.²²³ No mesmo ano, foi reembolsado em 5\$000 réis pelo tesouro provincial, por ter concertado o relógio da escola²²⁴. Já em 1894, no mês de junho, deixa de lecionar na capital²²⁵ para assumir a 1ª escola pública em Laguna. Sua permanência em Laguna é curta, pois no mesmo ano é reintegrado ao corpo de professores públicos da 1ª escola pública do sexo masculino da capital, sem direito aos vencimentos que deixou de receber desde que foi exonerado.²²⁶ Permaneceu à frente dessa escola até 1895, quando foi transferido para a escola pública do sexo masculino da Trindade.²²⁷ No ano seguinte, é novamente transferido, desta vez, para a 3ª escola do sexo masculino da capital.²²⁸ Na nova escola, solicitou autorização, concedida pelo diretor da Instrução Pública, para mudar a escola para uma casa com melhores condições.²²⁹

É jubilado em 1897,²³⁰ no mesmo ano tornou-se sócio da Associação Beneficente dos Funcionários do Estado.²³¹ Em 1899, recebeu do governo uma gratificação de bons serviços prestados à instrução pública.²³² Após a aposentadoria, continuou lecionando, em 1902, assumiu a escola paroquial mantida pela Associação de Santo Antônio.²³³ Em 1917, é fundado no Município de Porto União, a Escola Reunida Professor Balduino Antônio da Silva Cardoso, atual Escola de Educação Básica Professor Balduino Antônio da Silva Cardoso.²³⁴

Francisco de Paula d'Oliveira Guimarães

Participou da primeira diretoria da Associação do Professorado Catarinense, em 1888, como orador. Além de ter integrado a comissão redatora da revista da

²²² Publicado em diferentes edições do jornal O Despertador, entre elas: O Despertador, ano XVII, n. 1750, 17 de dezembro de 1879, p. 1; Jornal República, ano VI, n. 274, 4 de dezembro de 1895, p. 1.

²²³ Jornal O Despertador, ano XIX, n. 1854, 26 de janeiro de 1881, p. 2.

²²⁴ Jornal O Despertador, ano XIX, n. 1887, 10 de abril de 1881, p. 2.

²²⁵ Jornal República, ano V, n. 63, 7 de julho de 1894, p. 2.

²²⁶ Jornal República, ano V, n. 163, 6 de novembro de 1894, p. 1.

²²⁷ Jornal República, ano VI, n. 181, 13 de agosto de 1895, p. 1.

²²⁸ Jornal República, ano VII, n. 67, 22 de março de 1896, p. 1.

²²⁹ Jornal República, ano VII, n. 252, 15 de novembro de 1896, p. 2.

²³⁰ Jornal República, ano VIII, n. 142, 13 de julho de 1897, p. 1.

²³¹ Jornal República, ano VIII, n. 197, 17 de setembro de 1897, p. 1.

²³² Jornal República, ano X, n. 166, 23 de julho de 1899, p. 2.

²³³ Jornal República, ano XIII, n. 67, 11 de fevereiro de 1902, p. 1.

²³⁴ Disponível em: <<http://balduinocardoso.blogspot.com/2009/08/historico-da-escola.html>> acesso em: 11 ago 2020.

Associação. Em 1889, passou a oferecer atendimento médico aos professores sócios da associação. Nesse período lecionava as disciplinas de História e Geografia no Instituto Literário e Normal e no Liceu de Artes e Ofícios. Atuava, ainda, como diretor do liceu. No ano de 1887, era inspetor de higiene pública.

João Jorge de Campos

Segundo secretário da Associação do Professorado Catarinense durante os anos de 1888 e 1889. Tornou-se professor efetivo no ano de 1879, começou atuando na escola da vila de São Miguel, no ano seguinte, assumiu a 1ª escola do 2º distrito da capital.²³⁵ No ano de 1892, escreveu à diretoria de instrução pública solicitando que seus vencimentos fossem equiparados aos demais professores da capital²³⁶. No mesmo ano teve seu pedido atendido.²³⁷

Além de ter participado como avaliador de bancas de exames, integrou a comissão, como representantes dos professores, que organizou a chegada da Princesa Isabel em Nossa Senhora do Desterro.²³⁸

Em 1888, eram professores do 1º e 2º distrito da Capital: Luiz Alves de Souza, José Paulo Arantes, João Jorge de Campos e Balduino Antônio da Silva Cardoso, todos participantes da Associação do Professorado Catarinense.²³⁹ Integrou a primeira turma de estudantes da Escola Normal Catarinense criada em 1891.

João Maria Duarte

Foi secretário do Liceu de Artes e Ofícios desde a sua fundação, em 1883, até 1887, quando assumi o cargo de diretor do Liceu de Artes e Ofícios (primeiro como interino e, no ano seguinte, como titular do cargo). Durante todo esse período lecionou no liceu. No ano de criação do estabelecimento, lecionava Português.²⁴⁰ Esteve presente em algumas das cerimônias de encerramento do liceu e na visita que o presidente da província faz ao liceu em 1883.

Além disso, era diretor do colégio particular Duarte, que funcionou na capital na rua do senado, n. 49 na forma de internato. No curso primário eram ensinados:

²³⁵ Jornal O Despertador, ano XVIII, n. 1824, 4 de setembro de 1880, p. 1.

²³⁶ Jornal O Despertador, ano XX, n. 1983, 22 de março de 1882, p. 2.

²³⁷ Jornal O Despertador, ano XX, n. 1989, 15 de abril de 1882, p. 2.

²³⁸ Jornal Conservador, ano I, n. 70, 24 de novembro de 1884, p. 2.

²³⁹ Jornal Conservador, ano V, n. 207, 14 de setembro de 1888, p. 1.

²⁴⁰ Jornal A Regeneração, 29 de março de 1883;

caligrafia, leitura, doutrina cristã, gramática portuguesa e aritmética (elementares), noções de história sagrada, de civilização e de moral. No secundário, Português, Francês, Geografia, Aritmética, Álgebra e Geometria. As mensalidades eram de 30\$000 para pensionistas e de 15\$000 para meio-pensionista. No curso primário na forma de externato a mensalidade era de 5\$000. (A Regeneração, 04 de janeiro de 1884).

José Paulo Arantes

Nasceu em 1838²⁴¹ e parece que ingressou no magistério público em 22 de outubro de 1871 na cidade de São Francisco.²⁴² Em 1874, participou da criação de uma escola noturna, de ensino gratuito, para atender os pobres e os escravizados (desde que com autorização de seus senhores). O professor Arantes era responsável pelas disciplinas de Aritmética, Metrologia e Gramática da Língua Nacional.²⁴³ Outra atitude do professor, que recebeu nota de agradecimento publicada no Jornal do Comércio, foi o fato de ter lecionado Português, Francês e Geografia ao estudante Manoel Liberato de Bittencourt, aprovado nos exames de admissão aos cursos superiores do Império.²⁴⁴ À época, José Paulo Arantes já lecionava em Nossa Senhora do Desterro.

No ano de 1882,²⁴⁵ no mês de outubro, escreve a diretoria e instrução pública questionando o atraso nos seus vencimentos desde o mês de julho. Essa não foi a única vez que o professor escreve a diretoria sobre seus vencimentos. Em 1889, solicitou que seus vencimentos fossem divididos em 670\$000 de ordenado e 300\$000 de gratificação, conforme previa o Regulamento da Instrução Pública de 1881.²⁴⁶

Em 1883, ao lado de Wenceslau Bueno de Gouvêa, Roberto Grant, Silvio Pellico de Freitas participou da banca de exames preparatórios.²⁴⁷ Nesse ano, lecionava na 2ª escola pública do 1º distrito de Desterro. Participou de outras bancas

²⁴¹ Cálculo feito a partir da idade apresentada na lista de eleitores (Jornal A Regeneração, ano XII, n. 60, 15 de agosto de 1880, p. 3).

²⁴² Jornal A Regeneração, ano VI, n. 528, 27 de novembro de 1871, p. 2.

²⁴³ Jornal A Regeneração, ano VII, n. 610, 24 de setembro de 1874, p. 3.

²⁴⁴ Jornal do Comércio, ano IV, n. 284, 14 de dezembro de 1883, p. 4.

²⁴⁵ Jornal A Regeneração, ano XIV, n. 80, 15 de outubro de 1882, p. 2. Jornal A Regeneração, ano XIV, n. 93, 30 de novembro de 1882, p. 2.

²⁴⁶ Jornal A Regeneração, ano XXI, n. 220, 15 de outubro de 1889, p. 1. O pedido foi atendido em 24 de outubro de 1889. (Jornal A Regeneração, ano XXI, n. 228, 24 de outubro de 1889, p. 1).

²⁴⁷ Jornal A Regeneração, ano XV, n. 22, 29 de março de 1883, p. 1.

como examinador,²⁴⁸ e também do processo de admissão de empregados públicos como parte da comissão julgadora ao lado de membros da Associação do Professorado Catarinense (Wenceslau Bueno de Gouvêa, Antônio Ximenes de Araújo Pitada).²⁴⁹

É possível localizar desde 1883, quando passou a lecionar na capital, a publicação dos resultados dos exames dos seus alunos.²⁵⁰ Em 1884, um dos examinadores foi Wenceslau Bueno Gouvêa,²⁵¹ nesse ano, requereu a diretoria de instrução pública seu vitaliciamento,²⁵² uma vez que possuía mais de seis anos de efetiva atividade profissional. O reconhecimento de tal direito, no entanto, pela presidência da província só foi outorgado em 1887.²⁵³

No caso da publicação dos resultados dos exames na imprensa, no ano de 1888, o professor Arantes e o professor Luiz Alves de Souza são repreendidos pelo presidente da Província, Francisco José da Rocha, mediante ofício expedido ao diretor geral da instrução, por ter antecipado os resultados dos exames à imprensa e acusados de terem atrasado o envio a diretoria. Os professores são acusados de indisciplina, de falta de conhecimentos dos seus deveres e de “abusarem das garantias da lei”. O jornal *Regeneração* publica, em primeira página, uma coluna em defesa dos dois professores, alegando que o regimento da instrução determina que cabe aos docentes encaminharem ao final de cada ano letivo aos delegados literários (e não ao diretor) um mapa geral com os resultados dos exames e que o art. 80 do regulamento, que dispõe sobre as proibições da profissão, não menciona a proibição de divulgação das notas a imprensa. Ao final, o jornal destaca que um dos professores é ligado ao partido liberal, por isso a defesa dos docentes.

²⁴⁸ Em 1886, por exemplo, participou ao lado de Fausto Werner e do diretor da Instrução Pública Joaquim Eloi de Medeiros como examinador da alunos do colégio particular dirigido pela professora Mariana de Miranda Santos *Jornal do Comércio*, ano VII, n. 292, 25 de dezembro de 1886, p. 1). Em 1890, compôs a banca com Augusto Netto de Mendonça e Silvio Pellico de Freitas Noronha (Orador da Associação do Professorado Catarinense em 1889) *Jornal do Comércio*, ano XI, n. 224, 20 de novembro de 1890, p. 1.

²⁴⁹ O exame de Português e Aritmética ocorreu no Instituto Literário e Normal. Alfredo Juvenal da Silva era candidato ao cargo de distribuidor e partidário vinculado a pasta da justiça (*Jornal Regeneração*, ano XXI, n. 196, 17 de setembro de 1889, p. 1).

²⁵⁰ *Jornal A Regeneração*, ano XV, n. 175, 7 de dezembro de 1883, p.3; *Jornal do Comércio*, ano IV, n. 279, 6 de dezembro de 1883, p. 2.

²⁵¹ *Jornal A Regeneração*, ano XVI, n. 279, 13 de dezembro de 1884, p. 3.

²⁵² *Jornal A Regeneração*, ano XVI, n. 55, 7 de março de 1884, p. 1. Despacho publicado no *Jornal A Regeneração*, ano XVI, n. 70, 25 de março de 1884, p. 1.

²⁵³ *Jornal do Comércio*, ano VIII, n. 69, 15 de maio de 1887, p. 1.

Na mesma edição do jornal, também em primeira página, é publicação a transferência dos dois professores e de outros vinculados a Associação. José Paulo Arantes passou a lecionar na 1ª escola do 1º distrito da capital, Luiz Alves de Souza na 2ª escola pública do 1º distrito (até então ocupada por Arantes), João Jorge de campos na 2ª escola do 2º distrito (antes ocupada por Luiz Alves de Souza), Balduino Antônio da Silva Cardoso na 1ª escola do 2º distrito (antes ocupada por João Jorge de Campos), Rita Bernardina Demero – 1ª escola do 1º distrito (antes ocupada por Balduino) e Maria Amalia Ferreira Mafra na escola da Freguesia da Trindade. Há, ainda, no mesmo jornal, a publicação de outra remoção, desde vez, do professor José Rodrigues Prates para a escola do arraial da Caeira.²⁵⁴

No mês de julho, após da alteração no cargo da presidência da província, as transferências de Luiz Alves de Souza, José Paulo Arantes, João Jorge de Campos e Balduino Antônio da Silva Cardoso foram anuladas, assim como do professor Jerônimo Francisco Coelho Pacheco. Já o professor Luiz José Cesarino da Rosa assumiu a escola da Vila de Camboriu,²⁵⁵ tendo sua transferência para São Pedro de Alcântara tornada sem efeito. Nessa troca de cadeiras, o governo provincial abriu concurso para a 2ª escola pública do 1º distrito da capital²⁵⁶ vaga ocupada por José Paulo Arantes por designação do partido conservador.

Em 1893, ele e a esposa Halina Domesina da Costa Arantes lecionavam em Canasvieiras (região norte de Desterro) e recebem autorização do presidente da província para permutarem com os professores Gustavo da Conceição Ávila e Francisca Amália Xavier Ávila da cidade de Tubarão.²⁵⁷

Léon Eugenio Lapagesse

Léon Lapagesse nasceu em 1854 na França e faleceu em 1912 na cidade do Rio de Janeiro. Chegou na Província de Santa Catarina em 1875²⁵⁸ e ingressou no magistério em janeiro de 1883 como professor efetivo da escola mista do arraial do Itacorubi, na capital da província de Santa Catarina, com vencimento anual de sete contos de mil réis, sendo 470\$000 de ordenados e 230\$000 de gratificação. Após um

²⁵⁴ Jornal Regeneração, ano XX, n. 8, 13 de janeiro de 1888, p. 1.

²⁵⁵ Jornal do Comércio, ano IX, n. 110, 4 de julho de 1888, p. 1.

²⁵⁶ Jornal do Comércio, ano IX, n. 214, 9 de novembro de 1888, p. 1.

²⁵⁷ Jornal do Comércio, ano XIV, n. 134, 29 de julho de 1893, p. 1.

²⁵⁸ Informações extraídas do Portal Catarina em 10 janeiro de 2019. O Portal reúne obras de autores catarinenses. Disponível em: < https://www.portalcatarina.ufsc.br/?locale=pt_BR>. Acesso em 16 jun 2019.

período de licença para tratamento de saúde, foi nomeado em vinte e três de agosto de 1883 como professor efetivo da cadeira de Francês do Instituto Literário e Normal e seu ordenado é reajustado para a quantia de um conto e duzentos mil réis, 800\$000 de ordenado e 400\$000 de gratificação. Em 1892, assume a direção da Escola Normal Catarinense e a cadeira de Francês do Ginásio Catarinense. No ano de 1894 foi demitido do Ginásio Catarinense e da Escola Normal, ao que as fontes indicam, por estar envolvido no movimento federalista²⁵⁹. Em 1895, é reintegrado ao corpo de funcionários do Estado, mas sem direito aos vencimentos em atraso. Em 1909, fez parte da diretoria do Montepio dos Funcionários do Estado. Após mais de trinta anos de exercício no magistério, aposenta-se em 1910.

Além do folheto Meios de Ação da Associação do Professorado Catarinense, Lapagesse foi autor de outras obras: “Gramática Portuguesa: teoria e aplicações”, adotada pelo governo do Estado de Santa Catarina para as escolas públicas, em 1889; “Manual dos verbos irregulares da língua francesa”, em 1889; “Homenagem ao mérito”, em 1890; “Exercícios de sintaxe francesa”, publicado em 1891; e “Rudimentos de Aritmética”, ainda sem data localizada.

Silvio Pellico Freitas Noronha

Nasceu em 1842, em Nossa Senhora do Desterro e estudou no seminário de São José na corte Imperial.²⁶⁰ Além ter atuado no magistério, Silvio Pellico teve uma ampla atuação na imprensa de Desterro, seja publicando colunas de opinião,²⁶¹ poemas²⁶² e sonetos,²⁶³ em anúncios divulgando suas obras,²⁶⁴ e em matérias

²⁵⁹ O Jornal do Comércio, de 27 de outubro de 1893, publica, na segunda página, a nomeação da guarda nacional pelo governo federal provisório, na qual consta o nome de Léon Eugenio Lapagesse como tenente quartel-mestre do 1º Batalhão de Infantaria da Capital (Jornal do Comércio, ano XIV, n. 201, 27 de outubro de 1893, p. 2). Além disso, o edifício do Parthenon Catarinense, escola particular, foi adaptado para funcionar o quartel da polícia (Jornal do Comércio, ano XIV, n. 200, 26 de outubro de 1893, p. 1). Lapagesse era um dos diretores da referida escola (Jornal do Comércio, 14 de fevereiro de 1892).

²⁶⁰ http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/869-Silvio_Pellico Acesso em: 21 ago. 2020.

²⁶¹ Jornal A Regeneração, ano I, n. 60, 12 de abril de 1869, p. 3-4. Jornal A Regeneração, ano XII, n. 21, 14 de março de 1880, p. 3.

²⁶² Jornal A Regeneração, ano XII, n. 82, 7 de novembro de 1880, p. 2, há um poema sobre os catarinenses na guerra do Paraguai. Em 1874, ocorre um movimento de enaltecimento dos feitos dos catarinenses nessa guerra. Outro poema sobre a temática é publicado no Jornal A Regeneração, ano XII, n. 87, 25 de novembro de 1880, p. 2.

²⁶³ Sonetos publicados no Jornal A Regeneração, ano V, n. 414, 29 de setembro de 1871, p. 3; Jornal A Regeneração, ano XII, n. 22, 21 de março de 1880, p. 4.

²⁶⁴ Drama em 3 atos chamado *O Jornalista* comercializado por 2\$000: Jornal A Regeneração, ano XII, n. 61, 19 de agosto de 1880, p. 1.

destinadas defesa da instrução pública.²⁶⁵ Entre elas, destaco, uma coluna publicada em 1872, em resposta a uma crítica dirigidas aos professores públicos pelo jornal *Despertador*. Esse jornal questiona a habilidades e aptidões dos professores da província denominando-os de ineptos.²⁶⁶ Outro destaque é a participação de Silvio Pellico, como professor público, num abaixo assinado para que solicita ao presidente da província para manter a subvenção ao Colégio Salvador.²⁶⁷

Mantinha nos anos de 1869 e 1870, na rua do Ouvidor em Desterro, aulas particulares de ensino primário e secundário.²⁶⁸ Em 1871, é nomeado professor interino na cidade de São José, para atuar na escola do sexo masculino da freguesia de São Sebastião da Praia de Fora.²⁶⁹ No mesmo ano, passa a lecionar na Capital na 2º escola da capital, sendo que a escola da Praia de Fora passou a ser de responsabilidade do professor Luiz Alves de Souza que até então trabalhava na freguesia da Lagoa.²⁷⁰ Ao retornar à capital, retoma as aulas particulares em sua residência (Rua da Palma, n. 37) voltadas ao ensino secundário e aos exames preparatórios de acesso aos cursos superiores do império,²⁷¹ 1872 – 1873

Exerceu outros empregos públicos. Em 1873, também foi nomeado para o cargo de “aferidor de pesos e medidas do sistema métrico decimal” na câmara municipal da capital.²⁷² Em 1874, é nomeado provisoriamente pelo presidente da província para o cargo de 2º escrivão da alfandega de São Francisco.²⁷³

Atuou com professor nas escolas de ensino secundário mantidas pelo poder provincial. No Ateneu Provincial,²⁷⁴ foi titular da cadeira de eloquência e poética,²⁷⁵ chegando a lecionar também a disciplina de Literatura. No Instituto Literário e Normal,

²⁶⁵ Jornal A Regeneração, ano X, n. 1000, 15 de setembro de 1878, p. 2. Jornal A Regeneração, ano X, n. 1002, 22 de setembro de 1878, p. 2.; Jornal A Regeneração, ano X, n. 2003, 26 de setembro de 1878, p. 2-3. Jornal A Regeneração, ano X, n. 1006, 6 de outubro de 1878, p. 2. Jornal A Regeneração, ano X, n. 1008, 13 de outubro de 1878, p. 2. Jornal A Regeneração, ano X, n. 1010, 20 de outubro de 1878, p. 2.

²⁶⁶ Jornal A Regeneração, ano IV, n. 386, 16 de junho de 1872, p.2.

²⁶⁷ Jornal A Regeneração, ano II, n. 160, 27 de março de 1870, p. 4.

²⁶⁸ Jornal A Regeneração, ano II, n. 130, p. 4. Jornal A Regeneração, ano II, n. 140, 15 de janeiro de 1870, p.4.

²⁶⁹ Jornal A Regeneração, ano III, n. 275, 14 de maio de 1871, p. 2. Anúncio do funcionamento da escola no Jornal A Regeneração, ano III, n. 278, 25 de maio de 1871, p. 3.

²⁷⁰ Jornal A Regeneração, ano IV, n. 371, 25 de abril de 1871, p. 2.

²⁷¹ Jornal A Regeneração, ano IV, n. 399, 4 de agosto de 1871, p. 3; Jornal A Regeneração, ano IV, n. 404, 22 de agosto de 1871, p. 4; Jornal A Regeneração, ano V, n. 443, 12 de janeiro de 1873, p.3. No 1873, há uma mudança no endereço, passa a ofertar aula na rua áurea n. 22.

²⁷² Jornal A Regeneração, ano V, n. 471, 1 de maio de 1873, p. 2.

²⁷³ Jornal A Regeneração, ano VI, n. 561, 29 de março de 1874, p. 3.

²⁷⁴ Jornal A Regeneração, ano IX, n. 630, s.d, p. 2.

²⁷⁵ Jornal A Regeneração, ano X, n. 1004, 29 de setembro de 1878, p. 1.

também foi o titular da cadeira de “eloquência e poética” e atuou como secretário da instituição²⁷⁶. Participou em diferentes momentos de bancas para os exames preparatórios de acesso aos cursos superiores do Império. Em 1878, foi convocado, juntamente com os professores Balduino e Martins Vieira, para apresentar-se ao palácio presidencial para serem nomeados examinadores do estudante Francisco Antônio de Medeiros Júnior que faria em exames do colégio naval.²⁷⁷ Há registro publicados na imprensa nos anos de 1882.²⁷⁸ 1883²⁷⁹ e 1890.²⁸⁰ Em 1883, participou ao lado de outros membros da Associação (José Paulo Arantes, Roberto Grant; Wenceslau Bueno de Gouvêa) como examinador dos exames preparatórios.²⁸¹ Já em 1884, participou de uma banca de concurso para o Instituto Literário e Normal.²⁸²

Foi deputado provincial pelo Partido Liberal durante os anos de 1880 a 1881 (correspondente a 23ª Legislatura).²⁸³ Destaco, especialmente, sua participação em dois debates envolvendo a instrução pública e na defesa de direitos dos empregados públicos. Em 1881, a assembleia provincial discute a formação de um montepio dos empregados públicos provinciais, que pretendia que o presidente da província nomeados todos os anos seis empregados entre os mais velhos para integrarem o montepio e um desconto de um quinto dos vencimentos para constituir o fundo. O projeto acabou não sendo aprovado sob a justificativa das dificuldades econômicas

²⁷⁶ Jornal A Regeneração, ano XV, n. 88, 23 de agosto de 1883, p. 1.

²⁷⁷ Jornal A Regeneração, ano X, n. 1011, 24 de outubro de 1878, p. 1.

²⁷⁸ Jornal A Regeneração, ano XIV, n. 57, 27 de julho de 1882, p. 1.

²⁷⁹ Jornal A Regeneração, ano XV, n. 180, 13 de dezembro de 1883, p. 3.

²⁸⁰ Jornal do Comércio, ano XI, n. 225, 21 de novembro de 1890, p. 2.

²⁸¹ Jornal A Regeneração, ano XV, n. 22, 29 de março de 1883, p. 1.

²⁸² Jornal A Regeneração, ano XVI, n. 277, 11 de dezembro de 1884, p. 1.

²⁸³ Jornal A Regeneração, ano XII, n. 2, 4 de janeiro de 1880; n. 3, 8 de janeiro de 1880; n. 4, 11 de janeiro de 1880; n. 5, 15 de janeiro de 1880; n. 6, 18 de janeiro de 1880; n. 7, 22 de janeiro de 1880; n. 8, 25 de janeiro de 1880; n. 10, 1 de fevereiro de 1880; n. 11, 5 de fevereiro de 1880; n. 12, 8 de fevereiro de 1880; n. 13, 15 de fevereiro de 1880; n. 14, 19 de fevereiro de 1880; n. 16, 26 de fevereiro de 1880; n. 17, 29 de fevereiro de 1880; n. 18, 4 de março de 1880; n. 19, 7 de março de 1880; n. 20, 11 de março de 1880; n. 21, 14 de março de 1880; n. 22, 21 de março de 1880; n. 23, 25 de março de 1880; n. 24, 1 de abril de 1880; n. 25, 4 de abril de 1880; n. 26, 8 de abril de 1880; n. 30, 22 de abril de 1880; n. 31, 25 de abril de 1880; n. 32, 29 de abril de 1880; n. 33, 2 de maio de 1880; n. 34, 6 de maio de 1880. Jornal A Regeneração, ano XIII, n. 11, 6 de fevereiro de 1881; n. 12, 10 de fevereiro de 1881; n. 13, 13 de fevereiro de 1881; n. 15, 20 de fevereiro de 1881; n. 16, 24 de fevereiro de 1881; n. 19, 10 de março de 1881; n. 21, 17 de março de 1881; n. 22, 20 de março de 1881; n. 23, 24 de março de 1881; n. 24, 27 de março de 1881; n. 25, 31 de março de 1881; n. 26, 7 de abril de 1881; n. 27, 10 de abril de 1881; n. 29, 21 de abril de 1881; n. 31, 28 de abril de 1881; n. 32, 1 de maio de 1881; n. 33, 5 de maio de 1881; n. 34, 8 de maio de 1881; n. 36, 15 de maio de 1881; n. 37, 19 de maio de 1881; n. 38, 22 de maio de 1881; n. 39, 26 de maio de 1881; n. 40, 29 de maio de 1881; n. 42, 5 de julho de 1881; n. 43, 9 de julho de 1881; n. 44, 12 de junho de 1881; n. 46, 12 de junho de 1881; n. 47, 23 de junho de 1881; n. 48, 26 de junho de 1881; n. 49, 30 de junho de 1881; n. 50, 3 de julho de 1881; n. 51, 7 de julho de 1881.

da província. Silvio Pellico votou contra o parecer que da comissão da fazenda que rejeitava o projeto.²⁸⁴

O deputado apresentou um projeto de lei sobre instrução pública que foi alvo de críticas pela imprensa. Publica no jornal *Regeneração* algumas colunas que responde críticas do jornal *Despertador* ao seu projeto de lei.²⁸⁵ O projeto de lei buscava o provimento da escola que vagas por meio de concurso, que deveria ocorrer perante o delegado do conselho de instrução e anunciado três meses antes. Enquanto não houver professor aprovado, as cadeiras que vagarem poderiam ser preenchidas por meios de contratos com profissionais habilitados. Outro ponto do projeto, propõe que o presidente da província conceda uma gratificação de 100\$000 aos professores públicos e particulares do ensino primário por cada estudante aprovados perante o delegado do conselho da instrução em todas as matérias. Além disso, propõe que o professor que após dez anos de efetivo exercício não adquirir vitaliciedade, seria demitido. A crítica do jornal *Despertador* refere-se ao artigo que previa a realização de concurso público para o provimento das escolas públicas, segundo o deputado, tal medida era necessária para proporcionar as crianças das vilas mais longínquas uma escola semelhante (ou até melhor) a encontrada nas cidades²⁸⁶. Silvio Pellico publica cartas que recebe de professores sobre a pertinência do projeto e cujas críticas são consideradas infundadas, pois são guiadas por um raciocínio econômico e não educacional. Esses professores advogam que todas as escolas deveriam ser providas por professores aprovadas em concursos públicos.

Localizei, ainda, falas do deputado Silvio Pellico em sessão da assembleia provincial em defesa do Ateneu Provincial.²⁸⁷ A instrução pública era alvo de debates que perpassavam as disputas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. Entre elas, aparece a questão da obrigatoriedade escolar, alvo de críticas dos conservadores aos liberais. Pelos preceitos liberais, o ensino deveria ser livre, não caberia aos estados instituir a escola obrigatória. Na coluna do dia 26 de fevereiro de 1880, o deputado chega a mencionar a revogação da lei.²⁸⁸

²⁸⁴ Jornal A Regeneração, ano XIII, n. 14, 17 de fevereiro de 1881, p.2.

²⁸⁵ Jornal A Regeneração, ano XII, n. 14, 19 de fevereiro de 1880, p. 3. Jornal A Regeneração, ano XII, n. 16, 26 de fevereiro de 1880, p. 1. Jornal A Regeneração, ano XII, n. 17, 29 de fevereiro de 1880, p. 3. Jornal A Regeneração, ano XII, n. 18, 4 de março de 1880, p. 1. Jornal A Regeneração, ano XII, n. 19, 7 de março de 1880, p. 2.

²⁸⁶ Jornal A Regeneração, ano XII, n. 16, 26 de fevereiro de 1880, p. 2.

²⁸⁷ Jornal A Regeneração, ano XII, n. 29, 18 de abril de 1880, p. 1.

²⁸⁸ Jornal A Regeneração, ano XII, n. 16, 26 de fevereiro de 1880, p. 2.

Ao tempo que foi deputado provincial, assumiu o cargo de secretário da instrução pública, no ano de 1881.²⁸⁹ Em 1882, volta a publicar resposta a críticas recebidas pelo trabalho desenvolvido. No caso, tratava-se do Jornal do Comércio, que apontava irregularidades no concurso, em sua defesa publicada no jornal Regeneração, alega que o candidato chegou atrasado e depois da leitura do ponta da prova escrita.²⁹⁰

Em 1883, ainda com secretário da instrução pública,²⁹¹ participa da cerimônia e faz o discurso de encerramento da cerimônia que marcou o primeiro ano de atividade do Liceu de Artes e Ofícios.²⁹² Em 1884, volta a lecionar em sua residência aulas particulares de ensino primário e secundário²⁹³.

Wenceslau Bueno de Gouvêa

Nascido em 1844,²⁹⁴ além de ter atuado como professor, especialmente no ensino secundário, exerceu interinamente a função de promotor público.²⁹⁵ Foi professor do Instituto Literário e Normal, Liceu de Artes e Ofícios e do Ginásio Catarinense, lecionando, também na Escola Normal Catarinense.

Na imprensa de Desterro, é possível localizar muitas publicações envolvendo seu nome (sonetos, colunas de opinião, notícias de alunos aprovadas nos exames preparatórios da corte) ou assinadas por ele. Normalmente, as colunas assinadas por Léon Lapagesse eram dirigidas à Wenscelau.

No caso do Instituto Literário e Normal, em 1884, além de lecionar Latim, assume interinamente a cadeira de Português do Instituto Literário e Normal, até a realização do concurso.²⁹⁶ O número reduzido de matrículas é visto com preocupação,

²⁸⁹ Jornal A Regeneração, ano XIII, n. 27, 10 de abril de 1881, p.2.

²⁹⁰ Jornal A Regeneração, ano XIV, n. 99, 24 de dezembro de 1882, p. 2.

²⁹¹ Jornal A Regeneração, ano XV, n. 23, 1 de abril de 1883, p. 3.

²⁹² Jornal A Regeneração, ano XV, n. 184, 19 de dezembro, p. 3.

²⁹³ Jornal A Regeneração, ano XVI, n. 220, 2 de outubro de 1884, p. 3.

²⁹⁴ Cálculo realizado a partir de um anúncio em homenagem aos 45 anos do professor publicado no jornal Regeneração. Na ocasião atuava como professor do Instituto Literário e Normal (Jornal Regeneração, ano XXI, n. 165, 8 de agosto de 1889, p. 2).

²⁹⁵ O primeiro registro data de 1882, quando substitui Joaquim Augusto do Livramento que estava doente. (Jornal A Regeneração, ano XIV, n. 91, 23 de novembro de 1882, p. 1). Em 1888, voltou a atuar como promotor público interino. (Jornal Regeneração, ano XX, n. 265, 14 de dezembro de 1888, p. 1).

²⁹⁶ Em 1885, Presalindo Lery Santos assume a cadeira de Português (Jornal Regeneração, ano XVII, n. 178, 19 de agosto de 1885, p. 1).

pois se o estabelecimento de ensino fechar as portas, o governo imperial suspenderia a realização dos exames preparatórios na província de Santa Catarina.²⁹⁷

Em 1885, é convocado, ao lado do também professor do Instituto Literário e Normal capital de mar e guerra Antônio X. de Araújo Pitada, num artigo publicado no jornal *regeneração* a testemunhar a favor do secretário de instrução pública, Manoel Henrique de Souza das acusações publicadas pelo jornal *Conservador*. Em síntese, as acusações são elencadas em três pontos: 1. Teria utilizado palavras inadequadas para dirigir-se aos alunos; 2. Teria maltratado alguns estudantes, dando-lhes puxões de orelha; 3. Que teria comparecido ao estabelecimento para repreender “alunos insubordinados” por orientação de superiores. O professor Wenceslau responde que todas as questões são improcedentes e que, de fato, retira repreendido alguns estudantes por ordem do sub-diretor.²⁹⁸

Dez anos depois, é nomeado diretor do ginásio catarinense²⁹⁹ e, em 1906, torna-se diretor da escola normal.³⁰⁰

O professor Wenceslau foi demitido em 1894, naquele momento era diretor interino e lente de Latim do Ginásio Catarinense e de Português da escola normal, por envolvimento da Revolução Federalista. Além dele, Léon Eugenio Lapagesse, lente de Francês do ginásio e da escola normal; José Brasilício de Souza, lente de História e Geografia do ginásio e da escola normal. Balduino Antônio da Silva Cardoso, professor da 1ª escola do sexo masculino do 1º distrito da capital; Manoel Justiniano de Oliveira Cruz, professor da 2ª escola do sexo masculino do 1º distrito da capital.³⁰¹

Aposenta-se como professor da Escola Normal Catarinense em 1915.³⁰² Falece em 1919.³⁰³ Em 1927, um grupo escolar na cidade de Palhoça³⁰⁴ foi batizado com seu nome.

Em 1929, nas festividades do dia do trabalho a Liga Operária inaugura retratos na sua sede social (rua Tiradentes, n. 20) de sócios beneméritos Hercílio Luz, Felipe

²⁹⁷ Jornal *A Regeneração*, ano XVI, n. 136, 19 de junho de 1881, p. 2.

²⁹⁸ Jornal *Regeneração*, ano XVII, n. 78, 17 de abril de 1885, p. 3.

²⁹⁹ Jornal *República*, ano VI, n. 67, 25 de março de 1895, p. 1.

³⁰⁰ (SANTA, CATARINA. Mensagem apresentado ao congresso representativo do estado em 18 de setembro de 1906 pelo coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira. Florianópolis: Gab. Tipográfico D' O Dia, 1906, p. 82.

³⁰¹ Jornal *República*, ano V, n. 54, 26 de junho de 1894, p. 2.

³⁰² Jornal *Oriente*, ano I, n. 20, 7 de março de 1915, p. 1.

³⁰³ Jornal *República*, ano XIV, n. 83, 9 de janeiro de 1919, p. 3.

³⁰⁴ Jornal *República*, ano I, n. 162, 11 de abril de 1927, p. 3.

Schmidt, José Boiteux, Wenceslau Bueno de Gouvêa, Camilo José de Souza e Rodolpho de Senna Mello.³⁰⁵

Manoel Justiniano de Oliveira Cruz

Foi professor público na cidade de São José. Sobre a sua vida funcional, identifiquei que em 1881, solicitou licença de três meses para tratamento de saúde com direito aos vencimentos.³⁰⁶ Já em 1885, solicitou permuta com o professor Antônio Francisco de Souza para a escola da Praia Comprida, também localizada em São José (ambas escolas de 2ª entrância).³⁰⁷

Também lecionou no Liceu de Artes e Ofícios, em 1890 recebeu o título de professor efetivo, na ocasião era secretário da instituição.³⁰⁸

Em 1892, assina com Wenceslau Bueno de Gouvêa, Léon Eugenio Lapagesse, José Brasilício de Souza, Silvio Pellico de Freitas Noronha, Felicidade Ferreira Lapagesse, Maria das Dores Livramento Formiga, Balduino Antônio da Silva Cardoso e João Jorge de Campos um abaixo-assinado no qual manifestam o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por Romualdo de Barros à frente da diretoria de instrução pública. Não foca claro o motivo da saída de Barros do cargo.³⁰⁹

Joaquim Pinto de Lemos

Promotor público da comarca de São José, assumiu o cargo em 1885.³¹⁰ No mesmo ano é demitido do cargo.³¹¹ Segundo o jornal *Regeneração*, vinculado ao Partido Liberal, tal demissão integra um amplo movimento de demissão de 70 funcionários ligados as ideias liberais,³¹² além do promotor, o jornal menciona que as atividades da escola da vila de São Miguel, dirigida pelo professor Romão Barbosa foram suspensas. Assim como, a escola da freguesia de Garopaba para prejudicar o professor David Amaral e Silva que se recusou a trabalhar a favor da candidatura de

³⁰⁵ Jornal República, ano III, n. 771, 27 de abril de 1929, p. 1.

³⁰⁶ Jornal A Regeneração, ano XIII, n. 12, 10 de fevereiro de 1881, p. 1.

³⁰⁷ Jornal A Regeneração, ano XVII, n. 44, 26 de fevereiro de 1885, p. 1.

³⁰⁸ Jornal do Comércio, ano XI, n. 140, 9 de agosto de 1890, p. 1.

³⁰⁹ Jornal do Comércio, ano XIII, n. 221, 17 de novembro de 1892, p. 2.

³¹⁰ Jornal Regeneração, ano XVII, n. 142, 5 de julho de 1885, p. 1.

³¹¹ Jornal Regeneração, ano XVII, n. 278, 27 de dezembro de 1885, p. 2.

³¹² Jornal Regeneração, ano XVIII, n. 43, 25 de fevereiro de 1886, p. 1.

Pinto Lima. Outro professor mencionado é Luis Rosa, demitido por ter questionado sua transferência para Curitibaanos.

Em 1888, aparece nos anúncios como diretor da Colégio Lemos, escola particular sediada em São José.³¹³ No ano seguinte, durante a administração de Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, último presidente da província de Santa Catarina antes da instauração da República, volta a assumir um cargo na estrutura governamental como secretário da repartição da polícia³¹⁴ e deixa a direção do Colégio Lemos.³¹⁵

³¹³ Jornal Regeneração, ano XX, n. 242, 16 de novembro de 1888, p. 3.

³¹⁴ Jornal Regeneração, ano XXI, n. 237, 5 de novembro de 1889, p. 1.

³¹⁵ Jornal Regeneração, ano XXI, n. 240, 8 de novembro de 1889, p. 1.